

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	5
Balanço Patrimonial Passivo	7
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	13
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	14
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	15
Demonstração de Valor Adicionado	16

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	17
Balanço Patrimonial Passivo	19
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	26
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	27
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	28
Demonstração de Valor Adicionado	29

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
Notas Explicativas	63
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	263

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	267
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	269

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	270
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	271

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.047.040
Preferenciais	3.036.876
Total	6.083.916
Em Tesouraria	
Ordinárias	2
Preferenciais	162.563
Total	162.565

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	02/02/2015	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	02/02/2015	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	02/02/2015	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2015	Ordinária		0,53800
Reunião do Conselho de Administração	02/02/2015	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2015	Preferencial		0,53800
Reunião do Conselho de Administração	02/02/2015	Dividendo	26/02/2015	Ordinária		0,30630
Reunião do Conselho de Administração	02/02/2015	Dividendo	26/02/2015	Preferencial		0,30630
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	02/03/2015	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	02/03/2015	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	01/04/2015	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	01/04/2015	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	04/05/2015	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	04/05/2015	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	01/06/2015	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	01/06/2015	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	01/07/2015	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	01/07/2015	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	03/08/2015	Ordinária		0,01500

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2015	Dividendo	03/08/2015	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	03/08/2015	Juros sobre Capital Próprio	25/08/2015	Ordinária		0,34600
Reunião do Conselho de Administração	03/08/2015	Juros sobre Capital Próprio	25/08/2015	Preferencial		0,34600
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	01/09/2015	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	01/09/2015	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	01/10/2015	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	01/10/2015	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	03/11/2015	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	03/11/2015	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	01/12/2015	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	01/12/2015	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	04/01/2016	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2012	Dividendo	04/01/2016	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	01/02/2016	Dividendo	29/02/2016	Ordinária		0,19800
Reunião do Conselho de Administração	01/02/2016	Dividendo	29/02/2016	Preferencial		0,19800
Reunião do Conselho de Administração	01/02/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/02/2016	Ordinária		0,45640
Reunião do Conselho de Administração	01/02/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/02/2016	Preferencial		0,45640

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	26/11/2015	Juros sobre Capital Próprio	29/02/2016	Ordinária		0,20900
Reunião do Conselho de Administração	26/11/2015	Juros sobre Capital Próprio	29/02/2016	Preferencial		0,20900

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	164.015.308	125.488.384	109.588.100
1.01	Ativo Circulante	16.131.517	20.494.701	15.446.870
1.01.01	Disponibilidades	155.156	114.898	171.746
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.978.893	3.060.088	470.688
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	6.425.125	29.874	81.135
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.553.768	3.030.214	389.553
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	116.760	13.544.527	11.942.582
1.01.03.01	Carteira Própria	1.726	13.544.527	11.942.582
1.01.03.02	Vinculados a Prestação de Garantias	4.287	0	0
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	110.747	0	0
1.01.08	Outros Créditos	5.873.169	3.774.794	2.856.739
1.01.08.01	Rendas a Receber	4.783.721	2.829.300	2.407.354
1.01.08.02	Créditos Tributários	165.479	5.736	0
1.01.08.03	Depósitos em Garantia - Processos Cíveis, Trabalhistas Fiscais e Previdenciários	184	0	0
1.01.08.04	Diversos	923.785	939.758	449.385
1.01.09	Outros Valores e Bens	7.539	394	5.115
1.01.09.01	Despesas Antecipadas	7.539	394	5.115
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	73.580.387	38.431.546	37.978.466
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	72.531.822	38.212.705	37.677.990
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	72.531.822	38.212.705	37.677.990
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	274.731	0	0
1.02.02.04	Instrumentos Financeiros Devivativos	274.731	0	0
1.02.07	Outros Créditos	773.834	218.841	300.476
1.02.07.01	Créditos Tributários	7.588	5.098	0
1.02.07.02	Depósitos em Garantia - Processos Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciários	17.018	26.730	0
1.02.07.03	Diversos	749.228	187.013	300.476
1.03	Ativo Permanente	74.303.404	66.562.137	56.162.764
1.03.01	Investimentos	74.303.372	66.562.075	56.162.662

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.03.01.02	Participações em Controladas	74.303.372	66.562.075	56.162.662
1.03.02	Imobilizado de Uso	32	62	102

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	164.015.308	125.488.384	109.588.100
2.01	Passivo Circulante	5.163.186	2.303.088	1.645.489
2.01.01	Depósitos	1.957.145	0	106.540
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11.360	5.542	5.542
2.01.09	Outras Obrigações	3.194.681	2.297.546	1.533.407
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	2.419.246	1.842.166	1.034.675
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	238.051	114.666	212.479
2.01.09.04	Dívidas Subordinadas	428.991	291.892	257.431
2.01.09.05	Provisões para Passivos Contingentes	2.848	2.787	0
2.01.09.06	Diversas	105.545	46.035	28.822
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	48.171.280	21.295.460	18.712.867
2.02.01	Depósitos	13.354.529	0	0
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	13.354.529	0	0
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.099.088	500.000	500.000
2.02.09	Outras Obrigações	30.717.663	20.795.460	18.212.867
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	71.289	0	0
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	99.945	1.125	1.052
2.02.09.03	Dívidas Subordinadas	30.348.216	20.638.858	18.192.517
2.02.09.04	Provisões para Passivos Contingentes	176.009	155.477	0
2.02.09.05	Diversas	22.204	0	19.298
2.05	Patrimônio Líquido	110.680.842	101.889.836	89.229.744
2.05.01	Capital Social Realizado	85.148.000	75.000.000	60.000.000
2.05.02	Reservas de Capital	1.537.219	1.315.744	870.456
2.05.04	Reservas de Lucro	25.371.509	25.896.451	29.048.188
2.05.04.01	Legal	6.894.840	5.840.650	4.971.072
2.05.04.02	Estatutária	20.127.545	18.437.054	23.334.932
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	2.702.504	2.946.627	2.596.616
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-4.353.380	-1.327.880	-1.854.432

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	-4.353.380	-1.327.880	-1.854.432
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.375.886	-322.359	-688.900
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-1.375.886	-322.359	-688.900

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	6.591.515	4.495.970	3.549.205
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-2.190.099	-1.104.706	-1.020.395
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	4.401.416	3.391.264	2.528.810
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	16.181.335	14.083.620	9.531.635
3.04.02	Despesas de Pessoal	-143.517	-102.489	-225.981
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-48.381	-35.408	-38.530
3.04.04	Despesas Tributárias	-244.240	-202.534	-149.596
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-398.885	63.030	95.749
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	17.016.358	14.361.021	9.849.993
3.05	Resultado Operacional	20.582.751	17.474.884	12.060.445
3.06	Resultado Não Operacional	22.525	24.825	19.878
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	20.605.276	17.499.709	12.080.323
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	435.972	-94.210	32.930
3.09	IR Diferido	37.108	-2.351	-440.522
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	5.440	-11.591	-11.342
3.10.01	Participações	5.440	-11.591	-11.342
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	21.083.796	17.391.557	11.661.389
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	3,52	3,18	2,35

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	21.083.796	17.391.557	11.661.389
4.03	Resultado Abrangente do Período	21.083.796	17.391.557	11.661.389

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.490.382	5.469.102	3.192.743
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	15.836.293	7.293.054	5.917.708
6.01.01.01	Lucro Líquido	21.083.796	17.391.557	11.661.389
6.01.01.02	Outorga de Opções Reconhecidas	179.457	550.007	211.661
6.01.01.03	Tributos Diferidos	-37.108	2.351	440.522
6.01.01.04	Resultado de Participações em Controladas	-17.016.358	-14.361.021	-9.849.993
6.01.01.05	Amortização de Ágio	57.744	57.745	57.745
6.01.01.07	Outros	31	63	87
6.01.01.09	Resultado de Operações com Dívida Subordinada	11.568.731	3.652.352	3.396.297
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	15.654.089	-1.823.952	-2.724.965
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrum. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	13.224.325	-1.601.945	-1.527.877
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	-645.565	-412.104	-390.924
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Recursos por Emissão de Títulos	3.604.906	0	0
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	-486.436	190.097	-806.164
6.01.02.05	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-43.141	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28.655.564	1.518.850	3.661.091
6.02.01	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	6.097.368	6.604.743	8.722.953
6.02.02	(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-34.842.671	-3.175.376	-4.663.543
6.02.03	Alienação de Investimentos	89.741	-1.910.494	-398.330
6.02.04	(Aquisição) Alienação de Imobilizado de Uso	-2	0	11
6.02.05	Aquisição de Intangível	0	-23	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.600.691	-7.096.061	-6.742.467
6.03.01	Aumento (Redução) em Depósitos	15.311.674	-106.540	106.540
6.03.03	Outorga de Opções de Ações	344.133	535.557	215.310
6.03.04	Aquisições de Ações para Tesouraria	-3.324.436	-34.746	-662.215
6.03.05	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-7.008.406	-6.318.783	-5.368.868
6.03.06	Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada	-1.722.274	-1.171.549	-1.033.234
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.435.509	-108.109	111.367

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	144.772	252.881	141.514
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.580.281	144.772	252.881

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	75.000.000	1.315.744	0	25.896.451	0	-322.359	101.889.836
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	75.000.000	1.315.744	0	25.896.451	0	-322.359	101.889.836
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	21.083.796	0	21.083.796
5.05	Destinações	0	0	0	15.579.834	-21.083.796	0	-5.503.962
5.05.01	Dividendos	0	0	0	2.702.504	0	0	2.702.504
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-8.206.466	0	-8.206.466
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	12.877.330	-12.877.330	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	10.148.000	0	0	-10.148.000	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	1.158	0	-1.053.527	-1.052.369
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-3.324.436	0	0	-3.324.436
5.12	Outros	0	221.475	0	-2.633.498	0	0	-2.412.023
5.12.01	Outorga de Opções	0	42.018	0	302.115	0	0	344.133
5.12.02	Outorga de Opções Reconhecidas	0	55.508	0	0	0	0	55.508
5.12.03	Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	0	123.949	0	-2.935.613	0	0	-2.811.664
5.13	Saldo Final	85.148.000	1.537.219	0	25.371.509	0	-1.375.886	110.680.842

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	60.000.000	870.456	0	29.893.979	0	-1.534.691	89.229.744
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	60.000.000	870.456	0	29.893.979	0	-1.534.691	89.229.744
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	17.391.557	0	17.391.557
5.05	Destinações	0	0	0	12.993.997	-17.391.557	0	-4.397.560
5.05.01	Dividendos	0	0	0	2.946.627	0	0	2.946.627
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-7.344.187	0	-7.344.187
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	10.047.370	-10.047.370	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	15.000.000	0	0	-15.000.000	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	1.212.332	1.212.332
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-34.746	0	0	-34.746
5.12	Outros	0	445.288	0	-1.956.779	0	0	-1.511.491
5.12.01	Outorga de Opções	0	-104.719	0	640.276	0	0	535.557
5.12.02	Outorga de Opções Reconhecidas	0	249.219	0	0	0	0	249.219
5.12.03	Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	0	300.788	0	-2.597.055	0	0	-2.296.267
5.13	Saldo Final	75.000.000	1.315.744	0	25.896.451	0	-322.359	101.889.836

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	45.000.000	843.694	0	38.469.995	0	1.506.889	85.820.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	45.000.000	843.694	0	38.469.995	0	1.506.889	85.820.578
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	11.661.389	0	11.661.389
5.05	Destinações	0	0	0	8.415.571	-11.661.389	0	-3.245.818
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	2.596.616	-5.842.434	0	-3.245.818
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	5.818.955	-5.818.955	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	15.000.000	0	0	-15.000.000	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-3.041.580	-3.041.580
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-662.215	0	0	-662.215
5.12	Outros	0	26.762	0	-2.175.163	0	845.791	-1.302.610
5.12.01	Outorga de Opções	0	26.762	0	400.209	0	0	426.971
5.12.02	Pagamento e Complemento Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-1.729.581	0	0	-1.729.581
5.12.03	Reclassificação para Remensuração em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	0	0	0	-845.791	0	845.791	0
5.13	Saldo Final	60.000.000	870.456	0	29.048.188	0	-688.900	89.229.744

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	6.775.487	4.829.511	6.071.793
7.01.01	Intermediação Financeira	6.591.515	4.495.970	3.549.205
7.01.04	Outras	183.972	333.541	2.522.588
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.190.099	-1.104.706	-1.020.395
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-47.907	-34.926	-38.044
7.03.02	Serviços de Terceiros	-35.300	-20.976	-17.037
7.03.04	Outros	-12.607	-13.950	-21.007
7.04	Valor Adicionado Bruto	4.537.481	3.689.879	5.013.354
7.05	Retenções	-57.776	-57.808	-28.960
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-57.776	-57.808	-28.960
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.479.705	3.632.071	4.984.394
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.016.358	14.361.021	9.849.993
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.016.358	14.361.021	9.849.993
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	21.496.063	17.993.092	14.834.387
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	21.496.063	17.993.092	14.834.387
7.09.01	Pessoal	128.262	110.429	233.161
7.09.01.01	Remuneração Direta	126.417	108.902	231.023
7.09.01.02	Benefícios	1.521	1.226	1.700
7.09.01.03	F.G.T.S.	324	301	438
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	283.531	490.624	2.939.440
7.09.02.01	Federais	283.483	490.581	2.939.402
7.09.02.03	Municipais	48	43	38
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	474	482	397
7.09.03.01	Aluguéis	0	482	397
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	21.083.796	17.391.557	11.661.389
7.09.04.02	Dividendos	5.503.962	4.397.560	3.245.818
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.579.834	12.993.997	8.415.571

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	1.276.415.000	1.127.203.000	1.027.297.000
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.544.000	17.527.000	16.576.000
1.02	Aplicações Financeiras	644.668.000	541.576.000	497.098.000
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	602.483.000	507.142.000	486.982.000
1.02.01.01	Títulos para Negociação	164.311.000	132.944.000	148.860.000
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	86.045.000	78.360.000	96.626.000
1.02.01.03	Depósitos Compulsórios no Banco Central	66.556.000	63.106.000	77.010.000
1.02.01.04	Aplicações em Depósitos interfinanceiros	30.525.000	23.081.000	25.660.000
1.02.01.05	Aplicações no Mercado Aberto	254.404.000	208.918.000	138.455.000
1.02.01.06	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	642.000	733.000	371.000
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	42.185.000	34.434.000	10.116.000
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	42.185.000	34.434.000	10.116.000
1.04	Tributos Diferidos	52.149.000	35.243.000	34.742.000
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	47.453.000	31.129.000	31.886.000
1.04.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	2.088.000	3.329.000	1.955.000
1.04.03	Outros	2.608.000	785.000	901.000
1.05	Outros Ativos	541.819.000	513.922.000	462.589.000
1.05.03	Outros	541.819.000	513.922.000	462.589.000
1.05.03.01	Derivativos	26.755.000	14.156.000	11.366.000
1.05.03.02	Operações de Crédito, Líquida	447.404.000	430.039.000	389.467.000
1.05.03.03	Outros Ativos Financeiros	53.506.000	53.649.000	47.592.000
1.05.03.04	Ágio	2.057.000	1.961.000	1.905.000
1.05.03.05	Outros Ativos	12.097.000	14.117.000	12.259.000
1.06	Investimentos	4.399.000	4.090.000	3.931.000
1.06.01	Participações em Coligadas	4.399.000	4.090.000	3.931.000
1.06.01.01	Investimentos em Empresas não Consolidadas	4.399.000	4.090.000	3.931.000
1.07	Imobilizado	8.541.000	8.711.000	6.564.000
1.07.01	Imobilizado de Uso	8.541.000	8.711.000	6.564.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.08	Intangível	6.295.000	6.134.000	5.797.000
1.08.01	Intangíveis	6.295.000	6.134.000	5.797.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	1.276.415.000	1.127.203.000	1.027.297.000
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	412.000	520.000	371.000
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	31.071.000	17.350.000	11.405.000
2.02.01	Derivativos	31.071.000	17.350.000	11.405.000
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	880.057.000	779.284.000	724.496.000
2.03.01	Depósitos	292.610.000	294.773.000	274.383.000
2.03.02	Captação no Mercado Aberto	336.643.000	288.683.000	266.682.000
2.03.03	Recursos de Mercados Interbancários	156.886.000	122.586.000	111.376.000
2.03.04	Recursos de Mercados Institucionais	93.918.000	73.242.000	72.055.000
2.04	Provisões	18.994.000	17.027.000	18.862.000
2.05	Passivos Fiscais	4.971.000	4.465.000	3.794.000
2.05.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	2.364.000	2.835.000	1.655.000
2.05.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	370.000	201.000	328.000
2.05.03	Outros	2.237.000	1.429.000	1.811.000
2.06	Outros Passivos	226.851.000	207.940.000	184.177.000
2.06.01	Outros Passivos Financeiros	68.715.000	71.492.000	61.274.000
2.06.02	Provisão de Seguros e Previdência Privada	129.305.000	109.778.000	99.023.000
2.06.03	Passivo de Planos de Capitalização	3.044.000	3.010.000	3.032.000
2.06.04	Outros Passivos	25.787.000	23.660.000	20.848.000
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	114.059.000	100.617.000	84.192.000
2.08.01	Capital Social Realizado	85.148.000	75.000.000	60.000.000
2.08.02	Reservas de Capital	-2.620.000	180.000	-870.000
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-2.620.000	180.000	-870.000
2.08.04	Reservas de Lucros	31.014.000	24.511.000	25.606.000
2.08.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	31.014.000	24.511.000	25.606.000
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.290.000	-431.000	-1.513.000
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.807.000	1.357.000	969.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	129.574.000	129.035.000	94.797.000
3.01.01	Receita de Juros e Rendimentos	147.789.000	120.115.000	94.127.000
3.01.02	Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	-6.353.000	9.644.000	6.594.000
3.01.03	Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros	-11.862.000	-724.000	-5.924.000
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-75.064.000	-72.977.000	-46.361.000
3.02.01	Despesas de Juros e Rendimentos	-75.064.000	-72.977.000	-46.361.000
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	54.510.000	56.058.000	48.436.000
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-36.245.000	-27.250.000	-27.571.000
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	29.452.000	26.342.000	22.712.000
3.04.02	Despesas de Pessoal	-19.573.000	-17.071.000	-15.860.000
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-28.053.000	-25.479.000	-24.054.000
3.04.04	Despesas Tributárias	-5.405.000	-5.063.000	-4.341.000
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	8.049.000	9.257.000	8.239.000
3.04.05.01	Resultado de Operações de Seg., Prev., Cap. antes das Despesas com sinistros e de Comercialização	6.672.000	6.888.000	6.639.000
3.04.05.02	Receita de Dividendos	98.000	215.000	205.000
3.04.05.03	Outras Receitas	1.279.000	2.154.000	1.395.000
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-21.335.000	-15.801.000	-14.870.000
3.04.06.01	Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-24.517.000	-18.832.000	-17.856.000
3.04.06.02	Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.779.000	5.054.000	5.061.000
3.04.06.03	Despesas com Sinistros	-1.597.000	-2.023.000	-2.075.000
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	620.000	565.000	603.000
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.265.000	28.808.000	20.865.000
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.891.000	-6.947.000	-4.343.000
3.06.01	Corrente	-8.965.000	-7.209.000	-7.503.000
3.06.02	Diferido	16.856.000	262.000	3.160.000
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	26.156.000	21.861.000	16.522.000
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	26.156.000	21.861.000	16.522.000
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	25.740.000	21.555.000	16.424.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	416.000	306.000	98.000
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,3	3,94	3,31
3.99.01.02	PN	4,3	3,94	3,31
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,28	3,92	3,3
3.99.02.02	PN	4,28	3,92	3,3

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	26.156.000	21.861.000	16.522.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-859.000	1.082.000	-3.248.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-2.171.000	583.000	-3.187.000
4.02.02	Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior	-1.739.000	-143.000	-317.000
4.02.03	Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	3.099.000	440.000	635.000
4.02.05	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós- Emprego	-48.000	202.000	-379.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	25.297.000	22.943.000	13.274.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	24.881.000	22.637.000	13.176.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	416.000	306.000	98.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-24.778.000	88.539.000	35.122.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	66.562.000	57.044.000	50.297.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	26.156.000	21.861.000	16.522.000
6.01.01.02	Opções de Outorgas Reconhecidas	180.000	550.000	212.000
6.01.01.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	24.517.000	18.832.000	17.856.000
6.01.01.04	Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada	15.409.000	7.879.000	4.940.000
6.01.01.05	Despesa de Juros de Operações com Debêntures	0	0	41.000
6.01.01.06	Variação das Provisões de Seguros e Previdência	16.460.000	15.436.000	15.628.000
6.01.01.07	Resultado de Operações de Capitalização	-587.000	-558.000	-463.000
6.01.01.08	Depreciações e Amortizações	2.828.000	2.544.000	2.333.000
6.01.01.09	Tributos Diferidos	-1.869.000	-262.000	-3.160.000
6.01.01.10	Resultado de Participações sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas	-620.000	-565.000	-603.000
6.01.01.11	(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.812.000	915.000	839.000
6.01.01.12	Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-16.941.000	-9.012.000	-8.482.000
6.01.01.13	Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-6.821.000	-3.517.000	-544.000
6.01.01.14	(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	36.000	35.000	1.000
6.01.01.15	(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	43.000	14.000	-10.000
6.01.01.16	(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	11.000	41.000	10.000
6.01.01.17	Despesa atualização/encargos prov passivos contingentes e obrigações legais	1.479.000	1.019.000	801.000
6.01.01.18	Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais	3.948.000	3.380.000	4.534.000
6.01.01.19	Receita de Atualização/Encargos de Depósitos em Garantia	-285.000	-377.000	-265.000
6.01.01.20	Outros	-194.000	-1.171.000	107.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-84.858.000	39.216.000	-8.419.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.308.000	12.099.000	520.000
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto	-88.250.000	11.327.000	27.601.000
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	-2.762.000	13.893.000	-13.180.000
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-31.056.000	26.073.000	-3.347.000
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Derivativos (Ativos/Passivos)	3.008.000	4.525.000	582.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Designados a Valor Justo	435.000	-303.000	-151.000
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Operações de Crédito	-28.103.000	-42.309.000	-56.661.000
6.01.02.08	(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	2.476.000	-35.546.000	-3.921.000
6.01.02.09	(Aumento) Redução em Outros Ativos Fiscais	-15.037.000	1.203.000	1.059.000
6.01.02.10	(Aumento) Redução em Outros Ativos	6.522.000	17.233.000	-1.139.000
6.01.02.11	(Redução) Aumento em Depósitos	-16.696.000	-4.353.000	29.466.000
6.01.02.12	(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	47.833.000	22.013.000	-723.000
6.01.02.13	(Redução) Aumento em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-434.000	47.000	-271.000
6.01.02.14	(Redução) Aumento em Recursos de Mercados Interbancários	33.199.000	3.946.000	14.196.000
6.01.02.15	(Redução) Aumento em Outros Passivos Financeiros	-5.222.000	4.711.000	5.894.000
6.01.02.16	(Redução) Aumento em Provisão de Seguros e Previdência	3.067.000	-383.000	-6.923.000
6.01.02.17	(Redução) Aumento em Passivos de Planos de Capitalização	621.000	536.000	603.000
6.01.02.18	(Redução) Aumento em Provisões	-2.005.000	-4.852.000	-4.286.000
6.01.02.19	(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais	6.931.000	8.119.000	3.509.000
6.01.02.20	(Redução) Aumento em Outros Passivos	-2.693.000	1.237.000	-1.247.000
6.01.03	Outros	-6.482.000	-7.721.000	-6.756.000
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-6.482.000	-7.721.000	-6.756.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-360.000	2.677.000	-14.500.000
6.02.01	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas não Consolidadas	243.000	213.000	62.000
6.02.02	Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	12.214.000	60.768.000	29.518.000
6.02.03	Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	3.160.000	2.667.000	465.000
6.02.04	Alienação de Bens Destinados a Venda	123.000	68.000	111.000
6.02.05	Alienação de Investimentos em Empresas não Consolidadas	-43.000	-14.000	15.000
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	104.000	62.000	60.000
6.02.07	Distrato de Contratos do Intangível	69.000	222.000	201.000
6.02.08	Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-9.516.000	-46.165.000	-38.738.000
6.02.09	Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-4.090.000	-11.322.000	-585.000
6.02.10	Aquisição de Investimentos em Empresas não Consolidadas	0	-10.000	-379.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.02.11	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.466.000	-3.966.000	-2.516.000
6.02.12	Aquisição de Intangível	-1.158.000	-1.232.000	161.000
6.02.13	Caixa e Equivalente de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da Credicard	0	0	-2.875.000
6.02.14	Caixa e Equivalente de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Venda da ISSC	0	1.474.000	0
6.02.15	Caixa e Equivalente de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da BMG Seguradora	0	-88.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.529.000	-21.688.000	-10.607.000
6.03.01	Captação em Mercados Institucionais	6.667.000	207.000	120.000
6.03.02	Resgate em Mercados Institucionais	-5.242.000	-16.158.000	-5.166.000
6.03.03	Aquisição/Aumento de Participação de Acionistas não Controladores	276.000	167.000	292.000
6.03.05	Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	344.000	535.000	215.000
6.03.06	Aquisições de Ações para Tesouraria	-3.324.000	-35.000	-662.000
6.03.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores	-242.000	-85.000	-37.000
6.03.08	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-7.008.000	-6.319.000	-5.369.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-33.667.000	69.528.000	10.015.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	125.318.000	55.790.000	45.775.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	91.651.000	125.318.000	55.790.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	75.000.000	180.000	24.511.000	0	-431.000	99.260.000	1.357.000	100.617.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	75.000.000	180.000	24.511.000	0	-431.000	99.260.000	1.357.000	100.617.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.148.000	-2.800.000	-11.030.000	-8.207.000	0	-11.889.000	34.000	-11.855.000
5.04.01	Aumentos de Capital	10.148.000	0	-10.148.000	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	56.000	0	0	0	56.000	0	56.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-3.324.000	0	0	0	-3.324.000	0	-3.324.000
5.04.06	Dividendos	0	0	2.703.000	-8.207.000	0	-5.504.000	-242.000	-5.746.000
5.04.08	Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	0	344.000	0	0	0	344.000	0	344.000
5.04.09	(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	0	0	0	0	0	0	276.000	276.000
5.04.10	Reorganizações Societárias	0	0	-639.000	0	0	-639.000	0	-639.000
5.04.11	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio pagos em 2015 - Exercício 2014	0	0	-2.936.000	0	0	-2.936.000	0	-2.936.000
5.04.12	Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	0	124.000	0	0	0	124.000	0	124.000
5.04.13	Outros	0	0	-10.000	0	0	-10.000	0	-10.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.740.000	-859.000	24.881.000	416.000	25.297.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.740.000	0	25.740.000	416.000	26.156.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-859.000	-859.000	0	-859.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	17.533.000	-17.533.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	17.533.000	-17.533.000	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	85.148.000	-2.620.000	31.014.000	0	-1.290.000	112.252.000	1.807.000	114.059.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	60.000.000	-870.000	25.606.000	0	-1.513.000	83.223.000	969.000	84.192.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	60.000.000	-870.000	25.606.000	0	-1.513.000	83.223.000	969.000	84.192.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.000.000	1.050.000	-15.306.000	-7.344.000	0	-6.600.000	82.000	-6.518.000
5.04.01	Aumentos de Capital	15.000.000	0	-15.000.000	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	249.000	0	0	0	249.000	0	249.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-35.000	0	0	0	-35.000	0	-35.000
5.04.06	Dividendos	0	0	2.947.000	-7.344.000	0	-4.397.000	-85.000	-4.482.000
5.04.08	Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	0	535.000	0	0	0	535.000	0	535.000
5.04.09	(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	0	0	0	0	0	0	167.000	167.000
5.04.10	Reorganizações Societárias	0	0	-639.000	0	0	-639.000	0	-639.000
5.04.11	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio pagos em 2014 - Exercício 2013	0	0	-2.597.000	0	0	-2.597.000	0	-2.597.000
5.04.12	Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	0	301.000	0	0	0	301.000	0	301.000
5.04.13	Outros	0	0	-17.000	0	0	-17.000	0	-17.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.555.000	1.082.000	22.637.000	306.000	22.943.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.555.000	0	21.555.000	306.000	21.861.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.082.000	1.082.000	0	1.082.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.211.000	-14.211.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.211.000	-14.211.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	75.000.000	180.000	24.511.000	0	-431.000	99.260.000	1.357.000	100.617.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	45.000.000	-635.000	29.802.000	0	1.735.000	75.902.000	96.000	75.998.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	45.000.000	-635.000	29.802.000	0	1.735.000	75.902.000	96.000	75.998.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.000.000	-235.000	-14.778.000	-5.842.000	0	-5.855.000	775.000	-5.080.000
5.04.01	Aumentos de Capital	15.000.000	0	-15.000.000	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	212.000	0	0	0	212.000	0	212.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-662.000	0	0	0	-662.000	0	-662.000
5.04.06	Dividendos	0	0	2.596.000	-5.842.000	0	-3.246.000	-37.000	-3.283.000
5.04.08	Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	0	215.000	0	0	0	215.000	0	215.000
5.04.09	(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	0	0	0	0	0	0	812.000	812.000
5.04.10	Reorganizações Societárias	0	0	-640.000	0	0	-640.000	0	-640.000
5.04.11	Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2013 - Exercício 2012	0	0	-1.730.000	0	0	-1.730.000	0	-1.730.000
5.04.12	Outros	0	0	-4.000	0	0	-4.000	0	-4.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.424.000	-3.248.000	13.176.000	98.000	13.274.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.424.000	0	16.424.000	98.000	16.522.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.248.000	-3.248.000	0	-3.248.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes no Período	0	0	0	0	-3.248.000	-3.248.000	0	-3.248.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.582.000	-10.582.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	10.582.000	-10.582.000	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	60.000.000	-870.000	25.606.000	0	-1.513.000	83.223.000	969.000	84.192.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	147.337.000	150.856.000	112.953.000
7.01.01	Intermediação Financeira	129.672.000	119.606.000	88.408.000
7.01.02	Prestação de Serviços	29.452.000	26.342.000	22.712.000
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-19.738.000	-13.778.000	-12.795.000
7.01.04	Outras	7.951.000	18.686.000	14.628.000
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-86.175.000	-83.030.000	-56.425.000
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.652.000	-13.765.000	-12.635.000
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-798.000	-654.000	-604.000
7.03.02	Serviços de Terceiros	-4.044.000	-4.189.000	-3.215.000
7.03.04	Outros	-9.810.000	-8.922.000	-8.816.000
7.04	Valor Adicionado Bruto	46.510.000	54.061.000	43.893.000
7.05	Retenções	-2.598.000	-2.468.000	-2.330.000
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.598.000	-2.468.000	-2.330.000
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	43.912.000	51.593.000	41.563.000
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	620.000	565.000	603.000
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	620.000	565.000	603.000
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	44.532.000	52.158.000	42.166.000
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	44.532.000	52.158.000	42.166.000
7.09.01	Pessoal	17.609.000	15.238.000	14.205.000
7.09.01.01	Remuneração Direta	13.891.000	12.252.000	11.403.000
7.09.01.02	Benefícios	2.914.000	2.286.000	2.161.000
7.09.01.03	F.G.T.S.	804.000	700.000	641.000
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-522.000	13.843.000	10.339.000
7.09.02.01	Federais	-1.661.000	12.802.000	9.442.000
7.09.02.02	Estaduais	16.000	67.000	13.000
7.09.02.03	Municipais	1.123.000	974.000	884.000
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.289.000	1.216.000	1.100.000
7.09.03.01	Aluguéis	1.289.000	1.216.000	1.100.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	26.156.000	21.861.000	16.522.000
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.746.000	4.482.000	3.283.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.994.000	17.073.000	13.141.000
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	416.000	306.000	98.000

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a Dezembro de 2015**

Prezados acionistas,

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco) e de suas controladas, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2015 seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do Itaú Unibanco (www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores) e nos sites da CVM, da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e da *Bolsa de Comercio de Buenos Aires* (BCBA). Nossos resultados podem ser acessados também por dispositivos *mobile* e *tablet*, por meio de nosso site e aplicativo “Itaú RI” (APP), respectivamente.

1) PRINCIPAIS NÚMEROS

	2015	2014
Lucro Líquido (R\$ bilhões)	23,4	20,2
Lucro Líquido Recorrente (R\$ bilhões)	23,8	20,6
Retorno Recorrente sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado	23,9%	24,0%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado	23,5%	23,5%
Índice de Basileia Consolidado Prudencial ⁽¹⁾	17,8%	16,9%
Ativos Totais (R\$ bilhões)	1.359,2	1.208,7
Total de Operações de Crédito com Avais e Fianças (R\$ bilhões)	548,1	525,5
Colaboradores do Conglomerado (indivíduos)	90.320	93.175
Brasil	83.481	86.192
Exterior	6.839	6.983
Agências e PAs Físicos	4.891	5.039
Agências Digitais	94	31
Caixas Eletrônicos	26.412	27.916
Atuação no Exterior (países/territórios) ⁽²⁾	18	18

⁽¹⁾ O critério de apuração do Índice de Basileia referente a 31 de dezembro de 2014 foi o consolidado operacional e de 31 de dezembro de 2015 foi o consolidado prudencial.

⁽²⁾ Não considera Brasil.

2) AMBIENTE ECONÔMICO**2.1) Contexto Internacional (ex- Latam)**

A economia dos EUA continua apresentando melhora no mercado de trabalho. A taxa de desemprego caiu de 5,7% no fim de 2014 para 5,0% em dezembro de 2015. Esta evolução favorável acompanhou um crescimento moderado do PIB, que expandiu 2,6% no acumulado do ano até setembro, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Na mesma comparação, o PIB da zona do euro cresceu 1,5% e o do Japão 0,4%, mas a China desacelerou para 6,9%, frente aos 7,3% alcançados em 2014. Esta moderação do crescimento na China vem afetando o crescimento dos países emergentes, incluindo os países da América Latina.

2.2) Contexto Latam (ex- Brasil)

Na América Latina, os países exportadores de *commodities* continuam a crescer menos em relação à década anterior. Os preços mais baixos das *commodities* influenciam negativamente o investimento, a confiança e a renda nacional. O México ainda não se beneficia plenamente da recuperação da economia dos EUA e a queda dos preços do petróleo é um obstáculo para a implantação da reforma do setor energético.

Devido à depreciação das moedas, a inflação tem sido mais elevada em quase todos os países. Os bancos centrais do Chile, Colômbia, Peru e México estão elevando as taxas de juros, apesar do baixo crescimento.

A queda da atividade econômica e das receitas fiscais ligadas às cotações mais baixas das *commodities* também estão levando alguns governos a cortar gastos. Embora o ambiente econômico para a região esteja desfavorável, os fundamentos criam diferenças entre os países. Nesse sentido, a desaceleração no Chile, Colômbia, Peru e México tem sido mais suave em relação aos outros países da América Latina.

2.3) Contexto Doméstico

No cenário doméstico, o PIB contraiu novamente no período de janeiro a setembro de 2015, apresentando redução de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desemprego passou de 4,9% em novembro de 2014 para 7,5% em novembro de 2015. A inflação acumulou 10,67% em 2015. O BACEN elevou os juros para 14,25% em julho de 2015 e os manteve estáveis pelo resto do ano. O déficit primário acumulado no ano alcançou 0,7% do PIB em novembro de 2015, frente a um déficit de 0,4% do PIB no mesmo período de 2014. O déficit em conta corrente, por sua vez, vem diminuindo em função do câmbio mais depreciado e da contração da atividade. O déficit nas contas externas caiu de 4,3% do PIB em 2014 para 3,3% do PIB em 2015.

O dólar valorizou 47% frente ao real em 2015, fechando o ano em R\$ 3,90. O país apresenta reservas internacionais da ordem de US\$ 370 bilhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3) NOSSOS DESTAQUES EM 2015

3.1) Nova estrutura na direção do Itaú Unibanco Holding

Em fevereiro, anunciamos mudanças estruturais na direção da companhia, presidida por Roberto Setubal, e um novo Comitê Executivo composto por 3 diretores-gerais (Atacado; Varejo; e Tecnologia & Operações) e 2 vice-presidentes (Gestão e Controle de Riscos & Finanças; e Jurídico, Pessoas & Institucional).

3.2) Inauguração do Novo Data Center

Em março de 2015, inauguramos nosso novo *data center*. Esse centro tecnológico aumentará em 25 vezes a capacidade de processamento e armazenamento das operações do banco, além de propiciar a redução do uso de energia em 43% em relação ao consumo atual. O novo *data center* suportará o nosso crescimento até 2050, garantindo o alto desempenho e a disponibilidade das nossas operações. O processo de migração dos nossos sistemas e serviços tem término previsto para o segundo semestre de 2016.

3.3) Eventos Societários

Recompra de ações – Em 2015, adquirimos^(a) 115,4 milhões de ações preferenciais de emissão própria no montante total de R\$ 3,3 bilhões ao preço médio de R\$ 28,80 por ação.

O saldo de ações em tesouraria atingiu 162,6 milhões de ações preferenciais em dezembro de 2015, que equivalem a 5,7% das ações da mesma classe em circulação (*free float*).

Adicionalmente, em janeiro de 2016, foram recompradas 8,0 milhões de ações preferenciais.

Em fevereiro de 2016, foi deliberada em reunião do Conselho de Administração, a renovação do programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 10,0 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões de ações preferenciais, válido para o período de 03 de fevereiro de 2016 a 02 de agosto de 2017.

(a) Todos os valores foram ajustados pela bonificação de 10% em ações aprovada em Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2015.

Bonificação de 10% das ações do Itaú Unibanco

Pelo terceiro ano consecutivo, bonificamos nossas ações em 10%. Assim, em julho de 2015, nossos acionistas receberam uma nova ação para cada dez ações da mesma espécie que possuíam.

O dividendo mensal foi mantido em R\$ 0,015 por ação, representando um incremento de 10% nos valores recebidos mensalmente, e foi atribuído um custo de R\$ 18,348050984612 às ações bonificadas, impactando o preço médio da carteira de nossos acionistas.

3.4) Fusões, Aquisições e Parcerias

Fusão do Itaú Chile com o CorpBanca – Em 2015, a fusão foi aprovada no Chile. Portanto, obtivemos todas as autorizações regulatórias no Brasil, Chile, Colômbia e Panamá.

O banco resultante da fusão terá denominação de Itaú CorpBanca, operará sob a marca “Itaú” e será controlado pelo Itaú Unibanco por meio de uma participação acionária de 33,58% em seu capital social.

A concretização da fusão, que deverá ocorrer no primeiro semestre de 2016, trará os seguintes benefícios para os acionistas do Banco Itaú Chile e do CorpBanca:

- Criação de uma das instituições financeiras mais robustas da América Latina;
- Maior rede de atendimento a clientes;
- Menores custos de *funding* e maior capacidade de alavancagem do capital de Nível 1; e
- Sinergias de custos operacionais.

Essa operação consolida a estratégia do banco de expandir sua presença na América Latina, colocando o banco em posição de destaque no Chile e na Colômbia, bem como diversificando nossa atuação na região.

Aliança com a MasterCard – Em março de 2015, celebramos um contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. para criar uma aliança, pelo prazo de 20 anos, no mercado de soluções de pagamento no Brasil. Essa aliança irá operar uma nova rede de pagamentos eletrônicos, por meio de uma sociedade controlada pela MasterCard, na qual o Itaú Unibanco terá determinados direitos de veto e aprovação. Esta aliança está sujeita à aprovação regulatória.

Aquisição de ações da ConectCar – Em outubro de 2015, a Rede assinou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças por meio do qual comprometeu-se a adquirir 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., por meio do pagamento de R\$ 170 milhões à Odebrecht Transport S.A. Os 50% remanescentes do capital social da ConectCar são detidos pela Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A. A operação foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e pelo BACEN no final de 2015.

Aquisição de controle – Recovery – Em dezembro de 2015, celebramos um contrato com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG”) por meio do qual nos comprometemos a adquirir 81,94% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (“Recovery”), correspondente à totalidade da participação do BTG na Recovery.

Após a obtenção das autorizações regulatórias e governamentais necessárias e do cumprimento de determinadas condições suspensivas, pagaremos R\$ 640 milhões ao BTG por referida participação.

Em conjunto com a aquisição da participação no capital social da Recovery, nos comprometemos, nessa mesma operação, a adquirir aproximadamente 70% de um *portfolio* de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras, decorrentes de créditos originados principalmente de alguns bancos do mercado. Sujeito às mesmas condições precedentes para a aquisição da participação no capital social da Recovery, pagaremos R\$ 570 milhões ao BTG pela participação em tal *portfolio*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.5) Tecnologia

A nossa tecnologia é para melhorar o dia a dia das pessoas. Buscamos ser cada vez mais relevantes nas demandas básicas delas, disponibilizando a melhor experiência possível.

É por isso que criamos nossos canais digitais. Para nossos clientes terem o banco onde e quando quiserem, seja na agência ou até mesmo no bolso, no carro, no parque ou em qualquer outro lugar.

Canais digitais – Em 2015, 67% das transações feitas no banco vieram dos nossos canais digitais, o que representou 8,9 bilhões de transações, com crescimento de 23% em relação ao ano anterior.

Mensalmente, mais de 40% dos correntistas pessoa física acessam os canais digitais, enquanto no segmento pessoa jurídica este número ultrapassa 60%.

Destacamos o canal *mobile*, que em 2015 apresentou crescimento de 5 p.p. em participação de transações, representando 17% do total das transações do banco. Para garantir ao nossos clientes ainda mais conveniência e disponibilidade, continuamos investindo em nossas Agências Digitais - um modelo inovador e pioneiro de relacionamento, que torna o banco ainda mais disponível aos clientes, além do horário convencional e por meio do canal digital de sua preferência.

Em dezembro de 2015, já atingíamos a marca de mais de 1,1 milhão de clientes de agências digitais.

Redes sociais - Em 2015, continuamos a ser o maior canal de vídeos de marca do Youtube no Brasil e o maior do mundo no segmento financeiro, atingindo mais de 192 milhões de visualizações até 31 de dezembro de 2015.

Nossa mensagem de final de ano, intitulada “Feliz 2016”, foi o filme mais assistido pelos brasileiros durante o mês de dezembro, como apontou o *ranking Youtube Ads LeaderBoard*. O filme, narrado pela atriz Fernanda Montenegro, alcançou a marca de quase 52 milhões de visualizações no Youtube e Facebook, e 98% dos comentários foram positivos.

Em 2015, chegamos a 7,6 milhões de fãs no Facebook. Temos a maior comunidade entre todos os bancos do mundo e uma das 15 maiores bases de fãs entre as marcas brasileiras, de acordo com o *SocialBakers*. No Twitter, nosso perfil alcançou mais de 594 mil seguidores, sendo o número um no segmento financeiro do país. Temos também 64,7 mil seguidores no Instagram.

No monitoramento dos nossos perfis nas redes sociais, que faz uma relação das interações que nossos públicos tem com a gente – como dúvidas, sugestões, elogios e reclamações – tivemos mais de 549 mil menções sobre o Itaú Unibanco, sendo 74% destes comentários positivos e neutros, de acordo com a Gauge (consultoria de inovação em negócios e inteligência de mercado).

“Cubo” – Nossos investimentos em tecnologia também vão além do nosso *core business*.

Em maio de 2015, lançamos, em parceria com a Redpoint eventures, o “Cubo”. Uma iniciativa sem fins lucrativos, o Cubo consiste em um grande centro de fomento ao empreendedorismo tecnológico que oferece espaços de *coworking*, atividades de educação e *networking*, e tem como objetivo contribuir de forma estruturada para a disseminação de iniciativas inovadoras e transformadoras. A sede do Cubo foi inaugurada em setembro de 2015, em São Paulo.

3.6) Evento Subsequente

Gestora de Inteligência de Crédito – Em 21 de janeiro de 2016, comunicamos ao mercado a assinatura de Memorando de Entendimentos com outros quatro bancos, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito (GIC), que será estruturada como uma sociedade anônima e seu controle será compartilhado, onde cada banco deterá 20%. A GIC desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias, de pessoas físicas e jurídicas que autorizarem expressamente a sua inclusão no banco de dados conforme exigido pelas normas aplicáveis. Tal atuação propiciará uma maior troca de informações sobre tais pessoas físicas e jurídicas, permitindo o desenvolvimento e o alcance de maior eficiência na gestão do crédito, o que poderá facilitar, para os participantes do Sistema Financeiro Nacional e as demais empresas no mercado de crédito, a concessão de linhas de crédito numa perspectiva de médio e longo prazos. A operacionalização técnica da GIC será realizada em conjunto com parceiro técnico selecionado para desenvolver e implementar a plataforma tecnológica e analítica da GIC por meio de contrato de prestação de serviços. A criação da GIC está sujeita à celebração de contratos definitivos entre os cinco bancos, bem como ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**4) NOSSO DESEMPENHO**

Em R\$ bilhões	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	Variação (%) ⁽¹⁾
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	49,7	51,9	(4,1)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27,2)	(19,3)	41,3
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4,8	5,0	(5,5)
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas Bancárias	30,8	27,7	11,1
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	4,2	3,8	8,7
Despesas de Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	(43,8)	(39,2)	11,6
Despesas Tributárias	(5,4)	(5,1)	5,6
Resultado de Participações em Coligadas e Outras Receitas ⁽²⁾	1,6	2,3	(30,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social e Participações no Lucro - Administradores e de Não Controladores	8,6	(7,0)	-
Lucro Líquido	23,4	20,2	15,4
Lucro Líquido Recorrente ⁽³⁾	23,8	20,6	15,6
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (líquidos de impostos)	7,3	6,6	10,1
Retorno Recorrente sobre o Patrimônio Líquido Médio - anualizado	23,9%	24,0%	-0,1 p.p.
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio - anualizado	23,5%	23,5%	0,0 p.p.
Retorno Recorrente sobre o Ativo Médio - anualizado	1,9%	1,8%	0,1 p.p.
Retorno sobre o Ativo Médio - anualizado	1,8%	1,8%	0,0 p.p.

⁽¹⁾ Cálculo das variações utilizando números em unidades.

⁽²⁾ Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto, Outros Investimentos, Outras Receitas Operacionais e Resultado não Operacional.

⁽³⁾ Exclui os efeitos não recorrentes de cada período.

4.1) Resultado e Retornos

Contribuíram para a evolução do lucro líquido de janeiro a dezembro de 2015:

Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas Bancárias: aumento de 11,1% em relação ao ano anterior, devido ao crescimento das receitas de cartões de crédito, advindas principalmente de anuidades e demais serviços; serviços de contas correntes, em função de maiores receitas com pacotes de serviços; administração de fundos; operações de crédito e garantias prestadas.

Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização: crescimento de 8,7% em relação ao ano anterior, influenciado pelas menores despesas com sinistros no período - mais informações no item 4.4. Itaú Seguridade.

Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: aumento de 41,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à constituição da provisão complementar à mínima requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN no valor de R\$ 2.793 milhões^(b), principalmente em função de um cenário de menor crescimento econômico.

Despesas de Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais: aumento de 11,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função de maiores despesas com remuneração e benefícios sociais; de maiores gastos com instalações e processamento de dados e telecomunicações; e da elevação das despesas operacionais, ocasionada pela constituição das provisões fiscais e previdenciárias em R\$ 560 milhões^(b) e cíveis.

Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa, Imposto de Renda e Contribuição Social e Despesas Tributárias: a redução do resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa deve-se aos efeitos fiscais do hedge dos investimentos no exterior^(c), que são contabilizados nas linhas de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e despesas tributárias. Caso fizessemos a reclassificação desse resultado, a margem financeira teria atingido R\$ 64,8 bilhões, apresentando crescimento de 17,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O impacto desta mesma reclassificação na linha de Imposto de Renda e CSLL traria este número para uma despesa de R\$ 4,6 bilhões, apresentando redução de 50,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, e na linha de Despesas Tributárias, essa reclassificação teria levado para uma despesa de R\$ 6,6 bilhões, crescimento de 21,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa foi impactado negativamente em R\$ 520 milhões^(b) pela alteração do tratamento contábil de contrato de *leasing* financeiro, relativa à implantação do Centro Tecnológico, das contas de ativo intangível, imobilizado e adiantamento a fornecedores.

Majoração da Alíquota da Contribuição Social – Em 2015, o impacto no resultado advindo da reavaliação do saldo do crédito tributário de contribuição social, em função da elevação da alíquota, foi positivo em R\$ 3.988^(b) milhões no período.

^(b) Efeitos não recorrentes líquidos dos efeitos fiscais. Consulte mais informações sobre os efeitos não recorrentes na nota explicativa 22.k) das Demonstrações Contábeis Completas.

^(c) A legislação tributária brasileira estabelece que os ganhos e as perdas provenientes de variação cambial sobre os investimentos no exterior não são tributáveis para fins de PIS/COFINS/IE/CSLL. Por outro lado, os ganhos e as perdas decorrentes dos instrumentos financeiros utilizados como hedge dessa posição ativa são impactadas pelos efeitos tributários.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no Lucro (Prejuízo) Operacional e nas contas de Despesas Tributárias (PIS/COFINS) e Imposto de Renda (IR/CSLL).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.2) Dados Patrimoniais

Em R\$ bilhões	31/dez/2015	31/dez/2014	Variação (%) ⁽¹⁾
Ativos Totais	1.359,2	1.208,7	12,4
Total com Avals, Fianças e Títulos Privados	585,5	559,7	4,6
Carteira de Crédito com Avals e Fianças	548,1	525,5	4,3
Grandes Empresas - Títulos Privados	37,4	34,2	9,5
Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados	1.944,9	1.713,8	13,5
Dívidas Subordinadas	65,8	54,6	20,6
Patrimônio Líquido	106,5	95,8	11,1

(1) Cálculo das variações utilizando números em unidades.

4.2.1) Ativos

O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,4 trilhão ao final de dezembro de 2015, com crescimento de 12,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido aos crescimentos das aplicações interfinanceiras de liquidez e dos títulos mobiliários.

A diversificação de nossos negócios reflete-se na mudança da composição da nossa carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em produtos de menor risco e com maiores garantias.

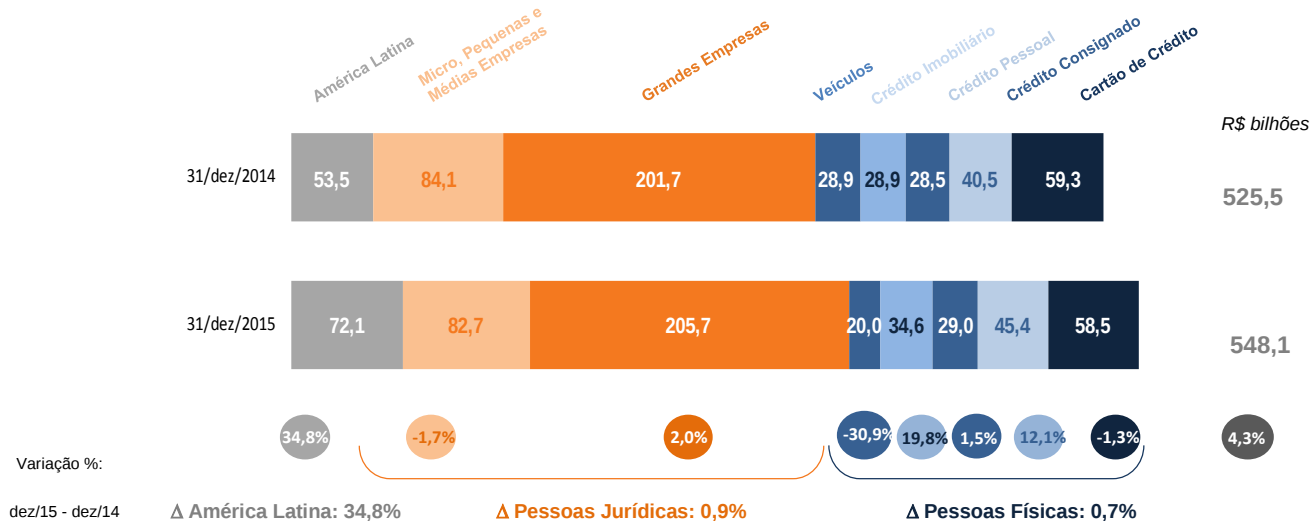
Carteira de Crédito

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 548,1 bilhões, com crescimento de 4,3% em relação a 31 de

dezembro de 2014, devido principalmente ao aumento das carteiras de crédito consignado, crédito imobiliário, grandes empresas e América Latina.

Se considerarmos também os riscos de crédito que temos na modalidade de títulos privados, essa evolução atinge 4,6%. Desconsiderando-se o efeito da variação cambial, a nossa carteira de crédito, incluindo títulos privados, teria reduzido 2,9% em relação ao ano anterior.

Apresentamos a abertura da carteira, com avais e fianças, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:



4.2.2) Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 1,9 trilhão em 31 de dezembro de 2015, aumento de 13,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação a dezembro de 2014, os depósitos à vista somados aos de poupança aumentaram 3,1%

em relação ao ano anterior. A relação entre a Carteira de Crédito e Captação atingiu 73,0% em 31 de dezembro de 2015.

Em R\$ bilhões	31/dez/2015	31/dez/2014	Variação (%) ⁽¹⁾
Depósitos à Vista	61,1	48,7	25,4
Depósitos de Poupança	111,3	118,4	(6,0)
Depósitos a Prazo	105,3	108,5	(3,0)
Debêntures (Vinculadas a Op. Compromissadas e de Terceiros)	152,2	139,9	8,8
Recursos de Letras ⁽²⁾ e Certificados de Operações Estruturadas	50,8	31,7	60,5
Total – Clientes Correntistas e Institucionais^(*)	480,7	447,2	7,5

(1) Cálculo das variações utilizando números em unidades.

(2) Inclui recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Financeiras, de Crédito e Similares.

(*) Os recursos captados com Clientes Institucionais totalizaram R\$ 36,7 bilhões, que corresponde a 7,6% do total captado com Clientes Correntistas e Institucionais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Brasil – Pessoa Física



Cartões de Crédito (Itaúcard, Hipercard, Credicard e parcerias)

Somos líderes em valor transacionado no segmento de cartões de crédito no Brasil ^(d).

O saldo desta carteira em 31 de dezembro de 2015 alcançou R\$ 58,5 bilhões, redução de 1,3% em relação ao ano anterior.

O valor transacionado em compras com cartões de crédito atingiu R\$ 250,8 bilhões de janeiro a dezembro de 2015, o que representou um acréscimo de 5,1% em relação ao ano anterior.

No segmento de cartões de débito, que inclui apenas clientes correntistas, contamos com uma base de 26,0 milhões de contas. O valor transacionado alcançou R\$ 83,8 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2015, com crescimento de 12,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

(d) Fonte: Itaú Unibanco e ABECS (Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços) - dados de janeiro a novembro de 2015.



Crédito Consignado

Somos líderes em saldo de crédito consignado entre os bancos privados brasileiros.

O saldo da carteira de crédito consignado alcançou R\$ 45,4 bilhões (R\$ 16,2 bilhões na nossa rede de agências e R\$ 29,3 bilhões nos demais canais de comercialização), crescimento de 12,1% em relação a 31 de dezembro de 2014, atingindo 8,3% do total de crédito do banco.

Os destaques foram as carteiras de aposentados e pensionistas do INSS, que representaram 63,5% da carteira total de crédito consignado.



Crédito Pessoal

O saldo da carteira de crédito pessoal alcançou R\$ 29,0 bilhões em dezembro de 2015, 1,5% superior ao mesmo período do ano anterior.



Crédito Imobiliário

Somos líderes na concessão de financiamentos de imóveis para pessoas físicas entre os bancos privados brasileiros com utilização dos recursos da poupança (SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo)^(e).

Nossa oferta é realizada pela rede de agências, incorporadoras e imobiliárias. O saldo da carteira de crédito imobiliário alcançou R\$ 34,6 bilhões, evolução de 19,8% em 12 meses, representando, em dezembro de 2015, o terceiro maior saldo da nossa carteira de crédito para pessoas físicas.

A relação entre o valor dos empréstimos e o valor dos imóveis, em carteira, foi de aproximadamente 43,7% no período de janeiro a dezembro de 2015.

De janeiro a dezembro de 2015, realizamos cerca de 34,1 mil financiamentos para mutuários, no valor de R\$ 10,5 bilhões. Para empresários, foram realizadas contratações que geraram 20,0 mil novas unidades no valor de R\$ 3,4 bilhões.

Em setembro de 2015, conquistamos a 1ª colocação em 3 categorias da América Latina e 3 do Brasil na *Euromoney's Real Estate Survey*, promovida pela Revista Euromoney. A pesquisa reconhece as melhores empresas que atuam no mercado imobiliário mundial.

(e) Fonte: Itaú Unibanco e ABECIP (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) - dados de dezembro/15.



Veículos

O saldo da carteira de crédito alcançou R\$ 20,0 bilhões, redução de 30,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre janeiro e dezembro de 2015, as contratações de financiamentos de veículos atingiram R\$ 8,8 bilhões, com prazo médio de 40 meses, sendo que metade das operações foram realizadas com o prazo de até 36 meses.

A relação média da carteira entre o valor do empréstimo e o valor do veículo foi de 70,8% em dezembro de 2015, seguindo tendência de redução.

Brasil – Pessoa Jurídica



Grandes Empresas

O saldo da carteira de crédito de grandes empresas atingiu R\$ 205,7 bilhões em 31 de dezembro de 2015, apresentando aumento de 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em derivativos, somos líderes na CETIP em volume financeiro e quantidade de contratos. Focamos em operações de proteção sobre as exposições de moedas estrangeiras, taxas de juros e *commodities* junto aos nossos clientes.



Micro, Pequenas e Médias Empresas

O saldo da carteira de crédito atingiu R\$ 82,7 bilhões em 31 de dezembro de 2015, redução de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Mantivemos o foco na revisão e simplificação de nossa oferta de produtos para Micro, Pequenas e Médias Empresas. Como exemplo, a “Conta Certa”, que, além de possuir mais serviços, possibilita aos clientes personalizarem as quantidades de boletos, DOC's, TED's, custódia de cheques, entre outros, de acordo com a sua necessidade.



América Latina

O saldo da carteira de crédito da América Latina atingiu R\$ 72,1 bilhões, crescendo 34,8% em relação a dezembro de 2014. Desconsiderando o efeito da variação cambial das respectivas moedas locais frente ao Real, a variação da carteira no período foi de 7,3%. Destacamos o aumento de 35,8% (8,1% em moeda constante) no Chile, com crescimento de 44,1% (14,8% em moeda constante) na carteira de crédito de pessoas físicas e 30,5% (3,9% em moeda constante) na carteira de crédito de pessoas jurídicas.

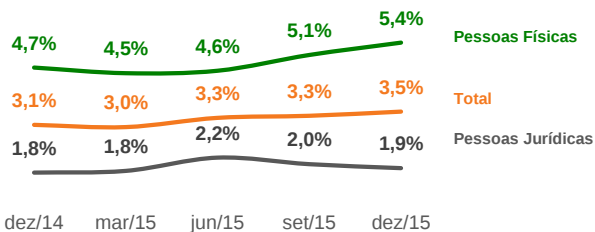
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Inadimplência

Nossa estratégia de redução de risco na concessão de crédito, iniciada em 2011, influenciou no índice de inadimplência, principalmente pela mudança para um perfil mais conservador de nossa carteira. Em função da conjuntura econômica:

- índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias), alcançou 3,5% em 31 de dezembro de 2015, aumento de 0,4 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2014.
- na carteira de clientes pessoas físicas esse índice atingiu 5,4% ao final de dezembro de 2015, aumento de 0,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- na carteira de clientes pessoas jurídicas atingiu 1,9% ao final de dezembro de 2015, aumento de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Inadimplência acima de 90 dias



Devido à expectativa do ambiente econômico continuar desafiador, em 2016, constituímos provisões adicionais ao mínimo BACEN que levaram o saldo destas provisões a R\$ 11,0 bilhões.

O índice de cobertura da carteira com atraso acima de 90 dias atingiu 208% em dezembro de 2015, crescimento de 15 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

4.2.3) Solidez do Capital

Visando garantir a nossa solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos nossos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo BACEN (Consolidado Prudencial*), conforme evidenciado pelo índice de Basileia e pelos índices de Capital Principal e Nível II (consulte o relatório “Gerenciamento de Riscos – Pilar 3” no site de Relações com Investidores (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores) > Governança Corporativa).

Ao final de dezembro de 2015 o índice de Basileia atingiu 17,8%, sendo 14,0% de Capital Principal, composto principalmente por capital social, certas reservas e lucros retidos e ajustes prudenciais, e 3,8% de Capital Nível II, composto principalmente por dívidas subordinadas. Esses indicadores demonstram a nossa capacidade efetiva de absorver perdas.

O montante de nossas dívidas subordinadas que integram o Nível II do nosso capital regulatório alcançou R\$ 27,1 bilhões em 31 de dezembro de 2015.

Capital ^(*)	31/dez/2015	31/dez/2014	Variação
Nível I	14.0	12.5	1.5 p.p.
Nível II	3.8	4.4	-0.6 p.p.
Basileia	17.8	16.9	0.9 p.p.

(*) Consolidado Prudencial: Demonstrações contábeis consolidadas contendo as empresas financeiras e assemelhadas. A partir da data base jan/15, conforme Circular 4.278, este passa a ser o consolidado base de apuração.

4.2.3.1) Classificação de Risco de Crédito pelas Agências de Rating

Em 2015, as alterações dos ratings e das perspectivas dos ratings do Itaú Unibanco Holding S.A. e do Itaú Unibanco S.A. ocorreram por fatores exógenos, sendo eles: (i) alteração da metodologia global para bancos pela Moody's; (ii) rebaixamento do rating soberano brasileiro e alteração da perspectiva de “estável” para “revisão para possível rebaixamento”, pela Moody's; (iii) rebaixamento do rating soberano brasileiro para grau especulativo pela Standard & Poor's; e (iv) dois rebaixamentos do rating soberano do Brasil, sendo o segundo para grau especulativo, pela Fitch Ratings. Os ratings do Itaú Unibanco S.A. são grau de investimento pela Fitch Ratings e Moody's e o do Itaú Unibanco Holding S.A. é grau de investimento pela Fitch Ratings. Consulte mais informações sobre ratings no site de Relações com Investidores (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores) > Opinião de Mercado > Ratings).

4.3) Serviços

Buscamos constantemente implementar e focar na oferta de novos produtos e serviços que agregam valor aos nossos clientes e diversificam nossas fontes de resultados, possibilitando o crescimento de nossas receitas não financeiras, advindas principalmente de prestação de serviços e de seguridade (operações de seguros, previdência e capitalização).

Gestão de Ativos

Em dezembro de 2015, atingimos R\$ 473,1 bilhões^(f) em recursos sob gestão, de acordo com o ranking de gestão ANBIMA, representando 15,9% do mercado. Tivemos crescimento de 18,1% em relação ao mesmo período do ano anterior em recursos sob gestão, com destaque para os fundos de renda fixa e previdência. Além da forte presença local, temos presença nos principais centros financeiros mundiais com profissionais estrategicamente alocados, buscando oportunidades e soluções de investimento adequadas a diferentes perfis de clientes.

A Kinea, empresa de gestão de investimentos alternativos do conglomerado Itaú Unibanco, possui R\$ 6,9 bilhões de ativos sob gestão.

(f) Fonte: Ranking de Gestão ANBIMA – dados de dezembro/2015. Considera as empresas Itaú Unibanco e Intrag.

Serviços de Custódia e Escrituração

No mercado de custódia, somamos R\$ 1,0 trilhão de ativos, segundo o ranking ANBIMA em novembro de 2015, representando aumento de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior^(g).

Prestamos serviços a 222 empresas listadas na BM&FBOVESPA, representando 62,0% do mercado de Escrituração de Ações. Também atuamos como escriturador de 498 emissões de debêntures até

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

novembro de 2015, o que representa 51,8% do mercado ^(g).

(g) Fonte: Itaú Unibanco, ANBIMA e BM&FBovespa (novembro/15).

Private Bank

Com uma plataforma completa de gestão de patrimônio global, somos líderes de mercado no Brasil e um dos principais *players* da América Latina. Nossa equipe multidisciplinar, formada por *private bankers*, consultores de investimentos e especialistas de produtos, atende nossos clientes em escritórios em 8 cidades do Brasil e também no exterior em Zurique, Miami, Nova Iorque, Santiago, Montevideu, Assunção e Nassau.

Em 2015, fomos reconhecidos pelas principais publicações do mercado de Private Bank “*Best Private Banking Services Overall in Brazil*” pela revista Euromoney, “*Best Private Bank in Brazil*” pela PWM/The Banker, “*Outstanding Global Private Bank – Latin America*” pela Private Banker International e “*Best Private Bank in Brazil*” e “*Best Private Bank in Latin America*” pela Global Finance. Essas premiações são resultado da avaliação de importantes instituições e participantes do mercado de *Wealth Management* e consideram o relacionamento com cliente, gestão de portfólio, alocação de ativos, oferta, controle de risco e estratégia do negócio.

Consórcio (Veículos e Imóveis)

Em dezembro de 2015, o saldo de parcelas a receber atingiu R\$ 11,8 bilhões, com aumento de 8,0% em relação a dezembro de 2014.

No mesmo período atingimos aproximadamente 415 mil contratos ativos, apresentando aumento de 3,3% em relação ao ano anterior.

As receitas de administração alcançaram R\$ 683,7 milhões de janeiro a dezembro de 2015.

Banco de Investimentos

Destacamos entre janeiro e dezembro de 2015, nossa operação de Fusões e Aquisições, que prestou assessoria financeira a 54 transações na América Latina, totalizando US\$ 11,1 bilhões, obtendo posição de liderança no *ranking* da Thomson Reuters.

Em renda fixa local, participamos em operações de debêntures, notas promissórias e securitizações que envolveram R\$ 14,2 bilhões no período de janeiro a novembro de 2015. Em emissões internacionais de renda fixa de empresas latino americanas, originamos US\$ 1,8 bilhão no período, de acordo com a Dealogic ^(h).

Para atendimento dos clientes internacionais, contamos com unidades na Argentina, Chile, Colômbia, Emirados Árabes, Estados Unidos, Hong Kong, México, Reino Unido e Peru, operando, nesse último país, por meio de escritório de representação. Nesse mesmo período, recebemos os prêmios “*Most Innovative Investment Bank in LatAm 2015*” pela The Banker e “*Best Investment Bank in Latin America*”, “*Best Investment Bank in Brazil*”, “*Best Investment Bank in Argentina*”, “*Best M&A Bank in Latin America*” e “*Best Equity Bank in Latin America*” promovidos pela Global Finance.

(h) Considera apenas operações em dólar e moeda local, com volume superior a US\$ 50 milhões.

rede Meios de Pagamentos Eletrônicos



No período de janeiro a dezembro de 2015 atingimos 4.028,1 milhões de transações em cartões de débito e crédito, um aumento de 4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O valor transacionado de cartões de crédito foi de R\$ 249,7 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2015. Esse valor representa 65,2% do total dos negócios gerados pela adquirência, com crescimento de 7,8% em relação ao ano anterior.

O valor capturado nas transações de cartões de débito foi de R\$ 133,4 bilhões e representou 34,8% do valor transacionado total no período de janeiro a dezembro de 2015, com aumento de 5,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Encerramos o período com 1,9 milhão de equipamentos instalados, crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior.

A REDE e a Poynt Co., celebraram um acordo exclusivo para a distribuição de um novo modelo de terminal para aceitar pagamentos em cartão no varejo. Os novos dispositivos serão ofertados para os lojistas ao longo de 2016.

Em 2015, fomos eleitos a empresa do ano no Prêmio Época Reclame Aqui na categoria “Meios de Pagamentos Eletrônicos”, promovido pela Revista Época e Reclame Aqui. Também no período, a marca REDE foi eleita como uma das 25 marcas mais valiosas do país na pesquisa “Marcas Brasileiras Mais Valiosas 2015”, realizada pela Interbrand.

4.4) Itaú Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização)

Seguros ⁽ⁱ⁾

Continuamos a concentrar esforços na distribuição por meio de canais próprios, priorizando a comercialização através dos canais mais eficientes, que geram impactos positivos para a nossa operação.

O lucro líquido apresentou redução de 6,2% no acumulado até dezembro de 2015 em comparação com o mesmo período do ano anterior, em função da rescisão antecipada do contrato entre Itaú Seguros S.A. e Via Varejo ocorrida no terceiro trimestre de 2014.

O resultado das atividades foco ⁽ⁱ⁾ de seguros apresentou crescimento de 0,8% em 2015 em comparação com o ano anterior. Os prêmios ganhos apresentaram redução de 6,4% em relação a 2014, atingindo R\$ 5,6 bilhões no período. Os sinistros retidos alcançaram R\$ 1,6 bilhão em 2015, redução de 21,0% em relação a 2014. As quedas nos prêmios ganhos e nos sinistros retidos foram influenciadas pela venda da carteira de grandes riscos em 2014.

Em 2015, o índice de sinistralidade foi de 27,7%, redução de 5,1 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. O índice combinado no período foi de 70,3%, redução de 3,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior. As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 4,9 bilhões em 31 de dezembro de 2015.

A comercialização nos canais *bankline/internet*, caixa eletrônico, *bankfone* e terminal de caixa representaram 40,2% do total de vendas a correntistas no período de janeiro a dezembro de 2015. O crescimento das vendas de seguros a correntistas no caixa eletrônico

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

foi de 39,1% no acumulado até dezembro de 2015 em relação ao ano anterior, passando a representar 9,1% das vendas de seguros a correntistas no período. O valor das vendas a clientes das Agências Digitais representaram 7,8% das vendas totais de seguros a correntistas no quarto trimestre de 2015.

(i) Não considera nossa participação na Porto Seguro.

(ii) Nossas atividades foco consistem na oferta de produtos massificados de Pessoas, Patrimoniais, Prestamista, Previdência e Capitalização.

Previdência

A captação bruta total dos planos de previdência totalizou R\$ 20,5 bilhões em 2015, crescimento de 17,0% em relação ao ano anterior. A captação dos planos de previdência de pessoas físicas alcançou R\$ 18,4 bilhões no período.

As receitas com taxas de administração evoluíram 9,9% em relação ao período de janeiro a dezembro de 2014, atingindo R\$ 1,3 bilhão. Já as provisões técnicas cresceram 19,8% em relação a 2014, somando R\$ 124,1 bilhões ao final de dezembro de 2015, influenciadas principalmente pelo aumento das provisões do produto VGBL.

Em novembro de 2015, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI), a nossa participação de mercado de provisões técnicas^(k) totais foi de 23,8% e de planos individuais foi de 24,1%.

(k) Fonte: FENAPREVI – dados de novembro/2015.

Capitalização

Em capitalização, atingimos 14,0 milhões de títulos vigentes em 31 de dezembro de 2015, apresentando redução de 5,8% em relação ao ano anterior. As provisões técnicas de capitalização alcançaram R\$ 3,0 bilhões em 31 de dezembro de 2015, e a arrecadação com títulos de capitalização atingiu R\$ 2,8 bilhões em 2015, com crescimento de 13,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O volume de arrecadação de correntistas em 2015 apresentou crescimento de 22,5%.

O valor das vendas a clientes das Agências Digitais representaram 4,9% das vendas totais de títulos de capitalização a correntistas no quarto trimestre de 2015.

Mantivemos nossa liderança em resultado técnico^(l), considerando o mercado total de capitalização, com participação de mercado de 29,4% no acumulado de janeiro a novembro de 2015, de acordo com a SUSEP.

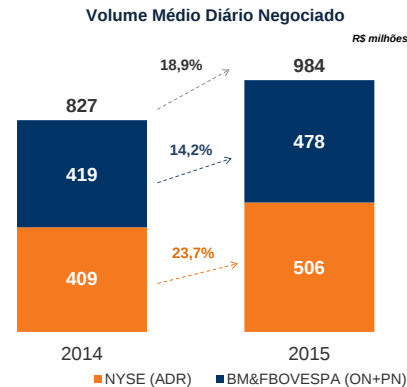
(l) Fonte: SUSEP (novembro/2015). Resultado Técnico = Receitas líquidas com título de capitalização (+) Resultado com sorteios (-) Custos de aquisição (+) Receita com resgates de título.

4.5) Mercado de Ações

Valor de mercado - em 31 de dezembro de 2015, figuramos como a segunda maior empresa no Brasil pelo critério de valor de mercado (R\$ 155,7 bilhões) e a primeira entre as instituições financeiras, de acordo com *ranking* da Bloomberg.

Quantidade de negócios - a quantidade média diária de negócios de nossas ações na BM&FBOVESPA de janeiro a dezembro de 2015 foi de 32,0 mil por pregão, 25,5% superior ao volume verificado no ano anterior, com volume médio por negócio de R\$ 15,0 mil. Comparativamente, no Ibovespa, a quantidade média

diária de negócios cresceu 6,1% e o volume médio por negócio foi de R\$ 7,2 mil. Na NYSE, a quantidade média diária de negócios do ITUB foi de 36,7 mil por pregão, 0,3% superior em relação ao acumulado de janeiro a dezembro de 2014, com volume médio por negócio de R\$ 13,8 mil.



Retorno aos Nossos Acionistas

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP):

remuneramos nossos acionistas por meio de pagamentos mensais e complementares de dividendos e JCP. No acumulado de janeiro a dezembro de 2015, pagamos ou provisionamos R\$ 7,3 bilhões em dividendos e JCP, líquido de impostos.

Retorno do Investimento: em 31 de dezembro de 2015^(m), o retorno do investimento em dividendos e JCP ao acionista em relação ao preço da ação em 2 de janeiro de 2015, líquido de impostos, foi de 3,75%.

(m) Considera o total de Dividendos/JCP distribuídos no acumulado de 12 meses.

Relações com o mercado

Em 2015, participamos de 30 conferências e 9 *road shows* no Brasil e exterior, e realizamos 22 reuniões Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais) neste ano pelo Brasil, com a presença de mais de 2,6 mil participantes, fortalecendo o nosso relacionamento com acionistas, analistas e investidores do mercado de capitais. Como resultado de nossas atividades, recebemos os seguintes reconhecimentos:

2015 Latin America Executive Team Rankings –

promovida pela Revista Institutional Investor, fomos reconhecidos em 9 de 11 categorias: Melhor Relações com Investidores; no *buy-side* e no *sell-side*; Melhor CEO, no *buy-side* e no *sell-side*; Melhor CFO no *buy-side*; Melhor Profissional de Relações com Investidores: 1º lugar no *buy-side* e no *sell-side* e 2º lugar no *buy side*; Melhores encontros de Relações com Investidores.

Prêmio IR Magazine Awards Brazil 2015 –

realizado pela IR Magazine e pelo Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), fomos reconhecidos em 3 categorias: Melhor Relações com Investidores no Setor Financeiro; Melhor uso de tecnologia (*large cap*); e Melhor Relatório Anual.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Apresentamos no quadro abaixo os principais indicadores de mercado em 31 de dezembro de 2015:

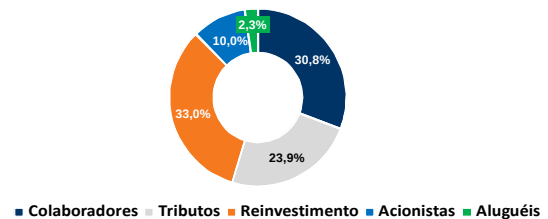
Ações	31/dez/2015	31/dez/2014	Variação
Lucro Líquido Recorrente por ação ⁽¹⁾	3,98	3,43	16,0
Lucro Líquido por ação ⁽¹⁾	3,90	3,36	16,1
Valor Patrimonial por ação ⁽¹⁾	17,98	15,91	13,0
Número de Ações em Circulação (milhões) ⁽²⁾⁽³⁾	5.921,4	6.024,7	(1,7)
Dividendos/JCP Líquidos por ação	1,2376	1,2204	1,4
Preço da ação preferencial (ITUB4) ⁽²⁾⁽⁴⁾	26,30	31,56	(16,7)
Preço da ação ordinária (ITUB3) ⁽²⁾⁽⁴⁾	24,28	29,00	(16,3)
Preço da ação preferencial ⁽²⁾⁽⁴⁾ /Lucro Líquido por ação (anualizado)	6,74	9,39	(28,2)
Preço da ação preferencial ⁽²⁾⁽⁴⁾ /Patrimônio Líquido por ação	1,46	1,98	(26,3)
Valor de Mercado (bilhões) ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	155,7	190,2	(18,1)

(1) Calculado com base na média ponderada da quantidade de ações;
(2) Ajustada pela bonificação efetivada em 17/07/2015;
(3) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação do período de 31/12/2014, foram ajustadas pela bonificação;
(4) Com base na cotação média no último dia do período;
(5) Calculado com base na cotação de média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período);
(6) Considerando a cotação de fechamento das ações ON e PN multiplicada pelo total de ações em circulação de cada classe de ação, o valor de mercado atingiu R\$ 150,6 bilhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 183,1 bilhões em 31 de dezembro de 2014, resultando em uma variação de 17,8%.

4.6) Demonstração do Valor Adicionado

A distribuição de valor adicionado é uma referência contábil que permite enxergar como a geração de valor do banco é distribuída entre seus diversos públicos. Nosso valor adicionado, que demonstra a riqueza gerada para a comunidade, atingiu R\$ 55,2 bilhões em 2015 (desconsidera o efeito fiscal do hedge), um aumento de 3,8% em relação a 2014. Este resultado refere-se ao valor econômico direto gerado e distribuído por nós, incluindo receitas, custos

operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos, conforme ilustrado a seguir:



5) NOSSA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Buscamos a evolução constante das nossas políticas e mecanismos de gestão a fim de garantir a excelência em nossas práticas e o nosso crescimento sustentável. Nesse sentido, em 2001 fomos uma das primeiras empresas a aderir voluntariamente ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e em 2002, registramos nossos ADSs de Nível II na NYSE. Somos voluntariamente aderentes ao Código de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Nossas práticas de governança têm sido reconhecidas e, como resultado, as nossas ações passaram a compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA desde sua criação em 2005, e a carteira do *Dow Jones Sustainability World Index* desde sua criação em 1999. Adotamos um Código de Ética que se aplica a todos os nossos colaboradores, membros do Conselho de Administração e diretores. O nosso Código baseia-se em princípios que sustentam uma cultura organizacional voltada para a valorização das pessoas, para o cumprimento rigoroso de regras e

regulamentos e para a busca permanente pelo desenvolvimento.

Possuímos a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados na divulgação de ato ou fato relevante e na manutenção do sigilo de informações ainda não divulgadas. Além dessa política, também adotamos a Política de Negociação de Valores Mobiliários, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pela companhia e pessoas a ela vinculadas para a negociação de valores mobiliários de emissão da companhia.

Nossa administração está estruturada de forma a garantir que as questões sejam devidamente discutidas e que as decisões sejam tomadas de forma conjunta.

A Assembleia Geral é o órgão soberano de tomada de decisões e reúne os acionistas ordinariamente antes do final de abril de cada ano e, excepcionalmente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes gerais dos nossos negócios. A eleição de seus membros é feita anualmente e o desempenho do Conselho é avaliado a cada mandato,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

visando assegurar que seus membros estejam alinhados com os valores da organização e que eles representem os interesses dos nossos acionistas.

Nosso Conselho de Administração conta atualmente com 12 membros, sendo 4 independentes (33%). Temos 7 comitês que se reportam ao Conselho de Administração: Auditoria, Remuneração, Pessoas, Nomeação e Governança Corporativa, Estratégia, Gestão de Risco e de Capital e Partes Relacionadas. Seus integrantes são eleitos pelo Conselho para um mandato de um ano e devem ter comprovado conhecimento nas respectivas áreas de atuação. No nosso site de Relações com Investidores estão disponíveis essas e outras informações sobre a nossa estrutura de governança corporativa: <https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa>.

6) CONTROLES CORPORATIVOS

6.1) Gerenciamento de Riscos e Capital

Consideramos a gestão de risco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando maximizar a criação de valor para os acionistas. Nosso gerenciamento de risco é o processo pelo qual:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais em nossas operações; e
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e nossas estratégias.

Nossa carteira é administrada buscando as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias e os objetivos das nossas unidades de negócio e de suporte, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Adotamos postura prospectiva no gerenciamento do nosso capital compreendendo as seguintes etapas: identificação e análise dos riscos materiais, planejamento de capital, realização de testes de estresse com foco na análise de impacto de eventos severos sobre nosso nível de capitalização, manutenção de plano de contingência de capital, avaliação interna da adequação de capital e elaboração de relatórios gerenciais.

6.2) Prevenção à lavagem de dinheiro e atos ilícitos

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e as fraudes. O grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes de atividades ilegais. Estabelecemos uma política corporativa com o intuito de prevenir nosso envolvimento com atividades ilícitas,

proteger nossa reputação e imagem perante os colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos e a cooperação com as autoridades policial e judiciária. Também buscamos nos alinhar continuamente às melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e contínua capacitação de nossos colaboradores.

Para estar aderente às diretrizes da política corporativa, estipulamos um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseados nos seguintes pilares:

- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Monitoramento de Transações;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se a todo o nosso conglomerado, incluindo nossas controladas e coligadas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitê de Compliance e Risco Operacional, Comitê Interno de Risco Operacional e pelo Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

6.3) Estrutura Operacional e Controles Internos

A gestão integrada de risco operacional, controles internos e *compliance* segue política interna aprovada pelo Conselho de Administração e está estruturada em 3 linhas de defesa:

- 1ª linha: representada pelas áreas de negócios e de controle de riscos, tendo como responsabilidade identificar, mensurar, avaliar e gerenciar os eventos de risco operacional, assim como manter um efetivo ambiente de controles (incluindo o cumprimento de normas internas e externas).
- 2ª linha: representada pela área de controles internos / validação independente, tendo como responsabilidades, entre outras, divulgar e garantir a aplicação das decisões, políticas e estratégias para o gerenciamento do risco operacional, assim como validar, de forma independente, políticas e processos.
- 3ª linha: representada pela área de Auditoria Interna, tendo como responsabilidades, entre outras, verificar de forma independente e periódica, a adequação dos processos e procedimentos de identificação e gerenciamento dos riscos.

Seguindo as melhores práticas do acordo de Basileia, realizamos validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada pela Diretoria de Controles Internos e Compliance (DCIC) que, por ser apartada das áreas de negócio e controle de risco, garante a independência das avaliações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.4) Segurança da Informação

A área de Segurança da Informação é responsável por prover informações estruturadas e consolidadas dos principais riscos de segurança da informação nos diferentes níveis da organização, objetivando a redução de perdas financeiras e risco de imagem no Brasil e Exterior, a partir da definição de políticas, processos e procedimentos que suportam toda cadeia de informações.

Monitoramos e tratamos qualquer tipo de ataque e incidentes de segurança, de forma ágil e eficaz, administrando todas as ferramentas de segurança com equipe certificada e especializada nas mais diversas tecnologias. Realizamos a gestão de acessos aos sistemas e recursos de forma eficiente, acompanhando as movimentações necessárias para manter a segurança na consulta a sistemas e informações.

Trabalhamos em conjunto com as áreas de negócio e tecnologia para manter a arquitetura de soluções e produtos com o maior grau de segurança.

Somos certificados nas páginas públicas do site www.itaubank.com.br pela norma brasileira NBR ISO/IEC 27001, com a finalidade de assegurar a proteção e a privacidade das informações fornecidas pelos clientes e outras fontes, com fins únicos e exclusivos, para o atendimento dos objetivos definidos nos seus produtos e serviços interativos.

7) PESSOAS

Contávamos com 90.320 colaboradores no final de dezembro de 2015, incluindo 6.839 colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa dos nossos colaboradores, somada aos seus encargos e benefícios, totalizou R\$ 13,2 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2015, com crescimento de 14,4% em relação ao ano anterior.

Em 2015, tivemos mais de R\$ 201,6 milhões de investimentos em programas de treinamento, totalizando cerca de 1,5 milhão de horas.

Do total de contratações realizadas em 2015 destacamos os seguintes programas:

- 109 pessoas para o Programa Trainee 2016. Participaram do processo seletivo jovens de todo o Brasil, além de estagiários e colaboradores do banco elegíveis ao programa.
- 4.008 estudantes para o Programa Estágio Itaú Unibanco, cujo índice de efetivação foi de 49%.
- 1.741 colaboradores para o Programa Aprendiz.
- 218 colaboradores para o Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência.

O índice de rotatividade, que mede a relação entre colaboradores contratados e desligados (voluntária ou involuntariamente) no ano de 2015 foi de 10,6%. Investimos em programa de realocação de colaboradores, cujo objetivo é buscar oportunidades internas, levando em consideração a disponibilidade de vagas em aberto e o perfil profissional dos candidatos internos. No Programa Oportunidade de Carreira (POC), que disponibiliza vagas para movimentação interna entre as áreas, foram alocados internamente 1.598 colaboradores. Realizada anualmente, a Pesquisa Fale Francamente mede a satisfação dos colaboradores com relação ao

ambiente organizacional e à gestão de pessoas. Em 2015, tivemos a participação voluntária de 88% dos colaboradores no Brasil e no exterior. O índice de satisfação foi de 82% no Brasil e no exterior, crescimento de 2,0 pontos percentuais em relação a 2014.

Em 2015, conquistamos pela 7ª vez, sendo a 5ª consecutiva, o prêmio “Melhores Empresas para Você Trabalhar” promovido pela revista Você S/A em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA).

Também pela 7ª vez, sendo a 3ª consecutiva estamos entre “As Melhores na Gestão de Pessoas”, em pesquisa conduzida pela revista Valor Carreira e a consultoria Aon.

Outro importante reconhecimento recebido em dezembro de 2015 foi a classificação, pelo 2º ano consecutivo, entre As Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência. Esta foi a 2ª edição da pesquisa que é realizada pelo Governo do Estado de São Paulo – Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

8) SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade está incorporada à estratégia corporativa por meio de uma estrutura de governança consolidada e integrada aos negócios, que possibilita internalizar questões socioambientais nas atividades e processos diários. A nossa atuação é fundamentada por três focos estratégicos: educação financeira, diálogo e transparência e riscos e oportunidades socioambientais.

O gerenciamento do risco socioambiental baseia-se na identificação, mensuração, mitigação e monitoramento dos riscos. Em fevereiro de 2015, a Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental foi revisada e publicada com base nos critérios estabelecidos na Resolução do BACEN 4.327. De acordo com esta política, a análise dos riscos socioambientais é realizada com base nas características, necessidades, exposição a riscos e especificidades de cada frente de negócio.

Em 2015, lançamos os *papers* “Riscos e Oportunidades Socioambientais – a trajetória do Itaú Unibanco” e “Escolhas e Dinheiro - Um estudo sobre comportamento e decisões financeiras”, que refletem o nosso posicionamento, atuação e compromissos futuros com os temas de Riscos e Oportunidades Socioambientais e Educação Financeira, respectivamente. Os materiais foram lançados em eventos de engajamento, com a presença de *stakeholders* de sustentabilidade, reunindo mais de 250 pessoas.

Itaú Unibanco passa a integrar o Índice de Sustentabilidade Euronext Vigeo – Emerging 70 –

Em dezembro de 2015, fomos selecionados pela primeira vez para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade da Euronext Vigeo – Emerging 70. O índice é composto por 70 companhias, selecionadas dentre 900 empresas listadas em países em desenvolvimento, que apresentaram as melhores performances em responsabilidade corporativa, segundo os ratings atribuídos pela Vigeo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Participação no Dow Jones Sustainability World Index (DJSI) – Pelo 16º ano consecutivo fomos selecionados para compor o *Dow Jones Sustainability World Index (DJSI)*, principal índice de sustentabilidade do mundo, em sua edição 2015/2016. Nesta edição, atingimos a melhor nota do setor bancário nos quesitos “Política/Medidas Anticrime”; “Estabilidade Financeira e Risco Sistemico”; “Inclusão Financeira” e “Reporte Social”. Além disso, o Itaú Unibanco foi selecionado também para compor a carteira *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*.

Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE) – Pelo 11º ano consecutivo fomos selecionados para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA para 2016. O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com os melhores desempenhos em todas as dimensões que medem sustentabilidade empresarial. Seus objetivos são funcionar como uma referência para o investimento socialmente responsável e atuar como indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Instituição Financeira Mais Sustentável - Em novembro de 2015, fomos eleitos pela Revista Exame a instituição financeira mais sustentável de 2015. Também fomos reconhecidos como a empresa destaque na categoria “Direitos Humanos” por conta da nossa política de respeito à diversidade e combate a discriminação no ambiente de trabalho. O reconhecimento é o mais importante para o setor dentro do território nacional.

8.1) Satisfação de Clientes

A satisfação de clientes é um valor fundamental para nós e está afirmada em nossa visão: “Ser líder em performance sustentável e em satisfação de clientes”. Assim, focamos no monitoramento permanente sobre os níveis de satisfação de clientes bem como a atenção às suas manifestações.

Em relação às manifestações de nossos clientes, foram registrados 143 milhões de atendimentos em nossos canais, considerando-se apenas os atendimentos com a participação de nossos colaboradores ou representantes. Destes, mais de 93% se referiram à prestação de informações, consultas e solicitações, e pouco mais de 6% a insatisfações.

Do total de atendimentos, mais de 99,5% das questões foram resolvidas ou esclarecidas nos próprios serviços de atendimento do banco. O restante, evoluiu para outros órgãos de atendimento ao consumidor ou para o judiciário. Apesar dos altos índices de retenção apresentados por nossos canais internos, continuamos investindo prioritariamente em uma agenda de melhorias de processos para aumentar ainda mais a satisfação dos nossos de clientes.

9) INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Os investimentos realizados na área social – principalmente aqueles voltados ao aprimoramento da educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade urbana

– estão vinculados ao nosso propósito de transformar o mundo das pessoas para melhor.

Nosso objetivo é empregar a mesma expertise e eficiência que aplicamos aos negócios no desenvolvimento de projetos, tecnologias e ferramentas que estimulem as pessoas a obter mais conhecimento e mais consciência crítica, para fazerem melhores escolhas.

Em 2015, investimos R\$ 547,6 milhões em projetos, seja por meio de verbas incentivadas por leis (Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte), seja através de doações e patrocínios realizados pelo Itaú Unibanco, contribuindo em projetos voltados à educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade.

Patrocínio	Valor (R\$ milhões)	Número de Projetos
Não incentivado⁽¹⁾	341,4	194
Educação	188,8	170
Cultura	77,6	6
Esporte	6,0	4
Mobilidade Urbana	69,0	14
Incentivado⁽²⁾	206,2	338
Educação	23,3	100
Saúde	65,6	60
Cultura	98,5	155
Esporte	18,8	23
Total	547,6	532

(1) Recursos próprios das empresas do banco e dos orçamentos próprios das fundações e institutos.

(2) Recursos com incentivo fiscal através de leis como Rouanet, Incentivo ao Esporte, entre outras.

9.1) Educação e Saúde

Fundação Itaú Social - com atuação em todo o território brasileiro, tem como foco o desenvolvimento, a implantação e a disseminação de tecnologias sociais que visam o progresso das políticas públicas de educação, a potencialização do engajamento dos nossos colaboradores – e da sociedade em geral – por meio da cultura do voluntariado e a avaliação sistematizada de projetos e políticas sociais. Assim, sua operação é totalmente baseada em parcerias com o governo, OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e outros, a fim de promover maior entendimento e cooperação voltados à melhoria de políticas públicas. Em 2015, destacamos os seguintes programas:

- **Coordenadores de Pais:** estratégia de aproximação família-escola. A metodologia foi implantada nas 424 unidades de ensino de Salvador, após um ano de projeto-piloto. Em 2015, o programa foi desenvolvido em outras quatro localidades brasileiras;
- **Itaú Criança:** campanha de incentivo à leitura que distribuiu gratuitamente mais de 40 milhões de livros; e
- **Prêmio Itaú-Unicef:** na sua 11ª edição, os gestores sociais e educadores participaram na formação sobre educação integral.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Instituto Unibanco - concebe, avalia e dissemina soluções no sentido de provocar mudanças na realidade do Ensino Médio para ampliar as oportunidades educacionais dos jovens, em busca de uma sociedade mais justa e transformadora.

Os principais programas são:

- **Jovem de Futuro:** em 2015, 1.394 escolas públicas participaram do Jovem de Futuro, beneficiando 644,6 mil estudantes (segundo o Censo Escolar de 2014), em sete estados. Cerca de 3,8 mil diretores, coordenadores pedagógicos e técnicos das Secretarias Estaduais de Educação participaram de formações presenciais e mais de 28,5 mil professores participaram de formação à distância.
- **Estudar Vale a Pena:** em 2015, 848 voluntários trabalharam em ações que beneficiaram aproximadamente 6,8 mil alunos do Ensino Médio.
- **Fomento:** visa melhoria da gestão escolar com foco na promoção da equidade de gênero e racial. Em 2015, foram apoiados 10 projetos para a equidade racial e foram selecionados 10 projetos para equidade de gênero (dentre 171 inscritos), a serem apoiados em 2016.

9.2) Cultura

Instituto Itaú Cultural - em 2015, o Itaú Cultural celebrou 28 anos de compromisso com a arte e cultura brasileira. Com atuação no mapeamento, apoio e difusão da arte e cultura brasileira, o instituto promoveu um intenso número de atividades gratuitas tanto em sua sede em São Paulo, quanto em outras localidades do Brasil e do exterior. Foram mais de 720 atividades nacionais e internacionais realizadas ao longo do ano de 2015, com 390 mil visitantes aos programas desenvolvidos, 22 exposições, duas delas no Espaço Memória, e mais de 10,5 milhões de acessos únicos ao site.

Em 2015, foi lançada a 17ª edição do Programa Rumos, que teve mais de 12 mil projetos inscritos e o projeto Caminhadas Rumos, que passou por todos os Estados do Brasil e reuniu mais de 2,3 mil pessoas. No mesmo ano, a sede em São Paulo foi palco de uma exposição de obras da última edição do Programa.

Celebrando um ano de existência, o Espaço Olavo Setubal, que conta com mais de 1.300 itens do nosso acervo, foi visto por mais de 57 mil visitantes.

Sob a gestão do Itaú Cultural, de janeiro a dezembro de 2015, o Auditório Ibirapuera apresentou 164 espetáculos (82 gratuitos) para mais de 371 mil pessoas.

Desde 2009, o Instituto está presente no Facebook, contando com 735 mil fãs, a maior página de uma instituição cultural do Brasil. Além disso, atuamos no Twitter (94 mil seguidores), no canal do Youtube (contamos com mais de 4,6 milhões de visualizações distribuídas em um acervo de mais de 4,6 mil vídeos sobre arte e cultura brasileira) e no Instagram (mais de 22 mil seguidores). Também no período, foi lançado o site dedicado ao público infantil "O Mundo de Bartô no Itaú Cultural".

Espaço Itaú de Cinema - criado em 1995, como Espaço Unibanco, possui salas de cinema que promovem filmes independentes em todo Brasil. Presente em seis cidades com oito complexos, suas 56 salas de exibição contribuem para o acesso à cultura no Brasil. Em 2015, cerca de 3,5 milhões de pessoas foram ao Espaço Itaú de Cinema.

9.3) Esporte

Investimos no desenvolvimento do esporte por acreditarmos no seu potencial de transformação a partir da construção de cidadania.

Nosso envolvimento com o futebol começou há mais de 20 anos, com o patrocínio da transmissão dos jogos de diversas competições. Desde 2008 patrocinamos a Seleção Brasileira em todas as suas categorias. Além do futebol, apoiamos vários projetos no circuito do Tênis como o Projeto Campeões da Vida do Instituto Guga Kuerten, o Circuito Tênis para todos e a Caravana do Esporte.

A Caravana do Esporte capacitou, desde 2009, quase 18 mil professores de 17 estados brasileiros, atendendo a mais de 200 mil crianças de forma direta e 1,8 milhão de forma indireta.

Além disso, patrocinamos o Campeonato Internacional Juvenil de Tênis de Porto Alegre, a Liga de Desporto Universitário, maior projeto esportivo universitário do País, e o Circuito Feminino Future de Tênis, torneio internacional da série.

Também apoiamos, por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte, o Circuito de Tênis Escolar e Universitário, que teve início em 2009 com o objetivo de promover o esporte atrelado à educação.

Estivemos presentes em torneios como Rio Open e Miami Open, além de realizarmos anualmente o Itaú Master Tours (13ª edição).

9.4) Mobilidade Urbana

Investimos na causa da mobilidade urbana em grandes centros, valorizando a bicicleta como meio de transporte, transformando a forma como as pessoas vivenciam e se relacionam com suas cidades. Para atingir este objetivo, nossa plataforma é composta por programas de compartilhamento de bicicletas, ações para melhoria da infraestrutura nas cidades e iniciativas de conscientização para uma convivência mais harmônica entre os diferentes meios de transporte.

Em 2015, além de buscar melhorias nos programas existentes em sete cidades brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Brasília), investimos em ações para o público infantil, com destaque para o Escolinha bike, que atingiu mais de 12 mil crianças em 3 meses. Além disso, instalamos 3 novos bicicletários em container e iniciamos um programa inovador de Mobilidade por Bicicletas em Fernando de Noronha, que será concluído em 2016. Contribuímos ainda para a inclusão da bicicleta nos Centros de Formação de Condutores (CFCs) de todo o Estado de Pernambuco.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

10) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

No período de janeiro a dezembro de 2015, recebemos alguns reconhecimentos que contribuíram para o fortalecimento da nossa reputação. Abaixo a lista de prêmios recebidos pelo banco durante o período:

Marcas Brasileiras Mais Valiosas 2015 (Interbrand)	Com marca avaliada em R\$ 24,5 bilhões, valor superior aos últimos três anos, em dezembro de 2015 conquistamos mais uma vez a 1ª colocação no <i>ranking</i> da Interbrand que avalia as Marcas Brasileiras Mais Valiosas de 2015. Esta é a 12ª vez que a nossa marca ocupa o 1º lugar, desde a criação da lista em 2001. Em sua 12ª edição, a pesquisa analisa as diferentes maneiras pelas quais uma marca impacta uma organização, desde sua influência sobre os resultados financeiros até a satisfação das expectativas dos clientes.
As empresas mais admiradas do Brasil (Carta Capital)	Em outubro de 2015, conquistamos a 1ª colocação no segmento "Bancos de Varejo" na 18ª edição da pesquisa promovida pela revista Carta Capital. Na classificação geral — em que independe o setor —, conquistamos a 5ª posição.
Anunciante do Ano - Prêmio Caboré 2015 (Meio & Mensagem)	Em novembro de 2015, conquistamos pela 5ª vez o Prêmio Caboré como Anunciante do Ano, e continuamos como o maior vencedor do prêmio nesta categoria. Criado em 1980, pelo jornal Meio & Mensagem, o Prêmio Caboré é considerado o maior prêmio da propaganda brasileira e consagra os principais profissionais e empresas que contribuem para o desenvolvimento da indústria da comunicação no Brasil.
Prêmio Aberje (Aberje)	Conquistamos em novembro de 2015 diversas premiações na edição 2015 do Prêmio Aberje, tanto na etapa regional quanto na nacional. Os projetos vencedores foram "90 anos do Itaú Unibanco" na categoria "Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial" e "Mobilidade Urbana no Itaú: uma causa além das laranjinhas" na categoria "Comunicação e Relacionamento com Organizações Governamentais". Já na etapa regional, o destaque foi o case O gibi da memória — a história dos 90 anos do Itaú Unibanco contada em quadrinhos.
DatacenterDynamics Awards (DatacenterDynamics)	Em novembro de 2015, conquistamos o prêmio na categoria "Melhor Projeto de Transformação em Data Center", com o case "Itaú Unibanco: Transformando um Data Center em Ambiente de Densidade de Potência". Em sua 5ª edição no Brasil, o <i>DatacenterDynamics Awards</i> reconhece a inovação, liderança e forma de pensar diferenciada na indústria nacional de data centers.
Euromoney Cash Management Survey 2015 (Revista Euromoney)	Conquistamos em novembro de 2015 o prêmio na categoria "Best cash manager in Brazil". Para eleger os vencedores, a Euromoney realiza uma pesquisa com instituições de grande, médio e pequeno porte em mais de 60 países.
Company Reporting IFRS Annual Report Benchmarking	Em 2015, pelo 3º ano consecutivo, lideramos o ranking do estudo Company Reporting IFRS Annual Report Benchmarking, um relatório que analisa de forma independente, técnica e aprofundada as demonstrações financeiras divulgadas pelas companhias e seus concorrentes. Nosso relatório foi destacado pela apresentação contínua de informações financeiras, em linha com os requisitos regulamentares, e cuja qualidade é considerada superior quando comparadas aos nossos pares locais e internacionais.

11) REGULAÇÃO

11.1) AUDITORIA INDEPENDENTE – Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A nossa política de atuação, incluindo empresas controladas e controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2015, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na Instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 21 de janeiro, 11 de fevereiro, 23 de março e 26 de maio - aquisição de pesquisas e materiais técnicos;
- 09 de setembro – consultoria relacionada a processos internos e práticas usuais de mercado para operação de *Middle Market*;
- 23 de setembro – revisão da Escrituração Contábil Fiscal; e
- 18 de novembro – diagnóstico sobre controles nos processos de negociação de dívidas de cartão de crédito.

Justificativa dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não

afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

11.2) BACEN – Circular nº 3.068/01

Declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 42,2 bilhões, representando 12,5% do total de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de derivativos em dezembro de 2015.

11.3) International Financial Reporting Standards (IFRS)

Divulgamos as demonstrações contábeis completas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), na mesma data desta publicação, conforme Ofício Circular CVM/SEP 01/13. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site de Relações com Investidores (www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores > Informações Financeiras).

12) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é depositada.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 01 de fevereiro de 2016).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a Dezembro de 2015**

Prezados acionistas,

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco) e de suas controladas, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2015 seguem as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS), aprovadas pelo “*International Accounting Standard Board*” (IASB).

As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI)

do Itaú Unibanco (www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores > Informações Financeiras) e nos sites da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e da *Bolsa de Comercio de Buenos Aires* (BCBA). Nossos resultados podem ser acessados também por dispositivos *mobile* e *tablet*, por meio de nosso site e aplicativo “Itaú RI” (APP), respectivamente.

1) PRINCIPAIS NÚMEROS

	2015	2014
Lucro Líquido (R\$ bilhões)	26,2	21,9
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores (R\$ bilhões)	25,7	21,6
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado	24,8%	24,3%
Índice de Basileia Consolidado Prudencial ⁽¹⁾	17,8%	16,9%
Ativos Totais (R\$ bilhões)	1.276,4	1.127,2
Total de Operações de Crédito (R\$ bilhões)	548,5	526,2
Colaboradores do Conglomerado (indivíduos)	90.320	93.175
Brasil	83.481	86.192
Exterior	6.839	6.983
Agências e PAs Físicos	4.891	5.039
Agências Digitais	94	31
Caixas Eletrônicos	26.412	27.916
Atuação no Exterior (países/territórios) ⁽²⁾	18	18

⁽¹⁾ O critério de apuração do Índice de Basileia referente a 31 de dezembro de 2014 foi o consolidado operacional e de 31 de dezembro de 2015 foi o consolidado prudencial.

⁽²⁾ Não considera Brasil.

2) AMBIENTE ECONÔMICO**2.1) Contexto Internacional (ex- Latam)**

A economia dos EUA continua apresentando melhora no mercado de trabalho. A taxa de desemprego caiu de 5,7% no fim de 2014 para 5,0% em dezembro de 2015. Esta evolução favorável acompanhou um crescimento moderado do PIB, que expandiu 2,6% no acumulado do ano até setembro, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Na mesma comparação, o PIB da zona do euro cresceu 1,5% e o do Japão 0,4%, mas a China desacelerou para 6,9%, frente aos 7,3% alcançados em 2014. Esta moderação do crescimento na China vem afetando o crescimento dos países emergentes, incluindo os países da América Latina.

2.2) Contexto Latam (ex- Brasil)

Na América Latina, os países exportadores de *commodities* continuam a crescer menos em relação à década anterior. Os preços mais baixos das *commodities* influenciam negativamente o investimento, a confiança e a renda nacional. O México ainda não se beneficia plenamente da recuperação da economia dos EUA e a queda dos preços do petróleo é um obstáculo para a implantação da reforma do setor energético.

Devido à depreciação das moedas, a inflação tem sido mais elevada em quase todos os países. Os bancos centrais do Chile, Colômbia, Peru e México estão elevando as taxas de juros, apesar do baixo crescimento. A queda da atividade econômica e das receitas fiscais ligadas às cotações mais baixas das *commodities* também estão levando alguns governos a cortar gastos.

Embora o ambiente econômico para a região esteja desfavorável, os fundamentos criam diferenças entre os países. Nesse sentido, a desaceleração no Chile, Colômbia, Peru e México tem sido mais suave em relação aos outros países da América Latina.

2.3) Contexto Doméstico

No cenário doméstico, o PIB contraiu novamente no período de janeiro a setembro de 2015, apresentando redução de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desemprego passou de 4,9% em novembro de 2014 para 7,5% em novembro de 2015. A inflação acumulou 10,67% em 2015. O BACEN elevou os juros para 14,25% em julho de 2015 e os manteve estáveis pelo resto do ano. O déficit primário acumulado no ano alcançou 0,7% do PIB em novembro de 2015, frente a um déficit de 0,4% do PIB no mesmo período de 2014. O déficit em conta corrente, por sua vez, vem diminuindo em função do câmbio mais depreciado e da contração da atividade. O déficit nas contas externas caiu de 4,3% do PIB em 2014 para 3,3% do PIB em 2015.

O dólar valorizou 47% frente ao real em 2015, fechando o ano em R\$ 3,90. O país apresenta reservas internacionais da ordem de US\$ 370 bilhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3) NOSSOS DESTAQUES EM 2015

3.1) Nova estrutura na direção do Itaú Unibanco Holding

Em fevereiro, anunciamos mudanças estruturais na direção da companhia, presidida por Roberto Setubal, e um novo Comitê Executivo composto por 3 diretores-gerais (Atacado; Varejo; e Tecnologia & Operações) e 2 vice-presidentes (Gestão e Controle de Riscos & Finanças; e Jurídico, Pessoas & Institucional).

3.2) Inauguração do Novo Data Center

Em março de 2015, inauguramos nosso novo *data center*. Esse centro tecnológico aumentará em 25 vezes a capacidade de processamento e armazenamento das operações do banco, além de propiciar a redução do uso de energia em 43% em relação ao consumo atual. O novo *data center* suportará o nosso crescimento até 2050, garantindo o alto desempenho e a disponibilidade das nossas operações. O processo de migração dos nossos sistemas e serviços tem término previsto para o segundo semestre de 2016.

3.3) Eventos Societários

Recompra de ações – Em 2015, adquirimos^(a) 115,4 milhões de ações preferenciais de emissão própria no montante total de R\$ 3,3 bilhões ao preço médio de R\$ 28,80 por ação.

O saldo de ações em tesouraria atingiu 162,6 milhões de ações preferenciais em dezembro de 2015, que equivalem a 5,7% das ações da mesma classe em circulação (*free float*).

Adicionalmente, em janeiro de 2016, foram recompradas 8,0 milhões de ações preferenciais.

Em fevereiro de 2016, foi deliberada em reunião do Conselho de Administração, a renovação do programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 10,0 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões de ações preferenciais, válido para o período de 03 de fevereiro de 2016 a 02 de agosto de 2017.

^(a)Todos os valores foram ajustados pela bonificação de 10% em ações aprovada em Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2015.

Bonificação de 10% das ações do Itaú Unibanco

Pelo terceiro ano consecutivo, bonificamos nossas ações em 10%. Assim, em julho de 2015, nossos acionistas receberam uma nova ação para cada dez ações da mesma espécie que possuíam.

O dividendo mensal foi mantido em R\$ 0,015 por ação, representando um incremento de 10% nos valores recebidos mensalmente, e foi atribuído um custo de R\$ 18,348050984612 às ações bonificadas, impactando o preço médio da carteira de nossos acionistas.

3.4) Fusões, Aquisições e Parcerias

Fusão do Itaú Chile com o CorpBanca – Em 2015, a fusão foi aprovada no Chile. Portanto, obtivemos todas as autorizações regulatórias no Brasil, Chile, Colômbia e Panamá.

O banco resultante da fusão terá denominação de Itaú CorpBanca, operará sob a marca “Itaú” e será controlado pelo Itaú Unibanco por meio de uma participação acionária de 33,58% em seu capital social.

A concretização da fusão, que deverá ocorrer no primeiro semestre de 2016, trará os seguintes benefícios para os acionistas do Banco Itaú Chile e do CorpBanca:

- Criação de uma das instituições financeiras mais robustas da América Latina;
- Maior rede de atendimento a clientes;
- Menores custos de *funding* e maior capacidade de alavancagem do capital de Nível 1; e
- Sinergias de custos operacionais.

Essa operação consolida a estratégia do banco de expandir sua presença na América Latina, colocando o banco em posição de destaque no Chile e na Colômbia, bem como diversificando nossa atuação na região.

Aliança com a MasterCard – Em março de 2015, celebramos um contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. para criar uma aliança, pelo prazo de 20 anos, no mercado de soluções de pagamento no Brasil. Essa aliança irá operar uma nova rede de pagamentos eletrônicos, por meio de uma sociedade controlada pela MasterCard, na qual o Itaú Unibanco terá determinados direitos de veto e aprovação. Esta aliança está sujeita à aprovação regulatória.

Aquisição de ações da ConectCar – Em outubro de 2015, a Rede assinou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças por meio do qual comprometeu-se a adquirir 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., por meio do pagamento de R\$ 170 milhões à Odebrecht Transport S.A. Os 50% remanescentes do capital social da ConectCar são detidos pela Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A. A operação foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e pelo BACEN no final de 2015.

Aquisição de controle – Recovery – Em dezembro de 2015, celebramos um contrato com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG”) por meio do qual nos comprometemos a adquirir 81,94% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (“Recovery”), correspondente à totalidade da participação do BTG na Recovery.

Após a obtenção das autorizações regulatórias e governamentais necessárias e do cumprimento de determinadas condições suspensivas, pagaremos R\$ 640 milhões ao BTG por referida participação.

Em conjunto com a aquisição da participação no capital social da Recovery, nos comprometemos, nessa mesma operação, a adquirir aproximadamente 70% de um *portfolio* de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras, decorrentes de créditos originados principalmente de alguns bancos do mercado. Sujeito às mesmas condições precedentes para a aquisição da participação no capital social da Recovery, pagaremos R\$ 570 milhões ao BTG pela participação em tal *portfolio*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.5) Tecnologia

A nossa tecnologia é para melhorar o dia a dia das pessoas. Buscamos ser cada vez mais relevantes nas demandas básicas delas, disponibilizando a melhor experiência possível.

É por isso que criamos nossos canais digitais. Para nossos clientes terem o banco onde e quando quiserem, seja na agência ou até mesmo no bolso, no carro, no parque ou em qualquer outro lugar.

Canais digitais – Em 2015, 67% das transações feitas no banco vieram dos nossos canais digitais, o que representou 8,9 bilhões de transações, com crescimento de 23% em relação ao ano anterior.

Mensalmente, mais de 40% dos correntistas pessoa física acessam os canais digitais, enquanto no segmento pessoa jurídica este número ultrapassa 60%.

Destacamos o canal *mobile*, que em 2015 apresentou crescimento de 5 p.p. em participação de transações, representando 17% do total das transações do banco. Para garantir ao nossos clientes ainda mais conveniência e disponibilidade, continuamos investindo em nossas Agências Digitais - um modelo inovador e pioneiro de relacionamento, que torna o banco ainda mais disponível aos clientes, além do horário convencional e por meio do canal digital de sua preferência.

Em dezembro de 2015, já atingíamos a marca de mais de 1,1 milhão de clientes de agências digitais.

Redes sociais - Em 2015, continuamos a ser o maior canal de vídeos de marca do Youtube no Brasil e o maior do mundo no segmento financeiro, atingindo mais de 192 milhões de visualizações até 31 de dezembro de 2015.

Nossa mensagem de final de ano, intitulada “Feliz 2016”, foi o filme mais assistido pelos brasileiros durante o mês de dezembro, como apontou o *ranking Youtube Ads LeaderBoard*. O filme, narrado pela atriz Fernanda Montenegro, alcançou a marca de quase 52 milhões de visualizações no Youtube e Facebook, e 98% dos comentários foram positivos.

Em 2015, chegamos a 7,6 milhões de fãs no Facebook. Temos a maior comunidade entre todos os bancos do mundo e uma das 15 maiores bases de fãs entre as marcas brasileiras, de acordo com o *SocialBakers*. No Twitter, nosso perfil alcançou mais de 594 mil seguidores, sendo o número um no segmento financeiro do país. Temos também 64,7 mil seguidores no Instagram.

No monitoramento dos nossos perfis nas redes sociais, que faz uma relação das interações que nossos públicos tem com a gente – como dúvidas, sugestões, elogios e reclamações – tivemos mais de 549 mil menções sobre o Itaú Unibanco, sendo 74% destes comentários positivos e neutros, de acordo com a Gauge (consultoria de inovação em negócios e inteligência de mercado).

“Cubo” – Nossos investimentos em tecnologia também vão além do nosso *core business*.

Em maio de 2015, lançamos, em parceria com a Redpoint eventures, o “Cubo”. Uma iniciativa sem fins lucrativos, o Cubo consiste em um grande centro de fomento ao empreendedorismo tecnológico que oferece espaços de *coworking*, atividades de educação e *networking*, e tem como objetivo contribuir de forma estruturada para a disseminação de iniciativas inovadoras e transformadoras. A sede do Cubo foi inaugurada em setembro de 2015, em São Paulo.

3.6) Evento Subsequente

Gestora de Inteligência de Crédito – Em 21 de janeiro de 2016, comunicamos ao mercado a assinatura de Memorando de Entendimentos com outros quatro bancos, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito (GIC), que será estruturada como uma sociedade anônima e seu controle será compartilhado, onde cada banco deterá 20%. A GIC desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias, de pessoas físicas e jurídicas que autorizarem expressamente a sua inclusão no banco de dados conforme exigido pelas normas aplicáveis. Tal atuação propiciará uma maior troca de informações sobre tais pessoas físicas e jurídicas, permitindo o desenvolvimento e o alcance de maior eficiência na gestão do crédito, o que poderá facilitar, para os participantes do Sistema Financeiro Nacional e as demais empresas no mercado de crédito, a concessão de linhas de crédito numa perspectiva de médio e longo prazos. A operacionalização técnica da GIC será realizada em conjunto com parceiro técnico selecionado para desenvolver e implementar a plataforma tecnológica e analítica da GIC por meio de contrato de prestação de serviços. A criação da GIC está sujeita à celebração de contratos definitivos entre os cinco bancos, bem como ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**4) NOSSO DESEMPENHO****4.1) Resultado e Retornos**

Em R\$ bilhões	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	Variação (%) ⁽¹⁾
Produto Bancário	92,0	91,7	0,4
Perdas com Créditos e Sinistros	(21,3)	(15,8)	35,0
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	70,7	75,9	(6,8)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(52,4)	(47,0)	11,4
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	18,3	28,8	(36,6)
Imposto de Renda e Contribuição Social	7,9	(6,9)	-
Lucro Líquido	26,2	21,9	19,6
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	25,7	21,6	19,4
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio - anualizado ⁽²⁾	24,8%	24,3%	0,5 p.p.
Retorno sobre o Ativo Médio - anualizado ⁽³⁾	2,2%	2,0%	0,2 p.p.

⁽¹⁾ Cálculo das variações utilizando números em unidades.

⁽²⁾ O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores pelo Patrimônio Líquido Médio dos Acionistas Controladores.

⁽³⁾ O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores pelo Ativo Médio.

Contribuíram para a evolução do lucro líquido de janeiro a dezembro de 2015:

Produto Bancário: crescimento de 0,4% em relação ao ano anterior, decorrente do aumento das receitas de juros e rendimentos, e das receitas de prestação de serviços, que tiveram elevação de 23,0% e 11,8%, respectivamente. O crescimento dessas receitas foi compensado parcialmente pela perda líquida com investimentos em títulos e derivativos e pela redução do resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior. A redução do resultado de operações de seguros, previdência e capitalização, antes das despesas com sinistros e de comercialização foi de 3,1%. A nossa carteira de crédito, incluindo avais e fianças, cresceu 4,2% no período – mais informações no item 4.2.1) Ativos;

Perdas com créditos e sinistros: aumento de 35,0% em relação ao ano anterior, devido a maiores despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Outras receitas/ (despesas operacionais): aumento de 11,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função de maiores despesas com remuneração, encargos e benefícios sociais; do crescimento das administrativas, devido a maiores gastos com processamento de dados e telecomunicações, propaganda, promoções e publicidade e concessionárias de serviços públicos; e pela elevação das outras despesas, ocasionada pela constituição das provisões fiscais e previdenciárias e cíveis e pelo aumento das despesas relacionadas a cartões de crédito.

Majoração da Alíquota da Contribuição Social – Em 2015, o impacto no resultado advindo da reavaliação do saldo do crédito tributário de contribuição social, em função da elevação da alíquota, foi positivo em R\$ 3.921 milhões no período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**4.2) Dados Patrimoniais**

Em R\$ bilhões	31/dez/2015	31/dez/2014	Variação (%) ⁽¹⁾
Ativos Totais	1.276,4	1.127,2	13,2
Total de Operações de Crédito com Avais e Fianças	548,5	526,2	4,2
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26,8)	(22,4)	19,9
Passivos Totais	1.162,4	1.026,6	13,2
Patrimônio Líquido	114,1	100,6	13,4
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	112,3	99,3	13,1

(1) Cálculo das variações utilizando números em unidades.

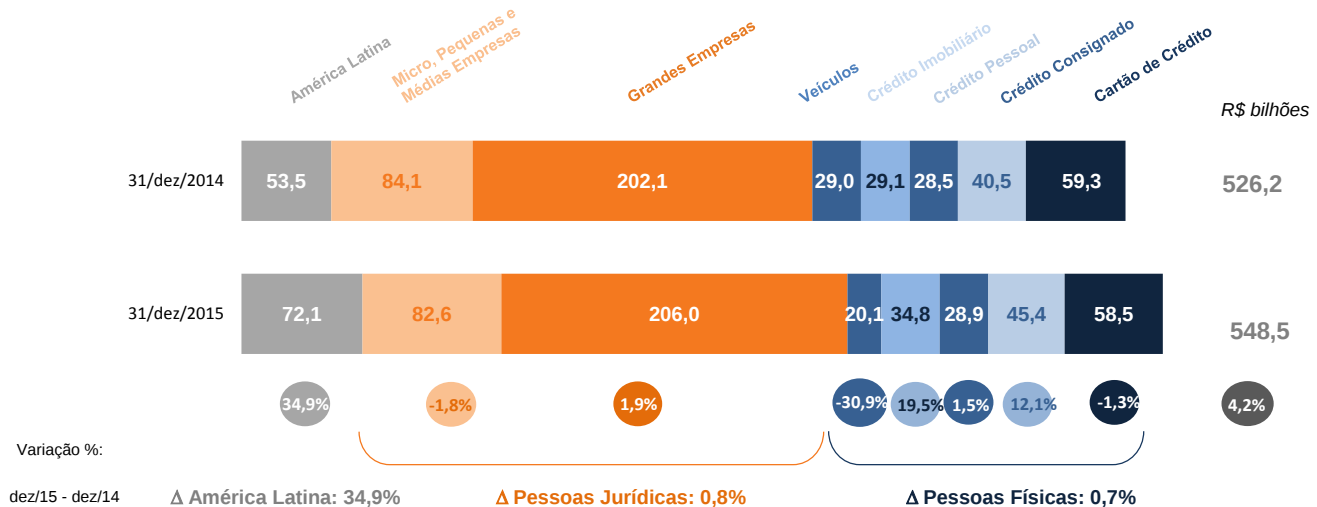
4.2.1) Ativos

O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,3 trilhão ao final de dezembro de 2015, com crescimento de 13,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido aos crescimentos das aplicações no mercado aberto e dos ativos financeiros mantidos para negociação.

A diversificação de nossos negócios reflete-se na mudança da composição da nossa carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em produtos de menor risco e com maiores garantias.

Carteira de Crédito

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 548,5 bilhões, com crescimento de 4,2% em relação a 31 de dezembro de 2014, devido principalmente ao aumento das carteiras de crédito consignado, crédito imobiliário, grandes empresas e América Latina. Apresentamos a abertura da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

**4.2.2) Captações**

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 1,9 trilhão em 31 de dezembro de 2015, aumento de 13,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação a dezembro de 2014, os depósitos à vista somados aos de poupança aumentaram 3,1%

em relação ao ano anterior. A relação entre a Carteira de Crédito e Captação atingiu 73,0% em 31 de dezembro de 2015.

Em R\$ bilhões	31/dez/2015	31/dez/2014	Variação (%) ⁽¹⁾
Depósitos Remunerados⁽²⁾	231,5	246,0	(5,9)
Depósitos a Prazo	105,3	108,5	(3,0)
Depósitos Interfinanceiros	14,9	19,1	(21,8)
Depósito de Poupança	111,3	118,4	(6,0)
Depósitos não Remunerados⁽²⁾	61,1	48,7	25,4
Depósitos à Vista	61,1	48,7	25,4
Total⁽²⁾	292,6	294,8	(0,7)

(1) Cálculo das variações utilizando números em unidades.

(2) Considera circulante e não circulante

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Brasil – Pessoa Física



Cartões de Crédito (Itaúcard, Hipercard, Credicard e parcerias)

Somos líderes em valor transacionado no segmento de cartões de crédito no Brasil ^(d).

O saldo desta carteira em 31 de dezembro de 2015 alcançou R\$ 58,5 bilhões, redução de 1,3% em relação ao ano anterior.

O valor transacionado em compras com cartões de crédito atingiu R\$ 250,8 bilhões de janeiro a dezembro de 2015, o que representou um acréscimo de 5,1% em relação ao ano anterior.

No segmento de cartões de débito, que inclui apenas clientes correntistas, contamos com uma base de 26,0 milhões de contas. O valor transacionado alcançou R\$ 83,8 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2015, com crescimento de 12,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

(d) Fonte: Itaú Unibanco e ABECS (Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços) - dados de janeiro a novembro de 2015.



Crédito Consignado

Somos líderes em saldo de crédito consignado entre os bancos privados brasileiros.

O saldo da carteira de crédito consignado alcançou R\$ 45,4 bilhões (R\$ 16,2 bilhões na nossa rede de agências e R\$ 29,3 bilhões nos demais canais de comercialização), crescimento de 12,1% em relação a 31 de dezembro de 2014, atingindo 8,3% do total de crédito do banco.

Os destaques foram as carteiras de aposentados e pensionistas do INSS, que representaram 63,5% da carteira total de crédito consignado.



Crédito Pessoal

O saldo da carteira de crédito pessoal alcançou R\$ 28,9 bilhões em dezembro de 2015, 1,5% superior ao mesmo período do ano anterior.



Crédito Imobiliário

Somos líderes na concessão de financiamentos de imóveis para pessoas físicas entre os bancos privados brasileiros com utilização dos recursos da poupança (SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) ^(e).

Nossa oferta é realizada pela rede de agências, incorporadoras e imobiliárias. O saldo da carteira de crédito imobiliário alcançou R\$ 34,8 bilhões, evolução de 19,5% em 12 meses, representando, em dezembro de 2015, o terceiro maior saldo da nossa carteira de crédito para pessoas físicas.

A relação entre o valor dos empréstimos e o valor dos imóveis, em carteira, foi de aproximadamente 43,7% no período de janeiro a dezembro de 2015.

De janeiro a dezembro de 2015, realizamos cerca de 34,1 mil financiamentos para mutuários, no valor de R\$ 10,5 bilhões. Para empresários, foram realizadas contratações que geraram 20,0 mil novas unidades no valor de R\$ 3,4 bilhões.

Em setembro de 2015, conquistamos a 1ª colocação em 3 categorias da América Latina e 3 do Brasil na *Euromoney's Real Estate Survey*, promovida pela Revista Euromoney. A pesquisa reconhece as melhores empresas que atuam no mercado imobiliário mundial.

(e) Fonte: Itaú Unibanco e ABECIP (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) - dados de dezembro/15.



Veículos

O saldo da carteira de crédito alcançou R\$ 20,1 bilhões, redução de 30,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre janeiro e dezembro de 2015, as contratações de financiamentos de veículos atingiram R\$ 8,8 bilhões, com prazo médio de 40 meses, sendo que metade das operações foram realizadas com o prazo de até 36 meses.

A relação média da carteira entre o valor do empréstimo e o valor do veículo foi de 70,8% em dezembro de 2015, seguindo tendência de redução.

Brasil – Pessoa Jurídica



Grandes Empresas

O saldo da carteira de crédito de grandes empresas atingiu R\$ 206,0 bilhões em 31 de dezembro de 2015, apresentando aumento de 1,9 % em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em derivativos, somos líderes na CETIP em volume financeiro e quantidade de contratos. Focamos em operações de proteção sobre as exposições de moedas estrangeiras, taxas de juros e *commodities* junto aos nossos clientes.



Micro, Pequenas e Médias Empresas

O saldo da carteira de crédito atingiu R\$ 82,6 bilhões em 31 de dezembro de 2015, redução de 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Mantivemos o foco na revisão e simplificação de nossa oferta de produtos para Micro, Pequenas e Médias Empresas. Como exemplo, a “Conta Certa”, que, além de possuir mais serviços, possibilita aos clientes personalizarem as quantidades de boletos, DOC's, TED's, custódia de cheques, entre outros, de acordo com a sua necessidade.



América Latina

O saldo da carteira de crédito da América Latina apresentou um crescimento de 34,9% em relação a Dezembro de 2014. Sem considerar o efeito da variação cambial das respectivas moedas locais frente para o real, a variação da carteira no período foi de 7,3%.

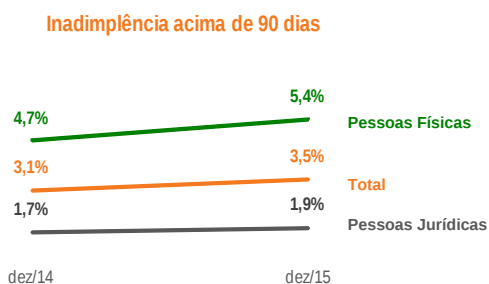
Destacamos o aumento de 35,8% (8,1% em moeda constante) no Chile, com crescimento de 44,1% (14,8 % em moeda constante) na carteira de crédito de pessoas físicas e 30,5% (3,9% em moeda constante) na carteira de crédito de pessoas jurídicas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Inadimplência

Nossa estratégia de redução de risco na concessão de crédito, iniciada em 2011, influenciou no índice de inadimplência, principalmente pela mudança para um perfil mais conservador de nossa carteira. Em função da conjuntura econômica:

- índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias), alcançou 3,5% em 31 de dezembro de 2015, aumento de 0,4 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2014.
- na carteira de clientes pessoas físicas esse índice atingiu 5,4% ao final de dezembro de 2015, aumento de 0,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- na carteira de clientes pessoas jurídicas atingiu 1,9% ao final de dezembro de 2015, aumento de 0,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.



O índice de cobertura da carteira com atraso acima de 90 dias atingiu 164% em dezembro de 2015, crescimento de 4,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

4.2.3) Solidez do Capital

Visando garantir a nossa solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos nossos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo BACEN (Consolidado Prudencial*), conforme evidenciado pelo índice de Basileia e pelos índices de Capital Principal e Nível II (consulte o relatório “Gerenciamento de Riscos – Pilar 3” no site de Relações com Investidores (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores) > Governança Corporativa).

Ao final de dezembro de 2015 o índice de Basileia atingiu 17,8%, sendo 14,0% de Capital Principal, composto principalmente por capital social, certas reservas e lucros retidos e ajustes prudenciais, e 3,8% de Capital Nível II, composto principalmente por dívidas subordinadas. Esses indicadores demonstram a nossa capacidade efetiva de absorver perdas.

O montante de nossas dívidas subordinadas que integram o Nível II do nosso capital regulatório alcançou R\$ 27,1 bilhões em 31 de dezembro de 2015.

(*) Consolidado Prudencial: Demonstrações contábeis consolidadas contendo as empresas financeiras e assemelhadas. A partir da data base jan/15, conforme Circular 4.278, este passa a ser o consolidado base de apuração.

4.2.3.1) Classificação de Risco de Crédito pelas Agências de Rating

Em 2015, as alterações dos ratings e das perspectivas dos ratings do Itaú Unibanco Holding S.A. e do Itaú Unibanco S.A. ocorreram por fatores exógenos, sendo eles: (i) alteração da metodologia global para bancos pela Moody's; (ii) rebaixamento do rating soberano brasileiro e alteração da perspectiva de “estável” para “revisão para possível rebaixamento”, pela Moody's; (iii) rebaixamento do rating soberano brasileiro para grau especulativo pela Standard & Poor's; e (iv) dois rebaixamentos do rating soberano do Brasil, sendo o segundo para grau especulativo, pela Fitch Ratings. Os ratings do Itaú Unibanco S.A. são grau de investimento pela Fitch Ratings e Moody's e o do Itaú Unibanco Holding S.A. é grau de investimento pela Fitch Ratings. Consulte mais informações sobre ratings no site de Relações com Investidores (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores) > Opinião de Mercado > Ratings).

4.3) Serviços

Buscamos constantemente implementar e focar na oferta de novos produtos e serviços que agregam valor aos nossos clientes e diversificam nossas fontes de resultados, possibilitando o crescimento de nossas receitas não financeiras, advindas principalmente de prestação de serviços e de seguridade (operações de seguros, previdência e capitalização).

Gestão de Ativos

Em dezembro de 2015, atingimos R\$ 473,1 bilhões^(f) em recursos sob gestão, de acordo com o ranking de gestão ANBIMA, representando 15,9% do mercado. Tivemos crescimento de 18,1% em relação ao mesmo período do ano anterior em recursos sob gestão, com destaque para os fundos de renda fixa e previdência. Além da forte presença local, temos presença nos principais centros financeiros mundiais com profissionais estrategicamente alocados, buscando oportunidades e soluções de investimento adequadas a diferentes perfis de clientes. A Kinea, empresa de gestão de investimentos alternativos do conglomerado Itaú Unibanco, possui R\$ 6,9 bilhões de ativos sob gestão.

(f) Fonte: Ranking de Gestão ANBIMA – dados de dezembro/2015. Considera as empresas Itaú Unibanco e Intrag.

Serviços de Custódia e Escrituração

No mercado de custódia, somamos R\$ 1,0 trilhão de ativos, segundo o ranking ANBIMA em novembro de 2015, representando aumento de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior^(g).

Prestamos serviços a 222 empresas listadas na BM&FBOVESPA, representando 62,0% do mercado de Escrituração de Ações. Também atuamos como escriturador de 498 emissões de debêntures até novembro de 2015, o que representa 51,8% do mercado^(g).

(g) Fonte: Itaú Unibanco, ANBIMA e BM&FBovespa (novembro/15).

Private Bank

Com uma plataforma completa de gestão de patrimônio global, somos líderes de mercado no Brasil e um dos principais *players* da América Latina. Nossa equipe multidisciplinar, formada por *private bankers*, consultores de investimentos e especialistas de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

produtos, atende nossos clientes em escritórios em 8 cidades do Brasil e também no exterior em Zurique, Miami, Nova Iorque, Santiago, Montevideu, Assunção e Nassau.

Em 2015, fomos reconhecidos pelas principais publicações do mercado de Private Bank “Best Private Banking Services Overall in Brazil” pela revista Euromoney, “Best Private Bank in Brazil” pela PWM/The Banker, “Outstanding Global Private Bank – Latin America” pela Private Banker International e “Best Private Bank in Brazil” e “Best Private Bank in Latin America” pela Global Finance. Essas premiações são resultado da avaliação de importantes instituições e participantes do mercado de *Wealth Management* e consideram o relacionamento com cliente, gestão de portfólio, alocação de ativos, oferta, controle de risco e estratégia do negócio.

Consórcio (Veículos e Imóveis)

Em dezembro de 2015, o saldo de parcelas a receber atingiu R\$ 11,8 bilhões, com aumento de 8,0% em relação a dezembro de 2014.

No mesmo período atingimos aproximadamente 415 mil contratos ativos, apresentando aumento de 3,3% em relação ao ano anterior.

As receitas de administração alcançaram R\$ 683,7 milhões de janeiro a dezembro de 2015.

Banco de Investimentos

Destacamos entre janeiro e dezembro de 2015, nossa operação de Fusões e Aquisições, que prestou assessoria financeira a 54 transações na América Latina, totalizando US\$ 11,1 bilhões, obtendo posição de liderança no *ranking* da Thomson Reuters.

Em renda fixa local, participamos em operações de debêntures, notas promissórias e securitizações que envolveram R\$ 14,2 bilhões no período de janeiro a novembro de 2015. Em emissões internacionais de renda fixa de empresas latino americanas, originamos US\$ 1,8 bilhão no período, de acordo com a Dealogic ^(h).

Para atendimento dos clientes internacionais, contamos com unidades na Argentina, Chile, Colômbia, Emirados Árabes, Estados Unidos, Hong Kong, México, Reino Unido e Peru, operando, nesse último país, por meio de escritório de representação.

Nesse mesmo período, recebemos os prêmios “Most Innovative Investment Bank in LatAm 2015” pela The Banker e “Best Investment Bank in Latin America”, “Best Investment Bank in Brazil”, “Best Investment Bank in Argentina”, “Best M&A Bank in Latin America” e “Best Equity Bank in Latin America” promovidos pela Global Finance.

^(h) Considera apenas operações em dólar e moeda local, com volume superior a US\$ 50 milhões.

rede Meios de Pagamentos Eletrônicos



No período de janeiro a dezembro de 2015 atingimos 4.028,1 milhões de transações em cartões de débito e crédito, um aumento de 4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O valor transacionado de cartões de crédito foi de R\$ 249,7 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2015. Esse valor representa 65,2% do total dos

negócios gerados pela adquirência, com crescimento de 7,8% em relação ao ano anterior.

O valor capturado nas transações de cartões de débito foi de R\$ 133,4 bilhões e representou 34,8% do valor transacionado total no período de janeiro a dezembro de 2015, com aumento de 5,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Encerramos o período com 1,9 milhão de equipamentos instalados, crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior.

A REDE e a Poynt Co., celebraram um acordo exclusivo para a distribuição de um novo modelo de terminal para aceitar pagamentos em cartão no varejo. Os novos dispositivos serão ofertados para os lojistas ao longo de 2016.

Em 2015, fomos eleitos a empresa do ano no Prêmio Época Reclame Aqui na categoria “Meios de Pagamentos Eletrônicos”, promovido pela Revista Época e Reclame Aqui. Também no período, a marca REDE foi eleita como uma das 25 marcas mais valiosas do país na pesquisa “Marcas Brasileiras Mais Valiosas 2015”, realizada pela Interbrand.

4.4) Itaú Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização)

Seguros ⁽ⁱ⁾

Continuamos a concentrar esforços na distribuição por meio de canais próprios, priorizando a comercialização através dos canais mais eficientes, que geram impactos positivos para a nossa operação.

O lucro líquido apresentou redução de 6,2% no acumulado até dezembro de 2015 em comparação com o mesmo período do ano anterior, em função da rescisão antecipada do contrato entre Itaú Seguros S.A. e Via Varejo ocorrida no terceiro trimestre de 2014.

O resultado das atividades foco ⁽ⁱ⁾ de seguros apresentou crescimento de 0,8% em 2015 em comparação com o ano anterior. Os prêmios ganhos apresentaram redução de 6,4% em relação a 2014, atingindo R\$ 5,6 bilhões no período. Os sinistros retidos alcançaram R\$ 1,6 bilhão em 2015, redução de 21,0% em relação a 2014. As quedas nos prêmios ganhos e nos sinistros retidos foram influenciadas pela venda da carteira de grandes riscos em 2014.

Em 2015, o índice de sinistralidade foi de 27,7%, redução de 5,1 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. O índice combinado no período foi de 70,3%, redução de 3,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior. As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 4,8 bilhões em 31 de dezembro de 2015.

A comercialização nos canais *bankline/internet*, caixa eletrônico, *bankfone* e terminal de caixa representaram 40,2% do total de vendas a correntistas no período de janeiro a dezembro de 2015. O crescimento das vendas de seguros a correntistas no caixa eletrônico foi de 39,1% no acumulado até dezembro de 2015 em relação ao ano anterior, passando a representar 9,1% das vendas de seguros a correntistas no período. O valor das vendas a clientes das Agências Digitais representaram 7,8% das vendas totais de seguros a correntistas no quarto trimestre de 2015.

⁽ⁱ⁾ Não considera nossa participação na Porto Seguro.

^(j) Nossas atividades foco consistem na oferta de produtos massificados de Pessoas, Patrimoniais, Prestamista, Previdência e Capitalização.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Previdência

A captação bruta total dos planos de previdência totalizou R\$ 20,5 bilhões em 2015, crescimento de 17,0% em relação ao ano anterior. A captação dos planos de previdência de pessoas físicas alcançou R\$ 18,4 bilhões no período.

As receitas com taxas de administração evoluíram 9,9% em relação ao período de janeiro a dezembro de 2014, atingindo R\$ 1,3 bilhão. Já as provisões técnicas cresceram 19,9% em relação a 2014, somando R\$ 124,6 bilhões ao final de dezembro de 2015, influenciadas principalmente pelo aumento das provisões do produto VGBL.

Em novembro de 2015, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI), a nossa participação de mercado de provisões técnicas^(k) totais foi de 23,8% e de planos individuais foi de 24,1%.

(k) Fonte: FENAPREVI – dados de novembro/2015.

Capitalização

Em capitalização, atingimos 14,0 milhões de títulos vigentes em 31 de dezembro de 2015, apresentando redução de 5,8% em relação ao ano anterior. As provisões técnicas de capitalização alcançaram R\$ 3,0 bilhões em 31 de dezembro de 2015, e a arrecadação com títulos de capitalização atingiu R\$ 2,8 bilhões em 2015, com crescimento de 13,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O volume de arrecadação de correntistas em 2015 apresentou crescimento de 22,5%.

O valor das vendas a clientes das Agências Digitais representaram 4,9% das vendas totais de títulos de capitalização a correntistas no quarto trimestre de 2015.

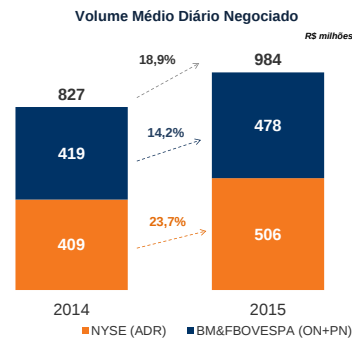
Mantivemos nossa liderança em resultado técnico^(l), considerando o mercado total de capitalização, com participação de mercado de 29,4% no acumulado de janeiro a novembro de 2015, de acordo com a SUSEP.

(l) Fonte: SUSEP (novembro/2015). Resultado Técnico = Receitas líquidas com título de capitalização (+) Resultado com sorteios (-) Custos de aquisição (+) Receita com resgates de título.

4.5) Mercado de Ações

Valor de mercado - em 31 de dezembro de 2015, figuramos como a segunda maior empresa no Brasil pelo critério de valor de mercado (R\$ 155,7 bilhões) e a primeira entre as instituições financeiras, de acordo com *ranking* da *Bloomberg*.

Quantidade de negócios - a quantidade média diária de negócios de nossas ações na BM&FBOVESPA de janeiro a dezembro de 2015 foi de 32,0 mil por pregão, 25,5% superior ao volume verificado no ano anterior, com volume médio por negócio de R\$ 15,0 mil. Comparativamente, no Ibovespa, a quantidade média diária de negócios cresceu 6,1% e o volume médio por negócio foi de R\$ 7,2 mil. Na NYSE, a quantidade média diária de negócios do ITUB foi de 36,7 mil por pregão, 0,3% superior em relação ao acumulado de janeiro a dezembro de 2014, com volume médio por negócio de R\$ 13,8 mil.



Retorno aos Nossos Acionistas

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP):

remuneramos nossos acionistas por meio de pagamentos mensais e complementares de dividendos e JCP. No acumulado de janeiro a dezembro de 2015, pagamos ou provisionamos R\$ 7,3 bilhões em dividendos e JCP, líquido de impostos.

Retorno do Investimento: em 31 de dezembro de 2015^(m), o retorno do investimento em dividendos e JCP ao acionista em relação ao preço da ação em 2 de janeiro de 2015, líquido de impostos, foi de 3,75%.

(m) Considera o total de Dividendos/JCP distribuídos no acumulado de 12 meses.

Relações com o mercado

Em 2015, participamos de 30 conferências e 9 *road shows* no Brasil e exterior, e realizamos 22 reuniões Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais) neste ano pelo Brasil, com a presença de mais de 2,6 mil participantes, fortalecendo o nosso relacionamento com acionistas, analistas e investidores do mercado de capitais. Como resultado de nossas atividades, recebemos os seguintes reconhecimentos:

2015 Latin America Executive Team Rankings –

promovida pela Revista Institutional Investor, fomos reconhecidos em 9 de 11 categorias: Melhor Relações com Investidores; no *buy-side* e no *sell-side*; Melhor CEO, no *buy-side* e no *sell-side*; Melhor CFO no *buy-side*; Melhor Profissional de Relações com Investidores: 1º lugar no *buy-side* e no *sell-side* e 2º lugar no *buy side*; Melhores encontros de Relações com Investidores.

Prêmio IR Magazine Awards Brazil 2015 –

realizado pela IR Magazine e pelo Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), fomos reconhecidos em 3 categorias: Melhor Relações com Investidores no Setor Financeiro; Melhor uso de tecnologia (*large cap*); e Melhor Relatório Anual.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Apresentamos no quadro abaixo os principais indicadores de mercado em 31 de dezembro de 2015:

Ações	R\$		%
	31/dez/2015	31/dez/2014	Variação
Lucro Líquido por ação - básico ⁽¹⁾			
Ações Ordinárias	4,30	3,58	20,1
Ações Preferenciais	4,30	3,58	20,1
Lucro Líquido por ação - diluído ⁽²⁾			
Ações Ordinárias	4,28	3,56	20,2
Ações Preferenciais	4,28	3,56	20,2
Dividendos/JCP Líquidos por ação	1,2376	1,2204	1,4
Valor de Mercado (bilhões) ⁽³⁾⁽⁴⁾	155,7	190,2	(18,1)

(1) Calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista pelo número médio de ações, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa mantidas;

(2) Calculado de forma similar ao (1), incluindo o denominador (média ponderada ajustada de ações) as ações referentes as Opções de Ações concedidas para o Plano de Outorga de Opções, assumindo o potencial de exercício de Opções de Ações desse plano (Nota 21a);

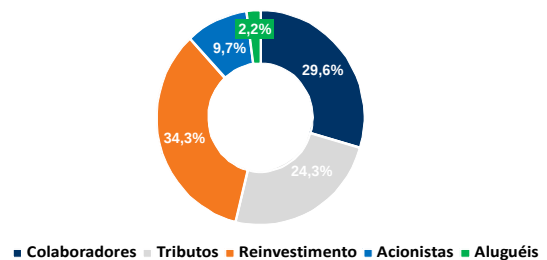
(3) Calculado com base na cotação de médias ações preferenciais no último dia do período de cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período);

(4) Considerando a cotação de fechamento das ações ON e PN multiplicada pelo total de ações em circulação de cada classe de ação o valor de mercado atingiu R\$ 150,6 bilhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 183,1 bilhões em 31 de dezembro de 2014, resultando em uma variação de 17,8%.

4.6) Demonstração do Valor Adicionado

A distribuição de valor adicionado é uma referência contábil que permite enxergar como a geração de valor do banco é distribuída entre seus diversos públicos. Nosso valor adicionado, que demonstra a riqueza gerada para a comunidade, atingiu R\$ 59,5 bilhões em 2015 (desconsidera o efeito fiscal do hedge), um aumento de 7,6% em relação a 2014. Este resultado refere-se ao valor econômico direto gerado e distribuído por nós, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros

acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos, conforme ilustrado a seguir:



5) NOSSA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Buscamos a evolução constante das nossas políticas e mecanismos de gestão a fim de garantir a excelência em nossas práticas e o nosso crescimento sustentável. Nesse sentido, em 2001 fomos uma das primeiras empresas a aderir voluntariamente ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e em 2002, registramos nossos ADSs de Nível II na NYSE. Somos voluntariamente aderentes ao Código de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Nossas práticas de governança têm sido reconhecidas e, como resultado, as nossas ações passaram a compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA desde sua criação em 2005, e a carteira do Dow Jones Sustainability World Index desde sua criação em 1999. Adotamos um Código de Ética que se aplica a todos os nossos colaboradores, membros do Conselho de Administração e diretores. O nosso Código baseia-se em princípios que sustentam uma cultura organizacional voltada para a valorização das pessoas, para o cumprimento rigoroso de regras e regulamentos e para a busca permanente pelo desenvolvimento.

Possuímos a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados na divulgação de ato ou fato

relevante e na manutenção do sigilo de informações ainda não divulgadas. Além dessa política, também adotamos a Política de Negociação de Valores Mobiliários, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pela companhia e pessoas a ela vinculadas para a negociação de valores mobiliários de emissão da companhia.

Nossa administração está estruturada de forma a garantir que as questões sejam devidamente discutidas e que as decisões sejam tomadas de forma conjunta.

A Assembleia Geral é o órgão soberano de tomada de decisões e reúne os acionistas ordinariamente antes do final de abril de cada ano e, excepcionalmente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes gerais dos nossos negócios. A eleição de seus membros é feita anualmente e o desempenho do Conselho é avaliado a cada mandato, visando assegurar que seus membros estejam alinhados com os valores da organização e que eles representem os interesses dos nossos acionistas.

Nosso Conselho de Administração conta atualmente com 12 membros, sendo 4 independentes (33%). Temos 7 comitês que se reportam ao Conselho de Administração: Auditoria, Remuneração, Pessoas, Nomeação e Governança Corporativa, Estratégia, Gestão de Risco e de Capital e Partes Relacionadas. Seus integrantes são eleitos pelo Conselho para um

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

mandato de um ano e devem ter comprovado conhecimento nas respectivas áreas de atuação. No nosso site de Relações com Investidores estão disponíveis essas e outras informações sobre a nossa estrutura de governança corporativa: <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa>.

6) CONTROLES CORPORATIVOS

6.1) Gerenciamento de Riscos e Capital

Consideramos a gestão de risco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando maximizar a criação de valor para os acionistas. Nosso gerenciamento de risco é o processo pelo qual:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais em nossas operações; e
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e nossas estratégias.

Nossa carteira é administrada buscando as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias e os objetivos das nossas unidades de negócio e de suporte, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Adotamos postura prospectiva no gerenciamento do nosso capital compreendendo as seguintes etapas: identificação e análise dos riscos materiais, planejamento de capital, realização de testes de estresse com foco na análise de impacto de eventos severos sobre nosso nível de capitalização, manutenção de plano de contingência de capital, avaliação interna da adequação de capital e elaboração de relatórios gerenciais.

6.2) Prevenção à lavagem de dinheiro e atos ilícitos

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e as fraudes. O grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes de atividades ilegais. Estabelecemos uma política corporativa com o intuito de prevenir nosso envolvimento com atividades ilícitas, proteger nossa reputação e imagem perante os colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos e a cooperação com as autoridades policial e judiciária. Também buscamos nos alinhar continuamente às melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e contínua capacitação de nossos colaboradores.

Para estar aderente às diretrizes da política corporativa, estipulamos um programa de prevenção e

combate a atos ilícitos, baseados nos seguintes pilares:

- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Monitoramento de Transações;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se a todo o nosso conglomerado, incluindo nossas controladas e coligadas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitê de Compliance e Risco Operacional, Comitê Interno de Risco Operacional e pelo Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

6.3) Estrutura Operacional e Controles Internos

A gestão integrada de risco operacional, controles internos e *compliance* segue política interna aprovada pelo Conselho de Administração e está estruturada em 3 linhas de defesa:

- 1ª linha: representada pelas áreas de negócios e de controle de riscos, tendo como responsabilidade identificar, mensurar, avaliar e gerenciar os eventos de risco operacional, assim como manter um efetivo ambiente de controles (incluindo o cumprimento de normas internas e externas).
- 2ª linha: representada pela área de controles internos / validação independente, tendo como responsabilidades, entre outras, divulgar e garantir a aplicação das decisões, políticas e estratégias para o gerenciamento do risco operacional, assim como validar, de forma independente, políticas e processos.
- 3ª linha: representada pela área de Auditoria Interna, tendo como responsabilidades, entre outras, verificar de forma independente e periódica, a adequação dos processos e procedimentos de identificação e gerenciamento dos riscos.

Seguindo as melhores práticas do acordo de Basileia, realizamos validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada pela Diretoria de Controles Internos e Compliance (DCIC) que, por ser apartada das áreas de negócio e controle de risco, garante a independência das avaliações.

6.4) Segurança da Informação

A área de Segurança da Informação é responsável por prover informações estruturadas e consolidadas dos principais riscos de segurança da informação nos diferentes níveis da organização, objetivando a redução de perdas financeiras e risco de imagem no Brasil e Exterior, a partir da definição de políticas, processos e procedimentos que suportam toda cadeia de informações.

Monitoramos e tratamos qualquer tipo de ataque e incidentes de segurança, de forma ágil e eficaz, administrando todas as ferramentas de segurança com tecnologias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Realizamos a gestão de acessos aos sistemas e recursos de forma eficiente, acompanhando as movimentações necessárias para manter a segurança na consulta a sistemas e informações.

Trabalhamos em conjunto com as áreas de negócio e tecnologia para manter a arquitetura de soluções e produtos com o maior grau de segurança.

Somos certificados nas páginas públicas do site www.itaubr.com.br pela norma brasileira NBR ISO/IEC 27001, com a finalidade de assegurar a proteção e a privacidade das informações fornecidas pelos clientes e outras fontes, com fins únicos e exclusivos, para o atendimento dos objetivos definidos nos seus produtos e serviços interativos.

7) PESSOAS

Contávamos com 90.320 colaboradores no final de dezembro de 2015, incluindo 6.839 colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa dos nossos colaboradores, somada aos seus encargos e benefícios, totalizou R\$ 13,0 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2015, com crescimento de 12,6% em relação ao ano anterior.

Em 2015, tivemos mais de R\$ 202,0 milhões de investimentos em programas de treinamento, totalizando cerca de 1,5 milhão de horas.

Do total de contratações realizadas em 2015 destacamos os seguintes programas:

- 109 pessoas para o Programa Trainee 2016. Participaram do processo seletivo jovens de todo o Brasil, além de estagiários e colaboradores do banco elegíveis ao programa.
- 4.008 estudantes para o Programa Estágio Itaú Unibanco, cujo índice de efetivação foi de 49%.
- 1.741 colaboradores para o Programa Aprendiz.
- 218 colaboradores para o Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência.

O índice de rotatividade, que mede a relação entre colaboradores contratados e desligados (voluntária ou involuntariamente) no ano de 2015 foi de 10,6%. Investimos em programa de realocação de colaboradores, cujo objetivo é buscar oportunidades internas, levando em consideração a disponibilidade de vagas em aberto e o perfil profissional dos candidatos internos. No Programa Oportunidade de Carreira (POC), que disponibiliza vagas para movimentação interna entre as áreas, foram alocados internamente 1.598 colaboradores. Realizada anualmente, a Pesquisa Fale Francamente mede a satisfação dos colaboradores com relação ao ambiente organizacional e à gestão de pessoas. Em 2015, tivemos a participação voluntária de 88% dos colaboradores no Brasil e no exterior. O índice de satisfação foi de 82% no Brasil e no exterior, crescimento de 2,0 pontos percentuais em relação a 2014.

Em 2015, conquistamos pela 7ª vez, sendo a 5ª consecutiva, o prêmio “Melhores Empresas para Você Trabalhar” promovido pela revista *Você S/A* em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA).

Também pela 7ª vez, sendo a 3ª consecutiva estamos entre “As Melhores na Gestão de Pessoas”, em pesquisa conduzida pela revista *Valor Carreira* e a consultoria Aon.

Outro importante reconhecimento recebido em dezembro de 2015 foi a classificação, pelo 2º ano consecutivo, entre As Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência. Esta foi a 2ª edição da pesquisa que é realizada pelo Governo do Estado de São Paulo – Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

8) SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade está incorporada à estratégia corporativa por meio de uma estrutura de governança consolidada e integrada aos negócios, que possibilita internalizar questões socioambientais nas atividades e processos diários. A nossa atuação é fundamentada por três focos estratégicos: educação financeira, diálogo e transparência e riscos e oportunidades socioambientais.

O gerenciamento do risco socioambiental baseia-se na identificação, mensuração, mitigação e monitoramento dos riscos. Em fevereiro de 2015, a Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental foi revisada e publicada com base nos critérios estabelecidos na Resolução do BACEN 4.327. De acordo com esta política, a análise dos riscos socioambientais é realizada com base nas características, necessidades, exposição a riscos e especificidades de cada frente de negócio.

Em 2015, lançamos os *papers* “Riscos e Oportunidades Socioambientais – a trajetória do Itaú Unibanco” e “Escolhas e Dinheiro - Um estudo sobre comportamento e decisões financeiras”, que refletem o nosso posicionamento, atuação e compromissos futuros com os temas de Riscos e Oportunidades Socioambientais e Educação Financeira, respectivamente. Os materiais foram lançados em eventos de engajamento, com a presença de *stakeholders* de sustentabilidade, reunindo mais de 250 pessoas.

Itaú Unibanco passa a integrar o Índice de Sustentabilidade Euronext Vigeo – Emerging 70 –

Em dezembro de 2015, fomos selecionados pela primeira vez para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade da *Euronext Vigeo – Emerging 70*. O índice é composto por 70 companhias, selecionadas dentre 900 empresas listadas em países em desenvolvimento, que apresentaram as melhores performances em responsabilidade corporativa, segundo os ratings atribuídos pela Vigeo.

Participação no Dow Jones Sustainability World Index (DJSI)

– Pelo 16º ano consecutivo fomos selecionados para compor o *Dow Jones Sustainability World Index (DJSI)*, principal índice de sustentabilidade do mundo, em sua edição 2015/2016. Nesta edição, atingimos a melhor nota do setor bancário nos quesitos “Política/Medidas Anticrime”; “Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico”; “Inclusão Financeira” e “Reporte Social”. Além disso, o Itaú Unibanco foi selecionado também para compor a carteira *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE) – Pelo 11º

ano consecutivo fomos selecionados para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA para 2016. O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com os melhores desempenhos em todas as dimensões que medem sustentabilidade empresarial. Seus objetivos são funcionar como uma referência para o investimento socialmente responsável e atuar como indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Instituição Financeira Mais Sustentável - Em novembro de 2015, fomos eleitos pela Revista Exame a instituição financeira mais sustentável de 2015. Também fomos reconhecidos como a empresa destaque na categoria “Direitos Humanos” por conta da nossa política de respeito à diversidade e combate a discriminação no ambiente de trabalho. O reconhecimento é o mais importante para o setor dentro do território nacional.

8.1) Satisfação de Clientes

A satisfação de clientes é um valor fundamental para nós e está afirmada em nossa visão: “Ser líder em performance sustentável e em satisfação de clientes”. Assim, focamos no monitoramento permanente sobre os níveis de satisfação de clientes bem como a atenção às suas manifestações.

Em relação às manifestações de nossos clientes, foram registrados 143 milhões de atendimentos em nossos canais, considerando-se apenas os atendimentos com a participação de nossos colaboradores ou representantes. Destes, mais de 93% se referiram à prestação de informações, consultas e solicitações, e pouco mais de 6% a insatisfações.

Do total de atendimentos, mais de 99,5% das questões foram resolvidas ou esclarecidas nos próprios serviços de atendimento do banco. O restante, evoluiu para outros órgãos de atendimento ao consumidor ou para o judiciário. Apesar dos altos índices de retenção apresentados por nossos canais internos, continuamos investindo prioritariamente em uma agenda de melhorias de processos para aumentar ainda mais a satisfação dos nossos de clientes.

9) INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Os investimentos realizados na área social – principalmente aqueles voltados ao aprimoramento da educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade urbana – estão vinculados ao nosso propósito de transformar o mundo das pessoas para melhor.

Nosso objetivo é empregar a mesma expertise e eficiência que aplicamos aos negócios no desenvolvimento de projetos, tecnologias e ferramentas que estimulem as pessoas a obter mais conhecimento e mais consciência crítica, para fazerem melhores escolhas.

Em 2015, investimos R\$ 547,6 milhões em projetos, seja por meio de verbas incentivadas por leis (Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte), seja através de doações e patrocínios realizados pelo Itaú Unibanco,

contribuindo em projetos voltados à educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade.

Patrocínio	Valor (R\$ milhões)	Número de Projetos
Não incentivado⁽¹⁾	341,4	194
Educação	188,8	170
Cultura	77,6	6
Esporte	6,0	4
Mobilidade Urbana	69,0	14
Incentivado⁽²⁾	206,2	338
Educação	23,3	100
Saúde	65,6	60
Cultura	98,5	155
Esporte	18,8	23
Total	547,6	532

(1) Recursos próprios das empresas do banco e dos orçamentos próprios das fundações e institutos.

(2) Recursos com incentivo fiscal através de leis como Rouanet, Incentivo ao Esporte, entre outras.

9.1) Educação e Saúde

Fundação Itaú Social - com atuação em todo o território brasileiro, tem como foco o desenvolvimento, a implantação e a disseminação de tecnologias sociais que visam o progresso das políticas públicas de educação, a potencialização do engajamento dos nossos colaboradores – e da sociedade em geral – por meio da cultura do voluntariado e a avaliação sistematizada de projetos e políticas sociais. Assim, sua operação é totalmente baseada em parcerias com o governo, OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e outros, a fim de promover maior entendimento e cooperação voltados à melhoria de políticas públicas. Em 2015, destacamos os seguintes programas:

- **Coordenadores de Pais:** estratégia de aproximação família-escola. A metodologia foi implantada nas 424 unidades de ensino de Salvador, após um ano de projeto-piloto. Em 2015, o programa foi desenvolvido em outras quatro localidades brasileiras;
- **Itaú Criança:** campanha de incentivo à leitura que distribuiu gratuitamente mais de 40 milhões de livros; e
- **Prêmio Itaú-Unicef:** na sua 11ª edição, os gestores sociais e educadores participaram na formação sobre educação integral.

Instituto Unibanco - concebe, avalia e dissemina soluções no sentido de provocar mudanças na realidade do Ensino Médio para ampliar as oportunidades educacionais dos jovens, em busca de uma sociedade mais justa e transformadora.

Os principais programas são:

- **Jovem de Futuro:** em 2015, 1.394 escolas públicas participaram do Jovem de Futuro, beneficiando 644,6 mil estudantes (segundo o Censo Escolar de 2014), em sete estados. Cerca de 3,8 mil diretores, coordenadores pedagógicos e técnicos das Secretarias Estaduais de Educação participaram de formações presenciais e mais de 28,5 mil professores participaram de formação à distância.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Estudar Vale a Pena:** em 2015, 848 voluntários trabalharam em ações que beneficiaram aproximadamente 6,8 mil alunos do Ensino Médio.
- **Fomento:** visa melhoria da gestão escolar com foco na promoção da equidade de gênero e racial. Em 2015, foram apoiados 10 projetos para a equidade racial e foram selecionados 10 projetos para equidade de gênero (dentre 171 inscritos), a serem apoiados em 2016.

9.2) Cultura

Instituto Itaú Cultural - em 2015, o Itaú Cultural celebrou 28 anos de compromisso com a arte e cultura brasileira. Com atuação no mapeamento, apoio e difusão da arte e cultura brasileira, o instituto promoveu um intenso número de atividades gratuitas tanto em sua sede em São Paulo, quanto em outras localidades do Brasil e do exterior. Foram mais de 720 atividades nacionais e internacionais realizadas ao longo do ano de 2015, com 390 mil visitantes aos programas desenvolvidos, 22 exposições, duas delas no Espaço Memória, e mais de 10,5 milhões de acessos únicos ao site.

Em 2015, foi lançada a 17ª edição do Programa Rumos, que teve mais de 12 mil projetos inscritos e o projeto Caminhadas Rumos, que passou por todos os Estados do Brasil e reuniu mais de 2,3 mil pessoas. No mesmo ano, a sede em São Paulo foi palco de uma exposição de obras da última edição do Programa.

Celebrando um ano de existência, o Espaço Olavo Setubal, que conta com mais de 1.300 itens do nosso acervo, foi visto por mais de 57 mil visitantes.

Sob a gestão do Itaú Cultural, de janeiro a dezembro de 2015, o Auditório Ibirapuera apresentou 164 espetáculos (82 gratuitos) para mais de 371 mil pessoas.

Desde 2009, o Instituto está presente no Facebook, contando com 735 mil fãs, a maior página de uma instituição cultural do Brasil. Além disso, atuamos no Twitter (94 mil seguidores), no canal do Youtube (contamos com mais de 4,6 milhões de visualizações distribuídas em um acervo de mais de 4,6 mil vídeos sobre arte e cultura brasileira) e no Instagram (mais de 22 mil seguidores). Também no período, foi lançado o site dedicado ao público infantil “O Mundo de Bartô no Itaú Cultural”.

Espaço Itaú de Cinema - criado em 1995, como Espaço Unibanco, possui salas de cinema que promovem filmes independentes em todo Brasil. Presente em seis cidades com oito complexos, suas 56 salas de exibição contribuem para o acesso à cultura no Brasil. Em 2015, cerca de 3,5 milhões de pessoas foram ao Espaço Itaú de Cinema.

9.3) Esporte

Investimos no desenvolvimento do esporte por acreditarmos no seu potencial de transformação a partir da construção de cidadania.

Nosso envolvimento com o futebol começou há mais de 20 anos, com o patrocínio da transmissão dos jogos de diversas competições. Desde 2008 patrocinamos a Seleção Brasileira em todas as suas categorias. Além do futebol, apoiamos vários projetos no circuito do Tênis como o Projeto Campeões da Vida do Instituto Guga Kuerten, o Circuito Tênis para todos e a Caravana do Esporte.

A Caravana do Esporte capacitou, desde 2009, quase 18 mil professores de 17 estados brasileiros, atendendo a mais de 200 mil crianças de forma direta e 1,8 milhão de forma indireta.

Além disso, patrocinamos o Campeonato Internacional Juvenil de Tênis de Porto Alegre, a Liga de Desporto Universitário, maior projeto esportivo universitário do País, e o Circuito Feminino Future de Tênis, torneio internacional da série.

Também apoiamos, por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte, o Circuito de Tênis Escolar e Universitário, que teve início em 2009 com o objetivo de promover o esporte atrelado à educação.

Estivemos presentes em torneios como Rio Open e Miami Open, além de realizarmos anualmente o Itaú Master Tours (13ª edição).

9.4) Mobilidade Urbana

Investimos na causa da mobilidade urbana em grandes centros, valorizando a bicicleta como meio de transporte, transformando a forma como as pessoas vivenciam e se relacionam com suas cidades. Para atingir este objetivo, nossa plataforma é composta por programas de compartilhamento de bicicletas, ações para melhoria da infraestrutura nas cidades e iniciativas de conscientização para uma convivência mais harmônica entre os diferentes meios de transporte.

Em 2015, além de buscar melhorias nos programas existentes em sete cidades brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Brasília), investimos em ações para o público infantil, com destaque para o Escolinha bike, que atingiu mais de 12 mil crianças em 3 meses. Além disso, instalamos 3 novos bicicletários em container e iniciamos um programa inovador de Mobilidade por Bicicletas em Fernando de Noronha, que será concluído em 2016. Contribuímos ainda para a inclusão da bicicleta nos Centros de Formação de Condutores (CFCs) de todo o Estado de Pernambuco.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

10) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

No período de janeiro a dezembro de 2015, recebemos alguns reconhecimentos que contribuíram para o fortalecimento da nossa reputação. Abaixo a lista de prêmios recebidos pelo banco durante o período:

Marcas Brasileiras Mais Valiosas 2015 (Interbrand)	Com marca avaliada em R\$ 24,5 bilhões, valor superior aos últimos três anos, em dezembro de 2015 conquistamos mais uma vez a 1ª colocação no <i>ranking</i> da Interbrand que avalia as Marcas Brasileiras Mais Valiosas de 2015. Esta é a 12ª vez que a nossa marca ocupa o 1º lugar, desde a criação da lista em 2001. Em sua 12ª edição, a pesquisa analisa as diferentes maneiras pelas quais uma marca impacta uma organização, desde sua influência sobre os resultados financeiros até a satisfação das expectativas dos clientes.
As empresas mais admiradas do Brasil (Carta Capital)	Em outubro de 2015, conquistamos a 1ª colocação no segmento "Bancos de Varejo" na 18ª edição da pesquisa promovida pela revista Carta Capital. Na classificação geral — em que independe o setor —, conquistamos a 5ª posição.
Anunciante do Ano - Prêmio Caboré 2015 (Meio & Mensagem)	Em novembro de 2015, conquistamos pela 5ª vez o Prêmio Caboré como Anunciante do Ano, e continuamos como o maior vencedor do prêmio nesta categoria. Criado em 1980, pelo jornal Meio & Mensagem, o Prêmio Caboré é considerado o maior prêmio da propaganda brasileira e consagra os principais profissionais e empresas que contribuem para o desenvolvimento da indústria da comunicação no Brasil.
Prêmio Aberje (Aberje)	Conquistamos em novembro de 2015 diversas premiações na edição 2015 do Prêmio Aberje, tanto na etapa regional quanto na nacional. Os projetos vencedores foram "90 anos do Itaú Unibanco" na categoria "Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial" e "Mobilidade Urbana no Itaú: uma causa além das laranjinhas" na categoria "Comunicação e Relacionamento com Organizações Governamentais". Já na etapa regional, o destaque foi o case O gibi da memória — a história dos 90 anos do Itaú Unibanco contada em quadrinhos.
DatacenterDynamics Awards (DatacenterDynamics)	Em novembro de 2015, conquistamos o prêmio na categoria "Melhor Projeto de Transformação em Data Center", com o case "Itaú Unibanco: Transformando um Data Center em Ambiente de Densidade de Potência". Em sua 5ª edição no Brasil, o DatacenterDynamics Awards reconhece a inovação, liderança e forma de pensar diferenciada na indústria nacional de data centers.
Euromoney Cash Management Survey 2015 (Revista Euromoney)	Conquistamos em novembro de 2015 o prêmio na categoria "Best cash manager in Brazil". Para eleger os vencedores, a Euromoney realiza uma pesquisa com instituições de grande, médio e pequeno porte em mais de 60 países.
Company Reporting IFRS Annual Report Benchmarking	Em 2015, pelo 3º ano consecutivo, lideramos o ranking do estudo Company Reporting IFRS Annual Report Benchmarking, um relatório que analisa de forma independente, técnica e aprofundada as demonstrações financeiras divulgadas pelas companhias e seus concorrentes. Nosso relatório foi destacado pela apresentação contínua de informações financeiras, em linha com os requisitos regulamentares, e cuja qualidade é considerada superior quando comparadas aos nossos pares locais e internacionais.

11) REGULAÇÃO

11.1) AUDITORIA INDEPENDENTE – Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A nossa política de atuação, incluindo empresas controladas e controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2015, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na Instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 21 de janeiro, 11 de fevereiro, 23 de março e 26 de maio - aquisição de pesquisas e materiais técnicos;
- 09 de setembro – consultoria relacionada a processos internos e práticas usuais de mercado para operação de *Middle Market*;
- 23 de setembro – revisão da Escrituração Contábil Fiscal; e
- 18 de novembro – diagnóstico sobre controles nos processos de negociação de dívidas de cartão de crédito.

Justificativa dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

11.2) Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP)

Divulgamos as demonstrações contábeis completas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), na mesma data desta publicação, conforme Ofício Circular CVM/SEP 01/13. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site de Relações com Investidores do Itaú Unibanco (www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores) > Informações Financeiras).

12) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é depositada.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 01 de fevereiro de 2016).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Pedro Moreira Salles

Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho
Roberto Egydio Setubal

Conselheiros

Alfredo Egydio Setubal
Candido Botelho Bracher
Demosthenes Madureira de Pinho Neto
Fábio Colletti Barbosa
Gustavo Jorge Laboissière Loyola
Henri Penchas
Nildemar Secches
Pedro Luiz Bodin de Moraes
Ricardo Villela Marino

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

Geraldo Travaglia Filho

Membros

Antonio Francisco de Lima Neto
Diego Fresco Gutierrez
Luiz Alberto Fiore
Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana
Sergio Darcy da Silva Alves

CONSELHO FISCAL

Presidente

Iran Siqueira Lima

Conselheiros

Alberto Sozin Furuguem
Luiz Alberto de Castro Falleiros

Contador

Reginaldo José Camilo
CRC-1SP – 114.497/O-9

DIRETORIA

Diretor Presidente

Roberto Egydio Setubal

Diretores Gerais

Candido Botelho Bracher
Márcio de Andrade Schettini
Marco Ambrogio Crespi Bonomi

Diretores Vice-Presidentes

Claudia Politanski
Eduardo Mazzilli de Vassimon

Diretores Executivos

Alexsandro Broedel Lopes
Leila Cristiane Barboza Braga de Melo
Paulo Sergio Miron

Diretores

Adriano Cabral Volpini
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Cláudio José Coutinho Arromatte
Eduardo Hiroyuki Miyaki
Emerson Macedo Bortoloto
José Virgílio Vita Neto
Marcelo Kopel (*)
Matias Granata
Rodrigo Luis Rosa Couto
Wagner Bettini Sanches

(*) Diretor de Relações com Investidores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
GLOSSÁRIO DE TERMOS ESTRANGEIROS UTILIZADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE
31/12/2015**

1. **Accrual:** Reconhecimento de receitas e despesas pelo regime de competência.
2. **Black & Scholes:** Modelo de precificação de opções criado por Fischer Black e Myron Scholes em 1973.
3. **Brazil Risk Note Programme:** Programa de captação de recursos que consiste na emissão de certificados de depósito associados ao risco de uma empresa ou do governo brasileiro, também chamado de Títulos de Crédito Vinculado.
4. **Commodities:** Mercadorias como cereais, metais e alimentos negociados em uma bolsa de mercadorias ou no mercado à vista.
5. **Default:** Incapacidade ou não-disposição de pagamento do tomador de um empréstimo, contraparte de um contrato ou emissor de um título.
6. **Eurobonds/Euronotes:** (Eurobônus/ Euronotas). Bônus lançado no mercado europeu por um governo ou companhia por meio de um banco de determinado país e na moeda deste, mas vendido internacionalmente, geralmente por bancos.
7. **Fixed Rate Notes:** (Títulos de Renda Fixa). Título com taxas de juros prefixadas.
8. **Forward:** (Operação a Termo/ Contrato para Entrega Futura) Compra ou venda de uma quantidade especificada de uma commodity, títulos do governo, moeda estrangeira ou outro instrumento financeiro ao preço contratado, com a entrega e liquidação determinadas para data futura.
9. **Hedge:** Proteção de uma posição. Estratégia financeira empregada para minimizar o risco decorrente das flutuações no mercado sobre investimentos de risco.
10. **IBNR (Incurred But Not Reported):** Sigla em língua inglesa para a expressão "Incorridos mas não Informados" utilizada nos sinistros de seguros.
11. **Joint Bookrunner:** Banco que estrutura, define o preço e convida outros subscritores a participar de uma emissão de valores mobiliários.
12. **Leasing:** Arrendamento Mercantil.
13. **Libor:** Taxa interbancária do mercado de Londres.
14. **Non Deliverable Forward:** Contrato a termo de moeda sem entrega física, é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objetivo a taxa de câmbio de uma determinada moeda.
15. **Non Trade Related:** Não relacionado a comércio exterior.
16. **Ranking:** Classificação, categorização.
17. **Stress:** Tensão. Estado de dificuldade, pressão ou preocupação extrema.
18. **Structure Note Issued** - Título que tem em sua estrutura um instrumento derivativo e um instrumento de captação cujo objetivo é adequar o perfil risco/retorno de acordo com a expectativa do investidor.
19. **Subprime:** é um crédito de risco, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa
20. **Swap:** Direitos contratuais de troca de resultados financeiros.
21. **Write-off:** (Baixa contábil de operação de crédito que se encontra totalmente provisionada). Baixar o valor de um ativo a débito de sua respectiva provisão.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS – BRGAAP

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado (Nota 2a)
 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		948.456.300	858.654.710
Disponibilidades		18.544.382	17.527.249
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4b e 6	280.199.949	228.886.899
Aplicações no Mercado Aberto		247.445.766	204.258.864
Aplicações no Mercado Aberto - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas SUSEP	11b	2.990.703	2.496.426
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		29.763.480	22.131.609
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	4c, 4d e 7	222.630.200	204.403.117
Carteira Própria		60.910.005	37.495.296
Vinculados a Compromissos de Recompra		9.933.108	41.347.429
Vinculados a Prestação de Garantias		6.270.523	2.195.950
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		3.599.774	313.479
Vinculados ao Banco Central		3.653.086	9.306.822
Instrumentos Financeiros Derivativos		15.749.607	9.705.135
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Cotas de Fundos de PGBL / VGBL	11b	117.128.328	97.183.898
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Outros Títulos	11b	5.385.769	6.855.108
Relações Interfinanceiras		66.791.013	63.304.170
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		205.144	163.380
Depósitos no Banco Central		66.555.999	63.106.314
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		831	2.183
Correspondentes		29.039	32.293
Relações Interdependências		31.367	24.723
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	8	239.365.642	237.592.277
Operações com Características de Concessão de Crédito	4e	255.053.588	252.512.538
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	4f	(15.687.946)	(14.920.261)
Outros Créditos		118.221.907	102.821.919
Carteira de Câmbio	9	54.167.026	38.948.083
Rendas a Receber		2.489.756	2.484.824
Operações com Emissores de Cartão de Crédito	4e	25.847.033	24.909.861
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros	4m I e 11b	1.366.962	1.388.022
Negociação e Intermediação de Valores		7.550.368	3.963.971
Créditos Tributários	14b I	16.622.721	13.369.948
Depósitos em Garantia - Processos Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciários	12b e 12d	2.130.165	2.128.452
Diversos	13a	8.047.876	15.628.758
Outros Valores e Bens	4g	2.671.840	4.094.356
Bens Não Destinados a Uso		561.036	264.667
(Provisões para Desvalorizações)		(75.439)	(68.616)
Prêmios Não Ganhos de Resseguros	4m I	26.253	8.228
Despesas Antecipadas	4g e 13b	2.159.990	3.890.077
Realizável Longo Prazo		392.027.199	330.124.066
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4b e 6	743.690	941.441
Aplicações no Mercado Aberto		-	12
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		743.690	941.429
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	4c, 4d e 7	115.761.015	95.223.407
Carteira Própria		66.742.574	58.896.509
Vinculados a Compromissos de Recompra		390.114	21.631.443
Vinculados a Prestação de Garantias		4.839.777	783.644
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		24.234.440	3.433.377
Vinculados ao Banco Central		2.202.583	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		11.115.091	5.629.776
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Outros Títulos	11b	6.236.436	4.848.658
Relações Interfinanceiras - SFH - Sistema Financeiro da Habitação		550.184	480.726
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	8	200.385.649	187.220.067
Operações com Características de Concessão de Crédito	4e	218.775.911	199.247.792
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	4f	(18.390.262)	(12.027.725)
Outros Créditos		73.574.889	45.824.783
Carteira de Câmbio	9	14.742.316	3.444.225
Créditos Tributários	14b I	40.360.894	24.712.181
Depósitos em Garantia - Processos Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciários	12b e 12d	10.502.497	11.478.246
Diversos	13a	7.969.182	6.190.131
Outros Valores e Bens	4g	1.011.772	433.642
Prêmios Não Ganhos de Resseguros	4m I	5	-
Despesas Antecipadas	4g e 13b	1.011.767	433.642
Permanente		18.688.942	19.922.899
Investimentos	4h, 15a II e III	3.938.692	3.525.861
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		3.500.615	3.098.591
Outros Investimentos		646.991	636.155
(Provisão para Perdas)		(208.914)	(208.885)
Imobilizado de Uso	4i e 15b I	7.055.331	7.560.821
Imóveis de Uso		4.168.061	4.520.797
Outras Imobilizações de Uso		11.835.330	11.526.073
(Depreciações Acumuladas)		(8.948.060)	(8.486.049)
Ágio	4j e 15b II	231.915	203.919
Intangível	4k e 15b III	7.463.004	8.632.298
Direitos Por Aquisição Folhas de Pagamento		1.000.524	1.058.465
Outros Ativos Intangíveis		9.706.684	9.882.971
(Amortização Acumulada)		(3.244.204)	(2.309.138)
Total do Ativo		1.359.172.441	1.208.701.675

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado (Nota 2a)
 (Em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		706.655.604	650.080.857
Depósitos	4b e 10b	232.618.778	228.939.729
Depósitos a Vista		61.092.014	48.733.456
Depósitos de Poupança		111.318.801	118.449.430
Depósitos Interfinanceiros		14.213.853	18.621.809
Depósitos a Prazo		45.994.110	43.135.034
Captações no Mercado Aberto	4b e 10c	195.509.298	188.423.431
Carteira Própria		41.299.939	75.413.506
Carteira de Terceiros		129.578.895	111.073.152
Carteira Livre Movimentação		24.630.464	1.936.773
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4b e 10d	28.733.305	26.401.512
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		23.028.617	21.940.555
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		4.811.425	3.381.311
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		893.263	1.079.646
Relações Interfinanceiras		520.016	435.832
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		226.476	187.361
Correspondentes		293.540	248.471
Relações Interdependências		6.406.470	4.824.359
Recursos em Trânsito de Terceiros		6.391.476	4.615.431
Transferências Internas de Recursos		14.994	208.928
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4b e 10e	57.736.971	47.023.024
Empréstimos		45.853.016	28.081.222
Repasses		11.883.955	18.941.802
Instrumentos Financeiros Derivativos	4d e 7g	14.506.051	7.817.021
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	4m II e 11a	7.611.960	6.678.779
Outras Obrigações		163.012.755	139.537.170
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		239.041	226.009
Carteira de Câmbio	9	55.342.490	39.737.737
Sociais e Estatutárias	16b II	5.109.874	4.719.480
Fiscais e Previdenciárias	4n, 4o e 14c	6.011.347	6.276.657
Negociação e Intermediação de Valores		10.959.548	7.187.828
Operações com Cartões de Crédito	4e	56.645.922	59.226.366
Dívidas Subordinadas	10f	10.208.125	1.784.407
Provisões para Passivos Contingentes	12b	3.583.199	3.101.473
Diversas	13c	14.913.209	17.277.213
Exigível a Longo Prazo		542.339.451	458.935.661
Depósitos	4b e 10b	59.991.640	65.833.519
Depósitos Interfinanceiros		735.265	503.272
Depósitos a Prazo		59.256.375	65.330.247
Captações no Mercado Aberto	4b e 10c	155.444.814	136.589.676
Carteira Própria		121.170.524	112.819.297
Carteira Livre Movimentação		34.274.290	23.770.379
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4b e 10d	46.857.049	21.348.192
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		23.834.408	7.491.121
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		19.970.930	12.703.599
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		3.051.711	1.153.472
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4b e 10e	46.852.304	41.753.444
Empréstimos		19.932.743	15.465.007
Repasses		26.919.561	26.288.437
Instrumentos Financeiros Derivativos	4d e 7g	16.609.638	9.577.451
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	4m II e 11a	124.441.300	105.996.419
Outras Obrigações		92.142.706	77.836.960
Carteira de Câmbio	9	13.123.310	3.438.509
Fiscais e Previdenciárias	4n, 4o e 14c	8.870.575	7.386.438
Dívidas Subordinadas	10f	55.576.439	52.784.528
Provisões para Passivos Contingentes	12b	11.149.709	10.221.476
Diversas	13c	3.422.673	4.006.009
Resultados de Exercícios Futuros	4p	1.959.711	1.422.717
Participações de Não Controladores	16f	1.755.235	2.414.727
Patrimônio Líquido	16	106.462.440	95.847.713
Capital Social		85.148.000	75.000.000
Reservas de Capital		1.537.219	1.315.744
Reservas de Lucros		25.349.568	21.212.015
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4c, 4d e 16e	(1.218.967)	(352.166)
(Ações em Tesouraria)		(4.353.380)	(1.327.880)
Total do Passivo		1.359.172.441	1.208.701.675

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração do Resultado Consolidado (Nota 2a)
(Em Milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receitas da Intermediação Financeira		86.727.080	163.594.126	125.023.816
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos		39.675.809	78.318.939	67.439.225
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		35.066.010	64.820.019	39.137.237
Receitas Financeiras das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	11c	6.997.963	13.432.414	9.883.338
Resultado de Operações de Câmbio		1.913.602	1.282.085	2.671.245
Resultado das Aplicações Compulsórias		3.073.696	5.740.669	5.892.771
Despesas da Intermediação Financeira		(64.131.451)	(113.853.167)	(73.137.167)
Operações de Captação no Mercado		(38.146.787)	(70.841.576)	(54.124.515)
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	11c	(6.587.786)	(12.556.522)	(8.987.140)
Operações de Empréstimos e Repasses		(19.396.878)	(30.455.069)	(10.025.512)
Resultado da Intermediação Financeira Antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa		22.595.629	49.740.959	51.886.649
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	8d I	(13.646.383)	(22.427.019)	(14.203.006)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(16.222.166)	(27.196.141)	(19.251.619)
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		2.575.783	4.769.122	5.048.613
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		8.949.246	27.313.940	37.683.643
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(6.800.510)	(12.575.365)	(11.555.313)
Receitas de Prestação de Serviços	13d	10.886.089	21.017.929	19.145.036
Rendas de Tarifas Bancárias	13e	4.996.132	9.796.669	8.595.196
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	11c	2.179.787	4.167.504	3.833.776
Despesas de Pessoal	13f	(10.010.412)	(18.712.569)	(16.443.317)
Outras Despesas Administrativas	13g	(8.775.825)	(16.968.559)	(16.210.590)
Despesas Tributárias	4o e 14a II	(2.436.855)	(5.373.598)	(5.087.378)
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos	15a II e III	347.723	646.391	609.810
Outras Receitas Operacionais	13h	455.642	930.287	557.124
Outras Despesas Operacionais	13i	(4.442.791)	(8.079.419)	(6.554.970)
Resultado Operacional		2.148.736	14.738.575	26.128.330
Resultado não Operacional	2c	(20.594)	1.285	1.116.420
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações		2.128.142	14.739.860	27.244.750
Imposto de Renda e Contribuição Social	4o e 14a I	9.817.955	9.215.376	(6.437.350)
Devidos sobre Operações do Período		(4.087.906)	(8.562.441)	(7.717.137)
Referentes a Diferenças Temporárias		13.905.861	17.777.817	1.279.787
Participações no Lucro - Administradores - Estatutárias - Lei nº 6.404 de 15/12/1976		(131.946)	(239.331)	(260.592)
Participações de Não Controladores	16f	(171.205)	(356.071)	(305.244)
Lucro Líquido		11.642.946	23.359.834	20.241.564
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação	16a		5.982.383.840	6.016.443.824
Lucro Líquido por Ação - R\$			3,90	3,36
Valor Patrimonial por Ação - R\$ (Em circulação em 31/12)			17,98	15,91

Informações Suplementares

Exclusão dos Efeitos não Recorrentes	2a e 22k	472.655	377.160
Lucro Líquido sem os Efeitos não Recorrentes		23.832.489	20.618.724
Lucro Líquido por Ação - R\$		3,98	3,43

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em Milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido Ajustado		25.525.397	51.293.743	49.818.501
Lucro Líquido		11.642.946	23.359.834	20.241.564
Ajustes ao Lucro Líquido:		13.882.451	27.933.909	29.576.937
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável		203.542	179.457	550.007
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos / Passivos)	7h	(749.550)	(990.626)	(378.981)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(6.451.534)	(9.680.662)	1.185.920
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		16.222.166	27.196.141	19.251.619
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		9.974.440	16.457.702	7.747.171
Despesas Financeiras Provisões Técnicas de Previdência e Capitalização		6.587.786	12.556.522	8.987.140
Depreciações e Amortizações	15b	1.237.997	2.621.944	2.689.262
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais	12b	722.763	1.478.090	1.018.977
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais	12b	2.369.042	3.949.052	3.379.897
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	12b	(203.746)	(285.184)	(377.358)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)		(3.812.140)	(2.790.652)	(1.279.787)
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos	15a III	(347.723)	(646.391)	(609.810)
Receita de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(9.464.517)	(16.940.813)	(9.011.825)
Receita de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		(3.246.357)	(6.821.408)	(3.514.899)
(Ganho) Perda na Alienação de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	7i	742.635	1.418.363	689.667
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos		43.779	47.204	10.674
(Ganho) Perda na Alienação de Bens não de Uso Próprio		14.259	34.502	35.051
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado		(4.039)	10.292	41.324
(Ganho) Perda decorrente de Alienação do Investimento da ISSC	2c	-	-	(1.151.110)
Resultado de Participações de Não Controladores		171.205	356.071	305.244
Outros		(127.557)	(215.695)	8.754
Variações de Ativos e Obrigações		6.582.933	(46.085.355)	3.773.019
(Aumento) Redução em Ativos		(88.404.261)	(111.593.655)	(70.682.484)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(59.788.045)	(52.772.854)	(29.097.053)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos / Passivos)		13.066.000	(7.853.080)	9.056.684
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(6.399.379)	(3.449.685)	13.903.967
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)		156.179	1.553.035	529.077
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos		(26.843.919)	(42.581.042)	(58.365.762)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens		(8.289.456)	(5.447.872)	(6.927.642)
Operações da Carteira de Câmbio e Negociação e Intermediação de Valores (Ativos / Passivos)		(305.641)	(1.042.157)	218.245
(Redução) Aumento em Obrigações		94.987.194	65.508.300	74.455.503
Depósitos		12.167.096	(2.162.830)	20.389.786
Captações no Mercado Aberto		45.653.944	25.941.005	32.833.930
Recursos por Emissão de Títulos		23.415.817	27.840.650	1.493.314
Obrigações por Empréstimos e Repasses		12.451.204	15.812.807	12.123.166
Operações com Cartões de Crédito (Ativos / Passivos)		2.664.449	(3.517.616)	2.702.260
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização		3.878.210	6.824.570	6.525.093
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		(4.200.842)	13.032	21.029
Outras Obrigações		916.253	701.246	5.790.980
Resultado de Exercícios Futuros		460.343	536.994	297.263
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.419.280)	(6.481.558)	(7.721.318)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		32.108.330	5.208.388	53.591.519
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Coligadas		144.977	318.182	356.939
Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		5.655.350	13.613.849	62.433.178
Recursos do Resgate de Títulos Valores Mobiliários Mantidos Até o Vencimento		1.665.934	3.159.592	2.666.716
Alienação de Bens não de Uso Próprio		72.168	112.020	45.062
Alienação de Investimentos		70.580	73.295	247.995
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Venda da ISSC	2c	-	-	1.473.605
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da BMG Seguradora	2c	-	-	(87.166)
Alienação de Imobilizado de Uso		96.011	105.053	61.440
Distrato de Contratos do Intangível		29.299	66.815	220.374
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(6.403.454)	(10.285.141)	(46.551.053)
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		(1.526.481)	(4.089.878)	(11.321.805)
Aquisição de Investimentos		(123.512)	(130.531)	(256.072)
Aquisição de Imobilizado de Uso	15b	(547.188)	(1.166.276)	(2.846.623)
Aquisição de Intangível	15b	(512.330)	(1.060.107)	(2.389.160)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(1.378.646)	716.873	4.053.430
Captação de Obrigações por Dívida Subordinada		-	-	206.777
Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada		(3.418.226)	(5.242.073)	(9.024.075)
Variação da Participação de Não Controladores	16f	42	(772.780)	291.145
Outorga de Opções de Ações		68.702	344.133	535.557
Aquisições de Ações para Tesouraria		(2.077.286)	(3.324.436)	(34.746)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Não Controladores		(186.273)	(242.783)	(85.117)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(2.305.685)	(7.008.406)	(6.318.783)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(7.918.726)	(16.246.345)	(14.429.242)
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa		22.810.958	(10.321.084)	43.215.707
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		57.929.067	87.831.981	45.802.194
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		6.451.534	9.680.662	(1.185.920)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4a e 5	87.191.559	87.191.559	87.831.981

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado
(Em Milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014		
Receitas		91.572.009	177.080.781	144.068.362		
Intermediação Financeira		86.727.080	163.594.126	125.023.816		
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		15.882.221	30.814.598	27.740.232		
Resultado das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização		2.179.787	4.167.504	3.833.776		
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	8d	(13.646.383)	(22.427.019)	(14.203.006)		
Outras		429.304	931.572	1.673.544		
Despesas		(68.568.498)	(121.932.586)	(79.692.137)		
Intermediação Financeira		(64.131.451)	(113.853.167)	(73.137.167)		
Outras		(4.437.047)	(8.079.419)	(6.554.970)		
Insumos Adquiridos de Terceiros		(7.187.519)	(13.655.318)	(12.925.456)		
Materiais, Energia e Outros	13g	(178.020)	(379.805)	(349.778)		
Serviços de Terceiros	13g	(2.146.267)	(4.015.606)	(4.198.611)		
Outras		(4.863.232)	(9.259.907)	(8.377.067)		
Processamento de Dados e Telecomunicações	13g	(2.125.929)	(4.050.998)	(3.870.363)		
Propaganda, Promoções e Publicações	13g	(559.573)	(1.038.998)	(950.161)		
Instalações		(750.950)	(1.438.533)	(1.216.018)		
Transportes	13g	(211.211)	(410.572)	(432.344)		
Segurança	13g	(343.726)	(674.919)	(627.212)		
Viagens	13g	(107.784)	(211.961)	(203.405)		
Outras		(764.059)	(1.433.926)	(1.077.564)		
Valor Adicionado Bruto		15.815.992	41.492.877	51.450.769		
Depreciação e Amortização	13g	(937.615)	(2.021.995)	(2.069.003)		
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		14.878.377	39.470.882	49.381.766		
Valor Adicionado Recebido em Transferência	15a III	347.723	646.391	609.810		
Valor Adicionado Total a Distribuir		15.226.100	40.117.273	49.991.576		
Distribuição do Valor Adicionado		15.226.100	40.117.273	49.991.576		
Pessoal		9.108.244	16.988.147	42,3%	14.870.554	29,7%
Remuneração Direta		7.078.782	13.342.121	33,3%	11.882.043	23,8%
Benefícios		1.606.241	2.841.816	7,1%	2.288.307	4,6%
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		423.221	804.210	2,0%	700.204	1,4%
Impostos, Taxas e Contribuições		(6.346.986)	(1.878.025)	-4,7%	13.358.083	26,7%
Federais		(6.957.053)	(3.016.794)	-7,5%	12.317.460	24,6%
Estaduais		2.245	15.658	0,0%	66.750	0,1%
Municipais		607.822	1.123.111	2,8%	973.873	1,9%
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		650.691	1.291.246	3,2%	1.216.131	2,4%
Remuneração de Capitais Próprios		11.814.151	23.715.905	59,1%	20.546.808	41,1%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		2.620.622	5.503.962	13,7%	4.397.560	8,8%
Lucros Retidos / (Prejuízo) do Período		9.022.324	17.855.872	44,5%	15.844.004	31,7%
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos		171.205	356.071	0,9%	305.244	0,6%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – BRGAAP

Exercício de 01/01 a 31/12 de 2015 e 2014

(Em Milhares de Reais)

Nota 1 – Contexto Operacional

O Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta que, em conjunto com empresas coligadas e controladas, atua no Brasil e no exterior, na atividade bancária em todas as modalidades por meio de suas carteiras: comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive as de operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se as de Seguros, Previdência Privada, Capitalização, Corretagem de Títulos e Valores Mobiliários e Administração de Cartões de Crédito, Consórcios, Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

a) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas Controladas (ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO) foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do BACEN, do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e avaliação dos ativos financeiros.

A fim de possibilitar a análise do Lucro Líquido é apresentado logo abaixo à Demonstração de Resultado Consolidado o “Lucro Líquido Sem os Efeitos não Recorrentes”, destacando-se esse efeito numa única rubrica denominada “Exclusão dos Efeitos não Recorrentes” (Nota 22k).

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 4c) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no Balanço Patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos da Demonstração do Resultado. As Operações de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio são reclassificadas de Outras Obrigações – Carteira de Câmbio para Operações de Crédito. O resultado de câmbio é apresentado de forma ajustada, com a reclassificação de despesas e receitas, de maneira a representar exclusivamente a variação e diferenças de taxas incidentes sobre as contas patrimoniais representativas de moedas estrangeiras.

b) Consolidação

Conforme determinado no parágrafo 1º, do artigo 2º, da Circular nº 2.804, de 11/02/1998, do BACEN, as demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO abrangem a consolidação de suas dependências no exterior.

Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Estão consolidados os fundos de investimentos onde as empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. Os títulos e aplicações pertencentes às carteiras desses fundos estão classificados por tipo de operação e foram distribuídos por tipo de papel, nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados. Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior estão apresentados na rubrica de Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos na Demonstração do Resultado Consolidado para as subsidiárias cuja moeda funcional é igual à da controladora e em Ajuste de Avaliação Patrimonial para as subsidiárias cuja moeda funcional é diferente da controladora (Nota 4s).

A diferença no Lucro Líquido e no Patrimônio Líquido entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO (Nota 16d) resulta substancialmente da adoção de critérios distintos na amortização

Notas Explicativas

de ágios originados nas aquisições de investimentos, no registro de transações com acionistas minoritários onde não há alteração de controle (Nota 4q) e no registro da variação cambial sobre os investimentos no exterior e hedge desses investimentos cuja moeda funcional é diferente da controladora, líquidos dos respectivos créditos tributários.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os ágios registrados em controladas, originados substancialmente da associação ITAÚ e UNIBANCO e da aquisição dos acionistas minoritários da REDE são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura e em laudos de avaliação ou pela realização dos investimentos, conforme normas e orientações do CMN e do BACEN.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, a partir de 01/01/2010, os ágios originados nas aquisições de investimentos deixaram de ser integralmente amortizados nas demonstrações contábeis consolidadas (Nota 4j). Até 31/12/2009 os ágios gerados foram integralmente amortizados nos períodos em que ocorreram os investimentos.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas diretas e indiretas. Abaixo, apresenta-se as principais empresas cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado:

	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Banco Itaú Chile	Chile	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BMG Consignado S.A	(Nota 2c) Brasil	Instituição Financeira	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Suisse S.A.	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BMG Seguradora S.A.	(Nota 2c) Brasil	Seguros	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	(1) Brasil	Sociedade de Crédito	-	100,00%	-	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lulzacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A. - REDE	Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Empresa incorporada em 31/01/2015 pelo Itaú Unibanco S.A. e Itaú BBA Participações S.A.

c) Desenvolvimento de Negócios

I. Aquisições

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

Em 31 de Dezembro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A, assinou contrato de compra e venda e outras avenças com o Banco BTG Pactual S.A. (BTG) para aquisição de 81,94% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (Recovery), correspondente à totalidade da participação do BTG na Recovery, pelo montante de R\$ 640 milhões.

Na mesma operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO acordou a aquisição de aproximadamente 70% do portfólio de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras de titularidade do BTG, pelo montante de R\$ 570 milhões.

Fundada em 2000 na Argentina e presente no Brasil desde 2006, a Recovery é líder de mercado na gestão e administração de portfólios de créditos em atraso. As atividades da Recovery consistem na prospecção e avaliação de portfólios, estruturação de operações e gestão operacional, atuando em todos os segmentos, desde pessoas físicas até créditos corporativos, com instituições financeiras e não financeiras, e oferecendo um diferencial competitivo aos seus clientes.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias e governamentais necessárias.

A operação não acarretará efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Notas Explicativas

ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.

Em 21 de outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede), assinou compromisso de compra e venda de ações com a Odebrecht Transport S.A. para aquisição de 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (ConectCar) pelo montante de R\$ 170 milhões.

A ConectCar é uma instituidora de arranjos de pagamento próprios e prestadora de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios, combustíveis e estacionamento, que posiciona-se como a segunda maior empresa do setor e opera atualmente em 12 estados e no Distrito Federal. Foi criada em 2012 como resultado de uma parceria entre a Odebrecht Transport S.A. e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A., que atualmente detém os 50% remanescentes do capital social da ConectCar.

A operação foi aprovada pelo BACEN no dia 23 de dezembro de 2015.

A governança será compartilhada com o grupo Ultra, sendo que a efetiva aquisição e a liquidação financeira ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato.

A operação não acarretará efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Itaú CorpBanca

Em 29 de Janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou acordo (*Transaction Agreement*) com o CorpBanca e seus acionistas controladores (Corp Group) estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

A operação será concretizada por meio de:

- i. Aumento de capital do BIC no valor de US\$ 652 milhões a ser realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ou uma de suas subsidiárias;
- ii. Incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção estimada de 85.420,07 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, de forma que as participações no banco resultante da incorporação, que será denominado Itaú CorpBanca, sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e de 33,13% para o Corp Group; e
- iii. Posterior integração do Itaú BBA Colômbia S.A. às operações do Itaú CorpBanca ou de suas subsidiárias.

O Itaú CorpBanca será controlado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, que assinará um acordo de acionistas com o Corp Group no ato de fechamento da operação. Esse acordo de acionistas dará ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e ao Corp Group o direito de indicarem membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca de acordo com suas participações no capital social, tendo esse bloco de acionistas a prerrogativa de eleger a maioria dos membros do conselho de administração e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO o direito de eleger a maioria desses membros. Os presidentes dos conselhos de administração do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão indicados pelo Corp Group e seus vice-presidentes pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. Os executivos do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão propostos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e ratificados pelo conselho de administração do Itaú CorpBanca. O acordo de acionistas também preverá o direito do Corp Group de aprovar, em conjunto com o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, determinadas matérias estratégicas do Itaú CorpBanca e conterá disposições sobre a transferência de ações entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e Corp Group e terceiros.

Foram obtidas as aprovações da fusão pelos acionistas do CorpBanca e do BIC e por todas as autoridades regulatórias competentes no Chile, Brasil, Colômbia e Panamá. Contudo, conforme previsão do aditamento ao *Transaction Agreement*, celebrado em 02 de junho de 2015, as partes pactuaram que o fechamento da operação ocorrerá até 2 de maio de 2016, quando estarão em condições plenas para o processo de reorganização societária.

Estima-se que a referida operação não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, que consolidará o Itaú CorpBanca após o fechamento da operação.

Notas Explicativas

MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda.

Em 13 de março de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. assinou contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. para criar uma aliança no mercado de soluções de pagamento no Brasil.

Os objetivos da operação são (a) ampliar os negócios de emissão e aquisição, principalmente relacionados à nova rede de soluções de pagamento; (b) ter acesso a novas tecnologias de soluções de pagamento; (c) obter importantes ganhos de escala e eficiência; e (d) beneficiar-se da *expertise* da MasterCard na gestão de bandeiras de soluções de pagamento.

A eficácia desta Aliança está sujeita à satisfação de algumas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

MaxiPago

Em 03 de setembro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede) assinou contrato de compra e venda de ações com os controladores da MaxiPago Serviços de Internet S.A., uma empresa de *gateway* – dispositivos de interconexões de rede de pagamento eletrônico móvel.

Na mesma data houve a subscrição e integralização de 13.336 ações (33,33%) e aquisição de 24.174 ações (41,67%), fazendo com que a Rede seja detentora de 43.510 ações ordinárias, que representa 75% do capital social total e votante da MaxiPago.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 08 de Janeiro de 2015.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	14.500
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(3.994)
(=) Ágio	10.506

Tecnologia Bancária S.A. (TECBAN) – Novo Acordo de Acionistas

Em 17 de Julho de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, em conjunto com outras instituições financeiras, assinou novo Acordo de Acionistas, que passou a vigorar a partir da data de fechamento da operação.

Em linha com a tendência mundial de melhores práticas, o acordo prevê que, em aproximadamente 4 anos, as Partes deverão substituir parte de suas redes externas de Terminais de AutoAtendimento (TAA) pela Rede Banco24Horas, gerando eficiência, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes. Além das Partes, cerca de outros 40 bancos são clientes da TECBAN.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 14 de Novembro de 2014.

Participações	Atual	Anterior
Ações	935.995.448	974.021.768
%	24,93%	25,94%

MCC Securities e MCC Corredora de Bolsa

Em 20 de Julho de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou contrato de compra e venda de ações com a MCC Inversiones Globales (MCC Inversiones) e a MCC Beneficial Owners (Pessoas Físicas Chilenas), para aquisição em etapas da totalidade das ações da MCC Securities.

Notas Explicativas

Em 01 de Agosto de 2011, as partes assinaram um acordo para aquisição em etapas da totalidade das ações da MCC Corredora de Bolsa.

Em 18 de Agosto de 2014, assinaram um novo acordo antecipando a aquisição do restante das ações da MCC Securities e da MCC Corredora de Bolsa.

	Atual		Anterior	
	MCC Securities	MCC Corredora	MCC Securities	MCC Corredora
Ações	6.000.000	2.046	3.000.001	1.024
%	100%	100%	50%	50,05%

Com esta operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO confirma sua relevante participação no mercado de *Private Banking* do Chile, passando a consolidar integralmente a MCC Securities e a MCC Corredora de Bolsa em suas Demonstrações Contábeis a partir de 31 de Agosto de 2014, data do fechamento da operação.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura e de ativos intangíveis.

Em milhares de US\$

Preço de Compra	77.585
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(13.279)
(-) Marca	(2.040)
(=) Ágio	62.266

BMG Seguradora S.A.

Em 25 de Junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, por meio de sua subsidiária Banco Itaú BMG Consignado S.A., assinou contrato de compra e venda de ações com os controladores do Banco BMG S.A., para aquisição de 99,996% das ações da BMG Seguradora S.A. representado por 35.292.627 ações pelo montante de R\$ 88.138.

A BMG Seguradora S.A. assinou acordo de exclusividade com o Banco BMG S.A. e com o Itaú BMG Consignado para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por esses bancos. A aquisição da participação visa ampliar as atividades de seguridade do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 27 de Janeiro de 2014.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	88.138
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(65.418)
(=) Ágio	22.720

Citibank N.A. Uruguay Branch

Em 28 de Julho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Uruguay S.A. (BIU), assinou contrato com o Citibank N.A. Uruguay Branch, com regras para a aquisição das operações de varejo no Uruguai.

Como resultado desta operação, o BIU assumiu uma carteira de clientes relacionados à operação de varejo (conta corrente, poupança e depósitos a prazo). Os ativos adquiridos envolveram principalmente as operações de cartão de crédito que o Citibank desenvolveu no país sob as bandeiras Visa, Mastercard e Diners.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 31 de Dezembro de 2013.

Notas Explicativas

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura e de ativos intangíveis.

	Em milhares de US\$
Preço de Compra	25.500
(-) Ativos Intangíveis Amortizáveis	(529)
(+) Passivo Fiscal Diferido	132
(=) Ágio	25.103

Credicard

Em 14 de Maio de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, por meio de sua subsidiária Banco Itaucard S.A., assinou contrato de compra e venda de ações e quotas com o Banco Citibank, para aquisição do Banco Citicard S.A. e da Citifinancial Promotora de Vendas Ltda., incluindo a marca "Credicard", pelo valor de R\$ 2.948 milhões. Estas entidades eram responsáveis pela oferta e distribuição de produtos e serviços financeiros da marca "Credicard", principalmente empréstimos pessoais e cartões de crédito.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 20 de Dezembro de 2013.

Em função desta operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO consolidou integralmente o Banco Citicard e a Citifinancial Promotora de Vendas em suas Demonstrações Contábeis a partir de Dezembro de 2013. Em 31 de Agosto de 2014 o Banco Citicard foi incorporado pelo Banco Itaucard S.A.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura e de ativos intangíveis.

Preço de Compra	2.948.409
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(1.069.569)
(-) Marca	(26.875)
(+) Passivo Fiscal Diferido	10.714
(=) Ágio	1.862.679

II. Parcerias e Associações

Associação com o Banco BMG S.A.

Em 09 de Julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO assinou contrato de Associação com o Banco BMG S.A. (BMG) visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados por meio da constituição de instituição financeira, o Banco Itaú BMG Consignado S.A., no qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO detinha o controle com participação de 70% no capital social total e votante e o BMG os 30% remanescentes. O capital social subscrito pelos acionistas foi de R\$ 1.000.000 na proporção de cada participação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO contribuiu com sua capacidade econômico-financeira, experiência administrativa e de controles e o BMG contribuiu com sua competência comercial e operacional, além da plataforma tecnológica necessária ao desenvolvimento das atividades.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 07 de Janeiro de 2013.

Em 29 de Abril de 2014, foi assinado acordo que estabelece a unificação dos negócios de crédito consignado concentrando as operações no Itaú BMG Consignado. A partir de 25 de Julho de 2014 e durante o prazo da associação, o Itaú BMG Consignado é o veículo exclusivo do BMG para a oferta de créditos consignados no território brasileiro, observadas algumas exceções.

Em contrapartida dessa unificação dos negócios, em 25 de Julho de 2014 o BMG realizou um aumento de capital do Itaú BMG Consignado, no montante de R\$ 181 milhões e, com isto, o ITAÚ UNIBANCO

Notas Explicativas

HOLDING CONSOLIDADO passou a deter 60% de participação no capital social total e votante e o BMG passou a deter os 40% remanescentes. A possibilidade desta unificação já era prevista inicialmente.

A referida operação não acarretou efeitos contábeis relevantes e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO continuou a consolidar o Itaú BMG Consignado em suas Demonstrações Contábeis.

Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A.

Em 20 de Agosto de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. renovou o acordo de cooperação comercial que mantém com a Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A. Esse acordo prevê a exclusividade para a oferta de financiamentos em campanhas promocionais da montadora Fiat para venda de automóveis zero quilômetro e o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

A operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

III. Alienações

Operação de Seguros de Grandes Riscos

Em 04 de Julho de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou contrato de compra e venda de ações com a ACE Ina International Holdings Ltd. (ACE), em que se comprometeu a alienar a totalidade de suas participações na Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (ISSC).

A ISSC detinha as operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, cujos clientes eram médias e grandes empresas com apólices de valores elevados segurados.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, a ACE pagou R\$ 1,5 bilhão ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e às suas subsidiárias, por meio da ISSC. Em 31 de Outubro de 2014, a ISSC efetuou a transferência das ações mediante a liquidação financeira por parte da ACE, com atualização do preço da operação considerando a posição do patrimônio líquido na data do fechamento da operação, no valor de R\$ 379.258.

Esta transação está associada à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO de comercialização de seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

Via Varejo

Em 01 de Outubro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, por meio de sua subsidiária Itaú Seguros S.A., recebeu da Via Varejo o valor de R\$ 584 milhões em função da rescisão antecipada dos acordos operacionais relativos à oferta de seguro garantia estendida nas lojas do Ponto Frio e Casas Bahia. O Valor recebido se refere substancialmente à restituição dos valores desembolsados nos termos contratuais, devidamente corrigidos.

A operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Nota 3 - Exigibilidades de Capital e Limites de Imobilização

a) Índices de Basileia e de Imobilização

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 31/12/2015, obtidos conforme regulamentação em vigor que define o Consolidado Prudencial como base de apuração:

Notas Explicativas

	Consolidado Prudencial ⁽¹⁾
Patrimônio de Referência ⁽²⁾	128.465.152
Índice de Basileia	17,8%
Nível I	14,0%
Capital Principal	14,0%
Capital Complementar	0,0%
Nível II	3,8%
Índice de Imobilização	27,7%
Folga de Imobilização	28.615.872

(1) Demonstrações contábeis consolidadas contendo somente as empresas financeiras e assemelhadas. A partir da data base jan/15, conforme Resolução nº 4.278, este passou a ser o consolidado base de apuração;

(2) O CMN, por meio das Resoluções nºs 4.192, de 01/03/2013, 4.278, de 31/10/2013, 4.311, de 20/01/2014 e 4.442, de 29/10/2015, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis, Nível I e II, onde Nível I consiste no somatório de Capital Principal e Capital Complementar. A apuração é composta por itens integrantes do Patrimônio Líquido aplicado deduções e ajustes prudenciais, além dos instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas.

A Administração julga adequado o atual nível do índice de Basileia (17,8% com base no Consolidado Prudencial, sendo 14,0% de Capital Principal e Nível I e 3,8% de Nível II), levando em consideração que supera em 6,8 pontos percentuais o mínimo exigido pelas autoridades (11,0%).

Em 2015 o Consolidado Operacional deixou de ser apurado para efeitos de capital de acordo com as normas vigentes, sendo substituído pelo Consolidado Prudencial.

A Resolução nº 4.192 de 01/03/2013 do CMN e alterações posteriores dispõem sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e a Resolução nº 4.193 de 01/03/2013 do CMN e alterações posteriores dispõem sobre os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO optou pela utilização da Abordagem Padronizada para o cálculo dos ativos ponderados de risco de crédito e de mercado, e pela Abordagem Padronizada Alternativa para o cálculo dos ativos ponderados de risco operacional, seguindo as normas vigentes para o cálculo dessas parcelas.

Notas Explicativas

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices e os Ativos Ponderados de Risco em 31/12/2015 estão demonstrados abaixo:

	Consolidado Prudencial	
Patrimônio Líquido ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (Consolidado)	106.462.440	
Participações de Não Controladores	915.986	
Alteração de Participação em Subsidiária em Transações de Capital	3.682.993	
Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)	111.061.419	
Deduções do Capital Principal ⁽¹⁾	(10.106.722)	
Capital Principal	100.954.697	
Deduções do Capital Complementar	45.987	
Capital Complementar	45.987	
Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	101.000.684	
Instrumentos Elegíveis a Compor o Nível II	27.403.171	
Deduções do Nível II	61.297	
Nível II	27.464.468	
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	128.465.152	
Ativos Ponderados de Risco:	722.467.645	
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	679.593.183	94,1%
a) Por Fator de Ponderação (FPR):		
FPR de 2%	179.196	0,0%
FPR de 20%	7.000.033	1,0%
FPR de 35%	11.694.800	1,6%
FPR de 50%	46.024.625	6,4%
FPR de 75%	136.104.497	18,8%
FPR de 85%	129.883.910	18,0%
FPR de 100%	288.057.254	39,9%
FPR de 250%	37.858.011	5,2%
FPR de 300%	10.751.102	1,5%
FPR até 1250% ⁽²⁾	1.990.212	0,3%
Derivativos - Ganho Potencial Futuro e Variação da qualidade creditícia da contraparte	10.049.543	1,4%
b) Por Tipo:		
Títulos e Valores Mobiliários	51.085.465	7,1%
Operações de Crédito - Varejo	109.882.310	15,2%
Operações de Crédito - Não Varejo	237.364.598	32,9%
Coobrigações - Varejo	242.329	0,0%
Coobrigações - Não Varejo	46.654.780	6,5%
Compromissos de Crédito - Varejo	25.971.524	3,6%
Compromissos de Crédito - Não Varejo	12.923.898	1,8%
Outras Exposições	195.468.279	27,1%
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA_{OPAD})	28.622.953	4,0%
Varejo	7.470.420	1,0%
Comercial	16.490.550	2,3%
Finanças Corporativas	1.379.791	0,2%
Negociação e Vendas	(4.927.254)	-0,7%
Pagamentos e Liquidações	3.074.061	0,4%
Serviços de Agente Financeiro	2.872.911	0,4%
Administração de Ativos	2.144.545	0,3%
Corretagem de Varejo	117.929	0,0%
Planos de Negócios	-	0,0%
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	14.251.509	2,0%
Ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWA_{CAM})	1.536.064	0,2%
Operações sujeitas à variação de taxas de juros	11.290.672	1,6%
Prefixadas denominadas em real (RWA _{JUR1})	2.127.454	0,3%
Cupons de moedas estrangeiras (RWA _{JUR2})	6.699.591	0,9%
Cupom de índices de preços (RWA _{JUR3})	2.463.618	0,3%
Cupons de taxas de juros (RWA _{JUR4})	9	0,0%
Operações sujeitas à variação do preço de commodities (RWA_{COM})	472.600	0,1%
Operações sujeitas à variação do preço de ações (RWA_{ACS})	952.173	0,1%
RWA	722.467.645	100,0%
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	79.471.441	
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	48.993.711	61,6%
Índice (%)	17,8%	
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	1.274.661	

(1) A partir de 30 de Junho de 2015 fica estabelecido pela Resolução nº 4.277/13, a aplicação de ajustes prudenciais referentes ao apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado impactando as deduções do capital principal em R\$ 432 milhões.

(2) Considerando a aplicação do fator "F" requerida pelo artigo 29º da Circular nº 3.644/13.

Notas Explicativas

Abaixo demonstramos os efeitos ocorridos no período, decorrentes de alterações na legislação ou de variação de saldos:

Evolução do Índice de Basileia	Patrimônio de Referência	Exposição Ponderada	Efeito
Índice em 31/12/2014 - Consolidado Operacional	129.790.456	768.074.569	16,9%
Alteração - Consolidado Prudencial ^(*)	570.344	(17.234.271)	0,5%
Resultado do Período	21.842.433	-	2,9%
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	(8.439.575)	-	-1,1%
Benefício a Empregados - Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012	(46.759)	-	0,0%
Outorga de Opções Reconhecidas	55.508	-	0,0%
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas no Período	344.133	-	0,1%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.005.610)	-	-0,1%
Deduções do Patrimônio de Referência	(5.566.721)	-	-0,7%
Ações em Tesouraria	(3.324.436)	-	-0,4%
Dívidas Subordinadas e Ações Preferenciais Resgatáveis	(6.143.778)	-	-0,8%
Outras Variações no Patrimônio de Referência	389.157	-	0,1%
Variações no Ativo Ponderado de Risco		(28.372.653)	0,7%
Índice em 31/12/2015 - Consolidado Prudencial	128.465.152	722.467.645	17,8%

(*) Efeito devido à alteração do consolidado de apuração

b) Capital para a Atividade de Seguros

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) divulgou, em julho de 2015, a Resolução CNSP nº 321, que dispõe, entre outros assuntos, sobre os requerimentos mínimos de capital para os riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, referentes a seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras. Após sua publicação, ficam revogadas as Resoluções CNSP nº 228, 280, 283, 284, 316 e 317.

Nota 4 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Para fins da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, incluem caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas – Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- b) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Créditos Vinculados no BACEN Remunerados, Depósitos Remunerados, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses, Dívidas Subordinadas e Demais Operações Ativas e Passivas** - As operações com cláusula de atualização monetária / cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas *pro rata die* com base na taxa efetiva das operações, de acordo com a Deliberação nº 649, de 16/12/2010, da CVM.
- c) **Títulos e Valores Mobiliários** - Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:
- **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
 - **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
 - **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigação financeira da instituição para sua manutenção

Notas Explicativas

em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de Risco de Mercado – Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- *Hedge* de Fluxo de Caixa – A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.
- *Hedge* de Investimento Líquido em Operações no Exterior - É contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida no patrimônio líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período.

e) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos (Operações com Característica de Concessão de Crédito) - Registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas *accrual* até o 60º dia de atraso nas empresas financeiras, observada a expectativa do recebimento. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Nas operações com cartões de crédito estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos seus titulares. Os recursos correspondentes a esses valores estão registrados em Outras Obrigações – Operações com Cartões de Crédito, que incluem adicionalmente recursos derivados de outros créditos relativos a operações com emissores de cartão de crédito.

f) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

g) Outros Valores e Bens - Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes;

Notas Explicativas

Prêmios não Ganhos de Resseguros (Nota 4m I); e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

A partir de 01/01/2015, o Itaú Unibanco optou pela adoção da faculdade prevista na Circular nº 3.693/13, que estabelece procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no país relacionado à originação de crédito. Os valores de remuneração de correspondentes no País relacionados a operações originadas a partir de 01/01/2017 serão reconhecidos integralmente como despesa do período.

- h) Investimentos** - Em controladas e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demonstrações contábeis das agências e subsidiárias no exterior, consolidadas, adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para reais. Os demais estão registrados pelo valor de custo, e são ajustados a valor de mercado por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.
- i) Imobilizado de Uso** – Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, ajustado ao valor de mercado até 31/12/2007, quando aplicável, para os imóveis relacionados às operações de seguros, previdência privada e capitalização, por reavaliação suportada por laudos técnicos. Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens. As contraprestações dos contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro passaram a ser registradas no resultado de acordo com a Resolução CMN nº 3.617/08, a partir de 30 de Setembro de 2015, conforme determinação do BACEN.
- j) Ágio** – corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos e são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização. São submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.
- k) Intangível** – Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26/11/2008, do CMN. Está composto por (i) valor de ágio pago na aquisição de sociedade, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirente pela adquirida, conforme determina a Lei nº 9.532/97, amortizável conforme prazo estipulado em laudos de avaliação; (ii) direitos de uso bem como direitos na aquisição de folhas de pagamento e contratos de associações, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa, e (iii) softwares e carteiras de clientes, amortizados em prazos de cinco a dez anos.
- l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos** – Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado semestralmente.
- m) Operações de Seguros, Previdência e Capitalização** – Os prêmios de seguros, cosseguros aceitos e despesas de comercialização são contabilizados pela emissão da apólice ou de acordo com o prazo de vigência do seguro, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos. As receitas de contribuições previdenciárias, a receita bruta com títulos de capitalização e as correspondentes constituições das provisões técnicas são reconhecidas por ocasião do recebimento.

I - Créditos de Operações e Outros Valores e Bens relativos as Operações de Seguros e Resseguros:

- Prêmios a Receber de Seguros – Referem-se às parcelas de prêmios de seguros a receber vincendas e vencidas de acordo com as apólices de seguros emitidas;
- Valores a Recuperar de Resseguro – Referem-se aos sinistros pagos ao segurado pendentes de recuperação do Ressegurador, as parcelas de sinistros a liquidar e os sinistros ocorridos, mas, não avisados - IBNR de resseguro, classificados no ativo de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 321, de 15/07/2015, do CNSP e alterações promovidas pela Resolução nº 319, de 12/12/2014, do CNSP, e Circular nº 517, de 30/07/2015, da SUSEP;
- Prêmios não Ganhos de Resseguros – Constituída para apurar a parcela de prêmios não ganhos de resseguro, calculado pro-rata-die, e para riscos não emitidos calculados por estimativa, conforme estudo técnico atuarial e de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação vigente do CNSP e alterações promovidas pela Resolução nº 319, de 12/12/2014, do CNSP, e Circular nº 517, de 30/07/2015, da SUSEP.

Notas Explicativas

II - As provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização são calculadas de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP e com os critérios estabelecidos pela legislação vigente.

II.I - Seguros e Previdência:

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério pro rata-die. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** – constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II.II- Capitalização:

- **Provisão Matemática para Capitalização (PMC)** - constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização. Considera atualização monetária e juros, a partir da data de início de vigência.
- **Provisão para Resgate (PR)** - constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.
- **Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)** - abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e é constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

Notas Explicativas

- **Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)** - constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.
- **Provisão Complementar de Sorteios (PCS)** - constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar.
- **Provisão para Despesas Administrativas (PDA)** - constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

n) **Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias** - São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

I - Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- **Passivos Contingentes** - decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os Depósitos Judiciais em Garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

II - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

o) **Tributos** - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social ⁽¹⁾	20,00%
PIS ⁽²⁾	0,65%
COFINS ⁽²⁾	4,00%
ISS até	5,00%

(1) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.

(2) Para as controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS é de 1,65% e da COFINS é de 7,60%.

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, cujos efeitos iniciaram a partir de 01/01/2015, uma vez que o ITAÚ UNIBANCO

Notas Explicativas

HOLDING não exerceu a opção da antecipação dos efeitos conforme arts. 75 e 96. Dentre outros assuntos, a referida Lei dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.638/07, alterada pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

A referida lei não acarretou efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

p) Resultados de Exercícios Futuros – Referem-se: (i) às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo e (ii) deságios na aquisição de investimentos, não absorvidos no processo de consolidação.

q) Transações junto a Não Controladores – Alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

r) Benefícios pós-emprego

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (asset ceiling).

Os ganhos e perdas atuariais são resultantes da não aderência das premissas atuariais estabelecidas na última avaliação atuarial em relação ao efetivamente realizado, bem como os efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente em Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

De forma semelhante à dos planos de pensão de benefício definido, essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido em Ajustes de Avaliação Patrimonial no período em que ocorrem.

Notas Explicativas

s) Conversão de Moedas Estrangeiras

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO definiu a moeda funcional, conforme previsto na deliberação CVM nº 640/10.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente do Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial.

II- Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante dos Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Ajuste de Avaliação Patrimonial até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é composto por:

	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	18.544.382	17.527.249
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.021.881	13.939.368
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	46.625.296	56.365.364
Total	87.191.559	87.831.981

Para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é composto por:

	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	155.156	114.898
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	6.425.125	29.874
Total	6.580.281	144.772

Notas Explicativas

Nota 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2015						31/12/2014	
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Total	%	Total	%
Aplicações no Mercado Aberto	189.444.543	57.996.535	4.688	-	247.445.766	88,0	204.258.876	88,9
Posição Bancada (*)	56.520.348	25.026.943	4.688	-	81.551.979	29,0	80.219.777	34,9
Posição Financiada	126.207.698	3.964.369	-	-	130.172.067	46,3	98.974.662	43,1
Com Livre Movimentação	3.659.450	3.964.369	-	-	7.623.819	2,7	27.326.584	11,9
Sem Livre Movimentação	122.548.248	-	-	-	122.548.248	43,6	71.648.078	31,2
Posição Vendida	6.716.497	29.005.223	-	-	35.721.720	12,7	25.064.437	10,9
Aplicações no Mercado Aberto - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - SUSEP	2.990.703	-	-	-	2.990.703	1,1	2.496.426	1,1
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.454.367	3.433.018	2.876.095	743.690	30.507.170	10,9	23.073.038	10,0
Total	215.889.613	61.429.553	2.880.783	743.690	280.943.639	100,0	229.828.340	100,0
% por prazo de vencimento	76,8	21,9	1,0	0,3	100,0			
Total - 31/12/2014	160.614.468	64.278.280	3.994.151	941.441	229.828.340			
% por prazo de vencimento	69,9	28,0	1,7	0,4	100,0			

(*) Inclui R\$ 9.460.888 (R\$ 5.944.804 em 31/12/2014) referentes a Aplicação no Mercado Aberto com livre movimentação, cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) e BACEN.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por Aplicação no Mercado Aberto - Posição Bancada com vencimento até 30 dias no montante de R\$ 6.425.125 (R\$ 29.874 em 31/12/2014), Aplicação em Depósitos Interfinanceiros de 31 a 180 dias (R\$ 2.371.382 em 31/12/2014), de 181 a 365 dias de R\$ 3.553.768 (R\$ 658.832 em 31/12/2014) e acima de 365 dias de R\$ 72.531.822 (R\$ 38.212.705 em 31/12/2014).

Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

a) Resumo por Vencimento

	31/12/2015													31/12/2014
	Ajustes ao Valor de Mercado refletido no:			Valor de Mercado	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado		
	Custo	Resultado	Patrimônio Líquido											
Títulos Públicos - Brasil	116.732.948	(1.023.670)	(3.436.939)	112.272.339	33,2	7.120.106	13.782	550.534	5.991.649	8.689.251	89.907.017	109.425.756		
Letras Financeiras do Tesouro	14.499.079	248	(33)	14.499.294	4,3	-	-	-	2.017.879	2.178.667	10.302.748	22.113.964		
Letras do Tesouro Nacional	18.773.080	(127.279)	(3)	18.645.798	5,5	7.111.303	-	523.081	690.382	543.221	9.777.811	18.915.039		
Notas do Tesouro Nacional	43.428.878	(667.827)	(883.389)	41.877.662	12,4	7.330	13.696	19.874	2.972.776	2.020.039	36.843.947	44.065.273		
Tesouro Nacional / Securitização	237.062	-	(22.152)	214.910	0,1	-	86	166	1.561	-	212.279	254.433		
Títulos da Dívida Externa Brasileira	39.794.849	(228.487)	(2.531.362)	37.035.000	10,9	1.473	-	7.413	309.051	3.946.831	32.770.232	24.077.047		
Títulos Públicos - Outros Países	11.144.489	2.361	(59.412)	11.087.438	3,3	1.888.133	1.635.154	1.721.113	3.772.662	1.162.711	907.665	10.232.010		
Argentina	687.679	13.694	-	701.373	0,2	222.471	467.043	9.425	-	1.435	999	631.070		
Bélgica	143.442	(6.649)	-	136.793	0,0	-	-	-	-	136.793	-	163.863		
Chile	1.444.527	(183)	(2.430)	1.441.914	0,4	529.293	883.923	10.192	-	17.887	619	1.250.576		
Colômbia	76.828	(4.149)	-	72.679	0,0	159	-	8.336	24.138	848	39.198	86.282		
Coreia	1.625.652	-	(1)	1.625.651	0,5	455.237	-	521.137	649.277	-	-	1.782.322		
Dinamarca	2.548.471	-	-	2.548.471	0,8	-	-	541.860	1.519.380	487.231	-	2.699.276		
Espanha	1.059.940	-	-	1.059.940	0,3	306.616	-	-	753.324	-	-	782.590		
Estados Unidos	2.159.785	19	(5.760)	2.154.044	0,6	195.072	85.943	409.670	515.533	195.164	752.662	1.173.935		
França	-	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	133.050		
Holanda	121.784	-	(193)	121.591	0,0	-	-	-	-	121.591	-	151.431		
Itália	-	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	70.325		
México	2.522	(13)	-	2.509	0,0	-	-	-	907	1.067	535	3.477		
Paraguai	1.023.041	-	(43.136)	979.905	0,3	168.051	189.871	208.148	260.765	127.261	25.809	977.276		
Peru	1.031	(53)	-	978	0,0	-	-	-	-	-	978	-		
Uruguai	240.070	(304)	(6.822)	232.944	0,1	11.234	8.374	12.345	49.338	64.819	86.834	310.561		
Outros	9.717	(1)	(1.070)	8.646	0,0	-	-	-	-	8.615	31	13.976		
Títulos de Empresas	71.903.280	(88.229)	(776.639)	71.038.412	21,0	5.028.678	2.221.525	2.581.914	8.599.974	9.718.701	42.887.620	67.449.949		
Ações	2.485.556	(67.394)	(9.667)	2.408.495	0,7	2.408.495	-	-	-	-	-	2.693.227		
Cédula do Produtor Rural	1.175.652	-	(46.126)	1.129.526	0,3	41.223	359.291	123.145	109.366	193.970	302.531	1.407.483		
Certificados de Depósito Bancário	1.619.893	244	(3.244)	1.616.893	0,5	553.446	669.009	311.054	81.353	25	2.006	1.381.387		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	17.900.792	-	(207.132)	17.693.660	5,2	342.071	-	-	318.781	257.275	16.775.533	16.071.003		
Cotas de Fundos	838.579	(59.041)	(231)	779.307	0,2	779.307	-	-	-	-	-	778.670		
Direitos Creditórios	24.059	-	-	24.059	0,0	24.059	-	-	-	-	-	100.975		
Renda Fixa	663.359	(55.659)	(15)	607.685	0,2	607.685	-	-	-	-	-	596.236		
Renda Variável	151.161	(3.382)	(216)	147.563	0,0	147.563	-	-	-	-	-	81.459		
Debêntures	24.506.491	61.820	(318.175)	24.250.136	7,2	290.918	411.358	749.978	435.021	2.156.808	20.206.053	21.460.116		
Euro Bonds e Assemelhados	11.199.763	(23.852)	(67.508)	11.108.403	3,3	109.518	549.868	270.583	1.699.614	4.234.820	4.244.000	7.770.972		
Letras Financeiras	10.719.221	1	(46.932)	10.672.290	3,2	252.685	6.201	811.483	5.842.301	2.519.108	1.240.512	14.077.374		
Notas Promissórias	1.060.251	-	(69.186)	991.065	0,3	251.015	190.624	230.288	113.538	205.600	-	1.396.726		
Outros	397.082	(7)	(8.438)	388.637	0,1	-	35.174	85.383	-	151.095	116.985	412.991		
Cotas de Fundos de PGBL / VGBL (1)	117.128.328	-	-	117.128.328	34,6	117.128.328	-	-	-	-	-	97.183.898		
Subtotal - Títulos e Valores Mobiliários	316.909.045	(1.109.538)	(4.272.990)	315.526.517	92,1	131.165.245	3.870.461	4.853.561	18.364.285	19.570.663	133.702.302	284.291.613		
Títulos para Negociação	184.856.986	(1.109.538)	-	183.747.448	54,3	127.370.471	582.975	1.034.987	6.131.974	5.281.985	43.345.056	172.712.326		
Títulos Disponíveis para Venda	89.867.266	-	(4.272.990)	85.594.276	25,3	3.452.699	3.287.486	3.818.574	11.913.530	12.738.324	50.383.663	77.146.194		
Títulos Mantidos até o Vencimento (2)	42.184.793	-	-	42.184.793	12,5	342.075	-	-	318.781	1.550.354	39.973.583	34.433.093		
Instrumentos Financeiros Derivativos	18.460.274	8.404.424	-	26.864.698	7,9	6.038.415	4.121.716	2.919.518	2.669.958	3.600.117	7.514.974	15.334.911		
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	335.369.319	7.294.886	(4.272.990)	338.391.215	100,0	137.203.660	7.992.177	7.773.079	21.034.243	23.170.780	141.217.276	299.626.524		
Instrumentos Financeiros Derivativos (Passivo)	(24.874.827)	(6.240.862)	-	(31.115.689)	100,0	(3.847.876)	(3.774.758)	(3.533.856)	(3.349.561)	(4.105.871)	(12.503.767)	(17.394.472)		

(1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Títulos e Valores Mobiliários - Títulos para Negociação, tendo como contrapartida no passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência, apresentada no Exigível a Longo Prazo, conforme determina a SUSEP.

(2) Ajustes ao mercado negativo não contabilizado de R\$ 3.292.837 (R\$ 218.844 em 31/12/2014), conforme Nota 7e.

Notas Explicativas

b) Resumo por Tipo de Carteira

31/12/2015								
	Carteira Própria	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Recursos Garantidores (Nota 11b)	Total
		Compromissos de Recompra	Livre Movimentação	Prestação de Garantias (*)	Banco Central			
Títulos Públicos - Brasil	58.528.715	10.118.878	27.135.617	3.493.813	5.855.669	-	7.139.647	112.272.339
Letras Financeiras do Tesouro	3.861.658	6.452.635	-	3.300.354	-	-	884.647	14.499.294
Letras do Tesouro Nacional	15.308.445	3.327.094	-	10.259	-	-	-	18.645.798
Notas do Tesouro Nacional	29.401.041	339.149	-	26.803	5.855.669	-	6.255.000	41.877.662
Tesouro Nacional / Securitização	214.585	-	-	-	-	-	-	214.585
Títulos da Dívida Externa Brasileira	9.742.986	-	27.135.617	156.397	-	-	-	37.035.000
Títulos Públicos - Outros Países	7.436.451	75.421	-	3.575.125	-	-	441	11.087.438
Argentina	566.307	-	-	135.066	-	-	-	701.373
Bélgica	136.793	-	-	-	-	-	-	136.793
Chile	1.416.280	7.696	-	17.497	-	-	441	1.441.914
Colômbia	72.679	-	-	-	-	-	-	72.679
Coreia	808.380	-	-	817.271	-	-	-	1.625.651
Dinamarca	764.541	-	-	1.783.930	-	-	-	2.548.471
Espanha	532.613	-	-	527.327	-	-	-	1.059.940
Estados Unidos	1.892.953	-	-	261.091	-	-	-	2.154.044
Holanda	121.591	-	-	-	-	-	-	121.591
México	2.509	-	-	-	-	-	-	2.509
Paraguai	903.125	67.725	-	9.055	-	-	-	979.905
Peru	978	-	-	-	-	-	-	978
Uruguai	217.670	-	-	15.274	-	-	-	232.944
Outros	32	-	-	8.614	-	-	-	8.646
Títulos de Empresas	61.687.413	128.923	698.597	4.041.362	-	-	4.482.117	71.038.412
Ações	2.399.330	-	-	9.165	-	-	-	2.408.495
Cédula do Produtor Rural	1.129.526	-	-	-	-	-	-	1.129.526
Certificados de Depósito Bancário	1.451.282	128.923	-	14.249	-	-	22.439	1.616.893
Certificados de Recebíveis Imobiliários	17.693.660	-	-	-	-	-	-	17.693.660
Cotas de Fundos	686.225	-	-	364	-	-	92.718	779.307
Direitos Creditórios	1.161	-	-	-	-	-	22.898	24.059
Renda Fixa	537.501	-	-	364	-	-	69.820	607.685
Renda Variável	147.563	-	-	-	-	-	-	147.563
Debêntures	19.485.387	-	-	4.016.372	-	-	748.377	24.250.136
Euro Bonds e Assemelhados	10.409.806	-	698.597	-	-	-	-	11.108.403
Letras Financeiras	7.052.495	-	-	1.212	-	-	3.618.583	10.672.290
Notas Promissórias	991.065	-	-	-	-	-	-	991.065
Outros	388.637	-	-	-	-	-	-	388.637
Cotas de Fundos de PGBl / VGBl	-	-	-	-	-	-	117.128.328	117.128.328
Subtotal - Títulos e Valores Mobiliários	127.652.579	10.323.222	27.834.214	11.110.300	5.855.669	-	128.750.533	311.526.517
Títulos para Negociação	42.453.560	8.431.408	3.560.158	3.202.022	3.653.086	-	122.447.214	183.747.448
Títulos Disponíveis para Venda	56.276.121	1.891.814	14.814.524	7.908.274	2.202.583	-	2.500.960	85.594.276
Títulos Mantidos até o Vencimento	28.922.898	-	9.459.532	4	-	-	3.802.359	42.184.793
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	26.864.698	-	26.864.698
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	127.652.579	10.323.222	27.834.214	11.110.300	5.855.669	26.864.698	128.750.533	338.391.215
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo) - 31/12/2014	96.391.805	62.978.872	3.746.856	2.979.594	9.306.822	15.334.911	108.887.664	299.626.524

(*) Representam os Títulos Vinculados a processos de Passivos Contingentes (Nota 12b), Bolsas e Câmaras de Liquidação e Custódia.

c) Títulos para Negociação

Abaixo, composição da carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/12/2015										31/12/2014
	Custo	Ajustes ao Valor de Mercado (no Resultado)	Valor de Mercado	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	57.679.096	(1.023.670)	56.655.426	30,8	7.120.043	13.721	540.752	4.510.098	4.063.090	40.407.722	62.943.497
Letras Financeiras do Tesouro	12.134.054	248	12.134.302	6,6	-	-	-	646.611	1.673.969	9.813.722	20.656.001
Letras do Tesouro Nacional	11.361.917	(127.279)	11.234.638	6,1	7.111.303	-	513.413	690.382	411.876	2.507.664	8.898.461
Notas do Tesouro Nacional	29.015.656	(667.827)	28.347.829	15,4	7.267	13.635	19.760	2.862.493	1.634.153	23.810.521	30.843.596
Tesouro Nacional / Securitização	3.119	(325)	2.794	0,0	-	86	166	1.561	493	488	5.460
Títulos da Dívida Externa Brasileira	5.164.350	(228.487)	4.935.863	2,7	1.473	-	7.413	309.051	342.599	4.275.327	2.539.979
Títulos Públicos - Outros Países	1.187.548	2.361	1.189.909	0,6	318.075	561.401	24.997	45.621	149.633	90.182	1.586.226
Argentina	687.679	13.694	701.373	0,4	222.471	467.043	9.425	-	1.435	999	630.918
Bélgica	143.442	(6.649)	136.793	0,1	-	-	-	-	136.793	-	106.574
Chile	35.985	(183)	35.802	0,0	26.497	1.450	7.236	-	-	619	131.993
Colômbia	76.747	(4.149)	72.598	0,0	78	8.336	24.138	848	-	39.198	88.282
Estados Unidos	131.961	19	131.980	0,1	-	85.943	-	-	-	46.037	448.191
México	2.522	(13)	2.509	0,0	-	-	-	907	1.067	535	3.477
Paraguai	67.725	-	67.725	0,0	67.725	-	-	-	-	-	128.201
Peru	1.031	(53)	978	0,0	-	-	-	-	-	978	-
Uruguai	40.444	(304)	40.140	0,0	1.304	6.965	-	20.576	9.490	1.805	40.970
Outros	12	(1)	11	0,0	-	-	-	-	-	11	7.620
Títulos de Empresas	8.862.014	(88.229)	8.773.785	4,8	2.804.025	7.853	469.238	1.576.255	1.069.262	2.847.152	10.998.705
Ações	1.998.855	(67.394)	1.931.461	1,1	1.931.461	-	-	-	-	-	1.908.984
Certificados de Depósito Bancário	43.689	244	43.933	0,0	29.714	7.055	3.010	4.153	-	1	100.937
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	672
Cotas de Fundos	620.945	(59.041)	561.904	0,3	561.904	-	-	-	-	-	636.878
Direitos Creditórios	24.059	-	24.059	0,0	24.059	-	-	-	-	-	54.007
Renda Fixa	446.434	(55.659)	390.775	0,2	390.775	-	-	-	-	-	562.541
Renda Variável	150.452	(3.382)	147.070	0,1	147.070	-	-	-	-	-	20.330
Debêntures	1.353.278	61.820	1.415.098	0,8	-	-	8.775	12.934	120.898	1.272.491	1.215.296
Euro Bonds e Assemelhados	1.015.681	(23.852)	991.829	0,5	28.261	798	520	137.148	494.615	330.487	1.061.702
Letras Financeiras	3.825.898	1	3.825.899	2,1	252.685	-	456.933	1.422.020	453.749	1.240.512	6.072.283
Outros	3.668	(7)	3.661	0,0	-	-	-	-	-	3.661	1.953
Cotas de Fundos de PGBl / VGBl	117.128.328	-	117.128.328	63,8	117.128.328	-	-	-	-	-	97.183.898
Total	184.856.986	(1.109.538)	183.747.448	100,0	127.370.471	582.975	1.034.987	6.131.974	5.281.985	43.345.056	172.712.326
% por prazo de vencimento					69,3	0,3	0,6	3,3	2,9	23,6	
Total - 31/12/2014	173.016.351	(304.025)	172.712.326	100,0	105.144.131	8.478.910	4.201.162	12.903.374	7.064.056	34.920.693	
% por prazo de vencimento					60,8	4,9	2,4	7,5	4,1	20,2	

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING em 31/12/2015 a carteira é composta por Cotas de títulos de Renda Fixa, no valor de R\$ 4.287 sem vencimento, em 31/12/2014 a carteira era composta por Títulos Privados - Certificado de Depósitos Bancários com vencimento acima de 720 dias, no valor de R\$ 13.544.527.

Notas Explicativas

d) Títulos Disponíveis para Venda

Abaixo, composição da carteira de Títulos Disponíveis Para Venda por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/12/2015										31/12/2014
	Custo	Ajustes ao Valor de Mercado (no PL)	Valor de Mercado	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	32.544.402	(3.436.939)	29.107.463	34,0	63	61	9.782	1.481.551	3.333.082	24.282.924	25.624.380
Letras Financeiras do Tesouro	2.365.025	(33)	2.364.992	2,8	-	-	-	1.371.268	504.698	489.026	1.457.963
Letras do Tesouro Nacional	9.671	(3)	9.668	0,0	-	-	9.668	-	-	-	3.420.385
Notas do Tesouro Nacional	10.093.222	(883.389)	9.209.833	10,8	63	61	114	110.283	268.509	8.830.803	9.263.549
Tesouro Nacional / Securitização	233.943	(22.152)	211.791	0,2	-	-	-	-	-	211.791	248.973
Títulos da Dívida Externa Brasileira	19.842.541	(2.531.362)	17.311.179	20,2	-	-	-	-	2.559.875	14.751.304	11.233.510
Títulos Públicos - Outros Países	9.942.015	(59.412)	9.882.603	11,5	1.570.058	1.073.753	1.696.116	3.727.041	1.013.078	802.557	8.620.032
Argentina	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	152
Bélgica	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	57.289
Chile	1.408.542	(2.430)	1.406.112	1,6	502.796	882.473	2.956	-	17.887	-	1.118.583
Colômbia	81	-	81	0,0	81	-	-	-	-	-	-
Coreia	1.625.652	(1)	1.625.651	1,9	455.237	-	521.137	649.277	-	-	1.782.322
Dinamarca	2.548.471	-	2.548.471	3,0	-	-	541.860	1.519.380	487.231	-	2.699.276
Espanha	1.059.940	-	1.059.940	1,2	306.616	-	-	753.324	-	-	782.590
Estados Unidos	2.027.824	(5.760)	2.022.064	2,4	195.072	-	409.670	515.533	195.164	706.625	725.744
França	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	133.050
Holanda	121.784	(193)	121.591	0,1	-	-	-	-	121.591	-	151.431
Itália	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	70.325
Paraguai	955.316	(43.136)	912.180	1,1	100.326	189.871	208.148	260.765	127.261	25.809	849.075
Uruguai	184.720	(6.822)	177.898	0,2	9.930	1.409	12.345	28.762	55.329	70.123	243.852
Outros	9.685	(1.070)	8.615	0,0	-	-	-	-	8.615	-	6.343
Títulos de Empresas	47.380.849	(776.639)	46.604.210	54,5	1.882.578	2.213.672	2.112.676	6.704.938	8.392.164	25.298.182	42.901.782
Ações	486.701	(9.667)	477.034	0,6	477.034	-	-	-	-	-	784.243
Cédula do Produtor Rural	1.175.652	(46.126)	1.129.526	1,2	41.223	359.291	123.145	109.366	193.970	302.531	1.407.483
Certificados de Depósito Bancário	1.576.200	(3.244)	1.572.956	1,7	523.728	661.954	308.044	77.200	25	2.005	1.280.447
Certificados de Recebíveis Imobiliários	2.244.241	(207.132)	2.037.109	2,4	-	-	-	-	-	2.037.109	2.523.246
Cotas de Fundos	217.634	(231)	217.403	0,3	217.403	-	-	-	-	-	141.792
Direitos Creditórios	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	46.968
Renda Fixa	216.925	(15)	216.910	0,3	216.910	-	-	-	-	-	33.695
Renda Variável	709	(216)	493	0,0	493	-	-	-	-	-	61.129
Debêntures	23.153.213	(318.175)	22.835.038	26,6	290.918	411.358	741.203	422.087	2.035.910	18.933.562	20.244.820
Euro Bonds e Assemelhados	10.180.220	(67.508)	10.112.712	11,8	81.257	549.070	270.063	1.562.466	3.740.205	3.909.651	6.706.896
Letras Financeiras	6.893.323	(46.932)	6.846.391	8,0	-	6.201	354.550	4.420.281	2.065.359	-	8.005.091
Notas Promissórias	1.060.251	(69.186)	991.065	1,2	251.015	190.624	230.288	113.538	205.600	-	1.396.726
Outros	393.414	(8.438)	384.976	0,4	35.174	85.383	-	151.095	113.324	-	411.038
Total	89.867.266	(4.272.990)	85.594.276	100,0	3.452.699	3.287.486	3.818.574	11.913.530	12.738.324	50.383.663	77.146.194
% por prazo de vencimento					4,0	3,8	4,5	13,9	14,9	58,9	
Total - 31/12/2014	77.674.681	(528.487)	77.146.194	100,0	4.037.103	4.011.549	5.667.279	7.290.173	10.211.071	45.929.019	
% por prazo de vencimento					5,2	5,2	7,3	9,4	13,2	59,5	

e) Títulos Mantidos até o Vencimento

Abaixo, composição da carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e por prazo de vencimento. No custo contábil, não apropriados em resultado, estão incluídos em 31/12/2015 uma menos valia de R\$ 704.526 (R\$ 663.826 em 31/12/2014).

	31/12/2015							31/12/2014	
	Custo Contábil	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil (*)	26.509.450	62,9	-	-	-	-	1.293.079	25.216.371	24.824.670
Letras do Tesouro Nacional	7.401.492	17,6	-	-	-	-	131.345	7.270.147	6.890.782
Notas do Tesouro Nacional	4.320.000	10,2	-	-	-	-	117.377	4.202.623	4.483.242
Títulos da Dívida Externa Brasileira	14.787.958	35,1	-	-	-	-	1.044.357	13.743.601	13.450.646
Títulos Públicos - Outros Países	14.926	0,0	-	-	-	-	14.926	15.024	25.752
Uruguai	14.906	0,0	-	-	-	-	14.906	14.906	25.739
Outros	20	0,0	-	-	-	-	20	118	13
Títulos de Empresas	15.660.417	37,1	342.075	-	-	318.781	257.275	14.742.286	14.052.262
Certificados de Depósito Bancário	4	0,0	4	-	-	-	-	-	4
Certificados de Recebíveis Imobiliários	15.656.551	37,1	342.071	-	-	318.781	257.275	14.738.424	14.048.396
Euro Bonds e Assemelhados	3.862	0,0	-	-	-	-	-	3.862	3.862
Total	42.184.793	100,0	342.075	-	-	318.781	1.550.354	39.973.583	38.891.956
% por prazo de vencimento			0,8	-	-	0,8	3,7	94,7	
Total - 31/12/2014	34.433.093	100,0	43.558	59.347	204.889	671.758	1.103.478	32.350.063	
% por prazo de vencimento			0,1	0,2	0,6	2,0	3,2	94,0	

(*) Inclui aplicações da Itaú Vida e Previdência S.A. no montante de R\$ 2.581.700 (R\$ 2.380.399 em 31/12/2014).

f) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No período, não foram realizadas reclassificações.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A globalização dos mercados nos últimos anos proporcionou um crescente nível de sofisticação dos produtos financeiros utilizados. Como consequência deste processo, houve uma crescente demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, *commodities* e demais preços de ativos. Desta forma, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas operam nos mercados derivativos, tanto no atendimento às crescentes necessidades de seus clientes, como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização dos instrumentos derivativos como forma de minimização dos riscos resultantes das operações comerciais e financeiras.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de *stress*.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

Notas Explicativas

As operações de derivativos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

Os contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de *swap*, termos, opções e futuros, todas registradas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A. – Mercados Organizados. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, *swaps* com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, New York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de *balcão*, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição. Ressaltamos, também, que na carteira da instituição não existem operações estruturadas com base em ativos *subprime* e todas estas operações são baseadas em fatores de risco negociados em bolsa.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31/12/2015 eram relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros, *commodities*, cupons de dólar e de TR, *LIBOR* e renda variável. O gerenciamento destes e de outros fatores de risco de mercado está apoiado em modelos determinísticos e estatísticos sofisticados. Com base neste modelo de gestão, a instituição tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo derivativos, otimizar a relação risco-retorno mesmo em situações de grande volatilidade.

A maioria dos derivativos da carteira da instituição é negociada em bolsa. Para estes derivativos são utilizados os preços divulgados pelas próprias bolsas, exceto em casos em que se identifique baixa representatividade do preço por liquidez de seu contrato específico. Os derivativos tipicamente apreçados desta forma são os contratos futuros. Da mesma forma, existem outros instrumentos que possuem cotações (preços justos) diretamente divulgadas por instituições independentes e que são apreçados utilizando estas informações diretas. Caem nesta situação grande parte dos títulos públicos brasileiros, títulos (públicos e privados) internacionais de alta liquidez e ações.

Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de *balcão*, contratos a termos e os títulos pouco líquidos.

O valor total das margens dadas em garantia era de R\$ 5.811.502 (R\$ 2.904.834 em 31/12/2014) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

Notas Explicativas

I - Derivativos por Indexador

	Conta de Compensação / Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor de Mercado (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor de Mercado	
	31/12/2015	31/12/2014			31/12/2015	31/12/2014
Contratos de futuros	589.451.000	331.020.643	(70.795)	599.216	528.421	(354.255)
Compromissos de Compra	189.036.329	97.929.466	702.292	622.801	1.325.093	(646.819)
<i>Commodities</i>	315.862	156.790	9	-	9	(143)
Índices	60.485.098	43.125.904	702.485	(6.494)	695.991	(632.987)
Mercado Interfinanceiro	88.410.675	29.994.303	(39.859)	830	(39.029)	48.492
Moeda Estrangeira	34.227.660	17.796.025	39.777	628.465	668.242	(62.033)
Prefixados	-	41.171	-	-	-	3
Títulos	5.507.537	6.810.701	24	-	24	(89)
Outros	89.497	4.572	(144)	-	(144)	(62)
Compromissos de Venda	400.414.671	233.091.177	(773.087)	(23.585)	(796.672)	292.564
<i>Commodities</i>	158.315	341.241	(123)	-	(123)	17
Índices	73.466.159	19.288.872	(753.926)	8.296	(745.630)	316.070
Mercado Interfinanceiro	190.855.366	82.595.130	60.443	477	60.920	(116.083)
Moeda Estrangeira	129.357.213	123.067.744	(79.305)	(32.358)	(111.663)	92.559
Títulos	6.259.555	7.798.190	(176)	-	(176)	1
Outros	318.063	-	-	-	-	-
Contratos de Swaps			(8.848.632)	1.665.125	(7.183.507)	(4.717.330)
Posição Ativa	327.833.655	270.200.211	4.764.351	4.382.801	9.147.152	4.816.590
<i>Commodities</i>	3.559	-	64	(4)	60	-
Índices	134.427.343	103.903.526	(17.847)	1.049.942	1.032.095	724.245
Mercado Interfinanceiro	60.887.785	68.534.186	426.009	818.030	1.244.039	801.130
Moeda Estrangeira	14.667.813	12.056.429	3.068.008	1.232.760	4.300.768	1.392.862
Prefixados	106.316.027	81.916.526	910.902	1.138.346	2.049.248	1.704.909
Pós-Fixados	11.490.552	3.763.467	376.873	143.440	520.313	192.850
Títulos	25.011	15.538	-	-	-	440
Outros	15.565	10.539	342	287	629	154
Posição Passiva	336.682.287	275.333.146	(13.612.983)	(2.717.676)	(16.330.659)	(9.533.920)
<i>Commodities</i>	15.481	24.702	-	-	-	(3)
Índices	100.825.734	72.197.428	(2.316.377)	(311.357)	(2.627.734)	(2.470.825)
Mercado Interfinanceiro	37.889.004	51.283.974	(232.894)	(1.165.990)	(1.398.884)	(671.894)
Moeda Estrangeira	33.943.785	24.795.573	(6.084.378)	(755.484)	(6.839.862)	(2.203.529)
Prefixados	152.593.472	121.047.859	(4.795.478)	69.548	(4.725.930)	(3.934.436)
Pós-Fixados	11.194.757	5.664.874	(154.923)	(559.477)	(714.400)	(202.232)
Títulos	63.769	87.833	(28.689)	5.084	(23.605)	(29.472)
Outros	156.285	230.903	(244)	-	(244)	(21.529)
Contratos de Opções	285.405.246	505.401.336	134.899	(335.521)	(200.622)	854.125
De Compra - Posição Comprada	61.880.109	88.641.492	2.287.481	1.660.464	3.947.945	1.945.460
<i>Commodities</i>	480.548	614.142	25.195	(11.392)	13.803	14.915
Índices	5.505.146	35.437.660	65.819	(24.797)	41.022	58.200
Mercado Interfinanceiro	5.116.201	12.430.047	14.922	6.047	20.969	81.828
Moeda Estrangeira	44.802.387	36.917.646	2.073.251	1.473.050	3.546.301	1.460.636
Prefixados	-	2.258	-	24	24	18
Pós-Fixados	-	8.234	-	-	-	-
Títulos	5.871.988	3.153.007	100.590	208.379	308.969	313.937
Outros	98.333	78.498	7.704	9.153	16.857	15.926
De Venda - Posição Comprada	85.099.471	143.623.660	1.481.415	153.062	1.634.477	1.964.563
<i>Commodities</i>	159.039	175.726	9.056	12.220	21.276	13.548
Índices	27.824.299	77.499.793	133.292	16.469	149.761	162.229
Mercado Interfinanceiro	12.347.369	23.358.896	15.941	(15.738)	203	1.359
Moeda Estrangeira	36.526.214	30.935.917	1.024.424	(556.940)	467.484	206.109
Prefixados	179.269	114.124	7.815	(1.381)	6.434	4.395
Pós-Fixados	-	163.144	-	-	-	199
Títulos	8.014.549	11.342.911	290.523	697.356	987.879	1.575.814
Outros	48.732	33.149	364	1.076	1.440	910
De Compra - Posição Vendida	58.928.405	88.218.841	(2.020.564)	(2.139.978)	(4.160.542)	(2.044.002)
<i>Commodities</i>	248.592	433.440	(6.251)	(387)	(6.638)	(8.627)
Índices	5.417.570	38.387.923	(66.460)	20.997	(45.463)	(87.393)
Mercado Interfinanceiro	5.145.727	7.380.355	(20.949)	(29.642)	(50.591)	(63.948)
Moeda Estrangeira	42.749.941	34.499.771	(1.864.100)	(1.900.855)	(3.764.955)	(1.566.881)
Prefixados	112.107	68.291	-	(399)	(399)	(498)
Títulos	5.156.135	7.370.563	(55.100)	(220.539)	(275.639)	(300.729)
Outros	98.333	78.498	(7.704)	(9.153)	(16.857)	(15.926)
De Venda - Posição Vendida	79.497.261	184.917.343	(1.613.433)	(9.069)	(1.622.502)	(1.011.896)
<i>Commodities</i>	289.960	327.776	(22.082)	(38.999)	(61.081)	(43.246)
Índices	30.277.260	123.693.987	(158.340)	(23.084)	(181.424)	(182.354)
Mercado Interfinanceiro	7.694.060	20.849.245	(9.839)	9.823	(16)	(1.805)
Moeda Estrangeira	33.751.306	30.937.030	(1.146.668)	740.404	(406.264)	(294.674)
Prefixados	21.515	2.656	(738)	37	(701)	(181)
Títulos	7.414.428	9.073.500	(275.402)	(696.174)	(971.576)	(488.726)
Outros	48.732	33.149	(364)	(1.076)	(1.440)	(910)
Contratos a Termo	40.226.794	7.938.348	2.135.464	78.900	2.214.364	1.634.161
Compras a Receber	516.045	161.055	517.624	(36)	517.588	161.117
Moeda Estrangeira	-	-	1.278	-	1.278	-
Prefixados	154.166	93.567	154.082	31	154.113	93.637
Pós-Fixados	353.502	65.834	353.490	428	353.918	65.748
Títulos	8.377	1.654	8.774	(495)	8.279	1.732
Obrigações por Compra a Pagar	-	-	(508.126)	-	(508.126)	(160.301)
Prefixados	-	-	(154.082)	-	(154.082)	(93.426)
Pós-Fixados	-	-	(353.489)	-	(353.489)	(65.221)
Títulos	-	-	(555)	-	(555)	(1.654)
Vendas a Receber	23.208.125	2.201.473	2.448.803	81.006	2.529.809	2.154.787
<i>Commodities</i>	7	247	7	-	7	246
Índices	490	82	481	(2)	479	76
Mercado Interfinanceiro	20.697.118	323	-	71.766	71.766	323
Prefixados	152.638	386.410	157.333	-	157.333	385.450
Pós-Fixados	163.707	121.523	163.640	-	163.640	124.494
Títulos	2.194.165	1.692.888	2.127.342	9.242	2.136.584	1.644.198
Obrigações por Venda a Entregar	16.502.624	5.575.820	(322.837)	(2.070)	(324.907)	(521.442)
Mercado Interfinanceiro	16.502.624	5.575.820	-	(3.078)	(3.078)	(8.430)
Moeda Estrangeira	-	-	(1.864)	-	(1.864)	-
Prefixados	-	-	(157.333)	178	(157.155)	(386.547)
Pós-Fixados	-	-	(163.640)	830	(162.810)	(126.465)

Notas Explicativas

	Conta de Compensação Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor de Mercado (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor de Mercado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Derivativos de Crédito	12.662.485	11.161.056	60.068	(320.695)	(260.627)	(55.166)
Posição Ativa	4.605.455	6.803.523	354.290	259.861	614.151	122.802
Moeda Estrangeira	3.624.943	1.805.766	353.455	210.657	564.112	50.084
Prefixados	-	3.931.442	135	50	185	32.247
Títulos	788.052	826.088	449	45.180	45.629	34.591
Outros	192.460	240.227	251	3.974	4.225	5.880
Posição Passiva	8.057.030	4.357.533	(294.222)	(580.556)	(874.778)	(177.968)
Moeda Estrangeira	4.359.709	1.790.279	(289.561)	(267.494)	(557.055)	(53.133)
Prefixados	546.672	563.114	(5.634)	(2.574)	(8.208)	(10.153)
Títulos	2.763.313	1.934.814	889	(275.037)	(274.148)	(113.347)
Outros	387.336	69.326	84	(35.451)	(35.367)	(1.335)
Operações de Forwards	148.476.851	101.873.392	203.802	84.170	287.972	412.707
Posição Ativa	71.227.116	54.431.208	3.285.746	144.407	3.430.153	2.105.593
Commodities	418.640	181.579	47.267	(267)	47.000	14.764
Índices	22.115	-	1.235	-	1.235	-
Moeda Estrangeira	70.786.361	54.211.918	3.237.244	144.674	3.381.918	2.087.901
Títulos	-	37.711	-	-	-	2.928
Posição Passiva	77.249.735	47.442.184	(3.081.944)	(60.237)	(3.142.181)	(1.692.886)
Commodities	152.230	152.105	(13.266)	2.400	(10.866)	(18.565)
Índices	76.503	-	(3.015)	-	(3.015)	-
Moeda Estrangeira	77.019.554	47.290.079	(3.065.650)	(62.637)	(3.128.287)	(1.673.200)
Títulos	1.448	-	(13)	-	(13)	(1.121)
Verificação de Swap	2.817.151	2.535.478	(329.407)	139.259	(190.148)	(136.499)
Posição Ativa	1.697.505	1.616.789	199.151	156.063	355.214	93.062
Mercado Interfinanceiro	591.088	709.277	-	-	-	-
Moeda Estrangeira	1.106.417	907.512	199.151	156.063	355.214	93.062
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	1.119.646	918.689	(528.558)	(16.804)	(545.362)	(229.561)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	17.463.862	12.032.976	300.048	253.108	553.156	302.696
Posição Ativa	16.121.232	7.434.214	3.192.208	967.580	4.159.788	1.970.937
Moeda Estrangeira	10.468.238	2.647.440	2.882.777	588.990	3.471.767	1.581.175
Prefixados	1.464.245	627.634	71.279	63.431	134.710	16.092
Títulos	3.726.050	4.070.915	238.315	278.560	516.875	372.587
Outros	462.699	88.225	(163)	36.599	36.436	1.083
Posição Passiva	1.342.630	4.598.762	(2.892.160)	(714.472)	(3.606.632)	(1.668.241)
Moeda Estrangeira	282.681	3.473.880	(2.846.965)	(686.045)	(3.533.010)	(1.605.322)
Títulos	942.852	906.211	(45.070)	(25.060)	(70.130)	(58.665)
Outros	117.097	218.671	(125)	(3.367)	(3.492)	(4.254)
ATIVO	18.460.274		18.460.274	8.404.424	26.864.698	15.334.911
PASSIVO	(24.874.827)		(24.874.827)	(6.240.862)	(31.115.689)	(17.394.472)
TOTAL	(6.414.553)		(6.414.553)	2.163.562	(4.250.991)	(2.059.561)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação / Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365 dias	31/12/2015	31/12/2014
Contratos de Futuros	152.086.669	138.544.733	74.365.008	224.454.590	589.451.000	331.020.643
Contratos de Swaps	10.653.936	39.701.845	46.156.833	226.556.690	323.069.304	266.189.335
Contratos de Opções	93.586.662	123.391.160	40.860.341	27.567.083	285.405.246	505.401.336
Operações a Termo	6.590.811	22.349.172	10.118.294	1.168.517	40.226.794	7.938.348
Derivativos de Crédito	-	1.436.518	428.220	10.797.747	12.662.485	11.161.056
Forwards	43.650.686	70.687.687	23.365.169	10.773.309	148.476.851	101.873.392
Verificação de Swap	-	-	-	1.697.505	1.697.505	1.616.789
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1.554.826	3.261.289	576.529	12.071.218	17.463.862	12.032.976

II - Derivativos por Contra Parte

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/12/2015										31/12/2014
	Custo	Ajustes ao Valor de Mercado (no Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor de Mercado	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
Ativo											
Contratos de Futuros - BM&FBOVESPA	(70.795)	599.216	528.421	2,0	638.771	(155.016)	(17.684)	(49.275)	75.984	35.641	-
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	4.764.351	4.382.801	9.147.152	34,0	666.755	224.165	403.359	1.512.316	1.934.395	4.406.162	4.816.590
BM&FBOVESPA	581.481	78.791	660.272	2,5	16.707	12.517	24.789	103.525	125.630	376.904	108.667
Empresas	3.948.659	1.179.915	5.128.574	19,1	628.198	29.254	46.152	1.036.722	838.304	2.549.944	2.961.156
Instituições Financeiras	(33.571)	2.859.110	2.825.539	10,4	20.520	177.492	325.198	328.841	656.522	1.316.966	1.354.437
Pessoas Físicas	267.782	264.985	532.767	2,0	1.330	4.902	7.220	43.228	313.739	162.348	392.330
Contratos de Opções	3.768.896	1.813.526	5.582.422	20,8	2.413.182	677.012	608.435	713.894	692.385	477.514	3.910.023
BM&FBOVESPA	2.028.738	569.264	2.598.002	9,7	2.073.812	228.458	140.425	112.761	31.402	11.144	1.711.125
Empresas	449.509	828.174	1.277.683	4,8	118.520	147.368	130.627	193.587	411.994	275.587	585.154
Instituições Financeiras	1.284.044	412.335	1.696.379	6,3	220.850	300.377	336.625	398.755	248.989	190.783	1.612.363
Pessoas Físicas	6.605	3.753	10.358	0,0	-	809	758	8.791	-	-	1.381
Operações a Termo	2.966.427	80.970	3.047.397	11,4	1.197.896	1.312.673	529.836	5.829	1.163	-	2.315.904
BM&FBOVESPA	2.137.328	80.510	2.217.838	8,3	368.337	1.312.673	529.836	5.829	1.163	-	1.644.844
Empresas	411.467	89	411.556	1,5	411.556	-	-	-	-	-	329.059
Instituições Financeiras	417.632	371	418.003	1,6	418.003	-	-	-	-	-	342.001
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	354.290	259.861	614.151	2,3	-	296	1.611	1.952	25.782	584.510	122.802
Forwards	3.285.746	144.407	3.430.153	12,7	1.029.869	793.759	526.776	433.492	233.027	413.230	2.105.593
BM&FBOVESPA	47.384	(1)	47.383	0,2	3.488	18.903	7.415	17.577	-	-	-
Empresas	1.349.030	104.496	1.453.526	5,4	177.185	326.584	288.185	294.452	134.934	232.186	913.169
Instituições Financeiras	1.887.400	39.254	1.926.654	7,1	849.057	447.412	230.439	120.609	98.093	181.044	1.189.995
Pessoas Físicas	1.932	658	2.590	0,0	139	860	737	854	-	-	2.429
Verificação de Swap - Instituições Financeiras	199.151	156.063	355.214	1,3	-	-	-	-	355.214	-	93.062
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	3.192.208	967.580	4.159.788	15,5	91.942	1.268.827	867.185	51.750	282.167	1.597.917	1.970.937
Empresas	312.908	330.025	642.933	2,4	6.865	12.589	14.000	33.505	244.232	331.742	429.511
Instituições Financeiras	2.879.300	637.555	3.516.855	13,1	85.077	1.256.238	853.185	18.245	37.935	1.266.175	1.541.426
Total	18.460.274	8.404.424	26.864.698	100,0	6.038.415	4.121.716	2.919.518	2.669.958	3.600.117	7.514.974	15.334.911
% por prazo de vencimento					22,5	15,3	10,9	9,9	13,4	28,0	
Total - 31/12/2014	13.501.788	1.833.123	15.334.911	100,0	2.388.199	2.220.682	2.858.463	2.237.791	1.188.858	4.440.918	
% por prazo de vencimento					15,6	14,5	18,6	14,6	7,8	29,0	

Notas Explicativas

	31/12/2015										31/12/2014
	Custo	Ajustes ao Valor de Mercado (no Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor de Mercado	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
Passivo											
Contratos de Futuros - BM&FBOVESPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(354.255)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(13.612.983)	(2.717.676)	(16.330.659)	52,5	(783.384)	(481.060)	(987.471)	(1.898.084)	(2.618.030)	(9.562.630)	(9.533.920)
BM&FBOVESPA	(665.788)	(440.358)	(1.106.146)	3,6	(8.813)	(10.013)	(33.717)	(145.450)	(339.716)	(568.437)	(367.678)
Empresas	(5.449.336)	(462.808)	(5.912.144)	19,0	(703.383)	(422.236)	(278.919)	(952.568)	(1.338.789)	(2.216.249)	(3.823.436)
Instituições Financeiras	(1.887.870)	(1.642.367)	(3.530.237)	11,3	(60.057)	(21.075)	(661.590)	(644.486)	(284.281)	(1.858.748)	(1.553.619)
Pessoas Físicas	(5.609.989)	(172.143)	(5.782.132)	18,6	(11.131)	(27.736)	(13.245)	(155.580)	(655.244)	(4.919.196)	(3.789.187)
Contratos de Opções	(3.633.997)	(2.149.047)	(5.783.044)	18,6	(1.458.386)	(1.285.489)	(894.728)	(846.119)	(804.594)	(493.728)	(3.055.898)
BM&FBOVESPA	(1.592.812)	(771.707)	(2.364.519)	7,7	(1.110.882)	(564.789)	(509.837)	(130.413)	(40.340)	(8.258)	(546.081)
Empresas	(249.010)	(412.605)	(661.615)	2,1	(71.119)	(45.442)	(63.314)	(149.828)	(143.714)	(188.198)	(378.190)
Instituições Financeiras	(1.780.790)	(967.038)	(2.747.828)	8,8	(276.385)	(673.888)	(320.950)	(560.382)	(620.023)	(296.200)	(2.130.065)
Pessoas Físicas	(11.385)	2.303	(9.082)	-	-	(1.370)	(627)	(5.496)	(517)	(1.072)	(1.562)
Operações a Termo	(830.963)	(2.070)	(833.033)	2,6	(828.091)	(4.130)	(812)	-	-	-	(681.743)
BM&FBOVESPA	(1.864)	(3.078)	(4.942)	-	-	(4.130)	(812)	-	-	-	(8.431)
Empresas	(411.467)	804	(410.663)	1,3	(410.663)	-	-	-	-	-	(331.751)
Instituições Financeiras	(417.632)	204	(417.428)	1,3	(417.428)	-	-	-	-	-	(341.561)
Derivativos de Crédito	(294.222)	(580.556)	(874.778)	2,8	-	(8.593)	(8.797)	(5.456)	(105.119)	(746.813)	(177.968)
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.803)
Instituições Financeiras	(294.222)	(580.556)	(874.778)	2,8	-	(8.593)	(8.797)	(5.456)	(105.119)	(746.813)	(165.165)
Forwards	(3.081.944)	(60.237)	(3.142.181)	10,1	(691.898)	(727.849)	(785.248)	(580.658)	(233.028)	(123.500)	(1.692.886)
BM&FBOVESPA	(41.360)	1	(41.359)	0,1	(7.544)	(9.995)	(10.200)	(13.551)	(69)	-	-
Empresas	(1.820.237)	(128.408)	(1.948.645)	6,3	(259.617)	(479.455)	(565.088)	(355.973)	(178.736)	(109.776)	(866.414)
Instituições Financeiras	(1.219.601)	68.991	(1.150.610)	3,7	(424.620)	(237.803)	(209.715)	(210.525)	(54.223)	(13.724)	(823.374)
Pessoas Físicas	(746)	(821)	(1.567)	-	(117)	(596)	(245)	(609)	-	-	(3.098)
Verificação de Swap - Empresas	(528.558)	(16.804)	(545.362)	1,8	-	-	-	-	(334.977)	(210.385)	(229.561)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.892.160)	(714.472)	(3.606.632)	11,6	(86.117)	(1.267.637)	(856.800)	(19.244)	(10.123)	(1.366.711)	(1.668.241)
Empresas	(151.068)	(710.194)	(861.262)	2,8	(525)	(2.903)	(6.070)	(3.825)	(10.123)	(837.816)	(323.526)
Instituições Financeiras	(2.741.092)	(4.278)	(2.745.370)	8,8	(85.592)	(1.264.734)	(850.730)	(15.419)	-	(528.895)	(1.344.715)
Total	(24.874.827)	(6.240.862)	(31.115.689)	100,0	(3.847.876)	(3.774.758)	(3.533.856)	(3.349.561)	(4.105.871)	(12.503.767)	(17.394.472)
% por prazo de vencimento					12,4	12,1	11,4	10,7	13,2	40,2	
Total - 31/12/2014	(15.994.646)	(1.399.826)	(17.394.472)	100,0	(1.730.683)	(1.418.586)	(1.786.382)	(2.881.370)	(1.327.331)	(8.250.120)	
% por prazo de vencimento					9,9	8,2	10,3	16,6	7,6	47,4	

III - Derivativos por Valor Referencial

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes.

	31/12/2015							
	Contratos de Futuros	Contratos de Swaps	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	Forwards	Verificação de Swap	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
BM&FBOVESPA	437.660.534	29.381.642	169.652.903	39.402.625	-	36.107.042	-	-
Balcão	151.790.466	293.687.662	115.752.343	824.169	12.662.485	112.369.809	1.697.505	17.463.862
Instituições Financeiras	150.161.611	144.711.816	90.613.434	413.070	12.662.485	79.700.710	-	8.476.788
Empresas	1.628.855	70.807.150	24.582.414	411.099	-	32.464.658	1.697.505	8.987.074
Pessoas Físicas	-	78.168.696	556.495	-	-	204.441	-	-
Total	589.451.000	323.069.304	285.405.246	40.226.794	12.662.485	148.476.851	1.697.505	17.463.862
Total 31/12/2014	331.020.643	266.189.335	505.401.336	7.938.348	11.161.056	101.873.392	1.616.789	12.032.976

IV - Derivativos de Crédito

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido.

	31/12/2015			31/12/2014		
	Valor nominal da proteção vendida	Valor nominal da proteção comprada com valor subjacente idêntico	Posição Líquida	Valor nominal da proteção vendida	Valor nominal da proteção comprada com valor subjacente idêntico	Posição Líquida
Swap de créditos	(8.798.831)	3.863.654	(4.935.177)	(6.829.045)	2.661.445	(4.167.600)
Swap de taxa de retorno total	-	-	-	(1.670.566)	-	(1.670.566)
Total	(8.798.831)	3.863.654	(4.935.177)	(8.499.611)	2.661.445	(5.838.166)

O efeito no Patrimônio de Referência do risco recebido (Nota 3) foi de R\$ 466.572 (R\$ 360.125 em 31/12/2014).

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

Notas Explicativas

V - Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN e as seguintes estruturas de *hedge* contábil foram estabelecidas:

I) **Fluxo de Caixa** - o objetivo deste *hedge* do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é proteger os fluxos de caixa de recebimento e pagamento de juros (CDB / Ações Preferenciais Resgatáveis / Empréstimos Sindicalizados / Operações Ativas) e as exposições de taxa de câmbio futuro (transações previstas altamente prováveis não contabilizados) referente ao seu risco de taxa de juros variável (CDI / LIBOR) e risco de taxa de câmbio, tornando o fluxo de caixa constante (prefixado) e independente das variações do DI Cetip Over , LIBOR e Taxas de câmbio.

Estratégias	31/12/2015			31/12/2014		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado ^(*)		Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado ^(*)	
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	81.086.279	3.604.369	87.494.921	60.602.942	934.022	63.080.201
Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis	-	-	-	1.044.078	65.874	1.044.078
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	8.200.080	(90.455)	8.200.080	5.578.020	(15.047)	5.578.020
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	1.124.582	16.033	1.124.582	80.970	(41)	83.241
Hedge de Operações Ativas	7.405.168	(262.698)	7.875.594	-	-	-
Total	97.816.109	3.267.249	104.695.177	67.306.010	984.808	69.785.540

(*) Registrado no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Os ganhos ou perdas relativos ao Hedge Contábil de Fluxo de Caixa, que esperamos reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 522.564 (R\$ (257.341) em 31/12/2014).

Para proteger os fluxos de caixa futuro de transações previstas altamente prováveis, oriundas de acordos contratuais futuros em moeda estrangeira, contra a exposição à taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO negociou contratos de Futuro DDI na BM&FBOVESPA e contratos de NDF (Non Deliverable Forward), negociados em mercado de balcão. Durante o 2º trimestre de 2015 parte do fluxo destes acordos foi realizado e, desta forma, houve a reclassificação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial e inclusão no custo inicial dos ativos relacionados ao Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de recebimentos e pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI / LIBOR), o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO negociou contratos de Futuro DI na BM&FBOVESPA, swap de taxa de juros e Futuro Euro Dólar na Bolsa de Chicago.

II) **Risco de Mercado** - A estratégia de *hedge* de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO consiste em um *hedge* de exposição à variação no risco de mercado, em recebimentos de juros, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Estratégias	31/12/2015		31/12/2014	
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado ^(*)	Valor Contábil	Ajuste a Valor de Mercado ^(*)
Hedge de Operações de Crédito	4.345.899	58.886	4.345.899	60.505
Hedge de Captações Estruturadas	780.960	142	780.960	57
Total	5.126.859	59.028	5.126.859	60.562

Estratégias	31/12/2014		31/12/2014	
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado ^(*)	Valor Contábil	Ajuste a Valor de Mercado ^(*)
Hedge de Operações de Crédito	2.611.681	40.078	2.611.681	59.689
Hedge de Captações Estruturadas	531.240	(140)	531.240	143
Total	3.142.921	39.938	3.142.921	59.832

(*) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza contratos de swaps de taxa de juros. Os objetos de *hedge* são relativos a ativos e passivos pré-fixados denominados em unidade de fomento e denominados em euros e dólares americanos, emitidos por subsidiárias no Chile e Londres, respectivamente e com vencimentos entre 2016 e 2030.

O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado será mensal.

III) **Investimento Líquido de Operações no Exterior** - A estratégia de *hedge* de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO consiste em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Estratégias	31/12/2015			31/12/2014		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado ^(*)		Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado ^(*)	
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	21.926.507	(5.949.493)	12.815.084	14.764.203	(821.829)	8.858.344
Total	21.926.507	(5.949.493)	12.815.084	14.764.203	(821.829)	8.858.344

(*) Registrado no Patrimônio Líquido na Rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixa futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza contratos de Futuro DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de foward ou contratos de NDF(Non Deliverable Forward) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado será pela baixa total ou parcial dos investimentos.

IV) A seguir, apresentamos quadro com o prazo de vencimento das estratégias de Hedge Fluxo de Caixa, Hedge Risco de Mercado e Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior.

Estratégias	31/12/2015							Total
	0-1 anos	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	15.772.631	30.132.393	25.262.478	6.004.001	1.297.685	2.617.091	-	81.086.279
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	-	8.200.080	-	-	-	-	-	8.200.080
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	1.124.582	-	-	-	-	-	-	1.124.582
Hedge de Operações Ativas	-	4.627.345	2.777.823	-	-	-	-	7.405.168
Hedge de Operações de Crédito	339.218	275.614	474.414	898.104	87.662	447.235	1.823.652	4.345.899
Hedge de Captações Estruturadas	780.960	-	-	-	-	-	-	780.960
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	21.926.507	-	-	-	-	-	-	21.926.507
Total	39.943.898	43.235.432	28.514.715	6.902.105	1.385.347	3.064.326	1.823.652	124.869.475

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Estratégias	31/12/2014							Total
	0-1 anos	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	14.263.434	8.475.689	17.105.981	19.209.023	1.473.823	74.992	-	60.602.942
Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis	1.044.078	-	-	-	-	-	-	1.044.078
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	-	-	5.578.020	-	-	-	-	5.578.020
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	80.970	-	-	-	-	-	-	80.970
Hedge de Operações de Crédito	-	257.120	208.910	160.700	574.802	382.174	1.027.975	2.611.681
Hedge de Captações Estruturadas	-	531.240	-	-	-	-	-	531.240
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	14.764.203	-	-	-	-	-	-	14.764.203
Total	30.152.685	9.264.049	22.892.911	19.369.723	2.048.625	457.166	1.027.975	85.213.134

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Notas Explicativas**h) Evolução do Ajuste a Valor de Mercado não Realizado ^(*) do Período**

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Saldo Inicial	(302.110)	(2.016.483)
Ajustes com efeitos no:		
Resultado	990.626	378.981
Títulos para Negociação	(805.513)	527.121
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.796.139	(148.140)
Patrimônio Líquido	(6.589.726)	1.335.392
Disponíveis para Venda	(3.744.503)	1.405.103
Hedge Contábil Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.845.223)	(69.711)
Futuros	(2.779.349)	(113.743)
Swap	(65.874)	44.032
Saldo Final	(5.901.210)	(302.110)
Ajuste a Valor de Mercado	(5.901.210)	(302.110)
Títulos para Negociação	(1.109.538)	(304.025)
Títulos Disponíveis para Venda	(4.272.990)	(528.487)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(518.682)	530.402
Para Negociação	2.163.562	367.423
Hedge Contábil	(2.682.244)	162.979
Futuros	(2.682.244)	97.105
Swap	-	65.874

(*) O termo Não Realizado no contexto da Circular 3.068, de 08/11/2001, do BACEN significa não convertido em caixa.

i) Resultado Realizado na Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro (Prejuízo) - Títulos para Negociação	(2.268.978)	(72.692)
Lucro (Prejuízo) - Títulos Disponíveis para a Venda	(1.418.363)	(689.667)
Lucro (Prejuízo) - Derivativos	151.912	(434.719)
Lucro (Prejuízo) - Variação Cambial Investimentos no Exterior	19.922.928	3.866.683
Total	16.387.499	2.669.605

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e 31/12/2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Durante o período findo em 31/12/2015 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu R\$ 1.408.031 de perdas por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, registrado na demonstração do resultado na linha "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos".

j) Análise de Sensibilidade (Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação)

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 475, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários, foram apresentadas com impacto no resultado, líquidas de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade das Carteiras de Não Negociação e de Negociação aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Notas Explicativas

Carteira de Negociação		Exposições		31/12/2015 (*)	
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários			
		I	II	III	
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(285)	(114.002)	(228.507)	
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(162)	(5.312)	(11.459)	
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	657	57.436	242.760	
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(32)	(4.063)	(649)	
TR	Taxas de cupom de TR	-	(7)	(14)	
Ações	Preços de ações	(148)	27.369	50.887	
TOTAL		30	(38.579)	53.018	

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Carteiras de Negociação e Não Negociação		Exposições		31/12/2015 (*)	
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários			
		I	II	III	
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(4.376)	(1.572.640)	(3.021.487)	
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	873	(22.408)	(25.705)	
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	533	33.770	200.816	
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(1.334)	(229.441)	(444.651)	
TR	Taxas de cupom de TR	783	(276.817)	(635.021)	
Ações	Preços de ações	4.591	(86.428)	(176.770)	
TOTAL		1.070	(2.153.964)	(4.102.818)	

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

- **Cenário I:** Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índice de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações;
- **Cenário II:** Aplicação de choques de 25 por cento nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.
- **Cenário III:** Aplicação de choques de 50 por cento nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Os derivativos contratados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO estão demonstrados no item Instrumentos Financeiros Derivativos, constante nesta nota.

Nota 8 - Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos

a) Composição da Carteira com Característica de Concessão de Crédito

I - Por Tipo de Operação e Níveis de Risco

Níveis de Risco	31/12/2015									31/12/2014	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Operações de Crédito	237.310.497	78.286.569	33.231.508	14.800.800	13.931.892	3.823.241	3.112.315	2.656.783	10.603.555	397.757.160	372.915.522
Empréstimos e Títulos Descontados	90.085.330	68.596.306	26.210.112	11.006.427	9.470.584	3.093.764	2.660.461	2.355.306	9.063.931	222.542.221	203.648.106
Financiamentos	85.812.811	7.702.175	5.502.583	2.996.113	3.551.088	556.291	400.641	196.300	1.448.065	108.165.067	113.400.315
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	7.665.744	940.192	625.288	254.950	61.850	70.716	3.483	3.691	25.210	9.651.124	8.254.119
Financiamentos Imobiliários	53.746.612	1.047.896	893.525	544.310	848.370	102.470	47.730	101.486	66.349	57.398.748	47.612.982
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.876.241	659.702	577.775	210.769	70.294	33.062	36.642	31.601	105.506	4.601.592	6.406.905
Operações com Cartões de Crédito	-	51.023.837	4.549.976	1.657.528	841.993	675.004	653.427	548.047	3.346.074	63.295.886	63.204.819
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾	2.862.206	525.979	258.246	176.160	103.905	63.519	1.926	577	8.263	4.000.781	3.791.705
Outros Créditos Diversos ⁽²⁾	1.079.527	2.616.843	517	19.123	3.983	26.453	10.584	145	416.905	4.174.080	5.441.379
Total Operações com Característica de Concessão de Crédito	244.128.471	133.112.930	38.618.022	16.864.380	14.952.067	4.621.279	3.814.894	3.237.153	14.480.303	473.829.499	451.760.330
Avais e Fianças ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.243.054	73.759.054
Total com Avais e Fianças	244.128.471	133.112.930	38.618.022	16.864.380	14.952.067	4.621.279	3.814.894	3.237.153	14.480.303	548.073.353	525.519.384
Total - 31/12/2014	226.011.045	141.107.513	36.573.770	15.159.149	8.790.070	4.388.026	3.872.076	3.108.617	12.750.064	451.760.330	

(1) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendimentos de Adiantamentos Concedidos, reclassificados de Obrigações - Carteira de Câmbio / Outros Créditos (Nota 2a).

(2) Compostos por Títulos e Créditos a Receber, Devedores por Compra de Valores e Bens e Avais e Fianças Honorários;

(3) Contabilizados em Contas de Compensação.

Notas Explicativas

II - Por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

31/12/2015											31/12/2014
AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total	
Operações em Curso Anormal ^{(1) (2)}											
Parcelas Vincendas	-	-	2.041.462	2.078.140	1.732.139	1.319.228	1.313.570	1.105.717	4.073.567	13.663.823	12.898.932
01 a 30	-	-	108.457	111.883	74.644	56.453	54.531	48.400	183.264	637.632	631.184
31 a 60	-	-	79.868	101.749	73.680	52.457	56.554	45.748	175.988	586.044	548.845
61 a 90	-	-	79.928	92.390	80.419	49.362	48.012	42.861	160.200	553.172	630.527
91 a 180	-	-	204.876	252.802	191.611	131.451	141.105	118.455	437.351	1.477.651	1.552.558
181 a 365	-	-	340.301	384.557	318.146	233.504	246.040	257.637	789.158	2.569.343	2.832.663
Acima de 365	-	-	1.228.032	1.134.759	993.639	796.001	767.328	592.616	2.327.606	7.839.981	6.703.155
Parcelas Vencidas	-	-	646.372	872.429	1.067.882	1.070.987	1.302.758	1.239.016	7.239.241	13.438.685	11.360.526
01 a 14	-	-	7.098	66.159	35.600	27.871	25.227	23.350	86.945	272.250	229.603
15 a 30	-	-	618.443	134.080	112.165	76.816	53.711	59.671	386.750	1.441.636	1.535.087
31 a 60	-	-	20.831	640.410	216.649	143.442	146.329	104.780	291.532	1.563.973	1.296.228
61 a 90	-	-	-	19.136	658.091	165.968	158.469	132.665	335.412	1.469.741	1.188.801
91 a 180	-	-	-	12.644	45.377	644.085	892.959	894.399	1.519.171	4.008.635	2.925.356
181 a 365	-	-	-	-	-	12.805	26.063	24.151	4.527.022	4.590.041	4.030.140
Acima de 365	-	-	-	-	-	-	-	-	92.409	92.409	155.311
Subtotal	-	-	2.687.834	2.950.569	2.800.021	2.390.215	2.616.328	2.344.733	11.312.808	27.102.508	24.259.458
Provisão Específica	-	-	(26.878)	(88.517)	(280.002)	(717.065)	(1.308.164)	(1.641.313)	(11.312.808)	(15.374.747)	(13.389.636)
Subtotal - 31/12/2014	-	-	3.033.801	3.023.302	2.297.583	1.646.639	2.332.384	1.823.695	10.102.054	24.259.458	
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	243.511.440	132.334.488	35.553.438	13.741.193	12.070.911	2.193.557	1.176.151	874.156	3.114.501	444.569.835	425.787.462
01 a 30	19.818.175	31.381.581	6.267.069	3.482.443	4.179.186	442.547	193.390	109.536	454.887	66.328.814	60.799.810
31 a 60	18.453.076	13.634.895	3.469.870	798.993	464.550	90.749	90.966	32.421	178.863	37.214.383	39.854.647
61 a 90	10.542.355	9.278.701	1.999.287	674.211	323.309	82.950	34.748	24.747	105.125	23.065.433	25.895.046
91 a 180	23.341.818	17.074.675	5.397.174	1.377.261	885.720	127.899	86.627	60.025	239.117	48.590.316	47.785.983
181 a 365	32.267.830	16.916.971	5.009.908	2.159.386	1.298.755	215.763	161.209	104.913	300.224	58.434.959	58.907.339
Acima de 365	139.088.186	44.047.665	13.410.130	5.248.899	4.919.391	1.233.649	609.211	542.514	1.836.285	210.935.930	192.544.637
Parcelas Vencidas até 14 dias	617.031	778.442	376.750	172.618	81.135	37.507	22.415	18.264	52.994	2.157.156	1.713.410
Subtotal	244.128.471	133.112.930	35.930.188	13.913.811	12.152.046	2.231.064	1.198.566	892.420	3.167.495	446.726.991	427.500.872
Provisão Genérica	-	(665.565)	(359.302)	(417.414)	(1.215.205)	(669.319)	(599.283)	(624.694)	(3.167.495)	(7.718.277)	(7.228.089)
Subtotal - 31/12/2014	226.011.045	141.107.513	33.539.969	12.135.847	6.492.487	2.741.387	1.539.692	1.284.922	2.648.010	427.500.872	
Total Geral	244.128.471	133.112.930	38.618.022	16.864.380	14.952.067	4.621.279	3.814.894	3.237.153	14.480.303	473.829.499	451.760.330
Provisão Existente	-	(665.565)	(386.180)	(505.931)	(6.368.070)	(4.620.817)	(3.814.513)	(3.236.829)	(14.480.303)	(34.078.208)	(26.947.986)
Provisão Requerida	-	(665.565)	(386.180)	(505.931)	(1.495.207)	(1.386.384)	(1.907.447)	(2.266.007)	(14.480.303)	(23.093.024)	(20.617.725)
Provisão Complementar ⁽³⁾	-	-	-	-	(4.872.863)	(3.234.433)	(1.907.066)	(970.822)	-	(10.985.184)	(6.330.261)
Total Geral 31/12/2014	226.011.045	141.107.513	36.573.770	15.159.149	8.790.070	4.388.026	3.872.076	3.108.617	12.750.064	451.760.330	
Provisão Existente	-	(941.880)	(1.093.556)	(1.514.413)	(2.636.127)	(2.193.574)	(2.710.066)	(3.108.306)	(12.750.064)	(26.947.986)	
Provisão Requerida	-	(705.538)	(365.738)	(454.789)	(913.118)	(1.316.408)	(1.936.038)	(2.176.032)	(12.750.064)	(20.617.725)	
Provisão Complementar ⁽³⁾	-	(236.342)	(727.818)	(1.059.624)	(1.723.009)	(877.166)	(774.028)	(932.274)	-	(6.330.261)	

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência;

(2) O saldo das operações não atualizadas (Non Accrual) montam a R\$ 19.458.112 (R\$ 16.513.578 em 31/12/2014);

(3) Alocada em cada nível de risco de modo a explicitar o volume complementar.

Notas Explicativas**III - Por Setores de Atividade**

	31/12/2015	%	31/12/2014	%
Setor Público	3.182.031	0,7%	4.389.521	1,0%
Energia	90.485	0,0%	70.700	0,0%
Petroquímica & Química	2.757.581	0,6%	3.984.181	0,9%
Diversos	333.965	0,1%	334.640	0,1%
Setor Privado	470.647.468	99,3%	447.370.809	99,0%
Pessoa Jurídica	257.228.709	54,3%	241.947.412	53,6%
Açúcar e Álcool	10.247.162	2,2%	10.277.389	2,3%
Agro e Fertilizantes	14.603.639	3,1%	13.719.202	3,0%
Alimentos e Bebidas	12.560.732	2,7%	11.554.068	2,6%
Bancos e Outras Instituições Financeiras	6.421.221	1,4%	5.855.569	1,3%
Bens de Capital	7.057.410	1,5%	8.731.199	1,9%
Celulose e Papel	3.192.334	0,7%	2.604.913	0,6%
Editorial e Gráfico	979.742	0,2%	1.016.109	0,2%
Eletroeletrônicos & TI	3.950.227	0,8%	4.171.650	0,9%
Embalagens	2.833.322	0,6%	2.456.485	0,5%
Energia & Saneamento	7.869.816	1,7%	8.375.346	1,9%
Ensino	1.537.953	0,3%	1.401.446	0,3%
Farmacêuticos & Cosméticos	4.242.089	0,9%	4.361.151	1,0%
Imobiliário	19.589.283	4,1%	17.134.697	3,8%
Lazer & Turismo	4.034.802	0,9%	3.928.899	0,9%
Madeira & Móveis	2.899.608	0,6%	2.946.950	0,7%
Materias de Construção	5.684.766	1,2%	5.513.576	1,2%
Metalurgia / Siderurgia	11.026.165	2,3%	8.815.243	2,0%
Mídia	1.007.561	0,2%	1.353.110	0,3%
Mineração	5.418.497	1,1%	4.687.285	1,0%
Obras de Infra-Estrutura	4.611.977	1,0%	3.975.625	0,9%
Petróleo & Gás (*)	5.147.870	1,1%	4.456.687	1,0%
Petroquímica & Química	7.587.043	1,6%	6.254.454	1,4%
Saúde	2.073.895	0,4%	2.059.486	0,5%
Seguros & Resseguros & Previdência	1.372	0,0%	2.238	0,0%
Telecomunicações	1.284.566	0,3%	1.733.512	0,4%
Terceiro Setor	3.790.031	0,8%	2.993.881	0,7%
Tradings	1.680.596	0,4%	1.886.000	0,4%
Transportes	14.581.511	3,1%	16.373.248	3,6%
Utilidades Domésticas	2.150.605	0,5%	2.498.565	0,6%
Veículos / Auto-peças	15.887.639	3,4%	14.761.807	3,3%
Vestuário & Calçados	4.837.228	1,0%	4.887.006	1,1%
Comércio - Diversos	16.527.303	3,5%	13.908.506	3,1%
Indústria - Diversos	9.116.153	1,9%	7.564.080	1,7%
Serviços - Diversos	28.285.013	6,0%	27.176.997	6,0%
Diversos	14.509.578	3,1%	12.511.033	2,8%
Pessoa Física	213.418.759	45,0%	205.423.397	45,4%
Cartão de Crédito	62.435.688	13,2%	62.308.689	13,7%
Crédito Imobiliário	45.224.230	9,5%	36.437.998	8,1%
CDC / Conta Corrente	83.276.136	17,6%	74.705.322	16,5%
Veículos	22.482.705	4,7%	31.971.388	7,1%
Total Geral	473.829.499	100,0%	451.760.330	100,0%

(*) Contempla comércio de combustíveis.

Notas Explicativas**b) Concentração de Crédito**

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos ^(*)	31/12/2015		31/12/2014	
	Risco	% do Total	Risco	% do Total
Maior Devedor	4.753.765	0,9	5.323.600	1,0
10 Maiores Devedores	35.526.292	6,5	32.787.688	6,2
20 Maiores Devedores	55.184.754	10,1	53.209.479	10,1
50 Maiores Devedores	92.744.982	16,9	88.484.667	16,8
100 Maiores Devedores	123.664.291	22,6	118.678.717	22,6

(*) Os valores incluem Avals e Fianças.

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro, Outros Créditos e Títulos e Valores Mobiliários de Empresas e Instituições Financeiras ^(*)	31/12/2015		31/12/2014	
	Risco	% do Total	Risco	% do Total
Maior Devedor	8.050.610	1,2	5.506.955	0,9
10 Maiores Devedores	51.671.998	8,0	41.262.200	6,8
20 Maiores Devedores	82.207.618	12,7	68.924.307	11,3
50 Maiores Devedores	134.404.588	20,8	119.971.624	19,7
100 Maiores Devedores	175.610.164	27,2	160.804.702	26,5

(*) Os valores incluem Avals e Fianças.

c) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Saldo Inicial	(26.947.986)	(26.371.185)
Constituição Líquida do Período	(27.196.141)	(19.251.619)
Requerida pela Resolução nº 2.682/99	(22.541.218)	(18.138.325)
Complementar ⁽⁴⁾	(4.654.923)	(1.113.294)
Transferência de Ativos (Nota 8f)	1.975.618	-
Write-Off	18.917.420	18.837.406
Variação Cambial	(827.119)	(162.588)
Saldo Final ⁽¹⁾	(34.078.208)	(26.947.986)
Provisão requerida pela Resolução 2.682/99	(23.093.024)	(20.617.725)
Provisão Específica ⁽²⁾	(15.374.747)	(13.389.636)
Provisão Genérica ⁽³⁾	(7.718.277)	(7.228.089)
Provisão Complementar ⁽⁴⁾	(10.985.184)	(6.330.261)

(1) Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ (178.183) (R\$ (314.220) em 31/12/2014).

(2) Para as operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concordatárias, ou em processo de falência.

(3) Para operações não enquadradas no item anterior em função da classificação do cliente ou da operação.

(4) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN.

Em 31/12/2015, o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 7,2% (6,0% em 31/12/2014).

Notas Explicativas**d) Recuperação e Renegociação de Créditos****I - Composição do Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa**

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.196.141)	(19.251.619)
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.769.122	5.048.613
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa ^(*)	(22.427.019)	(14.203.006)

(*) Os montantes referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro de 01/01 a 31/12/2015 são: Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa R\$ (138.568) (R\$ (214.041) de 01/01 a 31/12/2014) e Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo R\$ 129.773 (R\$ 226.384 de 01/01 a 31/12/2014).

II - Créditos Renegociados

	31/12/2015			31/12/2014		
	Carteira ⁽¹⁾	PDD	%	Carteira ⁽¹⁾	PDD	%
Créditos Repactuados	22.951.427	(7.791.795)	33,9%	16.601.311	(6.818.386)	41,1%
(-) Operações Repactuadas em Dia ⁽²⁾	(8.019.564)	1.416.796	17,7%	(5.029.559)	973.396	19,4%
Créditos Renegociados	14.931.863	(6.374.999)	42,7%	11.571.752	(5.844.990)	50,5%

(1) Os montantes referentes aos créditos repactuados da Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 108.361 (R\$ 245.216 em 31/12/2014).

(2) Oriundas de operações em dia ou com atraso inferior a 30 dias, reflexo de alterações nos termos contratuais originais.

e) Operações Ativas Vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921, de 17/01/2002, do CMN.

	31/12/2015					01/01 a 31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2014
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Total	Receitas (Despesas)	Total	Receitas (Despesas)
Operações Ativas Vinculadas								
Operações de Crédito	-	-	204.995	240.640	445.635	100.162	204.793	36.545
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas								
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	2.713	6.406	442.596	451.715	(96.515)	204.292	(36.332)
Resultado Líquido das Operações Vinculadas						3.647		213

Em 31/12/2015 e 31/12/2014, não havia operações inadimplentes.

f) Operações de Venda ou Transferência e Aquisições de Ativos Financeiros

I - As cessões de créditos realizadas até Dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não dos riscos e benefícios.

De acordo com a Resolução 3.809, de 28/10/2009, do CMN, o montante em 31/12/2015 das operações cedidas com coobrigação onde a entidade reteve substancialmente os riscos e benefícios das operações cedidas é de R\$ 170.958 (R\$ 222.497 em 31/12/2014), composto por operações de Crédito Imobiliário R\$ 159.083 (R\$ 208.897 em 31/12/2014) e Crédito Rural R\$ 11.875 (R\$ 13.600 em 31/12/2014).

II - A partir de Janeiro de 2012, conforme determinação da Resolução 3.533/08, de 31/01/2008, do CMN e normatizações complementares, os registros contábeis passaram a ser efetuados considerando a retenção ou não dos riscos e benefícios nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito totalizando R\$ 5.496.609 em 31/12/2015. As operações são compostas por: operações de Crédito Imobiliário com montante registrado no ativo de R\$ 2.647.276 com valor justo de R\$ 2.624.626 e o montante registrado no passivo na rubrica Outras Obrigações – Diversas de R\$ 2.646.088 com valor justo de R\$ 2.623.438 e operações de Capital de Giro com montante registrado no ativo de R\$ 2.849.333 com valor justo de R\$ 2.849.333 e o montante registrado no passivo na rubrica Outras Obrigações – Diversas de R\$ 2.849.273 com valor justo de R\$ 2.849.273.

Notas Explicativas

As operações de venda ou transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos e benefícios totalizam R\$ 1.644.097 com efeito no resultado de R\$ 154.469, líquido da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Em 30/06/2015 e 31/12/2015, foram realizadas transferências de ativos financeiros sem retenção de riscos e benefícios entre empresas ligadas, referente as operações consideradas pela Administração como de expectativa de recuperação remota.

A carteira transferida em 30/06/2015, no montante de R\$ 1.080.021, integralmente provisionada, foi realizada pelo valor de R\$ 52.124 de acordo com laudo de avaliação. A operação não gerou impacto no resultado do consolidado.

A carteira transferida em 31/12/2015, no montante de R\$ 1.248.904, com provisão média de 75% da carteira, foi realizada pelo valor de R\$ 301.183 de acordo com laudo de avaliação. A operação gerou um impacto no resultado do consolidado no montante de (R\$ 15.014).

As aquisições de carteiras de créditos com retenção de riscos do cedente realizadas durante o ano de 2015 totalizam R\$ 2.241.224.

Em dez/2015 foram realizadas aquisições de carteiras de créditos sem retenção de riscos do cedente no montante de R\$ 314.493.

Nota 9 - Carteira de Câmbio

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo - Outros Créditos	68.909.342	42.392.308
Câmbio Comprado a Liquidar - ME	34.967.029	23.942.804
Cambiais e Documentos a Prazo - ME	12.387	-
Direitos sobre Vendas de Câmbio - MN	34.184.352	19.093.822
(Adiantamentos Recebidos) - MN	(254.426)	(644.318)
Passivo - Outras Obrigações (Nota 2a)	68.465.800	43.176.246
Câmbio Vendido a Liquidar - ME	33.397.229	18.753.402
Obrigações por Compras de Câmbio - MN	34.852.882	24.266.769
Outras	215.689	156.075
Contas de Compensação	2.287.745	1.245.537
Créditos Abertos para Importação - ME	1.314.109	1.198.924
Créditos de Exportação Confirmados - ME	973.636	46.613

Nota 10 - Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Resumo

	31/12/2015						31/12/2014	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%
Depósitos	190.351.317	27.978.880	14.288.581	59.991.640	292.610.418	32,9	294.773.248	36,3
Captações no Mercado Aberto	159.062.020	15.184.948	21.262.330	155.444.814	350.954.112	39,5	325.013.107	40,0
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.127.554	16.509.670	8.096.081	46.857.049	75.590.354	8,5	47.749.704	5,9
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.419.173	29.333.803	23.983.995	46.852.304	104.589.275	11,7	88.776.468	10,9
Dívidas Subordinadas (*)	4.722.346	1.810.142	3.675.637	55.576.439	65.784.564	7,4	55.617.390	6,9
Total	362.682.410	90.817.443	71.306.624	364.722.246	889.528.723		811.929.917	
% por prazo de vencimento	41,1	9,5	8,5	40,9				
Total - 31/12/2014	354.495.757	81.829.432	57.295.369	318.309.359	811.929.917			
% por prazo de vencimento	43,7	10,1	7,1	39,2				

(*) Em 31/12/2014 inclui R\$ 1.048.455 de Ações Preferenciais Resgatáveis classificadas no Balanço Patrimonial na rubrica de Participações de Não Controladores.

b) Depósitos

	31/12/2015						31/12/2014	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%
À vista	61.092.014	-	-	-	61.092.014	20,9	48.733.456	16,5
Poupança	111.318.801	-	-	-	111.318.801	38,0	118.449.430	40,2
Interfinanceiros	4.475.544	8.726.701	1.011.608	735.265	14.949.118	5,1	19.125.081	6,5
A prazo	13.464.958	19.252.179	13.276.973	59.256.375	105.250.485	36,0	108.465.281	36,8
Total	190.351.317	27.978.880	14.288.581	59.991.640	292.610.418		294.773.248	
% por prazo de vencimento	65,1	9,5	4,9	20,5				
Total - 31/12/2014	183.573.672	36.828.551	8.537.506	65.833.519	294.773.248			
% por prazo de vencimento	62,3	12,5	2,9	22,3				

Notas Explicativas

c) Captações no Mercado Aberto

	31/12/2015						31/12/2014	
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Total	%	Total	%
Carteira Própria	12.826.142	10.836.412	17.637.385	121.170.524	162.470.463	46,3	188.232.803	57,9
Títulos Públicos	9.827.983	206.244	13.408	3.582	10.051.217	2,9	43.459.973	13,4
Emissão Própria	2.861.936	10.562.047	17.623.977	121.166.942	152.214.902	43,4	139.909.918	43,0
Exterior	136.223	68.121	-	-	204.344	0,1	4.862.912	1,5
Carteira de Terceiros	129.578.895	-	-	-	129.578.895	36,9	111.073.152	34,2
Carteira Livre Movimentação	16.656.983	4.348.536	3.624.945	34.274.290	58.904.754	16,8	25.707.152	7,9
Total	159.062.020	15.184.948	21.262.330	155.444.814	350.954.112		325.013.107	
% por Prazo de Vencimento	45,3	4,3	6,1	44,3				
Total - 31/12/2014	161.993.276	11.279.963	15.150.192	136.589.676	325.013.107			
% por Prazo de Vencimento	49,8	3,5	4,7	42,0				

d) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/12/2015						31/12/2014	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%
Recursos de Letras:	3.855.648	13.190.978	5.981.991	23.834.408	46.863.025	62,0	29.431.676	61,6
Finanças	246.020	2.797.375	816.809	14.635.689	18.495.893	24,5	10.644.873	22,3
de Crédito Imobiliário	2.478.190	8.079.966	1.884.011	2.011.342	14.453.509	19,1	10.832.183	22,7
de Crédito do Agronegócio	1.124.107	2.304.821	3.266.401	7.079.657	13.774.986	18,2	7.810.374	16,4
Hipotecárias	7.331	8.816	14.770	107.720	138.637	0,2	144.246	0,3
Obrigações por TVM no Exterior	99.033	2.842.609	1.869.783	19.970.930	24.782.355	32,8	16.084.910	33,7
Non-Trade Related - Emitidos no Exterior	99.033	2.842.609	1.869.783	19.970.930	24.782.355	32,8	16.084.910	33,7
Brazil Risk Note Programme	30.586	61.412	261.557	5.531.070	5.884.625	7,8	3.061.963	6,4
Structure Note Issued	56.047	1.318.917	808.796	6.490.414	8.674.174	11,5	6.394.235	13,4
Bônus	10.710	120.611	133.860	7.319.291	7.584.472	10,0	4.011.213	8,4
Fixed Rate Notes	-	1.175.772	663.816	305.054	2.144.642	2,9	1.673.953	3,5
Euro Bonds	1.690	8.023	1.754	149.397	160.864	0,2	657.524	1,4
Outros	-	157.874	-	175.704	333.578	0,4	286.022	0,6
Captação por Certificados de Operações Estruturadas (*)	172.873	476.083	244.307	3.051.711	3.944.974	5,2	2.233.118	4,7
Total	4.127.554	16.509.670	8.096.081	46.857.049	75.590.354		47.749.704	
% por prazo de vencimento	5,5	21,8	10,7	62,0				
Total - 31/12/2014	3.959.451	13.833.959	8.608.102	21.348.192	47.749.704			
% por prazo de vencimento	8,3	29,0	18,0	44,7				

(*) Em 31/12/2015, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitidas é de R\$ 4.510.947 (R\$ 2.525.830 em 31/12/2014), conforme Carta Circular BACEN nº 3.623.

No ITAU UNIBANCO HOLDING a Carteira é composta por Brazil Risk Note Programme com vencimento de 31 a 180 dias (R\$ 5.542 em 31/12/2014), vencimento de 181 a 365 dias R\$ 11.360 e acima de 365 dias no montante de R\$ 4.099.088 (R\$ 500.000 em 31/12/2014), totalizando R\$ 4.110.448 (R\$ 505.542 em 31/12/2014).

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31/12/2015						31/12/2014	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%
Empréstimos	3.832.472	23.270.316	18.750.228	19.932.743	65.785.759	62,9	43.546.229	49,1
no País	906.293	70.061	73.947	43.773	1.094.074	1,0	888.575	1,0
no Exterior (*)	2.926.179	23.200.255	18.676.281	19.888.970	64.691.685	61,9	42.657.654	48,1
Repasses	586.701	6.063.487	5.233.767	26.919.561	38.803.516	37,1	45.230.239	50,9
do País - Instituições Oficiais	586.701	6.063.484	5.232.204	26.919.561	38.801.950	37,1	45.228.106	50,9
BNDES	211.173	3.103.003	3.132.461	8.883.265	15.329.902	14,7	17.532.677	19,7
FINAME	375.422	2.957.389	2.090.482	17.382.227	22.805.520	21,8	27.163.046	30,6
Outros	106	3.092	9.261	654.069	666.528	0,6	532.383	0,6
do Exterior	-	3	1.563	-	1.566	0,0	2.133	0,0
Total	4.419.173	29.333.803	23.983.995	46.852.304	104.589.275		88.776.468	
% por prazo de vencimento	4,3	28,1	22,9	44,7				
Total - 31/12/2014	4.795.395	19.194.244	23.033.385	41.753.444	88.776.468			
% por prazo de vencimento	5,5	21,6	25,9	47,0				

(*) Os Empréstimos no Exterior estão representados, basicamente, por aplicações em operações comerciais de câmbio, relativas a pré-financiamentos à Exportação e financiamentos à Importação.

f) Dívidas Subordinadas

	31/12/2015						31/12/2014	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%
CDB	4.502.839	1.022.040	1.235.297	806.699	7.566.875	11,5	7.458.744	13,4
Letras Financeiras	88.875	472.586	2.423.699	23.927.896	26.913.056	40,9	25.765.817	46,4
Euronotes	125.323	303.668	-	30.431.666	30.860.657	46,9	20.991.270	37,7
Bônus	5.309	11.848	16.641	493.628	527.426	0,8	413.624	0,7
(-) Custo de transação incorrido (Nota 4b)	-	-	-	(83.450)	(83.450)	(0,1)	(60.520)	(0,1)
Total Outras Obrigações	4.722.346	1.810.142	3.675.637	55.576.439	65.784.564		54.568.935	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	-	-	-	-	-	1.048.455	1,9
Total Geral (*)	4.722.346	1.810.142	3.675.637	55.576.439	65.784.564		55.617.390	
% por prazo de vencimento	7,1	2,8	5,6	84,5				
Total - 31/12/2014	173.963	692.715	1.966.184	52.784.528	55.617.390			
% por prazo de vencimento	0,4	1,2	3,5	94,9				

(*) Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de Dezembro de 2015, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de Dezembro de 2012, totalizando R\$51.134.447.

Notas Explicativas

Descrição					
Nome do Papel / Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo Contábil
CDB Subordinado - BRL					
	465.835	2006	2016	100% do CDI + 0,7% (*)	1.235.297
	2.719.268	2010	2016	110% a 114% do CDI	5.257.266
	122.500			IPCA + 7,21% a 7,33%	267.613
	366.830	2010	2017	IPCA + 7,21% a 7,33%	806.699
				Total	7.566.875
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	365.000	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	384.821
	1.874.000			112% a 112,5% do CDI	1.973.116
	30.000			IPCA + 7%	59.390
	206.000	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	312.164
	3.223.500	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.494.200
	352.400			IPCA + 6,15% a 7,8%	578.184
	138.000			IGPM + 6,55% a 7,6%	240.906
	3.650.000			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.789.816
	500.000	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	506.275
	42.000	2011	2018	IGPM + 7%	60.345
	30.000			IPCA + 7,53% a 7,7%	44.433
	460.645	2012	2018	IPCA + 4,4% a 6,58%	689.817
	3.782.100			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.900.015
	6.373.127			108% a 113% do CDI	7.028.255
	112.000			9,95% a 11,95%	157.938
	2.000	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	3.110
	12.000	2012	2019	11,96%	18.591
	100.500			IPCA + 4,7% a 6,3%	147.928
	1.000			110% do CDI	1.526
	20.000	2012	2020	IPCA + 6% a 6,17%	32.592
	1.000			111% do CDI	1.532
	6.000	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	9.573
	2.306.500	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	3.453.716
	20.000			IGPM + 4,63%	24.813
				Total	26.913.056
Euronotes Subordinado - USD					
	1.000.000	2010	2020	6,2%	3.947.729
	1.000.000	2010	2021	5,75%	3.890.497
	750.000	2011	2021	5,75% a 6,2%	3.075.838
	550.000	2012	2021	6,2%	2.147.640
	2.625.000	2012	2022	5,5% a 5,65%	10.363.629
	1.870.000	2012	2023	5,13%	7.351.874
				Total	30.777.207
Bônus Subordinado - CLP					
	41.528.200	2008	2033	3,5% a 4,5%	240.924
	47.831.440	2014	2034	3,8%	286.502
				Total	527.426
Total					65.784.564

(*)Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a carteira é composta por Euronotes Subordinado com vencimento até 30 dias no montante de R\$ 125.323 (R\$ 85.325 em 31/12/2014), com vencimento de 31 a 180 dias no montante de R\$ 303.668 (R\$ 206.567 em 31/12/2014) e acima de 365 dias no montante de R\$ 30.348.216 (R\$ 20.638.858 em 31/12/2014), totalizando R\$ 30.777.207 (R\$ 20.930.750 em 31/12/2014).

Notas Explicativas

Nota 11 - Operações com Seguros, Previdência e Capitalização

a) Composição das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Capitalização		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prêmios não Ganhos	3.026.570	4.015.424	15.405	12.282	-	-	3.041.975	4.027.706
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	24.090	12.646	122.913.919	102.310.929	-	-	122.938.009	102.323.575
Resgates e Outros Valores a Regularizar	23.330	21.202	166.332	168.051	-	-	189.662	189.253
Excedente Financeiro	1.388	1.474	546.923	518.676	-	-	548.311	520.150
Sinistros a Liquidar	782.739	759.711	18.157	14.832	-	-	800.896	774.543
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	423.925	635.402	23.726	19.417	-	-	447.651	654.819
Despesas Relacionadas e Administrativas	41.268	41.962	49.941	69.620	17.612	16.260	108.821	127.842
Matemática para Capitalização e Resgates	-	-	-	-	2.995.218	2.963.938	2.995.218	2.963.938
Sorteios a Pagar e a Realizar	-	-	-	-	29.843	26.361	29.843	26.361
Complementar de Sorteios	-	-	-	-	569	2.720	569	2.720
Outras Provisões ⁽¹⁾	548.946	516.375	403.079	547.513	280	403	952.305	1.064.291
Total ⁽²⁾	4.872.256	6.004.196	124.137.482	103.661.320	3.043.522	3.009.682	132.053.260	112.675.198

(1) Contempla majoritariamente a Provisão Complementar de Cobertura, regulamentada pela Circular nº 517, de 30/07/2015, da SUSEP.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular nº 517, de 30/07/2015, da SUSEP, inclusive para fins comparativos.

O total das Provisões Técnicas representa o montante das obrigações após a realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

b) Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - SUSEP

	Seguros		Previdência		Capitalização		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Aplicações no Mercado Aberto	976.887	884.172	1.206.054	764.644	807.762	847.610	2.990.703	2.496.426
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.807.330	2.949.975	123.980.645	103.598.443	1.962.558	2.339.246	128.750.533	108.887.664
Cotas de Fundos de PGBL / VGBL ⁽¹⁾	-	-	117.128.328	97.183.898	-	-	117.128.328	97.183.898
Títulos Públicos - Brasil	-	-	82.694.405	64.366.424	-	-	82.694.405	64.366.424
Letras do Tesouro Nacional	-	-	15.928.532	17.889.931	-	-	15.928.532	17.889.931
Notas do Tesouro Nacional	-	-	20.566.875	35.063.466	-	-	20.566.875	35.063.466
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	46.198.998	11.413.027	-	-	46.198.998	11.413.027
Títulos de Empresas	-	-	33.666.247	32.239.131	-	-	33.666.247	32.239.131
Certificados de Depósito Bancário	-	-	2.539.005	3.180.440	-	-	2.539.005	3.180.440
Debêntures	-	-	4.024.734	3.144.639	-	-	4.024.734	3.144.639
Ações	-	-	460.339	635.986	-	-	460.339	635.986
Notas Comercial	-	-	-	577.265	-	-	-	577.265
Letras Financeiras	-	-	26.541.294	24.638.761	-	-	26.541.294	24.638.761
Outros	-	-	100.875	62.040	-	-	100.875	62.040
Cotas de Fundos de PGBL / VGBL	-	-	488.715	232.506	-	-	488.715	232.506
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	118.446	105.374	-	-	118.446	105.374
Empréstimos de Ações	-	-	250.761	366.148	-	-	250.761	366.148
Contas a Receber / (Pagar)	-	-	(90.246)	(125.685)	-	-	(90.246)	(125.685)
Outros Títulos	2.807.330	2.949.975	6.414.545	6.414.545	1.962.558	2.339.246	11.622.205	11.703.766
Públicos	1.109.745	1.070.334	5.932.326	4.144.096	98.016	131.963	7.140.087	5.346.393
Privados	1.697.585	1.879.641	919.991	2.270.449	1.864.542	2.207.283	4.482.118	6.357.373
Créditos com Operações de Seguros e Resseguros ⁽²⁾	1.464.700	2.349.487	-	-	-	-	1.464.700	2.349.487
Direitos Creditórios	759.399	959.667	-	-	-	-	759.399	959.667
Comercialização - Extensão de Garantia	653.345	1.327.625	-	-	-	-	653.345	1.327.625
Resseguros	51.956	62.195	-	-	-	-	51.956	62.195
Total	5.248.917	6.183.634	125.186.699	104.363.087	2.770.320	3.186.856	133.205.936	113.733.577

(1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Títulos e Valores Mobiliários - Títulos para Negociação, tendo como contrapartida no Passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência;

(2) Registrado em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.

c) Resultado das Operações

	Seguros						Previdência						Capitalização		Total	
	01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014			01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014			01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
	Direto	Resseguro	Retido	Direto	Resseguro	Retido	Direto	Resseguro	Retido	Direto	Resseguro	Retido				
Resultado Financeiro de Seguros, Previdência e Capitalização	361.483	-	361.483	419.496	-	419.496	298.377	-	298.377	296.345	-	296.345	216.032	180.357	875.892	896.198
Receitas Financeiras	404.714	-	404.714	657.164	-	657.164	12.607.975	-	12.607.975	8.871.012	-	8.871.012	419.725	355.162	13.432.414	9.883.338
Despesas Financeiras	(43.231)	-	(43.231)	(237.668)	-	(237.668)	(12.309.598)	-	(12.309.598)	(8.574.667)	-	(8.574.667)	(203.693)	(174.805)	(12.556.522)	(8.987.140)
Resultado Operacional de Seguros, Previdência e Capitalização	3.160.799	(47.076)	3.113.723	3.418.467	(636.855)	2.781.612	456.572	(2.381)	454.191	463.908	(554)	463.354	599.590	588.810	4.167.504	3.833.776
Receitas de Prêmios e Contribuições	4.877.634	(82.979)	4.794.655	7.221.878	(1.026.913)	6.194.965	17.756.341	(5.764)	17.750.577	15.574.934	(4.557)	15.570.377	2.686.120	2.383.515	25.231.352	24.148.857
Variações das Provisões Técnicas	998.159	15.988	1.014.147	(181.936)	(36.907)	(218.843)	(17.269.119)	-	(17.269.119)	(15.079.280)	-	(15.079.280)	(2.657)	14.652	(16.257.629)	(15.283.471)
Despesas com Sinistros, Benefícios, Resgates e Sorteios	(1.610.939)	13.950	(1.596.989)	(2.395.703)	372.882	(2.022.821)	(23.845)	1.750	(22.095)	(25.880)	339	(25.541)	(2.089.621)	(1.838.751)	(3.708.705)	(3.887.113)
Despesas de Comercialização	(1.056.566)	5.965	(1.050.601)	(1.150.454)	54.083	(1.096.371)	(4.522)	-	(4.522)	(3.780)	-	(3.780)	(4.653)	-	(1.059.776)	(1.100.151)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(47.489)	-	(47.489)	(75.318)	-	(75.318)	(2.283)	1.633	(650)	(2.086)	3.664	1.578	10.401	29.394	(37.730)	(44.346)
Total do Resultado de Seguros, Previdência e Capitalização	3.522.282	(47.076)	3.475.206	3.837.963	(636.855)	3.201.108	754.949	(2.381)	752.568	760.253	(554)	759.699	815.622	769.167	5.043.396	4.729.974

Nota 12 – Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

A execução das atividades normais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

Notas Explicativas

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos as causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos as causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

De 1986 a 1994, o Governo Federal brasileiro implementou diversos e consecutivos planos de estabilização econômica para combater a hiperinflação (PEE). Para implementar esses planos, o Governo Federal brasileiro promulgou leis baseadas no seu poder de regulamentar os sistemas monetário e financeiro conforme previsto na Constituição Federal Brasileira.

Os titulares de cadernetas de poupança em períodos em que os PEEs foram implementados questionaram a constitucionalidade das leis aplicadas por tais planos, reivindicando dos bancos nos quais tinham suas cadernetas de poupança montantes adicionais de juros com base nas taxas de inflação aplicadas às contas de depósitos, segundo os PEEs.

Somos réus em diversas ações padronizadas impetradas por pessoas físicas em relação aos PEEs, e constituímos provisões para tais ações quando do recebimento da citação. Além disso, somos réus em ações coletivas, semelhantes aos processos movidos por pessoas físicas, impetradas por (i) associações de defesa do consumidor ou (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Os titulares das cadernetas de poupança podem reivindicar qualquer valor devido, tendo em vista uma decisão final. Registramos provisões quando os reclamantes pessoas físicas exigem a execução dessas decisões, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não proferiu uma sentença final referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Com relação a um questionamento judicial similar referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicação a depósitos à vista e outros contratos particulares, o STF decidiu que as leis estavam em conformidade com a Constituição Federal do Brasil. Em resposta a essa discrepância, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro, ou CONSIF, uma associação de instituições financeiras brasileiras, moveu um processo especial junto ao Supremo Tribunal Federal (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 165 – ADPF 165), no qual o Banco Central protocolou uma peça de assistente em processo (*amicus curiae*), argumentando que os titulares das cadernetas de poupança não sofreram danos efetivos e que os PEEs aplicáveis às cadernetas de poupança estavam em conformidade com a Constituição Federal. Como resultado, o STF suspendeu a decisão de todos os recursos relacionados a essa questão até que se tenha uma decisão final sobre ela. No entanto, não há previsão de quando ocorrerá o julgamento pelo STF, pois, com o impedimento de alguns de seus ministros, não há, por enquanto, quórum suficiente para se decidir a questão.

As decisões mais importantes tratarão dos seguintes aspectos: (i) a incidência dos juros remuneratórios sobre o valor devido ao autor da ação, em ações em que não há uma reivindicação específica sobre esses juros; (ii) a data inicial da incidência dos juros de mora, referente às ações coletivas; e (iii) a possibilidade de compensar a diferença negativa proveniente do mês da implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período, utilizando a diferença positiva resultante dos meses subsequentes à implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período. Em julgamentos relevantes ao longo de 2015, o STJ decidiu que: (i) descabe a inclusão de juros remuneratórios nos cálculos de execução, se inexistir condenação expressa para tanto; e (ii) não haverá pagamento de juros remuneratórios aos poupadores depois de comprovada a data de encerramento das contas de poupança. Também consolidou-se tese de que podem ser incluídos expurgos inflacionários de planos posteriores aos discutidos na ação judicial, a título de correção monetária plena do débito, mesmo sem pedido expresso do poupador. Além disso, permanece consolidado no STJ que o prazo para ajuizamento de ações coletivas expirou em cinco anos contados a partir da data da implementação do PEE. Dessa forma, diversas ações coletivas continuam sendo extintas pelo Judiciário como resultado dessa decisão.

Notas Explicativas

Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.459.520 (R\$ 1.800.483 em 31/12/2014), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos as causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações e é reavaliado considerando os resultados das decisões judiciais. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos as causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 828.672 (R\$ 416.161 em 31/12/2014).

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/12/2015				01/01 a 31/12/2014
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total	Total
Saldo Inicial	4.643.356	5.597.552	158.831	10.399.739	9.888.019
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 4n I)	(132.284)	(1.028.517)	-	(1.160.801)	(945.077)
Subtotal	4.511.072	4.569.035	158.831	9.238.938	8.942.942
Atualização / Encargos	321.878	547.714	-	869.592	503.679
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Notas 13f e 13i)	<u>1.747.025</u>	<u>1.637.156</u>	<u>(24.013)</u>	<u>3.360.168</u>	<u>2.582.715</u>
Constituição ^(*)	2.698.455	1.795.586	(21.188)	4.472.853	3.581.852
Reversão	(951.430)	(158.430)	(2.825)	(1.112.685)	(999.137)
Pagamento	(1.589.049)	(1.711.495)	-	(3.300.544)	(2.790.398)
Subtotal	4.990.926	5.042.410	134.818	10.168.154	9.238.938
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 4n I)	236.018	1.089.443	-	1.325.461	1.160.801
Saldo Final	5.226.944	6.131.853	134.818	11.493.615	10.399.739
Saldo Final em 31/12/2014	4.643.356	5.597.552	158.831	10.399.739	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2015	1.741.289	2.217.823	-	3.959.112	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2014	2.073.184	2.567.273	-	4.640.457	

(*) Nas Provisões Cíveis contempla planos econômicos no montante de R\$ 232.966 (R\$ 209.864 de 01/01 a 31/12/2014) (Nota 22k).

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de auto-lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for provável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Notas Explicativas

Provisões	01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014
	Obrigação Legal	Contingência	Total	Total
Saldo Inicial	3.703.721	2.923.211	6.626.932	8.973.897
Efeito Alteração do Critério de Consolidação	-	-	-	(346)
Reclassificação de Passivos Contingentes ^(*)	314.641	(314.641)	-	-
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 4n II)	-	(60.646)	(60.646)	(57.028)
Subtotal	4.018.362	2.547.924	6.566.286	8.916.523
Atualização / Encargos	263.819	344.679	608.498	515.298
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>70.421</u>	<u>518.463</u>	<u>588.884</u>	<u>797.182</u>
Constituição	72.041	1.098.412	1.170.453	1.156.565
Reversão	(1.620)	(579.949)	(581.569)	(359.383)
Pagamento	(91.361)	(236.321)	(327.682)	(3.662.717)
Subtotal	4.261.241	3.174.745	7.435.986	6.566.286
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 4n II)	-	64.548	64.548	60.646
Saldo Final (Nota 14c)	4.261.241	3.239.293	7.500.534	6.626.932
Saldo Final em 31/12/2014 (Nota 14c)	3.703.721	2.923.211	6.626.932	

(*) Em 30/06/2015 foram reclassificadas teses de Passivos Contingentes para Obrigação Legal.

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014
	Obrigação Legal	Contingência	Total	Total
Saldo Inicial	4.324.134	412.301	4.736.435	5.658.098
Efeito Alteração do Critério de Consolidação	-	-	-	(566)
Reclassificação de Depósitos ^(*)	342.742	(342.742)	-	-
Apropriação de Rendas	227.970	57.214	285.184	377.358
Movimentação do Período	<u>(1.014.765)</u>	<u>332.006</u>	<u>(682.759)</u>	<u>(1.298.808)</u>
Novos Depósitos	21.135	333.406	354.541	193.433
Levantamentos Efetuados	(943.475)	(1.030)	(944.505)	(5.128)
Conversão em Renda	(92.425)	(370)	(92.795)	(1.487.113)
Saldo Final	3.880.081	458.779	4.338.860	4.736.082
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 12d)	-	(116)	(116)	353
Saldo Final após a Reclassificação	3.880.081	458.663	4.338.744	4.736.435
Saldo Final em 31/12/2014	4.324.134	412.301	4.736.435	

(*) Em 30/06/2015 foram reclassificadas teses de Passivos Contingentes para Obrigação Legal. Dessa forma, foi dado o mesmo tratamento às garantias.

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 1.098.160: enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 1.083.612;
- INSS – Fator Acidentário de Prevenção (FAP) – R\$ 834.203: discute-se a legalidade do FAP e inconsistências cometidas pelo INSS na sua apuração. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 97.717;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 613.201: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 540.488;
- IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior – R\$ 559.164: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 215.122.

Contingências não provisionadas no Balanço - Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 16.165.417 estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 4.429.167: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;

Notas Explicativas

- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 2.867.449: dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura, sendo que deste montante R\$ 611.833 estão garantidos em contratos de aquisição de empresas;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.364.627: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 1.300.614: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 960.452: entendemos que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar 116/03 ou do Decreto-Lei 406/68.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 1.093.491 (R\$ 675.896 em 31/12/2014) (Nota 13a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Títulos e Valores Mobiliários (basicamente Letras Financeiras do Tesouro - Nota 7b)	792.983	821.015
Depósitos em Garantia de Recursos	4.334.805	4.229.805

Em geral, os depósitos em garantia de recursos referentes às ações judiciais, no Brasil, devem ser feitos em juízo e são retidos em juízo até que seja tomada uma decisão judicial. No caso de uma decisão desfavorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, o valor depositado é liberado da conta de depósito em garantia de recursos e transferido para a contraparte da ação judicial. No caso de uma decisão favorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, o valor é liberado no montante total depositado atualizado.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações. A avaliação conjunta do total de provisões existentes para todos os passivos contingentes e obrigações legais, constituídas mediante a utilização de modelos estatísticos para as causas de pequeno valor e avaliação individual de assessores legais internos e externos para as demais causas, mostra a suficiência dos montantes provisionados segundo as regras da Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

e) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos substancialmente relacionados à esfera Federal, instituído pela Lei 13.097, de 19/01/2015 e Lei 13.043/14. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e foi definido de acordo com o principal artigo abaixo:

- **Refis do Ganho de Capital Auferido na Incorporação de Ações da Nova Bolsa**
Lei 13.097/15 art. 145 – Decorrentes do ganho de capital ocorrido até 31 de dezembro de 2008 pela alienação de ações que tenham sido originadas da conversão de títulos patrimoniais de associações civis sem fins lucrativos.

Notas Explicativas

O efeito líquido do programa no resultado foi de R\$ 27.309, e está refletido em Outras Receitas Operacionais, Imposto de Renda e Contribuição Social.

f) Programas de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram aos Programas de Parcelamento Incentivado substancialmente relacionados à esfera municipal, instituídos pelas Leis: São Paulo (Lei nº 16.097, de 29/12/2014); (Lei nº 55.828, de 07/01/2015); Rio de Janeiro (Lei nº 5.854, de 27/04/2015). Os programas incluíram débitos administrados pelos referidos municípios e podem ser definidos:

- **PPI – Programas de Parcelamento Incentivado** - os programas promovem a regularização dos débitos referidos nestas leis, decorrentes de créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar.

O efeito líquido dos programas no resultado foi de R\$ 9.514, e está refletido em Outras Receitas Operacionais, Imposto de Renda e Contribuição Social.

Nota 13 - Detalhamento de Contas

a) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2015	31/12/2014
Contribuição Social a Compensar (Nota 14b I)	645.254	644.891
Impostos e Contribuições a Compensar	4.888.940	4.248.000
Depósitos em Garantia de Programas de Captação de Recursos Externos	366.246	620.515
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 12c)	<u>1.093.491</u>	<u>675.896</u>
Valores a Receber de Reembolso de Contingências	2.115.133	1.510.741
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.021.642)	(834.845)
Direito a Receber de Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	-	5.894.183
Devedores Diversos no País	721.042	1.802.433
Prêmio de Operações de Crédito	1.663.655	2.370.887
Devedores Diversos no Exterior	2.086.874	2.179.015
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 19)	2.182.574	2.456.923
Pagamentos a Ressarcir	138.935	43.281
Adiantamento e Antecipações Salariais	58.131	61.226
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	39.671	44.470
Operações sem Características de Concessão de Crédito	<u>1.612.127</u>	<u>338.005</u>
Títulos e Créditos a Receber	1.944.039	961.521
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(331.912)	(623.516)
Outros	520.118	439.164
Total	16.017.058	21.818.889

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, Outros Créditos - Diversos são compostos basicamente por Impostos e Contribuições a Compensar de R\$ 911.726 (R\$ 498.467 em 31/12/2014) (Nota 14b I).

b) Despesas Antecipadas

	31/12/2015	31/12/2014
Comissões (*)	<u>1.957.541</u>	<u>3.059.258</u>
Vinculadas a Financiamento de Veículos	144.370	282.392
Vinculadas a Seguros e Previdência	640.882	1.292.360
Vinculadas a Contratos de Comissões / Parcerias	85.586	185.531
Vinculadas a Operações de Crédito Consignado	929.331	1.136.245
Outras	157.372	162.730
Propaganda e Publicidade	474.879	516.264
Outras	739.337	748.197
Total	3.171.757	4.323.719

(*) O efeito em resultado de comissão de correspondentes no país, conforme descrito na nota 4g, no 4º trimestre de 2015 foi de R\$ 172.033.

Notas Explicativas**c) Outras Obrigações - Diversas**

	31/12/2015	31/12/2014
Provisões para Pagamentos Diversos	2.185.212	2.410.150
Provisão de Pessoal	1.390.370	1.397.753
Credores Diversos no País	1.755.682	1.727.888
Credores Diversos no Exterior	3.000.966	2.673.884
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	808.358	932.602
Relativas a Operações de Seguros	252.888	259.825
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	44.536	18.377
Credores por Recursos a Liberar	1.110.193	1.274.407
Recursos de Consorciados	44.567	29.718
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 19)	490.251	517.097
Provisão para Seguro Saúde ⁽¹⁾	716.342	684.590
Obrigações Leasing Financeiro ⁽²⁾	-	804.248
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 8f)	5.495.361	4.335.974
Obrigações por Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	37.962	3.509.711
Outras	1.003.194	706.998
Total	18.335.882	21.283.222

(1) Provisão constituída para cobrir eventuais déficits futuros, até a extinção total da carteira, decorrentes da diferença entre os reajustes das mensalidades autorizadas anualmente pelo órgão regulador e a variação real dos custos médicos hospitalares que afetam as indenizações de sinistros (Nota 13j).

(2) Alteração do Tratamento Contábil de Leasing Financeiro (Notas 4i e 22k)

d) Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Administração de Recursos	4.144.762	3.765.743
Administração de Fundos	3.461.031	3.155.428
Administração de Consórcios	683.731	610.315
Serviços de Conta Corrente	797.046	775.193
Cartões de Crédito	9.824.313	9.013.462
Relacionamento com Estabelecimentos	9.777.856	8.922.251
Processamento de Cartões	46.457	91.211
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	2.297.627	2.003.728
Operações de Crédito	1.008.397	876.976
Garantias Prestadas	1.289.230	1.126.752
Serviços de Recebimentos	1.515.380	1.527.572
Serviços de Cobrança	1.249.369	1.278.440
Serviços de Arrecadações	266.011	249.132
Outras	2.438.801	2.059.338
Serviços de Custódia e Administração de Carteiras	303.813	278.326
Serviços de Assessoria Econômica e Financeira	670.667	630.635
Serviços de Câmbio	87.274	81.970
Outros Serviços	1.377.047	1.068.407
Total	21.017.929	19.145.036

e) Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Operações de Crédito / Cadastro	966.024	1.090.600
Cartões de Crédito - Anuidades e Demais Serviços	3.214.789	2.897.342
Conta de Depósitos	118.065	116.336
Transferência de Recursos	199.725	185.402
Rendas de Corretagens de Títulos	373.724	384.992
Pacotes de Serviços	4.924.342	3.920.524
Total	9.796.669	8.595.196

Notas Explicativas**f) Despesas de Pessoal**

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração	(8.037.980)	(7.087.952)
Encargos	(2.539.843)	(2.363.715)
Benefícios Sociais (Nota 19)	(2.640.269)	(2.102.627)
Treinamento	(201.645)	(185.680)
Processos Trabalhistas e Desligamento de Funcionários (Nota 12b)	(1.988.204)	(1.500.771)
Plano de Opções e Ações	(214.325)	(230.696)
Total	(15.622.266)	(13.471.441)
Participação dos Empregados nos Lucros	(3.090.303)	(2.971.876)
Total com a Participação dos Empregados	(18.712.569)	(16.443.317)

g) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Processamento de Dados e Telecomunicações	(4.050.998)	(3.870.363)
Depreciação e Amortização	(2.021.995)	(2.069.003)
Instalações	(2.729.779)	(2.432.149)
Serviços de Terceiros	(4.015.606)	(4.198.611)
Serviços do Sistema Financeiro	(575.257)	(507.561)
Propaganda, Promoções e Publicações	(1.038.998)	(950.161)
Transportes	(410.572)	(432.344)
Materiais	(379.805)	(349.778)
Segurança	(674.919)	(627.212)
Viagens	(211.961)	(203.405)
Outras	(858.669)	(570.003)
Total	(16.968.559)	(16.210.590)

h) Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Reversão de Provisões Operacionais	279.167	12.037
Recuperação de Encargos e Despesas	77.169	55.689
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais (Nota 12e)	64.755	158.215
Outras	509.196	331.183
Total	930.287	557.124

i) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Provisão para Contingências (Nota 12b)	(2.459.622)	(1.772.360)
Ações Cíveis	(1.747.025)	(1.523.652)
Fiscais e Previdenciárias	(736.610)	(313.112)
Outros	24.013	64.404
Comercialização - Cartões de Crédito	(3.215.603)	(2.566.818)
Sinistros	(266.497)	(301.921)
Provisão para Seguro Saúde (Nota 13c)	(31.752)	(29.662)
Ressarcimento de Custos Interbancários	(283.610)	(249.513)
Outras	(1.822.335)	(1.634.696)
Total	(8.079.419)	(6.554.970)

Notas Explicativas**Nota 14 - Tributos****a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições**

I - Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	14.739.860	27.244.750
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (Nota 4o)	(6.142.100)	(10.897.900)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	181.566	114.557
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	8.328.697	1.470.871
Juros sobre o Capital Próprio	2.584.764	1.737.975
Reorganizações Societárias (Nota 4q)	630.549	638.650
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	270.824	311.024
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (*)	(14.416.741)	(1.092.314)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.562.441)	(7.717.137)
Referentes a Diferenças Temporárias		
Constituição (Reversão) do Período	13.888.661	3.258.583
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	(99.097)	(1.978.796)
Majoração de Alíquota da Contribuição Social (Nota 14b IV)	3.988.253	-
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	17.777.817	1.279.787
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	9.215.376	(6.437.350)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

II - Composição das Despesas Tributárias:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
PIS e COFINS	(3.789.942)	(3.668.031)
ISS	(965.003)	(884.281)
Outros	(618.653)	(535.066)
Total (Nota 4o)	(5.373.598)	(5.087.378)

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Despesas Tributárias totalizam R\$ 244.240 (R\$ 202.534 em 31/12/2014) e são compostas basicamente por PIS e COFINS.

III- Efeitos Fiscais sobre a Administração Cambial dos Investimentos no Exterior

De forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos investimentos no exterior, líquida dos respectivos efeitos fiscais, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza operações de derivativos em moeda estrangeira (*hedge*), conforme observado na Nota 22b.

O resultado dessas operações é computado na apuração das bases de impostos, de acordo com a sua natureza, enquanto a variação cambial dos investimentos no exterior não é considerada nas referidas bases, conforme legislação fiscal vigente.

Notas Explicativas

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Provisões		Créditos Tributários			
	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Refletida no Resultado			34.999.143	(9.951.093)	27.952.630	53.000.680
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social			5.364.024	(239.228)	518.271	5.643.067
Relativos a Provisões Desembolsadas			<u>19.542.545</u>	<u>(5.853.469)</u>	<u>18.540.770</u>	<u>32.229.846</u>
Créditos de Liquidação Duvidosa			18.087.004	(5.201.197)	12.547.070	25.432.877
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)			195.583	(195.583)	5.674.148	5.674.148
Provisões para Imóveis			264.711	(90.669)	44.975	219.017
Ágio na Aquisição do Investimento			901.179	(363.262)	-	537.917
Outros			94.068	(2.758)	274.577	365.887
Relativos a Provisões não Desembolsadas ⁽¹⁾	<u>27.488.033</u>	<u>39.144.995</u>	<u>10.092.574</u>	<u>(3.858.396)</u>	<u>8.893.589</u>	<u>15.127.767</u>
Relativos à Operação	<u>21.157.772</u>	<u>28.159.811</u>	<u>7.560.470</u>	<u>(3.858.396)</u>	<u>7.031.619</u>	<u>10.733.693</u>
Provisões para Passivos Contingentes	<u>10.829.476</u>	<u>14.528.316</u>	<u>4.299.579</u>	<u>(1.396.853)</u>	<u>2.483.782</u>	<u>5.386.508</u>
Ações Cíveis	4.437.181	5.226.944	1.817.990	(503.919)	835.263	2.149.334
Ações Trabalhistas	3.836.454	6.131.853	1.460.030	(536.393)	888.290	1.811.927
Fiscais e Previdenciárias	2.526.306	3.155.761	1.010.522	(350.659)	760.229	1.420.092
Outros	29.535	13.758	11.037	(5.882)	-	5.155
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	7.991	3.337.500	3.196	(4.415)	1.392.320	1.391.101
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.715.810	2.188.419	392.510	(442.376)	558.364	508.498
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	684.590	716.342	273.827	-	48.527	322.354
Outras Provisões Indedutíveis	7.919.905	7.389.234	2.591.358	(2.014.752)	2.548.626	3.125.232
Relativos a Adicionais de Provisões em Relação ao Mínimo Requerido não Desembolsados - Créditos de Liquidação Duvidosa	6.330.261	10.985.184	2.532.104	-	1.861.970	4.394.074
Refletida no Patrimônio Líquido			3.082.986	(779.480)	1.679.429	3.982.935
Reorganizações Societárias (Nota 4q)	7.394.072	5.539.517	2.513.984	(630.549)	-	1.883.435
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	1.422.505	4.665.556	569.002	(148.931)	1.679.429	2.099.500
Total ⁽²⁾	36.304.610	49.350.068	38.082.129	(10.730.573)	29.632.059	56.983.615
Contribuição Social a Compensar Decorrente da Opção Prevista no Artigo 8º da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001			644.891	-	363	645.254

(1) Sob um prisma financeiro, ao invés de existirem provisões de R\$ 39.144.995 (R\$ 27.488.033 em 31/12/2014) e Créditos Tributários de R\$ 15.127.767 (R\$ 10.092.574 em 31/12/2014), dever-se-ia considerar apenas as provisões líquidas dos respectivos efeitos fiscais, que reduziria o total dos Créditos Tributários do valor de R\$ 56.983.615 (R\$ 38.082.129 em 31/12/2014) para o valor de R\$ 41.855.848 (R\$ 27.989.555 em 31/12/2014).

(2) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto. Para as controladas, Itaú Unibanco S.A. e Banco Itaúcard S.A., foi enviado requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do §. 7º do art. 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os Créditos Tributários totalizam R\$ 173.068 (R\$ 10.834 em 31/12/2014) e estão representados basicamente por Provisões sobre Contas Garantidoras de R\$ 131.596, Provisões Administrativas de R\$ 14.146 (R\$ 5.518 em 31/12/2014), e Provisões relativas a Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias de R\$ 14.002 (R\$ 5.200 em 31/12/2014), e cuja expectativa de realização depende da evolução processual da lide.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Refletido no Resultado	4.056.830	(2.336.245)	1.779.716	3.500.301
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.507.980	(2.164.144)	1.143.443	1.487.279
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	986.004	(115.216)	258.990	1.129.778
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	336.799	(33.543)	76.843	380.099
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	5.621	(5.621)	205.166	205.166
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	5.907	(12.122)	62.672	56.457
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	164.651	-	2.511	167.162
Outros	49.868	(5.599)	30.091	74.360
Refletido no Patrimônio Líquido	937.308	(149.322)	1.060.235	1.848.221
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	122.170	(87.201)	-	34.969
Hedge de Fluxo de Caixa	373.592	-	1.060.236	1.433.828
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria ^(*)	441.546	(62.121)	(1)	379.424
Total	4.994.138	(2.485.567)	2.839.951	5.348.522

(*) Refletido no Patrimônio Líquido, conforme Deliberação CVM nº 695/12 (Nota 19).

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos totaliza R\$ 127.831 (R\$ 3.879 em 31/12/2014), representada basicamente por atualização de Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos .

Notas Explicativas

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2015, são:

	Créditos Tributários					Contribuição Social a Compensar	%	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%	Tributos Diferidos Líquidos	%	
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total							%
2016	16.524.138	32%	98.583	2%	16.622.721	29%	26.496	4%	(690.439)	13%	15.958.778	31%
2017	7.787.104	15%	255.633	4%	8.042.737	14%	46.178	7%	(933.103)	18%	7.155.812	14%
2018	7.802.849	15%	434.360	8%	8.237.209	14%	11.203	2%	(1.303.907)	24%	6.944.505	13%
2019	7.887.605	15%	213.560	4%	8.101.165	14%	32.741	5%	(403.932)	8%	7.729.974	15%
2020	2.320.147	5%	2.541.664	45%	4.861.811	9%	528.636	82%	(443.127)	8%	4.947.320	9%
acima de 2020	9.018.705	18%	2.099.267	37%	11.117.972	20%	-	0%	(1.574.014)	29%	9.543.958	18%
Total	51.340.548	100%	5.643.067	100%	56.983.615	100%	645.254	100%	(5.348.522)	100%	52.280.347	100%
Valor Presente ^(*)	45.013.635		4.400.986		49.414.621		538.681		(4.507.071)		45.446.231	

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

IV-Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. O efeito no resultado foi de R\$ 3.988.253. Em 31/12/2015 e 31/12/2014, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	3.191.161	3.579.541
Impostos e Contribuições a Recolher	2.080.998	1.385.695
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 14b II)	5.348.522	4.994.138
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 12b)	4.261.241	3.703.721
Total	14.881.922	13.663.095

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o saldo das Obrigações Fiscais e Previdenciárias totaliza R\$ 337.996 (R\$ 115.791 em 31/12/2014) e está representado basicamente por Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar e a Recolher de R\$ 197.682 (R\$ 110.786 em 31/12/2014) e Impostos e Contribuições Diferidos R\$ 127.831 (R\$ 3.879 em 31/12/2014).

d) Tributos Recolhidos ou Provisionados e Retidos de Terceiros

O montante de tributos recolhidos ou provisionados incide basicamente sobre lucros, receitas e folha de pagamento. Para os valores retidos e recolhidos de terceiros consideram-se os juros sobre o capital próprio pagos e sobre a prestação de serviços, além dos incidentes sobre a intermediação financeira.

	31/12/2015	31/12/2014
Tributos Recolhidos ou Provisionados	17.395.610	17.681.370
Tributos Retidos e Recolhidos de Terceiros	15.256.704	13.049.062
Total	32.652.314	30.730.432

Notas Explicativas

Nota 15 - Permanente

a) Investimento

I - Movimentação dos Investimentos - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Empresas	Saldos em 31/12/2014				Movimentação										Resultado de Participação em Controladas de 01/01 a 31/12/2014	
	Valor Patrimonial		Resultado não Realizado	Ágio	Saldos em 31/12/2014	Amortizações de Ágio	Dividendos Pagos/ Provisionados (a)	Resultado de Participação em Controladas				Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários de Controladas e Societários (a)				Saldos em 31/12/2015
	Patrimônio Líquido	Ajuste a critério da investidora (a)						Lucro / Prejuízo	Variação Cambial	Ajuste a critério da investidora (a)	Resultado não Realizado	Total	Outros	Eventos Societários (a)		
No País	61.095.711	27.405	(495.139)	24.287	60.652.264	(6.336)	(7.588.324)	14.385.226	-	(7.702)	121.817	14.499.341	(1.064.976)	(399.429)	66.092.540	13.278.918
Itaú Unibanco S.A.	49.772.836	6.470	(437.129)	24.287	49.366.464	(6.336)	(2.333.329)	9.823.457	-	5.109	109.227	9.937.793	(1.075.571)	-	55.889.021	8.862.194
Banco Itaú BBA S.A.	5.685.182	23.400	(57.048)	-	5.651.534	-	(852.425)	841.943	-	(20.225)	11.628	833.346	11.837	(1)	5.644.291	905.157
Banco Itaucard S.A. (4)	2.609.183	(4.228)	(962)	-	2.603.993	-	(3.014.360)	3.000.916	-	8.654	962	3.010.532	(695)	-	2.599.470	3.188.006
Itaú-BBA Participações S.A.	1.759.868	-	-	-	1.759.868	-	(1.864)	180.204	-	-	-	180.204	(17)	(399.424)	1.538.767	28.879
Itaú Corretora de Valores S. A. (4)	1.268.625	1.763	-	-	1.270.388	-	(1.386.342)	538.701	-	(1.240)	-	537.461	(529)	-	420.978	294.679
Itaú Seguros S.A.	16	-	-	-	16	-	(4)	5	-	-	-	5	(1)	(3)	13	5
Itaú Administração Previdenciária Ltda.	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)
No Exterior	5.806.994	-	-	102.817	5.909.811	(51.408)	(463.465)	545.775	1.971.242	-	-	2.517.017	(10.811)	309.688	8.210.832	1.082.103
Banco Itaú Chile (6) (7)	-	-	-	-	-	41.473	(168.836)	338.732	478.098	-	-	816.830	(7.082)	3.674.317	4.356.702	-
BICSA Holdings (6) (7)	-	-	-	-	-	3.769	-	47.960	415.706	-	-	463.666	(50)	1.556.368	2.023.753	-
Banco Itaú Uruguay S.A.	893.805	-	-	9.424	903.229	(4.712)	(178.074)	399.629	191.842	-	-	591.471	(11.004)	-	1.300.910	223.857
OCA S.A.	228.851	-	-	2.504	231.355	(1.389)	(67.773)	134.948	46.263	-	-	181.211	318	-	343.722	85.219
Itaú Chile Holdings, INC.	4.618.931	-	-	90.483	4.709.414	(90.483)	-	(378.001)	829.180	-	-	451.179	7.325	(4.896.245)	181.190	762.181
ACO Ltda.	3.505	-	-	42	3.547	(21)	-	377	652	-	-	1.029	-	-	4.555	240
OCA Casa Financeira S.A. (8)	61.902	-	-	364	62.266	(45)	(48.782)	2.130	9.501	-	-	11.631	(318)	(24.752)	-	10.606
Total Geral	66.902.705	27.405	(495.139)	127.104	66.562.075	(57.744)	(8.051.789)	14.931.001	1.971.242	(7.702)	121.817	17.016.358	(1.075.787)	(89.741)	74.303.372	14.361.021

(1) Ajustes decorrentes da uniformização das demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis da investidora.
(2) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Dividendos a Receber.
(3) Eventos Societários decorrentes de aquisições, cédulas, incorporações, aumentos ou reduções de capital.
(4) O resultado de participação e o investimento refletem a participação diferenciada das ações preferenciais na distribuição de lucros e dividendos.
(5) Investimento alienado em 31/10/2014 a ACE Seguradora S.A.
(6) Ingresso de investimento em 31/01/2015;
(7) Em 17 de julho de 2015, após aprovação das autoridades reguladoras competentes, ocorreu a dissolução da subsidiária Itaú Chile Holdings (ICH). Com isso, os investimentos detidos pela ICH foram transferidos ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING. A operação produziu um efeito contábil de R\$ (251) milhões;
(8) Empresa liquidada em 30/03/2015;

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Nº de Ações/ Cotas de Propriedade do ITAÚ UNIBANCO HOLDING			Participação no Capital Votante (%)	Participação no Capital Social (%)
				Ordinárias		Preferenciais		
					Cotas			
No País								
Itaú Unibanco S.A.	40.325.563	56.198.972	9.824.543	2.124.156	731	2.057.245	100,00	100,00
Banco Itaú BBA S.A.	3.574.844	5.689.711	843.800	4.474.435	-	4.474.436	100,00	100,00
Banco Itaúcard S.A. (4)	15.564.076	19.382.804	3.318.726	3.596.744	163	1.277.933	1,51	2,04
Itaú-BBA Participações S.A.	1.328.562	1.538.767	180.204	548.954	-	1.097.907	100,00	100,00
Itaú Corretora de Valores S. A. (4)	802.482	1.364.771	767.275	-	-	811.503	-	2,87
Itaú Seguros S.A.	3.767.415	5.434.520	2.016.822	450	1	-	0,00	0,00
Itaú Administração Previdenciária Ltda.	59.251	119.078	27.999	-	-	1.299	0,00	0,00
No Exterior								
Banco Itaú Chile (7)	1.891.092	4.315.232	338.040	-	-	1.433.689	100,00	100,00
BICSA Holdings (7)	1.291.945	2.019.985	47.980	-	-	330.860	100,00	100,00
Banco Itaú Uruguay S.A.	583.146	1.296.198	399.628	4.465.133	954	-	100,00	100,00
OCA S.A.	19.618	342.288	134.948	1.502.176	740	-	100,00	100,00
Itaú Chile Holdings, INC.	556.997	181.190	(378.001)	100	-	-	100,00	100,00
ACO Ltda.	17	4.568	381	-	-	131	99,24	99,24

II - Composição dos Investimentos

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO:

	% de participação em 31/12/2015		31/12/2015			
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações
No País					3.498.825	632.912
BSF Holding S.A. ⁽¹⁾	49,00%	49,00%	1.561.489	447.053	1.064.156	219.056
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(2) (3)}	15,01%	15,01%	3.212.706	682.911	475.071	102.464
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ⁽²⁾⁽³⁾	42,93%	42,93%	3.933.114	699.842	1.688.619	300.466
Outras ^{(4a) (5)}					270.979	10.926
No Exterior - Outras ^(6a)					1.790	122
Total					3.500.615	633.034

	% de participação em 31/12/2014		31/12/2014			
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações
No País					3.097.365	584.933
BSF Holding S.A. ⁽¹⁾	49,00%	49,00%	1.232.135	412.993	982.044	202.367
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(2) (3)}	15,01%	15,01%	3.015.628	890.111	445.481	133.808
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(2) (3)}	42,93%	42,93%	3.659.150	491.855	1.570.044	211.171
Outras ^{(4b) (5)}					99.796	37.587
No Exterior - Outras ^(6b)					1.226	(330)
Total					3.098.591	584.603

(1) Inclui ágio no montante de R\$ 299.027 em 31/12/2015 (R\$ 378.298 em 31/12/2014)
(2) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada a posição de 30/11/2015 e 30/11/2014, conforme previsto na Circular nº 1.963 de 23/08/1991, do BACEN;
(3) Ajustes decorrentes de uniformização das demonstrações contábeis da investida às políticas contábeis da investidora;
(4) a) Em 31/12/2015 contempla as empresas Kinea Private Equity, Olímpia Promoção e Serviços S.A., Tecnologia Bancária S.A. e Eneva S.A., empresa não avaliada por método de equivalência patrimonial. b) Em 31/12/2014 contempla as empresas Kinea Private Equity, Latosol Empreendimentos e Participações LTDA, Olímpia Promoção e Serviços S.A. e Tecnologia Bancária S.A.
(5) Contém resultado de equivalência patrimonial não decorrente de lucro.
(6) a) Em 31/12/2015 contempla as empresas Companhia Uruguaya de Medios de Processamiento e Rias Redbanc S.A.. b) Em 31/12/2014 contempla as empresas Companhia Uruguaya de Medios de Processamiento, Rias Redbanc S.A. e Rosefield Finance Ltda.

Notas Explicativas

III) Outros Investimentos

	31/12/2015	31/12/2014
Outros Investimentos	646.991	636.155
Ações e Cotas	50.695	52.288
Investimentos por Incentivos Fiscais	201.625	201.625
Títulos Patrimoniais	11.809	14.915
Outros	382.862	367.327
(Provisão para Perdas)	(208.914)	(208.885)
Total	438.077	427.270
Resultado - Outros Investimentos	13.357	25.207

b) Imobilizado de Uso, Ágio e Intangível

I) Imobilizado de Uso

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾⁽³⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽³⁾					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2014	2.274.324	942.571	2.220.493	1.465.691	1.116.719	917.103	6.336.816	773.153	16.046.870
Aquisições	197.478	-	5.867	138.819	75.189	140.683	524.755	83.485	1.166.276
Baixas	(2)	(6.460)	(13.407)	(112.418)	182.455	(68.166)	(532.787)	(4.741)	(555.526)
Variação Cambial	679	3.083	34.858	80.690	5.590	7.507	5.731	6.080	144.218
Transferências	(1.681.220)	-	777.174	63.347	421.745	-	418.954	-	-
Outros ⁽⁴⁾	(503)	(37)	573	36.945	-	(23.190)	(812.825)	590	(798.447)
Saldo em 31/12/2015	790.756	939.157	3.025.558	1.673.074	1.801.698	973.937	5.940.644	858.567	16.003.391
Depreciação									
Saldo em 31/12/2014	-	-	(1.695.460)	(753.421)	(519.761)	(503.692)	(4.534.893)	(478.822)	(8.486.049)
Despesa de Depreciação	-	-	(73.802)	(257.332)	(128.851)	(92.549)	(841.532)	(78.604)	(1.472.670)
Baixas	-	-	9.377	109.017	(183.062)	12.813	489.035	3.001	440.181
Variação Cambial	-	-	(6.311)	(27.414)	(1.794)	1.179	(6.548)	(3.243)	(44.131)
Outros ⁽⁴⁾	-	-	2.024	(419)	(7.994)	2.944	617.741	313	614.609
Saldo em 31/12/2015	-	-	(1.764.172)	(929.569)	(841.462)	(579.305)	(4.276.197)	(557.355)	(8.948.060)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições / Reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2015	790.756	939.157	1.261.386	743.505	960.236	394.632	1.664.447	301.212	7.055.331
Saldo em 31/12/2014	2.274.323	942.571	525.036	712.269	596.958	413.411	1.801.922	294.331	7.560.821

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 59.297, realizáveis até 2016.

(2) Inclui valores arrolados em recursos voluntários (Nota 12d).

(3) Inclui o valor de R\$ 4.329 (R\$ 3.686 em 31/12/2014) referente a imóvel penhorado.

(4) Alteração do Tratamento Contábil de Leasing Financeiro (Notas 4i e 22k).

II) Ágio

	Período de Amortização	Saldo em 31/12/2014	Movimentações				Saldo em 31/12/2015
			Aquisições	Despesa Amortização	Baixas (*)	Variação Cambial	
Ágio (Notas 2b e 4j)	10 anos	203.919	10.506	(6.045)	(12.133)	35.668	231.915

(*) Ágio transferido para o Intangível decorrente da incorporação da Itau Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

Notas Explicativas

III) Intangível

Intangível ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento ⁽²⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Ágio de Incorporação (Nota 4k)	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas Anuais de Amortização	20%	8%	20%	20%	20%	10% a 20%	
Custo							
Saldo em 31/12/2014	1.066.922	1.561.377	1.891.898	2.836.712	1.483.340	2.122.547	10.962.796
Aquisições	108.900	39.279	409.928	488.458	15.167	2	1.061.734
Baixas	(168.943)	(195.288)	(105.991)	(14.530)	(2.521)	(445)	(487.718)
Variação Cambial	-	449	108.540	-	3.731	182.337	295.057
Outros ⁽³⁾	(2.430)	2.772	(5.513)	-	312.583	(1.416.861)	(1.109.449)
Saldo em 31/12/2015	1.004.449	1.408.589	2.298.862	3.310.640	1.812.300	887.580	10.722.420
Amortização							
Saldo em 31/12/2014	(555.311)	(330.524)	(887.177)	(111.981)	(106.044)	(305.685)	(2.296.722)
Despesa de Amortização ⁽⁴⁾	(213.245)	(143.862)	(356.236)	(138.468)	(245.411)	(46.007)	(1.143.229)
Baixas	168.922	144.314	105.991	-	-	445	419.672
Variação Cambial	-	399	(51.778)	-	(1.596)	(148.533)	(201.508)
Outros ⁽⁵⁾	-	-	1.716	(2.037)	(3.093)	3.503	89
Saldo em 31/12/2015	(599.634)	(329.673)	(1.187.484)	(252.486)	(356.144)	(496.277)	(3.221.698)
Redução ao Valor Recuperável ⁽⁵⁾							
Saldo em 31/12/2014	(18.251)	(1.792)	-	(13.733)	-	-	(33.776)
Constituição	-	-	-	(3.942)	-	-	(3.942)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	(18.251)	(1.792)	-	(17.675)	-	-	(37.718)
Valor Contábil							
Saldo em 31/12/2015	386.564	1.077.124	1.111.378	3.040.479	1.456.156	391.303	7.463.004
Saldo em 31/12/2014	493.360	1.229.061	1.004.721	2.710.998	1.377.296	1.816.862	8.632.298

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 280.958, realizáveis até 2016.

(2) Representa o registro dos valores pagos para aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares.

(3) Alteração do Tratamento Contábil de Leasing Financeiro (Notas 4i e 22k)

(4) As despesas de amortização do Direito de Aquisição de Folhas de Pagamento e Associações são divulgadas na despesa de Intermediação Financeira.

(5) Conforme Resolução n° 3.566, de 29/05/2001, do BACEN (Nota 13i).

Nota 16 - Patrimônio Líquido

a) Ações

Em AGE de 29/04/2015 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 10.148.000, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 17/07/2015 e o processo foi homologado pelo BACEN em 25/06/2015. Em consequência, o capital social foi elevado em 553.083.268 ações.

O capital social está representado por 6.083.915.949 ações escriturais sem valor nominal, sendo 3.047.040.198 ações ordinárias e 3.036.875.751 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 85.148.000 (R\$ 75.000.000 em 31/12/2014), sendo R\$ 58.283.710 (R\$ 51.563.010 em 31/12/2014) de acionistas domiciliados no país e R\$ 26.864.290 (R\$ 23.436.990 em 31/12/2014) de acionistas domiciliados no exterior.

Abaixo demonstramos a movimentação das ações representativas do capital social e das ações em tesouraria no período:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2014	2.758.685.730	1.043.799.342	3.802.485.072	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	11.350.814	1.716.996.795	1.728.347.609	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015 - Efetivada em 25/06/2015	277.003.654	276.079.614	553.083.268	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
Residentes no País em 31/12/2015	3.033.657.386	1.130.776.196	4.164.433.582	
Residentes no Exterior em 31/12/2015	13.382.812	1.906.099.555	1.919.482.367	
Ações em Tesouraria em 31/12/2014	2.541	53.828.551	53.831.092	(1.327.880)
Aquisições de Ações	-	111.524.800	111.524.800	(3.324.436)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(5.873.741)	(5.873.741)	3.682
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(5.342.874)	(5.342.874)	295.254
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015	254	8.425.914	8.426.168	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 ⁽¹⁾	2.795	162.562.650	162.565.445	(4.353.380)
Em Circulação em 31/12/2015	3.047.037.403	2.874.313.101	5.921.350.504	
Em Circulação em 31/12/2014 ⁽²⁾	3.047.037.403	2.977.664.345	6.024.701.748	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação do período de 31/12/2014, foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 25/06/2015.

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado em 31/12/2015:

Notas Explicativas

Custo/Valor de Mercado	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	24,96
Médio ponderado	-	28,80
Máximo	-	31,86
Ações em Tesouraria		
Custo médio	7,25	26,78
Valor de Mercado	24,58	26,33

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I - Cálculo

Lucro Líquido - ITAÚ UNIBANCO HOLDING	21.083.796	
Ajustes:		
(-) Reserva Legal	(1.054.190)	
Base de Cálculo do Dividendo	20.029.606	
Dividendo Mínimo Obrigatório	5.007.402	
Dividendo - Pago / Provisionado	7.304.529	36,5%

II - Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	3.001.912	(310.510)	2.691.402
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em Fevereiro a Dezembro de 2015	931.847	-	931.847
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,3460 por ação, pago em 25/08/2015	2.070.065	(310.510)	1.759.555
Provisionados (Registrados em Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias)	2.502.050	(186.051)	2.315.999
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 04/01/2015	89.123	-	89.123
Dividendos Provisionados - R\$ 0,1980 por ação	1.172.586	-	1.172.586
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,2090 por ação, creditados em 30/12/2015 a serem pagos até 30/04/2016	1.240.341	(186.051)	1.054.290
Declarados após 31/12/2015 (Registrados em Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos)	2.702.504	(405.376)	2.297.128
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,4564 por ação.	2.702.504	(405.376)	2.297.128
Total de 01/01 a 31/12/2015 - R\$ 1,2376 líquido por ação	8.206.466	(901.937)	7.304.529
Total de 01/01 a 31/12/2014 - R\$ 1,2204 líquido por ação	7.344.187	(709.059)	6.635.128

Notas Explicativas**c) Reservas de Capital e de Lucros - ITAÚ UNIBANCO HOLDING**

	31/12/2015	31/12/2014
Reservas de Capital	1.537.219	1.315.744
Ágio na Subscrição de Ações	283.512	283.512
Opção de Outorgas Reconhecidas - Lei nº 11.638, Instrumentos Baseados em Ações e Pagamento Baseado em Ações	1.252.602	1.031.127
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1.105	1.105
Reservas de Lucros	29.724.889	27.224.331
Legal	6.894.840	5.840.650
Estatutárias:	<u>20.127.545</u>	<u>18.437.054</u>
Equalização de Dividendos ⁽¹⁾	8.231.199	6.411.951
Reforço do Capital de Giro ⁽²⁾	5.261.426	5.303.905
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽³⁾	6.634.920	6.721.198
Especiais de Lucros ⁽⁴⁾	2.702.504	2.946.627

(1) Reserva para Equalização de Dividendos – tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(2) Reserva para Reforço do Capital de Giro – objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(3) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas – visa a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(4) Refere-se ao Juros sobre o Capital Próprio declarado após 31 de dezembro, em atendimento a Carta Circular nº 3.516 de 21/07/2011, do BACEN.

d) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido (Nota 2b)

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	21.083.796	17.391.557	110.680.842	101.889.836
Amortização de Ágios	608.209	941.819	(562.321)	(1.162.035)
Reorganizações Societárias (Nota 4q)	1.854.555	1.878.381	(3.656.081)	(4.880.088)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior (Nota 4s)	(186.726)	29.807	-	-
Variação Cambial dos Investimentos	(3.169.017)	(345.887)	-	-
Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	5.111.631	821.829	-	-
Efeito Fiscal Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	(2.129.340)	(446.135)	-	-
ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO	23.359.834	20.241.564	106.462.440	95.847.713

e) Ajuste de Avaliação Patrimonial - ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO

	31/12/2015	31/12/2014
Disponível para Venda	(2.934.270)	(697.486)
Hedge de Fluxo de Caixa	1.782.581	551.407
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(224.197)	(176.280)
Variação Cambial dos Investimentos no Exterior / Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	156.919	(29.807)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.218.967)	(352.166)

Notas Explicativas**f) Participações de Não Controladores**

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Itau Bank, Ltd. ^(*)	-	1.048.455	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	433.265	436.684	(121.581)	(108.793)
Banco Itaú BMG Consignado S.A. (Nota 2c)	915.958	539.436	(150.425)	(89.920)
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	292.323	288.373	(64.525)	(92.111)
IGA Participações S.A.	61.340	52.703	(10.628)	(2.241)
Investimentos Bemge S.A.	24.008	22.147	(1.879)	(1.423)
Banco Investcred Unibanco S.A.	19.205	19.858	653	(1.155)
Outras	9.136	7.071	(7.686)	(9.601)
Total	1.755.235	2.414.727	(356.071)	(305.244)

(*) Representada por Ações Preferenciais Resgatáveis emitidas em 31/12/2002 e resgatadas em 31/03/2015 pelo Itau Bank Ltd., no valor de US\$ 393.072 mil, com dividendos calculados com base na taxa Libor acrescida de 1,25% a.a., pagáveis semestralmente.

g) Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as empresas por ele controladas possuem programas de pagamentos baseados em ações para seus funcionários e administradores, visando integrá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

Os pagamentos ocorrem somente em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório e, a fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos, em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do balanço de encerramento do exercício.

A liquidação desses programas é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

No período de 01/01 a 31/12/2015, o efeito contábil de pagamento baseado em ações no resultado foi de R\$ (734.191) (R\$ (441.065) de 01/01 a 31/12/2014).

I – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”) com o objetivo de integrar administradores e funcionários no processo de desenvolvimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas a médio e longo prazo, facultando-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxeram às ações.

Além das outorgas realizadas no âmbito do Plano, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também mantém o controle dos direitos e obrigações das opções outorgadas no âmbito dos planos assumidos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 24/04/2009 e 19/04/2013, relativas aos programas de outorga de opções de ações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Unibanco Holdings S.A. e Redecard S.A., respectivamente. A troca das ações para ITUB4 não trouxe impacto financeiro significativo.

As opções simples possuem as seguintes características:

- Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na BM&FBOVESPA.
- Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado é de 5 (cinco) anos.
- Valor justo e premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos:** o valor justo das Opções Simples é calculado na data da outorga utilizando-se o modelo Binomial. As premissas econômicas utilizadas são:

Notas Explicativas

- (i) Preço de exercício: preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.
- (ii) Preço do ativo objeto (ações ITUB4): preço de fechamento da BM&FBOVESPA na data-base de cálculo.
- (iii) Dividendos esperados: média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre o Capital Próprio da ação ITUB4.
- (iv) Taxa de juros livre de risco: cupom do IGP-M até o prazo de vigência da Opção Simples.
- (v) Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre o histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2014	55.162.112	32,43	
Opções exercíveis no final do período	28.872.290	32,15	
Opções em aberto não exercíveis	26.289.822	32,73	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(9.062.437)	40,08	
Exercidas	(151.358)	24,32	34,36
Saldo em 31/12/2015	45.948.317	35,08	
Opções exercíveis no final do período	32.407.235	36,74	
Opções em aberto não exercíveis	13.541.082	31,12	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2008-2009		26,34 - 40,28	
Outorga 2010-2012		23,88 - 42,79	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,60		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2013	71.848.530	29,86	
Opções exercíveis no final do período	36.008.273	27,65	
Opções em aberto não exercíveis	35.840.257	32,95	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(1.531.443)	31,80	
Exercidas	(15.154.975)	27,28	33,39
Saldo em 31/12/2014	55.162.112	32,43	
Opções exercíveis no final do período	28.872.290	32,15	
Opções em aberto não exercíveis	26.289.822	32,73	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2006-2009		23,80 - 39,87	
Outorga 2010-2012		23,88 - 38,66	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,56		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

II – Programa de Sócios

Os funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas podem ser selecionados para participar de um programa que permite o investimento de um percentual de seu bônus na aquisição de ações ITUB4 e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa,

Notas Explicativas

os beneficiários terão direito de receber uma contrapartida em ITUB4, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações ITUB4 nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

O valor justo da contrapartida em ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

A média ponderada do valor justo da contrapartida em ações ITUB4 foi estimada em R\$ 29,22 por ação em 31/12/2015 (R\$ 29,65 por ação em 31/12/2014).

A Lei nº 12.973/14, que adequou a legislação tributária aos padrões contábeis internacionais e pôs fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), estabeleceu um novo marco legal para os pagamentos efetuados em ações. Por conta dessa nova lei, foram realizadas alterações no Programa de Sócios, adequando seus efeitos fiscais.

Movimentação do Programa de Sócios

	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	26.734.428
Novas Outorgas	10.402.541
Cancelados	(808.809)
Exercidos	(5.722.383)
Saldo em 31/12/2015	30.605.777
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,02

	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	20.187.002
Novas Outorgas	12.107.909
Cancelados	(1.712.039)
Exercidos	(3.848.444)
Saldo em 31/12/2014	26.734.428
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,05

Notas Explicativas

III- Remuneração variável

A política instituída em atendimento à Resolução CMN nº 3.921/10, determina que 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável dos administradores deve ser paga em dinheiro e 50% (cinquenta por cento) em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

O valor justo das ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

A média ponderada do valor justo das ações ITUB4 foi estimada em R\$ 31,24 por ação em 31/12/2015 (R\$ 25,33 por ação em 31/12/2014).

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	2015
	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	15.901.823
Novos	12.538.652
Entregues	(7.551.031)
Cancelados	(593.468)
Saldo em 31/12/2015	20.295.976

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	2014
	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	8.290.751
Novos	11.002.630
Entregues	(2.954.758)
Cancelados	(436.800)
Saldo em 31/12/2014	15.901.823

Nota 17 – Partes Relacionadas

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM e Resolução nº 3.750, de 30/06/2009, do CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A.(IUPAR), a Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itaútec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A., ITH Zux Cayman Company Ltd e Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Fundação Bemgeprev, UBB Prev - Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e / ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Itaú Viver Mais, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse, conforme Notas 22e a 22j; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A..

Notas Explicativas

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	ITAÚ UNIBANCO HOLDING					ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO				
	Taxa Anual	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)		Taxa Anual	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
		31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		82.507.384	41.272.793	5.574.400	3.804.610		-	-	-	-
Itaú Unibanco S.A.	Pré-fixada 14,15% ou 100,0% da Selic	47.643.687	33.322.825	4.388.325	3.361.000		-	-	-	-
Agência Grand Cayman	Pré-fixada 5,83% a 6,36%	10.817.237	7.444.294	559.378	443.610		-	-	-	-
Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch	Pré-fixada 2,96%	24.046.460	505.674	626.697	-		-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	13.544.527	409.817	654.235		-	-	-	-
Agência Grand Cayman		-	13.544.527	409.817	654.235		-	-	-	-
Depósitos		(15.310.445)	-	(280.620)	-		-	-	-	-
Itaú Unibanco S.A.		-	-	-	-		-	-	-	-
Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch		(15.310.445)	-	(279.106)	-		-	-	-	-
Outras		-	-	(1.514)	-		-	-	-	-
Captações no Mercado Aberto		-	(24.202)	-	(7.358)		(249.880)	(141.413)	(21.182)	(12.855)
Duratex S.A.		-	-	-	-	99,0% a 101,5% do CDI	(41.275)	(100.152)	(8.956)	(10.284)
Elekeiroz S.A.		-	-	-	-	99,0% a 100,0% do CDI	(8.498)	(5.769)	(605)	(1.670)
Itautec S.A.		-	-	-	-	100% do CDI	(110.201)	(1.538)	(1.218)	(172)
Itaúsa Empreendimentos S.A.		-	-	-	-	99,0% a 100,0% do CDI	(63.551)	(26.071)	(7.425)	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		-	-	-	-	100,0% da Selic	(10.774)	(7.883)	(1.219)	(729)
Outras		-	(24.202)	-	(7.358)		(15.581)	-	(1.759)	-
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas) Prestação de Serviços		(341)	581.286	(3.877)	(3.328)		(116.206)	(108.347)	20.441	8.847
Itaú Unibanco S.A.		-	581.546	-	-		-	-	-	-
Itaú Corretora de Valores S. A.		(342)	(260)	(3.877)	(3.328)		-	-	-	-
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	-	-		-	-	1.979	-
Itaúsa Empreendimentos S.A.		-	-	-	-		-	-	84	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		-	-	-	-		(2.391)	-	(27.822)	-
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	-	-		(113.911)	(13.276)	38.723	34.886
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	-	-		299	279	5.272	5.183
Fundação BEMGEPREV		-	-	-	-		-	25	-	639
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social		-	-	-	-		-	(92.732)	-	292
Outras		1	-	-	-		(203)	(2.643)	2.205	(32.153)
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(273)	(255)		-	-	(56.077)	(51.067)
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	(19)	(18)		-	-	(1.743)	-
Itaú Seguros S.A.		-	-	(194)	(181)		-	-	-	-
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	-	-		-	-	(41.855)	(37.920)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	-	-		-	-	(12.479)	(13.147)
Outras		-	-	(60)	(56)		-	-	-	-
Despesas com Doações		-	-	-	-		-	-	(84.435)	(78.300)
Instituto Itaú Cultural		-	-	-	-		-	-	(83.000)	(77.500)
Associação Itaú Viver Mais		-	-	-	-		-	-	(1.435)	(800)
Despesas de Processamento de Dados		-	-	-	-		-	-	-	(284.889)
Itautec S.A.		-	-	-	-		-	-	-	(284.889)

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco, registraram em Outras Despesas Administrativas, R\$ (4.250) (R\$ (5.376) de 01/01 a 31/12/2014) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- b) qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- c) qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração	458.368	343.703
Conselho de Administração	26.572	14.469
Administradores	431.796	329.234
Participações no Lucro	239.331	260.592
Conselho de Administração	962	11.956
Administradores	238.369	248.636
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	9.539	6.592
Conselho de Administração	99	4
Administradores	9.440	6.588
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	199.957	233.754
Total	907.195	844.641

As informações referentes a pagamento baseado em ações, benefícios a empregados e benefícios pós-emprego encontram-se detalhadas nas Notas 16g II e 19, respectivamente.

Notas Explicativas

Nota 18 - Valor de Mercado

As demonstrações contábeis são elaboradas com base em critérios contábeis, que pressupõem a continuidade normal das operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O valor contábil relativo a cada instrumento financeiro, constante ou não do balanço patrimonial (contempla as participações em coligadas e outros investimentos), quando comparado com o valor que se poderia obter na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros ajustados com base na taxa de juros vigente no mercado, aproxima-se do seu correspondente valor de mercado, ou este não é disponível, exceto para os incluídos em:

	Contábil		Mercado		Efeitos ⁽¹⁾			
					Em Resultado		No Patrimônio Líquido	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.507.170	23.073.038	30.507.465	23.073.278	295	240	295	240
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	338.391.215	299.626.524	335.098.378	299.845.368	(8.270.353)	(973.469)	(3.292.837)	218.844
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda					(4.272.990)	(528.487)	-	-
Ajuste de Títulos Mantidos até o Vencimento					(3.997.363)	(444.982)	(3.292.837)	218.844
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	439.751.291	424.812.344	439.133.927	427.317.235	(617.364)	2.504.891	(617.364)	2.504.891
Investimentos								
BM&FBOVESPA	14.610	14.610	119.373	107.973	104.763	93.363	104.763	93.363
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ⁽²⁾	1.688.619	1.570.044	2.829.841	2.988.093	1.141.222	1.418.049	1.141.222	1.418.049
Captações de Recursos e Obrigações por Empréstimos ⁽³⁾	261.575.716	218.886.295	262.680.335	219.598.918	(1.104.619)	(712.623)	(1.104.619)	(712.623)
Dívidas Subordinadas (Nota 10f)	65.784.564	55.617.390	63.684.418	56.174.412	2.100.146	(557.022)	2.100.146	(557.022)
Ações em Tesouraria	4.353.380	1.327.880	4.280.343	1.862.550	-	-	(73.037)	534.670

(1) Não considera os efeitos fiscais correspondentes;

(2) Controladora da Porto Seguro S.A.;

(3) Captações de Recursos são representadas por Depósitos Interfinanceiros, a Prazo, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Empréstimos.

O valor justo é uma mensuração baseada, quando possível, em informações observáveis de mercado. É a estimativa do preço pelo qual uma transação não forçada para vender um ativo ou para transferir um passivo ocorreria entre participantes do mercado, na data de mensuração sob condições correntes de mercado. Não representa resultados não realizados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Para a obtenção dos valores de mercado dos Instrumentos Financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado futuro de juros e de *swaps* para títulos prefixados, e às taxas no mercado dos títulos de renda fixa, obtidas no fechamento da BM&FBOVESPA na data do balanço, para títulos pós-fixados;
- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, conforme regras estabelecidas por meio das Circulares nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN, estão registrados pelo seu valor de mercado, exceto os classificados como Mantidos até o Vencimento. Títulos públicos alocados nesta categoria tem seu valor de mercado calculado com base em taxas coletadas junto ao mercado, validadas por meio da comparação com informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Títulos privados incluídos nesta categoria têm seu valor de mercado calculado por critério semelhante ao adotado para Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, descrito acima;
- Operações de Crédito com prazos superiores a 90 dias, quando disponível, com base no valor presente líquido de fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juros praticada no mercado na data do balanço;
- Investimentos - nas empresas BM&FBOVESPA e Porto Seguro pelo valor das ações nas bolsas de valores;
- Depósitos Interfinanceiros e a Prazo, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior, quando disponíveis, com base no valor presente de fluxos de caixa futuros descontados às taxas de mercado obtidas no fechamento da BM&FBOVESPA na data do balanço;
- Dívidas Subordinadas, com base no valor presente líquido de fluxos de caixa futuros prefixados ou pós-fixados em moeda estrangeira, descontados à taxa de juros praticada no mercado na data do balanço e considerando o risco de crédito do emissor. Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados a partir das curvas de juros das praças de indexação;
- Ações em Tesouraria, pela cotação média disponível no último pregão do mês ou, na falta desta, pela cotação mais recente em pregões anteriores, publicada no Boletim Diário de cada Bolsa.

Nota 19 - Benefícios Pós Emprego

Nos termos da Deliberação nº 695, de 13/12/2012, da CVM, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Ajustes de Avaliação Patrimonial foram os seguintes:

Notas Explicativas

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo Serviço Corrente	(68.063)	(74.242)	-	-	-	-	(68.063)	(74.242)
Juros Líquidos	(6.271)	(32.593)	218.803	196.030	(16.990)	(14.284)	195.542	149.153
Aportes e Contribuições ^(*)	-	-	(380.216)	(132.623)	-	-	(380.216)	(132.623)
Benefícios Pagos	-	-	-	-	12.906	8.902	12.906	8.902
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Valores Reconhecidos	(74.334)	(106.835)	(161.413)	63.407	(4.084)	(5.382)	(239.831)	(48.810)

(*) Em 2015, inclui provisão para equacionamento de excedente do fundo previdencial, conforme regulamento, no montante R\$ 236.266. No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 207.178 (R\$ 190.333 de 01/01 a 31/12/2014), sendo R\$ 143.950 (R\$ 132.623 de 01/01 a 31/12/2014) oriundos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
No Início do Período	(75.206)	(354.467)	(220.808)	(285.565)	(8.436)	6.744	(304.450)	(633.288)
Efeito na Restrição do Ativo	(102.758)	(452.566)	(37.917)	76.952	-	-	(140.675)	(375.614)
Remensurações	133.326	731.827	(56.557)	(12.195)	(4.134)	(15.180)	72.635	704.452
Total Valores Reconhecidos	(44.638)	(75.206)	(315.282)	(220.808)	(12.570)	(8.436)	(372.490)	(304.450)

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 19c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾
	Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾
	Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾
	Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾
	Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾
	Plano Itaubanco CD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾
	Plano Itaú BD ⁽¹⁾
	Plano Itaú CD ⁽²⁾
	Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾
	Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios II ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia- ACMV ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾
	Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar ⁽²⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

Notas Explicativas

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	11,28% a.a.	10,24% a.a
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Experiência Itaú 2008/2010	Experiência Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	7,12 % a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. Em 31/12/2015 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas biométricas/demográficas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

As principais diferenças entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) que os administram, são a taxa de desconto e o método atuarial. Em relação a premissa taxa de desconto, as EFPCs adotam taxa aderente ao fluxo de recebimentos/pagamentos dos planos, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial externa e independente. No que se refere ao método atuarial é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II - Exposição a Riscos

Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- Volatilidade dos Ativos

O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

Notas Explicativas

- Mudanças no Rendimento dos Investimentos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- Risco de Inflação

A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- Expectativa de Vida

A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

Notas Explicativas

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, e a meta de alocação para 2016, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Valor Justo		% Alocação		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	Meta 2016
Títulos de Renda Fixa	12.368.880	12.249.770	90,73%	91,16%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	536.846	641.518	3,94%	4,77%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	27.311	22.119	0,20%	0,17%	0% a 10%
Imóveis	633.001	487.730	4,64%	3,63%	0% a 7%
Empréstimos a Participantes	67.363	36.620	0,49%	0,27%	0% a 5%
Total	13.633.401	13.437.757	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 451.578 (R\$ 554.278 em 31/12/2014), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 605.812 (R\$ 454.738 em 31/12/2014).

Valor Justo - os ativos dos planos são atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2015, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos - a meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/12/2015	31/12/2014
1- Ativos Líquidos dos Planos	13.633.401	13.437.757
2- Passivos Atuariais	(11.587.180)	(11.694.678)
3- Superveniência (1-2)	2.046.221	1.743.079
4- Restrição do Ativo (*)	(2.133.856)	(1.847.316)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(87.635)	(104.237)
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 13a)	223.805	242.267
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 13c)	(311.440)	(346.504)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 64 da Deliberação nº 695 da CVM.

Notas Explicativas

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2015				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	13.437.757	(11.694.678)	1.743.079	(1.847.316)	(104.237)
Custo Serviço Corrente	-	(68.063)	(68.063)	-	(68.063)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.334.430	(1.151.988)	182.442	(188.713)	(6.271)
Benefícios Pagos	(907.650)	907.650	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	60.368	-	60.368	-	60.368
Contribuições Participantes	14.758	-	14.758	-	14.758
Efeito na Restrição do Ativo	-	-	-	(102.758)	(102.758)
Remensurações ^{(2) (3)}	(306.262)	419.899	113.637	4.931	118.568
Valor Final do Período	13.633.401	(11.587.180)	2.046.221	(2.133.856)	(87.635)

	31/12/2014				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	12.512.070	(11.576.853)	935.217	(1.292.637)	(357.420)
Custo Serviço Corrente	-	(74.242)	(74.242)	-	(74.242)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.177.598	(1.086.631)	90.967	(123.560)	(32.593)
Benefícios Pagos	(780.237)	780.237	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	80.757	-	80.757	-	80.757
Contribuições Participantes	15.014	-	15.014	-	15.014
Efeito na Restrição do Ativo	-	-	-	(452.566)	(452.566)
Remensurações ^{(2) (3)}	432.555	262.811	695.366	21.447	716.813
Valor Final do Período	13.437.757	(11.694.678)	1.743.079	(1.847.316)	(104.237)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2015 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 10,24% a.a. (Em 01/01/2014 utilizou-se a taxa de desconto de 9,72% a.a.).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 1.028.168 (R\$ 1.610.153 em 31/12/2014).

No período as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 60.368 (R\$ 80.757 de 01/01 a 31/12/2014). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2016 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é de R\$ 54.871.

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2016	949.161
2017	976.687
2018	1.008.715
2019	1.041.954
2020	1.083.423
2021 a 2025	5.935.349

VI- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido (*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	566.363	4,92%	(280.500)
- Acréscimo em 0,5%	(519.825)	(4,51%)	201.040

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo.

Notas Explicativas

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida possuem fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	2.438.272	(223.616)	2.214.656	2.361.025	(274.533)	2.086.492
Juros Líquidos	239.251	(20.448)	218.803	222.657	(26.627)	196.030
Aportes e Contribuições (Nota 19)	(380.216)	-	(380.216)	(132.623)	-	(132.623)
Efeito na Restrição do Ativo	-	(37.917)	(37.917)	-	76.952	76.952
Remensurações	(68.710)	12.153	(56.557)	(12.787)	592	(12.195)
Valor Final do Período (Nota 13a)	2.228.597	(269.828)	1.958.769	2.438.272	(223.616)	2.214.656

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, são os seguintes:

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2015	31/12/2014
No Início do Período	(170.593)	(146.818)
Custo de Juros	(16.990)	(14.284)
Benefícios Pagos	12.906	8.902
Remensurações	(4.134)	(18.393)
No Final do Período (Nota 13c)	(178.811)	(170.593)

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2016	11.839
2017	12.724
2018	13.599
2019	14.500
2020	15.377
2021 a 2025	91.514

II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 19c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	3.568	(3.034)
Valor Presente da Obrigação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.077	(16.977)

Notas Explicativas

Nota 20 - Informações de Subsidiárias no Exterior

	Agências no Exterior ⁽¹⁾		Consolidado América Latina ⁽²⁾		Itaú Europa Consolidado ⁽³⁾		Consolidado Cayman ⁽⁴⁾		Demais Empresas no Exterior ⁽⁵⁾		Consolidado no Exterior ⁽⁶⁾	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo												
Circulante e Realizável a Longo Prazo												
Disponibilidades	4.323.580	3.771.485	6.757.049	4.245.994	813.424	818.689	27.854.590	382.972	1.902.778	736.810	11.483.679	8.942.153
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	48.650.798	21.233.647	4.945.746	3.031.288	8.146.099	3.572.909	21.546.862	18.131.543	39.142	267.170	25.130.763	15.373.441
Títulos e Valores Mobiliários	79.151.513	46.543.642	7.279.972	5.976.035	5.118.244	3.659.780	17.666.759	13.815.816	324.525	28.573	108.805.103	69.099.328
Operações de Crédito, Arrend. Mercantil e Outros Créditos	112.478.472	91.335.395	55.628.888	40.784.779	18.315.220	12.077.880	456.874	122.706	1.640	968	186.763.687	144.241.879
Carteira de Câmbio	64.427.572	34.499.152	1.451.778	783.352	3.953.919	3.038.607	-	5.783	-	-	69.672.903	37.963.922
Outros Ativos	6.263.446	5.149.097	9.174.515	6.007.878	1.127.605	413.293	280.145	1.855.621	159.006	5.983.691	16.789.104	18.952.537
Permanente												
Investimentos	115	-	9.113	7.012	18.612	8.106	239.689	165.693	864.900	580.688	28.157	15.334
Imobilizado e Intangível	21.705	17.650	1.002.283	791.728	151.580	146.014	-	154	23.466	17.579	1.199.035	973.124
Total	315.317.201	202.550.068	86.249.344	61.628.066	37.644.703	23.735.278	68.044.919	34.480.288	3.315.457	7.615.479	419.872.431	295.561.718
Passivo												
Circulante e Exigível a Longo Prazo												
Depósitos	96.036.125	68.412.757	52.289.632	39.063.854	17.022.817	8.916.120	18.916.307	991.485	-	629.980	113.041.018	100.927.458
Depósitos a Vista	48.983.770	12.979.539	15.394.327	10.903.996	10.800.653	6.810.015	21.220	935.614	-	629.980	45.010.975	31.241.469
Depósitos de Poupança	-	-	10.480.863	7.355.315	-	-	-	-	-	-	10.480.863	7.355.315
Depósitos Interfinanceiros	32.022.335	33.224.674	68.712	93.124	3.707.792	1.367.478	18.895.087	55.871	-	-	14.100.657	19.272.151
Depósitos a Prazo	15.030.020	22.208.544	26.345.730	20.711.419	2.514.372	738.627	-	-	-	-	43.448.523	43.058.523
Captações no Mercado Aberto	23.986.753	16.923.394	382.453	430.504	-	-	17.022.521	12.156.697	-	1.097.268	23.787.112	15.343.261
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.015.097	1.582.027	8.056.688	4.441.480	8.382.928	6.407.293	321.638	1.547.210	-	-	22.776.350	13.953.807
Obrigações por Empréstimos	57.906.787	36.329.668	4.477.648	3.217.156	1.272.611	645.101	-	9.969	-	-	63.657.045	40.201.894
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.946.358	4.414.944	1.850.200	1.193.684	2.115.848	1.212.659	11.899	532.816	-	-	12.612.457	6.930.661
Carteira de Câmbio	64.462.300	35.089.207	1.460.470	780.975	3.950.047	2.991.722	-	6.120	-	-	69.712.451	38.505.052
Outras Obrigações	37.337.889	24.702.689	6.615.124	4.324.436	728.634	791.686	2.141.679	2.155.906	163.461	3.594.641	46.692.560	35.030.020
Resultado de Exercícios Futuros	210.772	208.736	5.996	3.068	79.206	52.782	-	-	-	1.526	295.974	266.112
Participações de Não Controladores	-	-	406	282	-	1	-	1.048.455	-	-	406	1.048.738
Patrimônio Líquido												
Capital Social e Reservas	21.313.724	13.746.074	9.864.199	7.215.200	3.674.001	2.392.006	29.063.904	15.991.400	3.285.805	2.367.296	66.181.866	41.030.179
Resultado do Período	(898.604)	1.140.572	1.246.528	957.427	418.611	325.908	566.971	40.230	(133.809)	(75.232)	1.115.192	2.324.536
Total	315.317.201	202.550.068	86.249.344	61.628.066	37.644.703	23.735.278	68.044.919	34.480.288	3.315.457	7.615.479	419.872.431	295.561.718
Demonstração do Resultado												
Receitas da Intermediação Financeira	4.525.565	4.761.559	6.462.143	4.587.736	909.312	637.904	502.530	282.234	3.509	(7.658)	12.013.578	9.842.775
Despesas da Intermediação Financeira	(4.063.305)	(2.839.374)	(2.379.628)	(1.995.578)	(240.434)	(163.904)	258.818	(102.994)	(4.689)	(5.366)	(6.078.674)	(4.754.265)
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(966.141)	(642.207)	(435.335)	(368.154)	7.582	(990)	(45.564)	-	(268)	(340)	(1.439.727)	(1.011.690)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	(503.881)	1.279.978	3.647.180	2.224.004	676.460	473.010	715.784	179.240	(1.448)	(13.364)	4.495.177	4.076.820
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(395.343)	(137.863)	(1.379.135)	(1.014.966)	(180.672)	(110.740)	(148.814)	(139.010)	(63.787)	(2.269.145)	(1.462.294)	(1.462.294)
Resultado Operacional	(899.224)	1.142.115	2.268.045	1.209.038	495.788	362.270	566.970	40.230	(124.515)	(77.131)	2.226.032	2.614.526
Resultado Não Operacional	(120)	-	11.374	13.269	(558)	(122)	-	-	3.630	2.857	10.854	13.459
Resultado Antes da Tributação s/ Lucros e Participações	(899.344)	1.142.115	2.279.419	1.222.307	495.230	362.148	566.970	40.230	(120.885)	(74.274)	2.236.886	2.627.985
Imposto sobre a Renda	740	(1.543)	(1.011.588)	(245.434)	(60.600)	(17.515)	1	-	(8.359)	(958)	(1.079.807)	(265.451)
Participações Estatutárias no Lucro	-	-	(21.255)	(19.405)	(16.019)	(18.725)	-	-	(4.565)	-	(41.839)	(38.130)
Participações de Não Controladores	-	-	(48)	(41)	-	-	-	-	-	-	(48)	132
Lucro (Prejuízo) Líquido	(898.604)	1.140.572	1.246.528	957.427	418.611	325.908	566.971	40.230	(133.809)	(75.232)	1.115.192	2.324.536

(1) Itaú Unibanco S.A. - Agências Grand Cayman, New York, Tokyo e Nassau Branch, ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. - Agência Grand Cayman.
(2) Banco Itaú Argentina S.A., Itaú Asset Management S.A., Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión, Trust Servicios Inmobiliarios S.A.C.I., Itaú Valores S.A., Itaú Chile Holdings Inc., BICSA Holdings LTD., Banco Itaú Chile S.A., Itaú Chile Inversiones, Servicios Y Administración S.A., Itaú BBA Corredor de Bolsa Limitada, Itaú Chile Corredora de Seguros Ltda., Itaú Chile Administradora General de Fondos S.A., Recuperadora de Créditos Ltda, Itaú Chile Companhia de Seguros de Vida S.A., ACO Ltda., Banco Itaú Uruguay S.A., OCA S.A., Unión Capital AFAP S.A., Banco Itaú Paraguay, Itaú BBA México S.A (nova denominação da Tajates Unsoluciones S. A. de Capital Variable), Proserv - Promociones Y Servicios S. A. de C. V., MCC Asesorias Limitada (Nota 2c), MCC Securities INC. (Nota 2c), MCC Corredora de Bolsa (Nota 2c), Itaú BBA Colombia e Itaú BBA Mexico Casa de Bolsa S.A. de C.V.; apenas em 31/12/2014, Oca Casa Financeira S.A. e Itaú BBA SAS.
(3) IPI - Itaúisa Portugal Investimentos, SGPS Ltda. (49%), Itaúisa Europa - Investimentos, SGPS, Ltda., Itaúisa Portugal - SGPS S.A., Itaú BBA International (Cayman) Ltd., Itaú Europa Luxembourg S.A., Banco Itaú International, Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd., Itaú International Securities Inc., Itaú Bahamas Directors Ltd., Itaú Bahamas Nominees Ltd., Banco Itaú Suisse S.A. e Itaú BBA International plc.
(4) Itaú Bank Ltd., ITB Holding Ltd., Jasper International Investment LLC, Itaú Bank & Trust Cayman Ltd., Uni-Investments Inter. Corp., Itaú Cayman Directors Ltd., Itaú Cayman Nominees Ltd., BIE Cayman Ltd.; apenas em 31/12/2014, UBT Finance S.A. e Fundo ETF IPISA.
(5) Africo Americas Madeira, SGPS Soc. Unipessoal Ltda., IPI - Itaúisa Portugal Investimentos, SGPS Ltda. (51%), Banco Del Paraná S.A., Topaz Holding Ltd., Itaú USA Inc., Itaú BBA USA Securities Inc., Itaú International Investment LLC, Mundostar S.A., Karen International Ltd., Nevada Woods S.A., Albarus S.A., Garnet Corporation, Itaú Global Asset Management, Itaú USA Securities Ltd., Itaú Middle East Limited, Itaú Asia Asset Management Inc., Itaú BBA UK Securities Limited, Itaú Japan Asset Management Ltd., Itaú UK Asset Management Limited, Itaú Singapore Securities Pte. Ltd.
(6) Os dados do consolidado no exterior apresentam saldos líquidos das eliminações de consolidação.

Nota 21 – Gerenciamento de Riscos e Capital

O gerenciamento de riscos e capital é considerado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valor para os acionistas.

O gerenciamento de riscos no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO;
- A carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Atendendo à Resolução nº 3.988, do Conselho Monetário Nacional (CMN), à Circular BACEN nº 3.547 e à Carta-Circular BACEN nº 3.565 ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital. O Conselho de Administração é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP, processo que visa a avaliar a adequação do capital ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO através da identificação dos riscos materiais; da definição da necessidade de capital adicional para os riscos materiais e das metodologias internas de quantificação de capital; da elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse; e da estruturação do plano de contingência de capital. Além disso, o ITAÚ

Notas Explicativas

UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO faz uso do exercício de teste de estresse como ferramenta de avaliação interna da adequação de capital.

O resultado do último ICAAP – realizado com data-base dezembro de 2014 – apontou que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está de acordo com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional e de subscrição é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. Esta estrutura independente também é responsável por centralizar o gerenciamento de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho e aos Executivos uma visão global das exposições do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO aos riscos bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza sistemas de informática proprietários para completo atendimento aos regulamentos de reserva de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos – Pilar 3, que não faz parte das demonstrações contábeis.

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464, do CMN e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações financeiras, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados e o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente e os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Notas Explicativas

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O tema *hedge* contábil é tratado em detalhe nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco, componentes primários do mercado na formação dos preços.

Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e commodities.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e commodities. Os índices de inflação são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais

Notas Explicativas

como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de risco e limites adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

Em 31 de Dezembro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apresentou um *VaR* Total de R\$ 204,0 milhões (R\$ 193,1 milhões em 31 de Dezembro de 2014).

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO garante a sincronização das ações de crédito.

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso, definindo o volume de provisionamento regulatório.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30 de Abril de 2009, do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovados pelo seu Conselho de Administração, aplicáveis às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

Notas Explicativas

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito.

III- Risco Operacional

Para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO o risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

A estrutura de gerenciamento busca identificar, priorizar e gerenciar os possíveis riscos operacionais, monitorar e reportar as atividades de gestão com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento, existem fóruns específicos para tratar o assunto de risco operacional, controles internos e *compliance* onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser acessada no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco Operacional.

IV- Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez.

V- Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO entende que os principais riscos inerentes a esses produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;

Notas Explicativas

- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuárias;
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros;
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização;
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuárias.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas e focando nas especificidades de cada risco, conforme diretrizes estabelecidas pelo ITAU UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Nota 22 – Informações Suplementares

a) **Política de Seguros** - O ITAU UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, apesar de possuírem reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

b) **Moedas Estrangeiras** - Os saldos patrimoniais, em reais, vinculados a moedas estrangeiras eram:

	31/12/2015	31/12/2014
Investimentos Permanentes no Exterior	67.297.058	43.354.715
Saldo Líquido dos Demais Ativos e Passivos Indexados em Moeda Estrangeira, Inclusive Derivativos	(110.506.272)	(70.332.835)
Posição Cambial Líquida	(43.209.214)	(26.978.120)

A posição cambial líquida, considerados os efeitos fiscais sobre os resultados do saldo líquido dos demais ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, reflete a baixa exposição às flutuações cambiais.

c) **Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas** - O ITAU UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, por meio de suas controladas, administra Fundos de Privatização, de Renda Fixa, de Ações, de Ações Carteira Livre, Clubes de Investimentos e Carteira de Clientes e do Grupo, no Brasil e no exterior, classificados em contas de compensação, distribuídos conforme segue:

	Valor		Valor (*)		Quantidade de Fundos	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de Investimento	570.013.716	479.738.249	570.013.716	479.738.249	2.227	2.233
Renda Fixa	536.825.667	445.180.059	536.825.667	445.180.059	1.866	1.850
Ações	33.188.049	34.558.190	33.188.049	34.558.190	361	383
Carteiras Administradas	267.929.761	271.594.436	195.088.151	188.777.838	16.255	15.275
Clientes	147.717.083	137.805.777	110.020.237	90.974.991	16.191	15.208
Grupo Itaú	120.212.678	133.788.659	85.067.914	97.802.847	64	67
TOTAL	837.943.477	751.332.685	765.101.867	668.516.087	18.482	17.508

(*) Refere-se à distribuição após eliminação da dupla contagem relativa às aplicações das carteiras administradas em fundos de investimento.

Notas Explicativas**d) Recursos de Consórcios**

	31/12/2015	31/12/2014
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	162.058	144.701
Obrigações do Grupo por Contribuições	11.796.178	10.918.672
Consortiados - Bens a Contemplar	10.365.397	9.922.420
Créditos à Disposição de Consorciados	1.545.852	1.235.265
(Em unidades)		
Quantidade de Grupos Administrados	761	834
Quantidade de Consortiados Ativos	414.950	401.653
Quantidade de Bens a Entregar a Consortiados	182.996	205.414

- e) Fundação Itaú Social** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas são os principais mantenedores da Fundação Itaú Social, que tem por objetivos: 1) gerir o “Programa Itaú Social”, que visa a sistematizar a atuação em projetos de interesse da comunidade, apoiando ou desenvolvendo projetos sociais científicos e culturais, prioritariamente nas áreas de ensino fundamental e saúde; 2) apoiar projetos ou iniciativas em curso, sustentados ou patrocinados por entidades habilitadas no “Programa Itaú Social”.

Durante o período de 01/01 a 31/12/2015 e 01/01 a 31/12/2014 as empresas consolidadas não efetuaram doações, sendo que o patrimônio social da Fundação, atingiu R\$ 2.384.928 (R\$ 2.934.150 em 31/12/2014). A rentabilidade gerada pelos recursos aplicados será utilizada para viabilização dos seus objetivos.

- f) Instituto Itaú Cultural – IIC** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas são os mantenedores do Instituto Itaú Cultural - IIC, entidade destinada ao incentivo, promoção e preservação do patrimônio cultural do País. Durante o período, as empresas consolidadas efetuaram doações ao IIC no montante de R\$ 83.000 (R\$ 77.500 de 01/01 a 31/12/2014).

- g) Instituto Unibanco** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas são os mantenedores do Instituto Unibanco, entidade que tem por objeto apoiar projetos voltados para assistência social, em especial, a educação, a cultura, a promoção à integração ao mercado de trabalho e a defesa do meio ambiente, diretamente e/ou complementarmente por meio de instituições da sociedade civil.

- h) Instituto Unibanco de Cinema** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas são os mantenedores do Instituto Unibanco de Cinema, entidade que tem por objeto (i) a promoção da cultura em geral; e (ii) permitir o acesso da população de baixa renda a produções cinematográficas, videográficas e afins, sendo que para tanto deverá realizar a manutenção de cinemas próprios ou sob sua administração e cines-clubes para exibição de filmes, vídeo, disco-vídeo-laser e outras atividades correlatas à sua função, bem como exibir e divulgar o cinema em ampla acepção, sobretudo os de produção brasileira.

- i) Associação Itaú Viver Mais** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas são os mantenedores da Associação Itaú Viver Mais entidade que tem por objeto prestar serviços assistenciais, com vistas ao bem estar dos Beneficiários, na forma e condições estabelecidas pelo seu Regulamento Interno e de acordo com os recursos de que dispuser. Tais serviços poderão abranger, dentre outros, a promoção de atividades culturais, educacionais, esportivas, de lazer e saúde. No período de 01/01 a 31/12/2015, as empresas consolidadas efetuaram doações a Associação Itaú Viver Mais no montante de R\$ 1.435 (R\$ 800 de 01/01 a 31/12/2014).

- j) Instituto Assistencial Pedro di Perna** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas são os mantenedores do Instituto Assistencial Pedro di Perna, entidade que tem por objetivo prestar serviços assistenciais, estimular a prática de desportos e promover recreações, com vista ao bem estar dos seus associados, na forma e condições estabelecidas pelo seu Regimento Interno e de acordo com os recursos de que dispuser.

Notas Explicativas**k) Exclusão dos Efeitos não Recorrentes Líquidos dos Efeitos Fiscais - ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO**

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Majoração da Alíquota da Contribuição Social (Nota 14b IV)	3.988.253	-
Provisão Complementar para Créditos de Liquidação Duvidosa ^(*)	(2.793.110)	(667.800)
Provisão para Contingências - Fiscais e Previdenciárias (Notas 12b e 15a I)	(559.748)	-
Alteração do Tratamento Contábil de Arrendamento Mercantil Financeiro (Nota 4i)	(519.999)	-
Fundo Previdenciário (Nota 19)	(129.946)	-
Amortização de Ágios (Nota 15b II)	(162.184)	(176.985)
Provisão para Contingências - Ações Cíveis	(136.644)	(125.918)
Redução ao Valor Recuperável	(50.136)	(8.546)
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos (Notas 12e e 12f)	36.823	(25.294)
COFINS / Provisão para Perdas sobre Prejuízo Fiscal - Porto Seguro (Nota 15a II)	-	(59.515)
Decisão Favorável na tese de alargamento da base de cálculo de PIS/COFINS do IRB (Nota 15a II)	-	61.635
Majoração da Alíquota - Porto Seguro S.A	16.974	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Credicard	-	(36.713)
Ganho na alienação da Operação de Seguros de Grandes Riscos (Nota 2c)	-	736.017
Aprimoramento do Modelo de Provisionamento de Ações Trabalhistas (Nota 12)	-	(74.041)
Outros	(162.938)	-
Total	(472.655)	(377.160)

(*) Constituição de provisão complementar à mínima requerida pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

- l) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional -**
Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24/02/2005, do CMN, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

m) Evento Subsequente

Em 21 de janeiro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander S.A. e a Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma Gestora de Inteligência de Crédito (GIC) que possibilitará maior eficiência na gestão e concessão de linhas de crédito numa perspectiva de médio e longo prazos.

A GIC será estruturada como uma sociedade anônima e seu controle será compartilhado entre as partes, sendo que cada uma delas deterá 20% de seu capital social.

A criação da GIC está sujeita à celebração de contratos definitivos entre as partes, bem como ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas - IFRS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 para Contas Patrimoniais e

De 01/01 a 31/12 de 2015, 2014 e 2013 para Contas de Resultado

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. No Brasil, atendemos aos clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"); no exterior, por intermédio de agências em Nova Iorque, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, Chile, Estados Unidos (Nova Iorque e Miami), Europa (Lisboa, Londres, Luxemburgo e Suíça), Ilhas Cayman, Paraguai, Uruguai e Colômbia.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em três segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco de Varejo, que engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas); (2) Banco de Atacado, que compreende os produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como as atividades de banco de investimento, além das atividades das unidades da América Latina e (3) Atividades com Mercado + Corporação que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital, de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01 de Fevereiro de 2016.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as práticas contábeis internacionais ("IFRS"), conforme aprovado pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB").

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC").

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas durante o período, decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de

Notas Explicativas

financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2015

- IAS 19 – Benefícios aos Empregados – A entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Não há impactos dessa alteração, uma vez que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já considera estes procedimentos.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 16 – Arrendamentos – O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IAS 12 – Impostos sobre a Renda – A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – O pronunciamento visa a substituir a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de operação em conjunto que constitui um negócio.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*) - As alterações referem a uma

Notas Explicativas

inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Ventures*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

- Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 – Benefícios aos Empregados e a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com as IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por redução ao valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por redução ao valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente

Notas Explicativas

pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4g VIII). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes. Em 2015 e em 2014, não houve aprimoramento de premissas de modelos.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII. O detalhamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa está na Nota 12b.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação na Nota 2.4n, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27.

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pela IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

O detalhamento sobre o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apreamento dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

As principais premissas para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

Notas Explicativas

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O detalhamento das Provisões, Contingências e Outros Compromissos está apresentado na Nota 32.

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis

a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustado ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da Administração. São submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos e, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

Anteriormente a 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava nas Demonstrações Contábeis Consolidadas suas subsidiárias, de acordo com a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas, e suas entidades de propósito específico, de acordo com a SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósitos Específicos. A partir desta data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que substituiu a IAS 27 e a SIC 12.

De acordo com a IFRS 10, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

Notas Explicativas

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou seus investimentos, em 1º de janeiro de 2013, a fim de determinar se as conclusões a respeito de consolidação de acordo com a IFRS 10 diferem das conclusões de acordo com a IAS 27 e SIC 12. A aplicação da norma não acarretou impactos relevantes.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/12/2015 e 31/12/2014:

	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Banco Itaú Chile	Chile	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BMG Consignado S.A.	(Nota 3b) Brasil	Instituição Financeira	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Suisse S.A.	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BMG Seguradora S.A.	(Nota 3a) Brasil	Seguros	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	(*) Brasil	Sociedade de Crédito	-	100,00%	-	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A. - REDE	Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(*) Empresa incorporada em 31/01/2015 pelo Itaú Unibanco S.A. e Itaú BBA Participações S.A.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a FIC - Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com a IFRS 3 somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com a IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4k. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

Notas Explicativas

III - Transações Junto a Acionistas não Controladores

A IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto na IAS 21.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II - Transações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante do Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Depósitos Compulsórios no Banco Central

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

Notas Explicativas

f) Vendas com Compromisso de Recompra e Compras com Compromisso de Revenda

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com a IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação;
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo;
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda;
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento;
- Empréstimos e Recebíveis;
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central (Nota 2.4d), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4e), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IAS 39. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado

Notas Explicativas

com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I- Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos. As receitas e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas nas rubricas Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

II- Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados, irrevogavelmente, a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). De acordo com a IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos dessa categoria têm o mesmo tratamento contábil daqueles apresentados na categoria Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação.

III- Derivativos

Os derivativos são inicialmente, na data em que os contratos são firmados, e subsequentemente, reconhecidos a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item *hedgeado*, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios da IAS 39, são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com a IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;

Notas Explicativas

- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam, em última análise, afetar o resultado;
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos;
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

A IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado;
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

Notas Explicativas

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

IV- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com a IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do Balanço Patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável e, no caso de instrumentos de patrimônio um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do Resultado Abrangente Acumulado.

Tanto a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros disponíveis para a venda quanto a reversão dessa perda são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado.

V- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com a IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Tanto a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, quanto a reversão do montante dessa perda, são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI- Operações de Crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação, e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII- Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VIII- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa

Notas Explicativas

adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificada. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de

Notas Explicativas

cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAU UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de *default*) inadimplência quanto para estimar a LGD (perda dado o *default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de *back-testing*, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes

Notas Explicativas

características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda)** - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, *Write-off* e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

IX- Outros Ativos Financeiros

São inicialmente reconhecidos a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Sua composição está apresentada na Nota 20a.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado em Despesa de Juros e Rendimentos.

Notas Explicativas

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 17);
- Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4f);
- Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a);
- Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b);
- Obrigações de Planos de Capitalização;
- Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).

h) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em Conjunto

Até 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos da IAS 31 – Participações em Empreendimentos em Conjunto. A partir desta data, adotou a IFRS 11 – Negócios em Conjunto, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou a natureza de seus negócios em conjunto e concluiu que possui tanto operações em conjunto quanto *joint ventures*. Para as operações em conjunto não houve alteração do tratamento contábil. Já para as *joint ventures*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a nova política para participações em *joint ventures* de acordo com as determinações de transição da IFRS 11.

Os efeitos da adoção da IFRS 11, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Notas Explicativas

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

i) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado e aqueles em que detém substancialmente os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. As despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

j) Imobilizado

De acordo com a IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

k) Ágio

De acordo com a IFRS 3 (R) – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido na IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

Notas Explicativas

A IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36, perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pela IAS 38 – Ativos Intangíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 16.

m) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição

Notas Explicativas

para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho / perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	31/12/2015
Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social ^(*)	20,00%

() Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.*

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, cujos efeitos iniciaram a partir de 01/01/2015, uma vez que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não exerceu a opção da antecipação dos efeitos conforme artigos 75 e 96. Dentre outros assuntos, a referida Lei dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.638/07, alterada pela Lei nº 11.941/09;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

A referida lei não acarretou efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

o) Contratos de Seguros e Previdência Privada

A IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

Quando da adoção inicial das IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (“BRGAAP”).

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pela IFRS 4, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Notas Explicativas

Esses contratos podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Segundo a IFRS 4, um contrato de seguro é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Notas Explicativas

Derivativos Embutidos

Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos da IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

A IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada imediatamente no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

p) Planos de Capitalização

Para fins regulatórios, no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo a IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo a IAS 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

q) Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com a IAS 19 (R1)– Benefícios aos Empregados.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão. São reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais resultantes da não aderência das premissas estabelecidas na última avaliação em relação ao efetivamente realizado, ou mudanças em tais premissas, são reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes, no período em que ocorrem.

r) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com a IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) Garantias Financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Notas Explicativas

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

v) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Pagamento Baseado em Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

w) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Notas Explicativas

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 21.

x) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As informações de Lucro por Ação estão apresentadas na Nota 28.

y) Receita de Prestação de Serviços

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente e suas receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

z) Informações por Segmento

As informações por segmento são divulgadas de maneira consistente com o relatório interno elaborado para o Comitê Executivo, que é o tomador de decisões operacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

a) Aquisições

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A, assinou contrato de compra e venda e outras avenças com o Banco BTG Pactual S.A. (BTG) para aquisição de 81,94% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (Recovery), correspondente à totalidade da participação do BTG na Recovery, pelo montante de R\$ 640.

Na mesma operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acordou a aquisição de aproximadamente 70% do portfólio de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras de titularidade do BTG, pelo montante de R\$ 570.

Fundada em 2000 na Argentina e presente no Brasil desde 2006, a Recovery é líder de mercado na gestão e administração de portfólios de créditos em atraso. As atividades da Recovery consistem na prospecção e avaliação de portfólios, estruturação de operações e gestão operacional, atuando em todos os segmentos,

Notas Explicativas

desde pessoas físicas até créditos corporativos, com instituições financeiras e não financeiras, e oferecendo um diferencial competitivo aos seus clientes.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias e governamentais necessárias.

A operação não acarretará efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.

Em 21 de outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede), assinou compromisso de compra e venda de ações com a Odebrecht Transport S.A. para aquisição de 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (ConectCar) pelo montante de R\$ 170.

A ConectCar é uma instituidora de arranjos de pagamento próprios e prestadora de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios, combustíveis e estacionamentos, que posiciona-se como a segunda maior empresa do setor e opera atualmente em 12 estados e no Distrito Federal. Foi criada em 2012 como resultado de uma parceria entre a Odebrecht Transport S.A. e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A., que atualmente detém os 50% remanescentes do capital social da ConectCar.

A operação foi aprovada pelo BACEN no dia 23 de dezembro de 2015.

A governança será compartilhada com o grupo Ultra, sendo que a efetiva aquisição e a liquidação financeira ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato.

A operação não acarretará efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Itaú CorpBanca

Em 29 de Janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou acordo (*Transaction Agreement*) com o CorpBanca e seus acionistas controladores (Corp Group) estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

A operação será concretizada por meio de:

- i. Aumento de capital do BIC no valor de US\$ 652 milhões a ser realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ou uma de suas subsidiárias;
- ii. Incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção estimada de 85.420,07 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, de forma que as participações no banco resultante da incorporação, que será denominado Itaú CorpBanca, sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e de 33,13% para o Corp Group; e
- iii. Posterior integração do Itaú BBA Colômbia S.A. às operações do Itaú CorpBanca ou de suas subsidiárias.

O Itaú CorpBanca será controlado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que assinará um acordo de acionistas com o Corp Group no ato de fechamento da operação. Esse acordo de acionistas dará ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ao Corp Group o direito de indicarem membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca de acordo com suas participações no capital social, tendo esse bloco de acionistas a prerrogativa de eleger a maioria dos membros do conselho de administração e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING o direito de eleger a maioria desses membros. Os presidentes dos conselhos de administração do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão indicados pelo Corp Group e seus vice-presidentes pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Os executivos do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão propostos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ratificados pelo conselho de administração do Itaú CorpBanca. O acordo de acionistas também preverá o direito do Corp Group de aprovar, em conjunto com o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, determinadas matérias estratégicas do Itaú CorpBanca e conterá disposições sobre a transferência de ações entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e Corp Group e terceiros.

Foram obtidas as aprovações da fusão pelos acionistas do CorpBanca e do BIC e por todas as autoridades regulatórias competentes no Chile, Brasil, Colômbia e Panamá. Contudo, conforme previsão do aditamento

Notas Explicativas

ao *Transaction Agreement*, celebrado em 02 de junho de 2015, as partes pactuaram que o fechamento da operação ocorrerá até 2 de maio de 2016, quando estarão em condições plenas para o processo de reorganização societária.

Estima-se que a referida operação não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que consolidará o Itaú CorpBanca após o fechamento da operação.

MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda.

Em 13 de março de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. assinou contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. para criar uma aliança no mercado de soluções de pagamento no Brasil.

Os objetivos da operação são (a) ampliar os negócios de emissão e adquirência, principalmente relacionados à nova rede de soluções de pagamento; (b) ter acesso a novas tecnologias de soluções de pagamento; (c) obter importantes ganhos de escala e eficiência; e (d) beneficiar-se da *expertise* da MasterCard na gestão de bandeiras de soluções de pagamento.

A eficácia desta Aliança está sujeita à satisfação de algumas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

MaxiPago

Em 03 de setembro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede) assinou contrato de compra e venda de ações com os controladores da MaxiPago Serviços de Internet S.A., uma empresa de *gateway* – dispositivos de interconexões de rede de pagamento eletrônico móvel.

Na mesma data houve a subscrição e integralização de 13.336 ações (33,33%) e aquisição de 24.174 ações (41,67%), fazendo com que a Rede seja detentora de 43.510 ações ordinárias, que representa 75% do capital social total e votante da MaxiPago.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 08 de janeiro de 2015.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	15
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(4)
(=) Ágio	11

Tecnologia Bancária S.A. (TECBAN) – Novo Acordo de Acionistas

Em 17 de julho de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em conjunto com outras instituições financeiras, assinou novo Acordo de Acionistas, que passou a vigorar a partir da data de fechamento da operação.

Em linha com a tendência mundial de melhores práticas, o acordo prevê que, em aproximadamente 4 anos, as Partes deverão substituir parte de suas redes externas de Terminais de AutoAtendimento (TAA) pela Rede Banco24Horas, gerando eficiência, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes. Além das Partes, cerca de outros 40 bancos são clientes da TECBAN.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 14 de novembro de 2014.

Participações	Atual	Anterior
Ações	935.995.448	974.021.768
%	24,93%	25,94%

Notas Explicativas**MCC Securities e MCC Corredora de Bolsa**

Em 20 de julho de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou contrato de compra e venda de ações com a MCC Inversiones Globales (MCC Inversiones) e a MCC Beneficial Owners (Pessoas Físicas Chilenas), para aquisição em etapas da totalidade das ações da MCC Securities.

Em 01 de agosto de 2011, as partes assinaram um acordo para aquisição em etapas da totalidade das ações da MCC Corredora de Bolsa.

Em 18 de agosto de 2014, assinaram um novo acordo antecipando a aquisição do restante das ações da MCC Securities e da MCC Corredora de Bolsa.

	Atual		Anterior	
	MCC Securities	MCC Corredora	MCC Securities	MCC Corredora
Ações	6.000.000	2.046	3.000.001	1.024
%	100%	100%	50%	50,05%

Com esta operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING confirma sua relevante participação no mercado de *Private Banking* do Chile, passando a consolidar integralmente a MCC Securities e a MCC Corredora de Bolsa em suas Demonstrações Contábeis a partir de 31 de agosto de 2014, data do fechamento da operação.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura e de ativos intangíveis.

	Em milhões de US\$
Preço de Compra	77
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(13)
(-) Marca	(2)
(=) Ágio	62

BMG Seguradora S.A.

Em 25 de junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú BMG Consignado S.A., assinou contrato de compra e venda de ações com os controladores do Banco BMG S.A., para aquisição de 99,996% das ações da BMG Seguradora S.A. representado por 35.292.627 ações pelo montante de R\$ 88.

A BMG Seguradora S.A. assinou acordo de exclusividade com o Banco BMG S.A. e com o Itaú BMG Consignado para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por esses bancos. A aquisição da participação visa ampliar as atividades de seguridade do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 27 de janeiro de 2014.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	88
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(65)
(=) Ágio	23

Notas Explicativas

Citibank N.A. Uruguay Branch

Em 28 de julho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Uruguay S.A. (BIU), assinou contrato com o Citibank N.A. Uruguay Branch, com regras para a aquisição das operações de varejo no Uruguai.

Como resultado desta operação, o BIU assumiu uma carteira de clientes relacionados à operação de varejo (conta corrente, poupança e depósitos a prazo). Os ativos adquiridos envolveram principalmente as operações de cartão de crédito que o Citibank desenvolveu no país sob as bandeiras Visa, Mastercard e Diners.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 31 de dezembro de 2013.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura e de ativos intangíveis.

Em milhões de US\$

Preço de Compra	26
(-) Ativos Intangíveis Amortizáveis	(1)
(=) Ágio	25

Credicard

Em 14 de maio de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaucard S.A., assinou contrato de compra e venda de ações e quotas com o Banco Citibank, para aquisição do Banco Citicard S.A. e da Citifinancial Promotora de Vendas Ltda., incluindo a marca "Credicard", pelo valor de R\$ 2.948. Estas entidades eram responsáveis pela oferta e distribuição de produtos e serviços financeiros da marca "Credicard", principalmente empréstimos pessoais e cartões de crédito.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 20 de dezembro de 2013.

Em função desta operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidou integralmente o Banco Citicard e a Citifinancial Promotora de Vendas em suas Demonstrações Contábeis a partir de dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2014 o Banco Citicard foi incorporado pelo Banco Itaucard S.A.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura e de ativos intangíveis.

Preço de Compra	2.948
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(1.069)
(-) Marca	(27)
(+) Passivo Fiscal Diferido	11
(=) Ágio	1.863

b) Parcerias e Associações

Associação com o Banco BMG S.A.

Em 09 de julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou contrato de Associação com o Banco BMG S.A. (BMG) visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados por meio da constituição de instituição financeira, o Banco Itaú BMG Consignado S.A., no qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detinha o controle com participação de 70% no capital social total e votante e o BMG os 30% remanescentes. O capital social subscrito pelos acionistas foi de R\$ 1.000 na proporção de cada participação.

Notas Explicativas

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING contribuiu com sua capacidade econômico-financeira, experiência administrativa e de controles e o BMG contribuiu com sua competência comercial e operacional, além da plataforma tecnológica necessária ao desenvolvimento das atividades.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 07 de janeiro de 2013.

Em 29 de abril de 2014, foi assinado acordo que estabelece a unificação dos negócios de crédito consignado concentrando as operações no Itaú BMG Consignado. A partir de 25 de julho de 2014 e durante o prazo da associação, o Itaú BMG Consignado é o veículo exclusivo do BMG para a oferta de créditos consignados no território brasileiro, observadas algumas exceções.

Em contrapartida dessa unificação dos negócios, em 25 de julho de 2014 o BMG realizou um aumento de capital do Itaú BMG Consignado, no montante de R\$ 181 e, com isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter 60% de participação no capital social total e votante e o BMG passou a deter os 40% remanescentes. A possibilidade desta unificação já era prevista inicialmente.

A referida operação não acarretou efeitos contábeis relevantes e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuou a consolidar o Itaú BMG Consignado em suas Demonstrações Contábeis.

Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A.

Em 20 de agosto de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. renovou o acordo de cooperação comercial que mantém com a Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A. Esse acordo prevê a exclusividade para a oferta de financiamentos em campanhas promocionais da montadora Fiat para venda de automóveis zero quilômetro e o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

A operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Alienações

Operação de Seguros de Grandes Riscos

Em 04 de julho de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou contrato de compra e venda de ações com a ACE Ina International Holdings Ltd. (ACE), em que se comprometeu a alienar a totalidade de suas participações na Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (ISSC).

A ISSC detinha as operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujos clientes eram médias e grandes empresas com apólices de valores elevados segurados.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, a ACE pagou R\$ 1,5 bilhão ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e às suas subsidiárias, por meio da ISSC. Em 31 de outubro de 2014, a ISSC efetuou a transferência das ações mediante a liquidação financeira por parte da ACE, com atualização do preço da operação considerando a posição do patrimônio líquido na data do fechamento da operação, no valor de R\$ 379.

Esta transação está associada à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de comercialização de seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

As operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estavam classificadas dentro do segmento "Banco Varejo" nas Demonstrações Contábeis.

Via Varejo

Em 01 de outubro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Seguros S.A., recebeu da Via Varejo o valor de R\$ 584 em função da rescisão antecipada dos acordos operacionais relativos à oferta de seguro garantia estendida nas lojas do Ponto Frio e Casas Bahia. O Valor recebido se

Notas Explicativas

refere substancialmente à restituição dos valores desembolsados nos termos contratuais, devidamente corrigidos.

A operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	18.544	17.527
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.022	13.939
Aplicações no Mercado Aberto	51.083	93.852
Total	91.649	125.318

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes de caixa são de R\$ 8.503 (R\$ 9.142 em 31/12/2014) e R\$ 203.321 (R\$ 115.066 em 31/12/2014), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

	31/12/2015	31/12/2014
Não Remunerados	3.790	3.392
Remunerados	62.766	59.714
Total	66.556	63.106

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.769	756	30.525	22.135	946	23.081
Aplicações no Mercado Aberto ^(*)	254.404	-	254.404	208.918	-	208.918
Total	284.173	756	284.929	231.053	946	231.999

(*) O montante de R\$ 9.461 (R\$ 5.945 em 31/12/2014) está dado em garantia de operações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 152.551 (R\$ 88.716 em 31/12/2014) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4f.

Notas Explicativas

Nota 7 - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Fundos de Investimento	1.110	(59)	1.051	870	-	870
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	117.848	(795)	117.053	86.796	(403)	86.393
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	4.672	(241)	4.431	1.894	20	1.914
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	1.140	9	1.149	1.502	38	1.540
Argentina	682	14	696	594	34	628
Chile	36	-	36	132	-	132
Colômbia	77	(5)	72	85	3	88
Estados Unidos	132	-	132	447	1	448
México	3	-	3	3	-	3
Paraguai	68	-	68	128	-	128
Uruguai	40	-	40	41	-	41
Outros	102	-	102	72	-	72
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	40.659	(32)	40.627	42.207	20	42.227
Ações Negociáveis	2.231	(70)	2.161	2.383	(32)	2.351
Certificado de Depósito Bancário	2.583	-	2.583	3.281	-	3.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	1	-	1
Debêntures	4.460	62	4.522	4.203	40	4.243
Euro Bonds e Assemelhados	1.015	(24)	991	1.049	12	1.061
Letras Financeiras	30.367	-	30.367	30.711	-	30.711
Notas Promissórias	-	-	-	577	-	577
Outros	3	-	3	2	-	2
Total ⁽²⁾	165.429	(1.118)	164.311	133.269	(325)	132.944

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$7.384 (R\$ 36.544 em 31/12/2014), b) R\$ 3.541 (R\$ 531 em 31/12/2014), c) R\$ 68 (R\$ 249 em 31/12/2014) e d) R\$ 15 (R\$ 42 em 31/12/2014), totalizando R\$ 11.008 (R\$ 37.366 em 31/12/2014);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	36.045	35.934	53.436	53.451
Sem vencimento	3.341	3.212	3.253	3.220
Até um ano	32.704	32.722	50.183	50.231
Não Circulante	129.384	128.377	79.833	79.493
De um a cinco anos	57.923	57.700	57.278	57.074
De cinco a dez anos	66.148	65.437	16.400	16.279
Após dez anos	5.313	5.240	6.155	6.140
Total	165.429	164.311	133.269	132.944

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 117.128 (R\$ 97.184 em 31/12/2014). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

Notas Explicativas

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	493	13	506
Títulos Públicos - Outros Países	143	(7)	136
Total	636	6	642

	31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	601	25	626
Títulos Públicos - Outros Países	109	(2)	107
Total	710	23	733

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	-	-	468	493
Até um ano	-	-	468	493
Não Circulante	636	642	242	240
De um a cinco anos	636	642	242	240

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Notas Explicativas

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 7.757 (R\$ 3.826 em 31/12/2014) e estava basicamente composto por títulos públicos.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Contratos de Futuros	589.451	(71)	600	529
Compromissos de Compra	189.037	702	624	1.326
<i>Commodities</i>	316	-	-	-
Índices	60.485	702	(6)	696
Mercado Interfinanceiro	88.411	(40)	1	(39)
Moeda Estrangeira	34.228	40	629	669
Títulos	5.508	-	-	-
Outros	89	-	-	-
Compromissos de Venda	400.414	(773)	(24)	(797)
<i>Commodities</i>	158	-	-	-
Índices	73.466	(754)	8	(746)
Mercado Interfinanceiro	190.855	60	-	60
Moeda Estrangeira	129.357	(79)	(32)	(111)
Títulos	6.260	-	-	-
Outros	318	-	-	-
Contratos de Swaps		(8.848)	1.664	(7.184)
Posição Ativa	327.834	4.764	4.383	9.147
<i>Commodities</i>	4	-	-	-
Índices	134.426	(18)	1.050	1.032
Mercado Interfinanceiro	60.888	426	818	1.244
Moeda Estrangeira	14.668	3.068	1.234	4.302
Pós-Fixados	11.491	377	143	520
Prefixados	106.316	911	1.138	2.049
Títulos	25	-	-	-
Outros	16	-	-	-
Posição Passiva	336.682	(13.612)	(2.719)	(16.331)
<i>Commodities</i>	15	-	-	-
Índices	100.826	(2.316)	(311)	(2.627)
Mercado Interfinanceiro	37.889	(233)	(1.167)	(1.400)
Moeda Estrangeira	33.944	(6.084)	(756)	(6.840)
Pós-Fixados	11.195	(155)	(560)	(715)
Prefixados	152.593	(4.795)	70	(4.725)
Títulos	64	(29)	5	(24)
Outros	156	-	-	-
Contratos de Opções	285.405	136	(336)	(200)
De Compra - Posição Comprada	61.880	2.288	1.661	3.949
<i>Commodities</i>	481	25	(11)	14
Índices	5.505	66	(25)	41
Mercado Interfinanceiro	5.116	15	6	21
Moeda Estrangeira	44.802	2.073	1.474	3.547
Prefixados	6	-	-	-
Títulos	5.872	101	208	309
Outros	98	8	9	17
De Venda - Posição Comprada	85.099	1.481	153	1.634
<i>Commodities</i>	159	9	12	21
Índices	27.824	133	16	149
Mercado Interfinanceiro	12.347	16	(16)	-
Moeda Estrangeira	36.526	1.024	(557)	467
Prefixados	179	8	(1)	7
Títulos	8.015	291	698	989
Outros	49	-	1	1
De Compra - Posição Vendida	58.929	(2.020)	(2.141)	(4.161)
<i>Commodities</i>	249	(6)	-	(6)
Índices	5.418	(66)	21	(45)
Mercado Interfinanceiro	5.146	(21)	(30)	(51)
Moeda Estrangeira	42.750	(1.864)	(1.902)	(3.766)
Prefixados	112	-	-	-
Títulos	5.156	(55)	(221)	(276)
Outros	98	(8)	(9)	(17)
De Venda - Posição Vendida	79.497	(1.613)	(9)	(1.622)
<i>Commodities</i>	290	(22)	(39)	(61)
Índices	30.277	(158)	(23)	(181)
Mercado Interfinanceiro	7.694	(10)	10	-
Moeda Estrangeira	33.751	(1.147)	740	(407)
Prefixados	22	(1)	-	(1)
Títulos	7.414	(275)	(696)	(971)
Outros	49	-	(1)	(1)

Notas Explicativas

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Contratos a Termo	40.227	2.253	80	2.333
Compras a Receber	516	636	-	636
Moeda Estrangeira	-	1	-	1
Pós-Fixados	354	353	-	353
Prefixados	154	273	-	273
Títulos	8	9	-	9
Obrigações por Compra a Pagar	-	(508)	-	(508)
Pós-Fixados	-	(353)	-	(353)
Prefixados	-	(154)	-	(154)
Títulos	-	(1)	-	(1)
Vendas a Receber	23.208	2.448	82	2.530
Mercado Interfinanceiro	20.697	-	73	73
Pós-Fixados	164	164	-	164
Prefixados	153	157	-	157
Títulos	2.194	2.127	9	2.136
Obrigações por Venda a Entregar	16.503	(323)	(2)	(325)
Mercado Interfinanceiro	16.503	-	(3)	(3)
Moeda Estrangeira	-	(2)	-	(2)
Pós-Fixados	-	(164)	1	(163)
Prefixados	-	(157)	-	(157)
Derivativos de Crédito	12.662	58	(319)	(261)
Posição Ativa	4.605	353	261	614
Moeda Estrangeira	3.625	353	212	565
Títulos	788	-	45	45
Outros	192	-	4	4
Posição Passiva	8.057	(295)	(580)	(875)
Moeda Estrangeira	4.360	(290)	(267)	(557)
Prefixados	547	(6)	(3)	(9)
Títulos	2.763	1	(275)	(274)
Outros	387	-	(35)	(35)
Forwards	148.477	203	85	288
Posição Ativa	71.227	3.285	145	3.430
Commodities	419	47	-	47
Índices	22	1	-	1
Moeda Estrangeira	70.786	3.237	145	3.382
Posição Passiva	77.250	(3.082)	(60)	(3.142)
Commodities	152	(13)	2	(11)
Índices	77	(3)	-	(3)
Moeda Estrangeira	77.020	(3.066)	(62)	(3.128)
Títulos	1	-	-	-
Verificação de Swap	2.817	(330)	140	(190)
Posição Ativa	1.697	199	156	355
Mercado Interfinanceiro	591	-	-	-
Moeda Estrangeira	1.106	199	156	355
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	1.120	(529)	(16)	(545)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	16.651	117	252	369
Posição Ativa	15.508	2.964	967	3.931
Moeda Estrangeira	10.468	2.883	588	3.471
Prefixados	1.464	71	63	134
Títulos	3.113	10	279	289
Outros	463	-	37	37
Posição Passiva	1.143	(2.847)	(715)	(3.562)
Moeda Estrangeira	283	(2.847)	(687)	(3.534)
Títulos	743	-	(25)	(25)
Outros	117	-	(3)	(3)
	Ativo	18.347	8.408	26.755
	Passivo	(24.829)	(6.242)	(31.071)
	Total	(6.482)	2.166	(4.316)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2015
Contrato de Futuros	152.087	138.545	74.365	224.454	589.451
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	10.654	39.702	46.157	226.557	323.070
Contratos de Opções	93.587	123.391	40.860	27.567	285.405
Contratos a Termo	6.591	22.349	10.118	1.169	40.227
Derivativos de Crédito	-	1.436	428	10.798	12.662
Forwards	43.651	70.688	23.365	10.773	148.477
Verificação de Swap	-	-	-	1.697	1.697
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1.550	3.254	502	11.345	16.651

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Contratos de Futuros	331.022	(375)	21	(354)
Compromissos de Compra	97.931	(694)	48	(646)
Commodities	157	-	-	-
Índices	43.126	(624)	(9)	(633)
Mercado Interfinanceiro	29.994	49	-	49
Moeda Estrangeira	17.797	(119)	57	(62)
Prefixados	41	-	-	-
Títulos	6.811	-	-	-
Outros	5	-	-	-
Compromissos de Venda	233.091	319	(27)	292
Commodities	341	-	-	-
Índices	19.289	311	5	316
Mercado Interfinanceiro	82.595	(117)	1	(116)
Moeda Estrangeira	123.068	125	(33)	92
Títulos	7.798	-	-	-
Contratos de Swaps		(5.132)	414	(4.718)
Posição Ativa	270.219	4.011	805	4.816
Índices	103.921	588	137	725
Mercado Interfinanceiro	68.534	345	456	801
Moeda Estrangeira	12.057	1.323	70	1.393
Pós-Fixados	3.763	115	77	192
Prefixados	81.917	1.640	65	1.705
Títulos	16	-	-	-
Outros	11	-	-	-
Posição Passiva	275.351	(9.143)	(391)	(9.534)
Commodities	25	-	-	-
Índices	72.197	(2.510)	39	(2.471)
Mercado Interfinanceiro	51.284	(71)	(601)	(672)
Moeda Estrangeira	24.796	(2.359)	155	(2.204)
Pós-Fixados	5.665	(74)	(129)	(203)
Prefixados	121.048	(4.065)	131	(3.934)
Títulos	88	(41)	12	(29)
Outros	248	(23)	2	(21)
Contratos de Opções	503.836	(93)	(92)	(185)
De Compra - Posição Comprada	88.641	1.120	853	1.973
Commodities	614	17	(2)	15
Índices	35.438	102	(22)	80
Mercado Interfinanceiro	12.430	48	34	82
Moeda Estrangeira	36.918	898	566	1.464
Pós-Fixados	8	-	-	-
Prefixados	2	-	-	-
Títulos	3.153	49	268	317
Outros	78	6	9	15
De Venda - Posição Comprada	142.059	1.049	(150)	899
Commodities	176	6	7	13
Índices	77.500	163	(1)	162
Mercado Interfinanceiro	23.359	44	(42)	2
Moeda Estrangeira	30.936	625	(419)	206
Pós-Fixados	163	1	(1)	-
Prefixados	114	5	-	5
Títulos	9.778	205	305	510
Outros	33	-	1	1
De Compra - Posição Vendida	88.218	(1.136)	(910)	(2.046)
Commodities	433	(8)	(1)	(9)
Índices	38.388	(73)	(15)	(88)
Mercado Interfinanceiro	7.380	(33)	(31)	(64)
Moeda Estrangeira	34.500	(990)	(579)	(1.569)
Prefixados	68	-	-	-
Títulos	7.371	(26)	(275)	(301)
Outros	78	(6)	(9)	(15)
De Venda - Posição Vendida	184.918	(1.126)	115	(1.011)
Commodities	328	(18)	(25)	(43)
Índices	123.694	(92)	(90)	(182)
Mercado Interfinanceiro	20.849	(24)	23	(1)
Moeda Estrangeira	30.937	(801)	506	(295)
Prefixados	3	-	-	-
Títulos	9.074	(191)	(298)	(489)
Outros	33	-	(1)	(1)

Notas Explicativas

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Contratos a Termo	7.939	1.723	(11)	1.712
Compras a Receber	162	163	1	164
Pós-Fixados	66	65	1	66
Prefixados	94	96	-	96
Títulos	2	2	-	2
Obrigações por Compra a Pagar	-	(162)	-	(162)
Pós-Fixados	-	(65)	-	(65)
Prefixados	-	(95)	-	(95)
Títulos	-	(2)	-	(2)
Vendas a Receber	2.201	2.231	(1)	2.230
Pós-Fixados	122	124	-	124
Prefixados	386	462	-	462
Títulos	1.693	1.645	(1)	1.644
Obrigações por Venda a Entregar	5.576	(509)	(11)	(520)
Mercado Interfinanceiro	5.576	-	(8)	(8)
Pós-Fixados	-	(124)	(2)	(126)
Prefixados	-	(385)	(1)	(386)
Derivativos de Crédito	11.161	25	(82)	(57)
Posição Ativa	6.804	178	(56)	122
Moeda Estrangeira	1.806	118	(68)	50
Prefixados	3.932	59	(28)	31
Títulos	826	1	34	35
Outros	240	-	6	6
Posição Passiva	4.357	(153)	(26)	(179)
Moeda Estrangeira	1.790	(110)	57	(53)
Prefixados	563	(31)	19	(12)
Títulos	1.935	(12)	(101)	(113)
Outros	69	-	(1)	(1)
Forwards	101.874	336	77	413
Posição Ativa	54.432	2.078	28	2.106
Commodities	182	14	1	15
Moeda Estrangeira	54.212	2.061	27	2.088
Títulos	38	3	-	3
Posição Passiva	47.442	(1.742)	49	(1.693)
Commodities	152	(24)	6	(18)
Moeda Estrangeira	47.290	(1.717)	43	(1.674)
Títulos	-	(1)	-	(1)
Verificação de Swap	2.537	(209)	73	(136)
Posição Ativa	1.618	-	93	93
Mercado Interfinanceiro	710	-	-	-
Moeda Estrangeira	908	-	93	93
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	919	(209)	(20)	(229)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	11.276	109	22	131
Posição Ativa	6.817	1.504	249	1.753
Moeda Estrangeira	2.647	1.399	183	1.582
Prefixados	628	42	(26)	16
Títulos	3.454	63	91	154
Outros	88	-	1	1
Posição Passiva	4.459	(1.395)	(227)	(1.622)
Moeda Estrangeira	3.474	(1.395)	(209)	(1.604)
Títulos	766	-	(14)	(14)
Outros	219	-	(4)	(4)
	Ativo	12.334	1.822	14.156
	Passivo	(15.950)	(1.400)	(17.350)
	Total	(3.616)	422	(3.194)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2014
Contrato de Futuros	26.358	119.027	47.279	138.358	331.022
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	13.374	72.365	22.292	158.177	266.208
Contratos de Opções	231.624	203.454	52.421	16.337	503.836
Contratos a Termo	2.325	4.455	838	321	7.939
Derivativos de Crédito	291	2.757	500	7.613	11.161
Forwards	36.297	42.057	16.510	7.010	101.874
Verificação de Swap	-	-	277	1.341	1.618
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	171	868	1.785	8.452	11.276

Notas Explicativas

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2015							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros - BM&FBovespa	529	2,0	639	(155)	(18)	(49)	76	36
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	9.147	34,2	666	224	403	1.513	1.935	4.406
BM&FBOVESPA	662	2,5	17	13	25	104	126	377
Empresas	5.127	19,1	627	29	46	1.037	838	2.550
Instituições Financeiras	2.826	10,6	21	177	325	329	657	1.317
Pessoas Físicas	532	2,0	1	5	7	43	314	162
Contratos de Opções	5.583	20,8	2.413	676	609	715	692	478
BM&FBOVESPA	2.597	9,7	2.074	228	140	113	31	11
Empresas	1.278	4,8	118	147	131	194	412	276
Instituições Financeiras	1.697	6,3	221	300	337	399	249	191
Pessoas Físicas	11	0,0	-	1	1	9	-	-
Contratos a Termo	3.166	11,9	1.204	1.417	538	6	1	-
BM&FBOVESPA	2.218	8,3	368	1.313	530	6	1	-
Empresas	530	2,0	418	104	8	-	-	-
Instituições Financeiras	418	1,6	418	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	614	2,3	-	-	2	2	26	584
Forwards	3.430	12,8	1.030	794	526	434	233	413
BM&FBOVESPA	47	0,2	3	19	7	18	-	-
Empresas	1.453	5,4	177	327	288	294	135	232
Instituições Financeiras	1.927	7,2	850	447	230	121	98	181
Pessoas Físicas	3	0,0	-	1	1	1	-	-
Verificação de Swap - Empresas	355	1,3	-	-	-	-	355	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	3.931	14,7	88	1.269	867	32	112	1.563
Empresas	415	1,6	3	13	14	14	74	297
Instituições Financeiras	3.516	13,1	85	1.256	853	18	38	1.266
Total (*)	26.755	100,0	6.040	4.225	2.927	2.653	3.430	7.480
% por prazo de vencimento			22,6	15,8	10,9	9,9	12,8	28,0

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 15.845 referem-se ao circulante e R\$ 10.910 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2014							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	4.816	34,0	448	150	429	233	643	2.913
BM&FBOVESPA	109	0,8	1	22	12	8	11	55
Empresas	2.961	20,8	278	62	186	125	461	1.849
Instituições Financeiras	1.354	9,6	165	53	38	75	128	895
Pessoas Físicas	392	2,8	4	13	193	25	43	114
Contratos de Opções	2.872	20,2	481	738	384	598	308	363
BM&FBOVESPA	647	4,5	140	246	72	165	23	1
Empresas	613	4,3	37	45	56	143	140	192
Instituições Financeiras	1.611	11,4	304	447	255	290	145	170
Pessoas Físicas	1	-	-	-	1	-	-	-
Contratos a Termo	2.394	16,9	846	832	714	2	-	-
BM&FBOVESPA	1.646	11,6	163	796	685	2	-	-
Empresas	406	2,9	341	36	29	-	-	-
Instituições Financeiras	342	2,4	342	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	122	0,9	-	-	1	6	8	107
Forwards	2.106	14,9	631	519	287	406	149	114
Empresas	914	6,5	101	280	152	195	94	92
Instituições Financeiras	1.190	8,4	530	237	135	211	55	22
Pessoas Físicas	2	-	-	2	-	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	93	0,7	-	-	-	7	-	86
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1.753	12,4	2	16	3	986	69	677
Empresas	211	1,5	1	3	3	10	59	135
Instituições Financeiras	1.542	10,9	1	13	-	976	10	542
Total (*)	14.156	100,0	2.408	2.255	1.818	2.238	1.177	4.260
% por prazo de vencimento			17,0	15,9	12,8	15,8	8,3	30,1

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 8.719 referem-se ao circulante e R\$ 5.437 ao não circulante.

Notas Explicativas

31/12/2015								
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(16.331)	52,6	(783)	(481)	(989)	(1.898)	(2.618)	(9.562)
BM&FBOVESPA	(1.107)	3,6	(9)	(10)	(35)	(145)	(340)	(568)
Empresas	(5.912)	19,0	(703)	(422)	(279)	(953)	(1.339)	(2.216)
Instituições Financeiras	(3.530)	11,4	(60)	(21)	(662)	(644)	(284)	(1.859)
Pessoas Físicas	(5.782)	18,6	(11)	(28)	(13)	(156)	(655)	(4.919)
Contratos de Opções	(5.783)	18,6	(1.460)	(1.285)	(895)	(845)	(805)	(493)
BM&FBOVESPA	(2.365)	7,6	(1.112)	(565)	(510)	(130)	(40)	(8)
Empresas	(661)	2,1	(71)	(45)	(63)	(150)	(144)	(188)
Instituições Financeiras	(2.748)	8,8	(277)	(674)	(321)	(560)	(620)	(296)
Pessoas Físicas	(9)	0,1	-	(1)	(1)	(5)	(1)	(1)
Contratos a Termo	(833)	2,6	(828)	(4)	(1)	-	-	-
BM&FBOVESPA	(5)	0,0	-	(4)	(1)	-	-	-
Empresas	(411)	1,3	(411)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(417)	1,3	(417)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(875)	2,8	-	(9)	(9)	(5)	(105)	(747)
Forwards	(3.142)	10,1	(692)	(727)	(785)	(581)	(233)	(124)
BM&FBOVESPA	(41)	0,1	(8)	(10)	(10)	(13)	-	-
Empresas	(1.948)	6,3	(260)	(478)	(565)	(356)	(179)	(110)
Instituições Financeiras	(1.151)	3,7	(424)	(238)	(210)	(211)	(54)	(14)
Pessoas Físicas	(2)	0,0	-	(1)	-	(1)	-	-
Verificação de Swap - Empresas	(545)	1,8	-	-	-	-	(335)	(210)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.562)	11,5	(87)	(1.267)	(857)	(19)	(8)	(1.324)
Empresas	(817)	2,6	(1)	(3)	(6)	(4)	(8)	(795)
Instituições Financeiras	(2.745)	8,9	(86)	(1.264)	(851)	(15)	-	(529)
Total (*)	(31.071)	100,0	(3.850)	(3.773)	(3.536)	(3.348)	(4.104)	(12.460)
% por prazo de vencimento			12,4	12,1	11,4	10,8	13,2	40,1

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (14.507) referem-se ao circulante e R\$ (16.564) ao não circulante.

31/12/2014								
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contrato de Futuros - BM&FBOVESPA	(354)	2,0	29	150	(192)	(207)	(63)	(71)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(9.534)	55,0	(241)	(335)	(706)	(720)	(778)	(6.754)
BM&FBOVESPA	(367)	2,1	(2)	(20)	(144)	(8)	(15)	(178)
Empresas	(3.825)	22,1	(209)	(247)	(355)	(536)	(520)	(1.958)
Instituições Financeiras	(1.552)	9,0	(27)	(40)	(47)	(161)	(155)	(1.122)
Pessoas Físicas	(3.790)	21,8	(3)	(28)	(160)	(15)	(88)	(3.496)
Contratos de Opções	(3.057)	17,6	(431)	(761)	(534)	(558)	(353)	(420)
BM&FBOVESPA	(545)	3,1	(121)	(194)	(127)	(60)	(43)	-
Empresas	(378)	2,2	(9)	(27)	(19)	(55)	(100)	(168)
Instituições Financeiras	(2.133)	12,3	(300)	(540)	(388)	(443)	(210)	(252)
Pessoas Físicas	(1)	-	(1)	-	-	-	-	-
Contratos a Termo	(682)	4,0	(681)	(1)	-	-	-	-
BM&FBOVESPA	(8)	0,1	(7)	(1)	-	-	-	-
Empresas	(332)	1,9	(332)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(342)	2,0	(342)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	(179)	1,1	-	(1)	-	(14)	(39)	(125)
Empresas	(13)	0,1	-	-	-	(13)	-	-
Instituições Financeiras	(166)	1,0	-	(1)	-	(1)	(39)	(125)
Forwards	(1.693)	9,7	(404)	(472)	(352)	(343)	(78)	(44)
Empresas	(867)	5,0	(146)	(272)	(139)	(214)	(62)	(34)
Instituições Financeiras	(823)	4,7	(258)	(199)	(211)	(129)	(16)	(10)
Pessoas Físicas	(3)	-	-	(1)	(2)	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	(229)	1,3	-	-	-	(36)	-	(193)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.622)	9,3	-	-	(1)	(1.002)	(17)	(602)
Empresas	(278)	1,6	-	-	(1)	(2)	(7)	(268)
Instituições Financeiras	(1.344)	7,7	-	-	-	(1.000)	(10)	(334)
Total (*)	(17.350)	100,0	(1.728)	(1.420)	(1.785)	(2.880)	(1.328)	(8.209)
% por prazo de vencimento			10,0	8,2	10,3	16,6	7,7	47,3

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (7.813) referem-se ao circulante e R\$ (9.537) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do

Notas Explicativas

contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

31/12/2015					
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Instrumento	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Risco	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Entidade	8.799	1.781	3.301	3.717	-

31/12/2014					
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	6.829	1.578	2.341	2.644	266
TRS	1.671	1.671	-	-	-
Total por Instrumento	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Total por Risco	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Total por Entidade	8.500	3.249	2.341	2.644	266

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

Notas Explicativas

31/12/2015			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(8.799)	3.863	(4.936)
Total	(8.799)	3.863	(4.936)

31/12/2014			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(6.829)	2.661	(4.168)
TRS	(1.671)	-	(1.671)
Total	(8.500)	2.661	(5.839)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2015						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	254.404	-	254.404	(2.569)	-	251.835
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.755	-	26.755	(8.150)	-	18.605

31/12/2014						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	208.918	-	208.918	-	-	208.918
Instrumentos Financeiros Derivativos	15.039	(883)	14.156	(4.059)	-	10.097

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2015						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	336.643	-	336.643	(22.158)	-	314.485
Instrumentos Financeiros Derivativos	31.071	-	31.071	(8.150)	(24)	22.897

31/12/2014						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	288.683	-	288.683	(14.382)	-	274.301
Instrumentos Financeiros Derivativos	17.350	-	17.350	(4.059)	(55)	13.236

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Notas Explicativas

Nota 9 – *Hedge* Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de recebimentos e pagamentos de juros e a exposição a taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros, negociados na BM&FBOVESPA e na bolsa de Chicago, relativos a certos ativos e passivos pós-fixados, denominados em Reais e em dólares, futuros de Euro Dólar e swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominados em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias, contratos de Futuro DDI, negociados na BM&FBOVESPA e contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*), negociados em mercado balcão, relativos a transações previstas altamente prováveis não contabilizadas.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros e futuros de Euro Dólar, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Nos contratos de Futuro DDI, NDF e Forward o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e a moeda contratada.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição a taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- *Hedge* de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.
- *Hedge* de transações previstas altamente prováveis: proteger o risco de variação no valor de compromissos assumidos, quando mensurados em reais (moeda funcional), decorrente das variações nas taxas de câmbio.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR.
- *Hedge* de Operações Ativas: proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2008 e 2015. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos / recebidos semestralmente;
- *Hedge* de Transações previstas altamente prováveis: câmbio pago / recebidos em datas futuras.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: juros pagos / recebidos diariamente.
- *Hedge* de Operações Ativas: juros pagos / recebidos mensalmente.

Notas Explicativas

Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (Non Deliverable Forward) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2011 e 2012, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Hedge de valor justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de swaps de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados denominados em unidade de fomento e denominados em euros e dólares americanos, emitidos por subsidiárias no Chile e Londres, respectivamente.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.
- Proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos *percentagem approach* e o *dollar offset*:

- O método *percentagem approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Notas Explicativas

Os relacionamentos de hedge foram designados entre 2012 e 2014, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão entre 2016 e 2030. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

Notas Explicativas

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas segregadas por *Hedge* de fluxo de Caixa, *Hedge* de Investimento no Exterior e *Hedge* de Valor Justo.

a) *Hedge* de Fluxo de Caixa

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuros de Taxa de Juros	2.947	80	793	45
Swap de Taxa de Juros	-	-	66	-
NDF	16	-	-	-
Total	2.963	80	859	45

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Para proteger os fluxos de caixa futuro de transações previstas altamente prováveis, oriundas de acordos contratuais futuros em moeda estrangeira, contra a exposição à taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING negociou contratos de Futuro DDI na BM&FBOVESPA e contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*), negociados em mercado de balcão. Durante o 2º trimestre de 2015 parte do fluxo destes acordos foi realizado e, desta forma, houve a reclassificação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial e inclusão no custo inicial dos ativos relacionados ao Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.

Em 31/12/2015, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 452 (R\$ (213) em 31/12/2014 e R\$ (117) em 31/12/2013).

b) *Hedge* de Investimento Líquido no Exterior

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuro DDI	(11.728)	(6)	(4.641)	25
Forward	669	44	297	22
NDF	2.801	76	1.280	5
Ativos Financeiros	46	-	(14)	-
Total	(8.212)	114	(3.078)	52

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) *Hedge* de Valor Justo

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Swap de Taxa de Juros	(54)	3	(60)	-
Total	(54)	3	(60)	-

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge* :

Estratégias	31/12/2015			31/12/2014		
	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	77.905	43	77.922	53.198	(92)	53.198
<i>Hedge</i> de Ações Preferenciais Resgatáveis	-	-	-	1.044	66	1.044
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	8.200	(90)	8.200	5.578	(15)	5.578
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis	1.125	16	1.125	81	-	83
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	21.927	(427)	12.815	14.764	296	8.858
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	4.346	59	4.346	2.612	40	2.612
<i>Hedge</i> de Captações Estruturadas	781	-	781	531	-	531
<i>Hedge</i> de Operações Alivas	7.405	(263)	7.876	-	-	-
Total	121.689	(662)	113.065	77.808	295	71.904

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 44,65% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge* :

Estratégias	31/12/2015							
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	13.324	28.185	25.779	6.460	1.402	2.755	-	77.905
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	-	8.200	-	-	-	-	-	8.200
<i>Hedge</i> de Transação Prevista Altamente Provável	1.125	-	-	-	-	-	-	1.125
<i>Hedge</i> de Operações Alivas	-	4.627	2.778	-	-	-	-	7.405
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	339	276	474	898	88	447	1.824	4.346
<i>Hedge</i> de Captações Estruturadas	781	-	-	-	-	-	-	781
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	21.927	-	-	-	-	-	-	21.927
Total	37.496	41.288	29.031	7.358	1.490	3.202	1.824	121.689

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Estratégias	31/12/2014							
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	12.542	6.278	14.718	18.082	1.500	78	-	53.198
<i>Hedge</i> de Ações Preferenciais Resgatáveis	1.044	-	-	-	-	-	-	1.044
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	-	-	5.578	-	-	-	-	5.578
<i>Hedge</i> de Transação Prevista Altamente Provável	81	-	-	-	-	-	-	81
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	-	257	209	161	575	382	1.028	2.612
<i>Hedge</i> de Captações Estruturadas	-	531	-	-	-	-	-	531
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	14.764	-	-	-	-	-	-	14.764
Total	28.431	7.066	20.505	18.243	2.075	460	1.028	77.808

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo
Fundos de Investimento	218	-	218	136	5	141
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	19.843	(2.531)	17.312	11.247	(13)	11.234
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	12.702	(906)	11.796	14.791	(400)	14.391
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	9.942	(59)	9.883	8.692	(73)	8.619
Bélgica	-	-	-	57	-	57
Chile	1.409	(2)	1.407	1.128	(9)	1.119
Coréia	1.626	-	1.626	1.782	-	1.782
Dinamarca	2.548	-	2.548	2.699	-	2.699
Espanha	1.060	-	1.060	783	-	783
Estados Unidos	2.028	(6)	2.022	726	-	726
França	-	-	-	131	2	133
Holanda	122	-	122	149	2	151
Itália	-	-	-	70	-	70
Paraguai	955	(43)	912	911	(62)	849
Uruguai	185	(7)	178	249	(6)	243
Outros	9	(1)	8	7	-	7
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	47.380	(544)	46.836	43.917	58	43.975
Ações Negociáveis	706	222	928	1.982	17	1.999
Cédula de Produtor Rural	1.176	(46)	1.130	1.431	(23)	1.408
Certificado de Depósito Bancário	1.576	(3)	1.573	1.281	-	1.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.244	(207)	2.037	2.489	33	2.522
Debêntures	23.153	(318)	22.835	20.187	58	20.245
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	10.180	(68)	10.112	6.672	35	6.707
Letras Financeiras	6.893	(47)	6.846	8.063	(58)	8.005
Notas Promissórias	1.060	(69)	991	1.398	(1)	1.397
Outros	392	(8)	384	414	(3)	411
Total ⁽²⁾	90.085	(4.040)	86.045	78.783	(423)	78.360

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 1.755 (R\$ 10.321 em 31/12/2014), b) R\$ 14.135 (R\$ 2.081 em 31/12/2014), c) R\$ 8 (R\$ 8 em 31/12/2014) e d) R\$ 808 (R\$ 9.840 em 31/12/2014), totalizando R\$ 16.706 (R\$ 22.250 em 31/12/2014);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda para outras categorias de ativos financeiros.

Notas Explicativas

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	22.754	22.923	22.176	22.220
Sem Vencimento	923	1.145	2.118	2.141
Até um ano	21.831	21.778	20.058	20.079
Não Circulante	67.331	63.122	56.607	56.140
De um a cinco anos	35.739	35.098	29.853	29.743
De cinco a dez anos	17.041	15.682	12.779	12.650
Após dez anos	14.551	12.342	13.975	13.747
Total	90.085	86.045	78.783	78.360

Nota 11 - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos de Dívida de Empresas	15.661	13.549
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ⁽¹⁾	14.788	10.304
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	11.721	10.555
Títulos Públicos - Outros Países	15	26
Total ⁽²⁾	42.185	34.434

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram R\$ 9.460 (R\$ 6.102 em 31/12/2014).

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento para outras categorias de ativos financeiros.

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 3.758 (R\$ 2.347 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 486 de 01/01 a 31/12/2013).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	661	980
Até um ano	661	980
Não Circulante	41.524	33.454
De um a cinco anos	14.500	13.609
De cinco a dez anos	18.870	11.582
Após dez anos	8.154	8.263
Total	42.185	34.434

Notas Explicativas**Nota 12 - Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro****a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro**

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas Físicas	187.220	185.953
Cartão de Crédito	58.542	59.321
Crédito Pessoal	28.396	27.953
Crédito Consignado	45.434	40.525
Veículos	20.058	29.047
Crédito Imobiliário	34.790	29.107
Grandes Empresas	139.989	135.928
Micro/Pequenas e Médias Empresas	78.576	79.912
Unidades Externas América Latina	68.463	50.638
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	474.248	452.431
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.844)	(22.392)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	447.404	430.039

Por vencimento	31/12/2015	31/12/2014
Vencidas a partir de 1 dia	15.596	13.074
A vencer até 3 meses	128.389	128.365
A vencer de 3 a 12 meses	111.083	111.092
A vencer acima de um ano	219.180	199.900
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	474.248	452.431

Por Concentração	31/12/2015	31/12/2014
Principal Devedor	4.615	4.032
10 Maiores Devedores	27.173	23.646
20 Maiores Devedores	40.831	35.325
50 Maiores Devedores	63.797	58.180
100 Maiores Devedores	85.167	79.617

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 1.882, R\$ 1.623 e R\$ 1.681 de receita de juros e rendimentos em 31/12/2015, 31/12/2014 e 31/12/2013 respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Notas Explicativas

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2014	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2015
Pessoas Físicas	13.385	-	(11.235)	12.567	14.717
Cartão de Crédito	3.740	-	(4.055)	4.456	4.141
Crédito Pessoal	7.024	-	(5.221)	6.527	8.330
Crédito Consignado	1.107	-	(622)	834	1.319
Veículos	1.469	-	(1.294)	699	874
Crédito Imobiliário	45	-	(43)	51	53
Grandes Empresas	2.899	-	(4.321)	7.537	6.115
Micros / Pequenas e Médias	5.373	-	(3.981)	3.761	5.153
Unidades Externas América Latina	735	-	(528)	652	859
Total	22.392	-	(20.065)	24.517	26.844

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2013	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2014
Pessoas Físicas	13.853	-	(12.668)	12.200	13.385
Cartão de Crédito	2.952	-	(3.784)	4.572	3.740
Crédito Pessoal	6.488	-	(5.150)	5.686	7.024
Crédito Consignado	1.133	-	(429)	403	1.107
Veículos	3.245	-	(3.254)	1.478	1.469
Crédito Imobiliário	35	-	(51)	61	45
Grandes Empresas	1.775	-	(672)	1.796	2.899
Micros / Pequenas e Médias	6.085	-	(4.992)	4.280	5.373
Unidades Externas América Latina	522	-	(343)	556	735
Total	22.235	-	(18.675)	18.832	22.392

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2012	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2013
Pessoas Físicas	14.844	435	(13.541)	12.115	13.853
Cartão de Crédito	2.863	357	(3.513)	3.245	2.952
Crédito Pessoal	6.841	78	(6.247)	5.816	6.488
Crédito Consignado	867	-	(480)	746	1.133
Veículos	4.227	-	(3.263)	2.281	3.245
Crédito Imobiliário	46	-	(38)	27	35
Grandes Empresas	1.356	-	(478)	897	1.775
Micros / Pequenas e Médias	9.091	-	(7.573)	4.567	6.085
Unidades Externas América Latina	422	-	(177)	277	522
Total	25.713	435	(21.769)	17.856	22.235

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	31/12/2015	31/12/2014
Setor Público	2	6
Indústria e Comércio	4.314	4.146
Serviços	6.001	3.682
Setor Primário	922	391
Outros Setores	18	16
Pessoa Física	15.587	14.151
Total	26.844	22.392

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4g VIII).

Notas Explicativas

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/12/2015						31/12/2014					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas ^(*)	11.339	5.528	128.650	587	139.989	6.115	3.749	1.731	132.179	1.168	135.928	2.899
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	11.579	6.587	175.641	8.130	187.220	14.717	9.727	5.641	176.226	7.744	185.953	13.385
Cartão de Crédito	4.072	2.436	54.470	1.705	58.542	4.141	3.332	1.944	55.989	1.796	59.321	3.740
Crédito Pessoal	5.049	3.442	23.347	4.888	28.396	8.330	3.886	2.619	24.067	4.405	27.953	7.024
Crédito Consignado	1.242	227	44.192	1.092	45.434	1.319	626	163	39.899	944	40.525	1.107
Veículos	880	459	19.178	415	20.058	874	1.633	897	27.414	572	29.047	1.469
Crédito Imobiliário	336	23	34.454	30	34.790	53	250	18	28.857	27	29.107	45
Micro / Pequenas e Médias Empresas	3.564	2.545	75.012	2.608	78.576	5.153	3.225	2.640	76.687	2.733	79.912	5.373
Unidades Externas América Latina	675	313	67.788	546	68.463	859	505	267	50.133	468	50.638	735
Total	27.157	14.973	447.091	11.871	474.248	26.844	17.206	10.279	435.225	12.113	452.431	22.392

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.g VIII, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

	31/12/2015		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.075	(794)	2.281
Até 1 ano	3.075	(794)	2.281
Não Circulante	3.402	(1.050)	2.352
Entre 1 e 5 anos	3.172	(1.014)	2.158
Acima de 5 anos	230	(36)	194
Total	6.477	(1.844)	4.633

	31/12/2014		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	4.109	(713)	3.396
Até 1 ano	4.109	(713)	3.396
Não Circulante	4.133	(1.089)	3.044
Entre 1 e 5 anos	3.947	(1.061)	2.886
Acima de 5 anos	186	(28)	158
Total	8.242	(1.802)	6.440

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 176 (R\$ 302 em 31/12/2014).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 31/12/2015 e 31/12/2014:

Notas Explicativas

Natureza da Operação	31/12/2015				31/12/2014			
	Ativo		Passivo ^(*)		Ativo		Passivo ^(*)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Jurídica - Capital de Giro	2.806	2.763	2.805	2.752	1.106	1.106	1.106	1.106
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	2.849	2.849	2.849	2.849	3.439	3.433	3.438	3.418
Total	5.655	5.612	5.654	5.601	4.545	4.539	4.544	4.524

(*) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários.

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 31/12/2015			31/12/2015				Valor de Mercado ^(g)
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.931	(26)	708	2.464	289	2.830
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.561	-	447	1.348	219	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.213	12	674	475	102	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	106	12	-
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	6	(2)	-
Total	-	-	-	-	-	4.399	620	-

	% de participação em 31/12/2014			31/12/2014				31/12/2013	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g)	Resultado de Participações
Associadas									
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.647	7	492	2.357	196	2.988	466
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.232	-	413	1.187	202	-	104
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.016	-	890	445	134	-	12
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	97	36	-	15
Entidades Controladas em Conjunto									
MCC Securities Inc ^(h)	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Outros ^(f)	-	-	-	-	-	4	(3)	-	4
Total	-	-	-	-	-	4.090	565	-	603

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/12/2015 a posição de 30/11/2015 e em 31/12/2014 a posição de 30/11/2014, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 776 em 31/12/2015 e R\$ 791 em 31/12/2014, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 31/12/2015 que corresponde ao ágio.

(d) Anteriormente contabilizado como instrumento financeiro. A partir do 4º trimestre de 2013, após a conclusão do processo de desestatização, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter influência significativa no IRB. Como consequência, a partir desta data, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Em 31/12/2015, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (38,39% capital total e votante); Rias Redbanc S.A. (25% capital total e votante; 20% em 31/12/2014) e Tecnologia Bancária S.A. (24,91% capital total e votante). A empresa Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante) foi liquidada em 30/12/2014.

(f) Em 31/12/2015, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante) e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

(g) Divulgado apenas para as Cias abertas.

(h) Em agosto/14 houve aquisição da totalidade do investimento, Nota 3a.

Em 31/12/2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo as principais Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 240 (R\$ 336 em 31/12/2014 e R\$ 175 em 31/12/2013); IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R\$ 73 (R\$ 46 em 31/12/2014) e BSF Holding S.A. no montante de R\$ 58.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Total de Ativos ^(*)	20.183	17.812	17.131
Total de Passivos ^(*)	11.477	9.917	10.072
Total de Receitas ^(*)	22.083	6.907	3.860
Total de Despesas ^(*)	(20.255)	(5.112)	(2.394)

(*) Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$ 14.690 (R\$ 12.933 em 31/12/2014) referente a Ativos, de R\$ 11.477 (R\$ 9.917 em 31/12/2014) referente a Passivos, de R\$ 20.928 (R\$ 5.852 em 31/12/2014) referente a Receitas e de R\$ (20.254) (R\$ (4.962) em 31/12/2014) referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Notas Explicativas**Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatário****a) Arrendamento Mercantil Financeiro**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 517 (R\$ 804 em 31/12/2014).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	491	394
Até 1 ano	491	394
Não Circulante	26	410
De 1 a 5 anos	26	410
Total de Pagamento Mínimos Futuros	517	804
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	517	804

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ 1.102 de 01/01 a 31/12/2015 (R\$ 1.018 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 933 de 01/01 a 31/12/2013).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	1.267	1.199
Até 1 ano	1.267	1.199
Não Circulante	5.028	4.213
De 1 a 5 anos	4.043	3.539
Mais de 5 anos	985	674
Total de Pagamento Mínimos Futuros	6.295	5.412

Notas Explicativas

Nota 15 - Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2014	2.277	1.011	2.220	1.468	1.116	916	7.419	773	17.200
Aquisições	198	-	6	139	75	141	824	83	1.466
Baixas	-	(6)	(13)	(112)	182	(68)	(533)	(5)	(555)
Variação Cambial	-	3	35	81	6	8	6	6	145
Transferências	(1.681)	-	777	63	422	-	419	-	-
Outros	(2)	-	1	34	-	(22)	82	1	94
Saldo em 31/12/2015	792	1.008	3.026	1.673	1.801	975	8.217	858	18.350
Depreciação									
Saldo em 31/12/2014	-	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Despesa de Depreciação	-	-	(74)	(257)	(129)	(93)	(1.057)	(78)	(1.688)
Baixas	-	-	9	109	(183)	13	489	3	440
Variação Cambial	-	-	(6)	(27)	(2)	1	(7)	(3)	(44)
Outros	-	-	2	(1)	(8)	4	(25)	-	(28)
Saldo em 31/12/2015	-	-	(1.764)	(930)	(841)	(579)	(5.138)	(557)	(9.809)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2015	792	1.008	1.262	743	960	396	3.079	301	8.541

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 59, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2013	948	1.019	2.236	1.283	1.043	925	6.279	725	14.458
Aquisições	1.485	3	11	169	117	74	2.045	62	3.966
Baixas	-	(1)	(6)	(163)	(9)	(89)	(829)	(5)	(1.102)
Variação Cambial	-	-	(7)	22	4	(12)	4	(11)	-
Transferências	(157)	-	-	157	-	-	-	-	-
Outros	1	(10)	(14)	-	(39)	18	(80)	2	(122)
Saldo em 31/12/2014	2.277	1.011	2.220	1.468	1.116	916	7.419	773	17.200
Depreciação									
Saldo em 31/12/2013	-	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Despesa de Depreciação	-	-	(58)	(247)	(85)	(79)	(1.098)	(74)	(1.641)
Baixas	-	-	3	162	2	60	768	4	999
Variação Cambial	-	-	-	1	2	12	(13)	-	2
Outros	-	-	11	(3)	1	(10)	35	2	36
Saldo em 31/12/2014	-	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	9	-	-	9
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2014	2.274	1.011	525	714	597	415	2.881	294	8.711

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 67, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2012	356	1.029	2.237	1.186	872	877	5.480	606	12.643
Aquisições	735	-	22	148	183	66	1.262	118	2.534
Baixas	-	(8)	(13)	(211)	(11)	(15)	(474)	(3)	(735)
Variação Cambial	(7)	-	2	7	4	(3)	9	3	15
Transferências	(136)	-	-	136	-	-	-	-	-
Outros	-	(2)	(12)	17	(5)	-	2	1	1
Saldo em 31/12/2013	948	1.019	2.236	1.283	1.043	925	6.279	725	14.458
Depreciação									
Saldo em 31/12/2012	-	-	(1.607)	(613)	(358)	(417)	(3.664)	(347)	(7.006)
Despesa de Depreciação	-	-	(70)	(235)	(80)	(83)	(987)	(67)	(1.522)
Baixas	-	-	10	209	7	7	430	2	665
Variação Cambial	-	-	-	(2)	3	9	(11)	-	(1)
Outros	-	-	16	(26)	(11)	(3)	2	1	(21)
Saldo em 31/12/2013	-	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2012	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2013	946	1.019	585	616	604	431	2.049	314	6.564

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 1.212, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Aquisições	109	39	410	489	15	1.062
Distratos/ Baixas	(169)	(195)	(134)	(14)	(4)	(516)
Variação Cambial	-	-	109	-	185	294
Outros	(2)	(17)	12	-	(27)	(34)
Saldo em 31/12/2015	1.005	1.409	2.362	3.311	960	9.047
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Despesa de Amortização	(213)	(144)	(358)	(138)	(287)	(1.140)
Distratos/ Baixas	169	144	134	-	-	447
Variação Cambial	-	-	(51)	-	(150)	(201)
Outros	-	7	3	(1)	244	253
Saldo em 31/12/2015	(600)	(330)	(1.190)	(252)	(342)	(2.714)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(4)	-	(4)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	(18)	(2)	-	(18)	-	(38)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2015	387	1.077	1.172	3.041	618	6.295

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 281 realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

Notas Explicativas

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906
Aquisições	109	36	393	651	10	1.199
Baixas	(214)	(104)	(201)	(10)	(300)	(829)
Variação Cambial	-	(2)	(23)	-	43	18
Outros	7	(36)	(43)	-	19	(53)
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)
Despesa de Amortização	(225)	(157)	(324)	(66)	(131)	(903)
Baixas	204	81	201	-	119	605
Variação Cambial	-	-	10	-	(34)	(24)
Outros	-	(5)	63	-	249	307
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(8)	-	(8)
Reversões	-	25	-	-	-	25
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2014	493	1.243	1.047	2.709	642	6.134

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 508, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4i.

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	até 9	até 5	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2012	1.497	1.333	1.736	1.553	688	6.807
Aquisições	195	340	382	820	298	2.035
Baixas	(527)	(83)	(161)	(178)	(1)	(950)
Variação Cambial	-	1	(10)	-	39	30
Outros	-	97	(108)	-	(5)	(16)
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2012	(781)	(178)	(881)	(11)	(264)	(2.115)
Despesa de Amortização	(273)	(137)	(291)	(36)	(74)	(811)
Baixas	519	68	158	-	1	746
Variação Cambial	-	-	14	-	(25)	(11)
Outros	-	(9)	132	-	10	133
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2012	(18)	(3)	-	-	-	(21)
Adições/reconhecimentos	-	(27)	-	(6)	-	(33)
Reversões	-	3	-	-	-	3
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2013	612	1.405	971	2.142	667	5.797

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 760, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4i.

Notas Explicativas**Nota 17 - Depósitos**

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	171.527	59.991	231.518	180.207	65.833	246.040
Depósitos a Prazo	45.994	59.256	105.250	43.136	65.330	108.466
Depósitos Interfinanceiros	14.214	735	14.949	18.622	503	19.125
Depósito de Poupança	111.319	-	111.319	118.449	-	118.449
Depósitos não Remunerados	61.092	-	61.092	48.733	-	48.733
Depósitos à Vista	61.092	-	61.092	48.733	-	48.733
Total	232.619	59.991	292.610	228.940	65.833	294.773

Nota 18 - Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Notas Estruturadas		
Ações	57	73
Títulos de Dívida	355	447
Total	412	520

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2015 e 31/12/2014.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante - Até um ano	34	220
Não Circulante	378	300
De um a cinco anos	364	122
De cinco a dez anos	5	149
Após dez anos	9	29
Total	412	520

Notas Explicativas

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	181.198	155.445	336.643	152.093	136.590	288.683
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios ^(*)	64.955	155.445	220.400	76.343	136.590	212.933
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	116.243	-	116.243	75.750	-	75.750
Interbancário	80.547	76.339	156.886	68.818	53.768	122.586
Letras Hipotecárias	31	108	139	32	111	143
Letras de Crédito Imobiliário	12.441	2.011	14.452	10.395	437	10.832
Letras de Crédito do Agronegócio	6.695	7.080	13.775	5.229	2.582	7.811
Letras Financeiras	3.860	14.636	18.496	6.284	4.361	10.645
Financiamento à Importação e à Exportação	45.633	19.933	65.566	27.916	15.465	43.381
Repasse no País	11.884	26.920	38.804	18.942	26.288	45.230
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	3	5.651	5.654	20	4.524	4.544

(*) Inclui R\$ 152.215 (R\$ 139.910 em 31/12/2014) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	49% do CDI a 17,36%	0,48% a 3,84%
Letras Hipotecárias	-	3% a 7%
Letras de Crédito Imobiliário	81% a 100% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 113%	-
Letras de Crédito do Agronegócio	70% a 98% do CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	2,5% a 6,0%	0,3% a 18%
Repasse no País	2,5% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,38% a 13,17%	0,3 % a 18%

Em Mercado Aberto, são apresentados os passivos em transações nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende à vista para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 49% CDI a 17,36%. As datas finais de recompra vão até Janeiro de 2027.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	10.209	55.576	65.785	2.832	52.785	55.617
Obrigações por TVM no Exterior	4.757	19.431	24.188	3.142	12.250	15.392
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	893	3.052	3.945	1.080	1.153	2.233
Total	15.859	78.059	93.918	7.054	66.188	73.242

(1) Em 31/12/2015, R\$ 64.861 (R\$ 53.865 em 31/12/2014) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

(2) Em 31/12/2015, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 4.510.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI + 0,7% a IGPM + 7,7%	5,1% a 6,2%
Obrigações por TVM no Exterior	0,89% a 12,73%	0,091% a 27,75%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	IPA + 2,59% a 16,27%	-

Notas Explicativas

Nota 20 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros ⁽¹⁾	41.546	11.960	53.506	40.984	12.665	53.649
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	25.191	-	25.191	24.203	-	24.203
Operações de Seguros e Resseguros	1.367	-	1.367	1.388	-	1.388
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	2.131	10.502	12.633	2.128	11.478	13.606
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	409	-	409	624	-	624
Negociação e Intermediação de Valores	7.725	-	7.725	3.964	-	3.964
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	335	758	1.093	53	623	676
Serviços Prestados a Receber	2.333	149	2.482	2.394	81	2.475
Direito a Receber de Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	5.894	-	5.894
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾	-	551	551	-	483	483
Carteira de Câmbio	444	-	444	-	-	-
Operações sem Características de Concessão de Crédito	1.611	-	1.611	336	-	336
Não Financeiros	7.005	4.606	11.611	10.906	3.015	13.921
Despesas Antecipadas	2.196	1.012	3.208	3.594	434	4.028
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	-	2.183	2.183	-	2.456	2.456
Diversos no País	602	-	602	1.862	-	1.862
Prêmio de Operações de Crédito	814	850	1.664	2.371	-	2.371
Diversos no Exterior	1.542	550	2.092	2.058	125	2.183
Outros	1.851	11	1.862	1.021	-	1.021

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Março de 1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	68.478	237	68.715	69.610	1.882	71.492
Operações com Cartões de Crédito	56.143	-	56.143	58.596	-	58.596
Carteira de Câmbio	-	-	-	784	-	784
Negociação e Intermediação de Valores	10.920	177	11.097	5.749	1.439	7.188
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	491	26	517	394	410	804
Recursos de Consorciados	45	-	45	30	-	30
Obrigações por Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	3.477	33	3.510
Outros	879	34	913	580	-	580
Não Financeiros	24.975	812	25.787	22.612	1.048	23.660
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	239	-	239	226	-	226
Diversos no País	1.681	75	1.756	1.680	48	1.728
Recursos em Trânsito	10.893	-	10.893	8.906	-	8.906
Provisão para Pagamentos Diversos	1.944	199	2.143	2.161	378	2.539
Sociais e Estatutárias	5.110	-	5.110	4.678	41	4.719
Relativas a Operações de Seguros	253	-	253	260	-	260
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	808	-	808	933	-	933
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	-	491	491	-	516	516
Provisão de Pessoal	1.336	47	1.383	1.317	65	1.382
Provisão para Seguro Saúde	716	-	716	685	-	685
Rendas Antecipadas	1.909	-	1.909	1.386	-	1.386
Outros	86	-	86	380	-	380

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 29/04/2015 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 10.148, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 17/07/2015 e o processo foi homologado pelo BACEN em 25/06/2015. Em consequência, o capital social foi elevado em 553.083.268 ações.

Notas Explicativas

O capital social está representado por 6.083.915.949 ações escriturais sem valor nominal, sendo 3.047.040.198 ações ordinárias e 3.036.875.751 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, a fim de assegurar lhes o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 85.148 (R\$ 75.000 em 31/12/2014), sendo R\$ 58.283 (R\$ 51.563 em 31/12/2014) de acionistas domiciliados no Brasil e R\$ 26.864 (R\$ 23.437 em 31/12/2014) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

31/12/2015				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2014	2.758.685.730	1.043.799.342	3.802.485.072	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	11.350.814	1.716.996.795	1.728.347.609	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015 - Efetivada em 25/06/2015	277.003.654	276.079.614	553.083.268	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
Residentes no País em 31/12/2015	3.033.657.386	1.130.776.196	4.164.433.582	
Residentes no Exterior em 31/12/2015	13.382.812	1.906.099.555	1.919.482.367	
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾	2.541	53.828.551	53.831.092	(1.328)
Aquisições de Ações	-	111.524.800	111.524.800	(3.324)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(5.873.741)	(5.873.741)	4
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(5.342.874)	(5.342.874)	295
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015	254	8.425.914	8.426.168	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 ⁽¹⁾	2.795	162.562.650	162.565.445	(4.353)
Em Circulação em 31/12/2015	3.047.037.403	2.874.313.101	5.921.350.504	
Em Circulação em 31/12/2014 ⁽²⁾	3.047.037.403	2.977.664.345	6.024.701.748	

31/12/2014				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2013	2.752.543.169	1.082.328.262	3.834.871.431	
Residentes no Exterior em 31/12/2013	17.493.375	1.678.467.875	1.695.961.250	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Bonificação de Ações - AGE de 23/04/2014 - Efetivada em 06/06/2014	277.003.654	276.079.614	553.083.268	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
Residentes no País em 31/12/2014	3.034.554.303	1.148.179.276	4.182.733.579	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	12.485.895	1.888.696.475	1.901.182.370	
Ações em Tesouraria em 31/12/2013 ⁽¹⁾	2.541	75.753.711	75.756.252	(1.854)
Aquisições de Ações	-	1.100.000	1.100.000	(35)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(19.003.419)	(19.003.419)	413
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(4.978.546)	(4.978.546)	148
Bonificação de Ações - AGE de 23/04/2014 - Efetivada em 06/06/2014	254	6.339.660	6.339.914	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾	2.795	59.211.406	59.214.201	(1.328)
Em Circulação em 31/12/2014 ⁽²⁾	3.047.037.403	2.977.664.345	6.024.701.748	
Em Circulação em 31/12/2013 ⁽²⁾	3.047.037.403	2.953.546.669	6.000.584.072	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 25/06/2015.

Notas Explicativas

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2015	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	24,96
Médio ponderado	-	28,80
Máximo	-	31,86
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	7,25	26,78
Valor de Mercado em 31/12/2015	24,58	26,33

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2014	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	31,03
Médio ponderado	-	31,59
Máximo	-	31,88
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	7,25	22,43
Valor de Mercado em 31/12/2014	32,30	34,60

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Líquido Individual Estatutário	21.084	17.392	11.661
Ajustes:			
(-) Reserva Legal	(1.054)	(870)	(583)
Base de Cálculo do Dividendo	20.030	16.522	11.078
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	5.007	4.130	2.769
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados	7.305	6.635	5.095

Notas Explicativas

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/12/2015		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	3.002	(311)	2.691
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2015	932	-	932
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,3460 por ação, pago em 25/08/2015	2.070	(311)	1.759
Declarados até 31/12/2015 (Registrados em Outros Passivos)	2.502	(186)	2.316
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 04/01/2015	89	-	89
Dividendos Provisionados - R\$ 0,1980	1.173	-	1.173
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,2090 por ação, creditados em 30/12/2015 a serem pagos até 30/04/2016	1.240	(186)	1.054
Declarados após 31/12/2015 (Registrados em Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos)	2.703	(405)	2.298
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,4564 por ação.	2.703	(405)	2.298
Total de 01/01 a 31/12/2015 - R\$ 1,2376 líquido por ação	8.207	(902)	7.305

	31/12/2014		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	2.637	(267)	2.370
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2014	857	-	857
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,3256 por ação, pago em 25/08/2014	1.780	(267)	1.513
Declarados até 31/12/2014 (Registrados em Outros Passivos)	1.760	-	1.760
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2015	82	-	82
Dividendos - R\$ 0,3063 por ação	1.678	-	1.678
Declarados após 31/12/2014 (Registrados em Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos)	2.947	(442)	2.505
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,5380 por ação.	2.947	(442)	2.505
Total de 01/01 a 31/12/2014 - R\$ 1,2204 líquido por ação	7.344	(709)	6.635

	31/12/2013		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	2.162	(206)	1.956
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2013	786	-	786
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,2774 por ação, pago em 21/08/2013	1.376	(206)	1.170
Declarados até 31/12/2013 (Registrados em Outros Passivos)	1.084	(152)	933
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2014	74	-	74
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,2036 por ação, creditados em 30/12/2013 pagos em 28/02/2014	1.010	(152)	859
Declarados após 31/12/2013 (Registrados em Reservas de Lucros - Reservas Especiais de Lucros)	2.596	(389)	2.207
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,5236 por ação.	2.596	(389)	2.207
Total de 01/01 a 31/12/2013 - R\$ 1,0340 líquido por ação	5.842	(747)	5.095

Notas Explicativas

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

d) Reservas Integralizadas

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Reservas de Capital ⁽¹⁾	285	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1	1
Reservas de Lucros	9.782	7.925	13.183
Legal ⁽²⁾	6.895	5.841	4.971
Estatutárias	9.461	7.775	13.615
Equalização de Dividendos ⁽³⁾	3.355	2.885	3.901
Reforço do Capital de Giro ⁽⁴⁾	1.655	1.162	3.003
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁵⁾	4.451	3.728	6.711
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	(9.277)	(8.638)	(7.999)
Especiais de Lucros ⁽⁶⁾	2.703	2.947	2.596
Total das Reservas na Controladora	10.067	8.210	13.468

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31 de Dezembro de cada período.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 22 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as empresas por ele controladas possuem programas de pagamentos baseados em ações para seus funcionários e administradores, visando integrá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

Os pagamentos ocorrem somente em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório e, a fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos, em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do balanço de encerramento do exercício.

A liquidação desses programas é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

No período de 01/01 a 31/12/2015, o efeito contábil de pagamento baseado em ações no resultado foi de R\$ (734) (R\$ (441) de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ (322) de 01/01 a 31/12/2013).

I – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”) com o objetivo de integrar administradores e funcionários no processo de desenvolvimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas a médio e longo prazo, facultando-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxeram às ações.

Além das outorgas realizadas no âmbito do Plano, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também mantém o controle dos direitos e obrigações das opções outorgadas no âmbito dos planos assumidos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 24/04/2009 e 19/04/2013, relativas aos programas de outorga de opções de ações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e da Redecard S.A., respectivamente. A troca das ações para ITUB4 não trouxe impacto financeiro significante.

As opções simples possuem as seguintes características:

Notas Explicativas

- a) **Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na BM&FBOVESPA.
- b) **Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado é de 5 (cinco) anos.
- c) **Valor justo e premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos:** o valor justo das Opções Simples é calculado na data da outorga utilizando-se o modelo Binomial. As premissas econômicas utilizadas são:
- (i) Preço de exercício: preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.
 - (ii) Preço do ativo objeto (ações ITUB4): preço de fechamento da BM&FBOVESPA na data-base de cálculo.
 - (iii) Dividendos esperados: média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre o Capital Próprio da ação ITUB4.
 - (iv) Taxa de juros livre de risco: cupom do IGP-M até o prazo de vigência da Opção Simples.
 - (v) Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre o histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Notas Explicativas

Resumo da Movimentação do Plano

Opções Simples			
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2014	55.162.112	32,43	
Opções exercíveis no final do período	28.872.290	32,15	
Opções em aberto não exercíveis	26.289.822	32,73	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(9.062.437)	40,08	
Exercidas	(151.358)	24,32	34,36
Saldo em 31/12/2015	45.948.317	35,08	
Opções exercíveis no final do período	32.407.235	36,74	
Opções em aberto não exercíveis	13.541.082	31,12	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2008-2009		26,34 - 40,28	
Outorga 2010-2012		23,88 - 42,79	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,60		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Opções Simples			
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2013	71.848.530	29,86	
Opções exercíveis no final do período	36.008.273	27,65	
Opções em aberto não exercíveis	35.840.257	32,95	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(1.531.443)	31,80	
Exercidas	(15.154.975)	27,28	33,39
Saldo em 31/12/2014	55.162.112	32,43	
Opções exercíveis no final do período	28.872.290	32,15	
Opções em aberto não exercíveis	26.289.822	32,73	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2006-2009		23,80 - 39,87	
Outorga 2010-2012		23,88 - 38,66	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,56		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Opções Simples			
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2012	78.845.712	28,45	
Opções exercíveis no final do período	25.971.551	28,80	
Opções em aberto não exercíveis	52.874.161	28,29	
Opções:			
Outorgadas	616.298	23,88	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(3.022.248)	32,57	
Exercidas	(4.591.232)	25,68	30,40
Saldo em 31/12/2013	71.848.530	30,30	
Opções exercíveis no final do período	36.008.273	27,65	
Opções em aberto não exercíveis	35.840.257	32,95	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2006-2009		22,95 - 38,56	
Outorga 2010-2012		23,88 - 37,30	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	3,57		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Notas Explicativas

II – Programa de Sócios

Os funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas podem ser selecionados para participar de um programa que permite o investimento de um percentual de seu bônus na aquisição de ações ITUB4 e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito de receber uma contrapartida em ITUB4, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações ITUB4 nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

O valor justo da contrapartida em ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

A média ponderada do valor justo da contrapartida em ações ITUB4 foi estimada em R\$ 29,22 por ação em 31/12/2015 (R\$ 29,65 por ação em 31/12/2014 e R\$ 28,20 por ação em 31/12/2013).

A Lei nº 12.973/14, que adequou a legislação tributária aos padrões contábeis internacionais e pôs fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), estabeleceu um novo marco legal para os pagamentos efetuados em ações. Por conta dessa nova lei, foram realizadas alterações no Programa de Sócios, adequando seus efeitos fiscais.

Movimentação do Programa de Sócios

	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	26.734.428
Novas Outorgas	10.402.541
Cancelados	(808.809)
Exercidos	(5.722.383)
Saldo em 31/12/2015	30.605.777
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,02

	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	20.187.002
Novas Outorgas	12.107.909
Cancelados	(1.712.039)
Exercidos	(3.848.444)
Saldo em 31/12/2014	26.734.428
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,05

	Quantidade
Saldo em 31/12/2012	19.002.047
Novas Outorgas	6.287.169
Cancelados	(718.857)
Exercidos	(4.383.357)
Saldo em 31/12/2013	20.187.002
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,05

Notas Explicativas

III - Remuneração variável

A política instituída em atendimento à Resolução CMN nº 3.921/10, determina que 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável dos administradores deve ser paga em dinheiro e 50% (cinquenta por cento) em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

O valor justo das ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

A média ponderada do valor justo das ações ITUB4 foi estimada em R\$ 31,24 por ação em 31/12/2015 (R\$ 25,33 por ação em 31/12/2014 e R\$ 25,91 por ação em 31/12/2013).

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	15.901.823
Novos	12.538.652
Entregues	(7.551.031)
Cancelados	(593.468)
Saldo em 31/12/2015	20.295.976

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	8.290.751
Novos	11.002.630
Entregues	(2.954.758)
Cancelados	(436.800)
Saldo em 31/12/2014	15.901.823

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2012	-
Novos	8.368.685
Entregues	(35.790)
Cancelados	(42.144)
Saldo em 31/12/2013	8.290.751

Notas Explicativas**Nota 23 - Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos****a) Receitas de Juros e Rendimentos**

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5.748	5.904	4.314
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.628	1.286	583
Aplicações em Mercado Aberto	27.572	17.929	12.630
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	19.826	15.128	10.860
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.979	7.272	5.067
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.758	2.347	486
Operações de Crédito	79.392	69.248	59.546
Outros Ativos Financeiros	886	1.001	641
Total	147.789	120.115	94.127

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Depósitos	(13.587)	(12.064)	(9.802)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(32.879)	(26.771)	(16.865)
Recursos de Mercados Interbancários	(7.970)	(14.404)	(6.245)
Recursos de Mercados Institucionais	(8.030)	(10.695)	(9.971)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(12.556)	(8.987)	(3.436)
Outros	(42)	(56)	(42)
Total	(75.064)	(72.977)	(46.361)

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	(3.158)	41	(2.736)
Derivativos (*)	(6.071)	119	(2.517)
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	51	32	15
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(2.812)	(915)	(839)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	128	(1)	153
Total	(11.862)	(724)	(5.924)

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e 31/12/2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Durante o período findo em 31/12/2015 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu R\$ 1.533 (R\$ 174 em 31/12/2014 e R\$ 3 em 31/12/2013) de perdas por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, registrado na demonstração do resultado na linha "Ganho (Perda) Líquido com investimentos em Títulos e Derivativos".

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Serviços de Contas Correntes	8.815	7.725	6.450
Taxas de Administração	2.932	2.660	2.501
Comissões de Cobrança	1.250	1.279	1.213
Comissões de Cartões de Crédito	12.722	11.507	9.701
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	1.609	1.407	1.240
Comissão de Corretagem	248	262	337
Outros	1.876	1.502	1.270
Total	29.452	26.342	22.712

Notas Explicativas**Nota 25 - Outras Receitas**

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto ^(*)	97	1.194	131
Recuperação de Despesas	210	207	110
Reversão de Provisões	455	179	119
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais (Nota 32e)	65	158	624
Outros	452	416	411
Total	1.279	2.154	1.395

(*) De 01/01 a 31/12/2014 refere-se basicamente ao lucro na alienação do investimento da ISSC no montante de R\$ 1.151.

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Despesas de Pessoal	(19.573)	(17.071)	(15.860)
Remuneração	(7.982)	(7.046)	(6.503)
Encargos	(2.540)	(2.364)	(2.181)
Benefícios Sociais	(2.472)	(2.133)	(1.983)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	(240)	33	7
Benefício Definido	(78)	(30)	(37)
Contribuição Definida	(162)	63	44
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(214)	(231)	(188)
Treinamento	(202)	(186)	(185)
Participações de Empregados nos Lucros	(3.387)	(3.324)	(2.850)
Desligamentos	(351)	(377)	(327)
Provisões Trabalhistas (Nota 32)	(2.185)	(1.443)	(1.650)
Despesas Administrativas	(15.112)	(14.325)	(13.257)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(4.052)	(3.870)	(3.700)
Serviços de Terceiros	(4.044)	(4.189)	(3.215)
Instalações	(1.022)	(924)	(964)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.095)	(972)	(1.361)
Despesas de Aluguéis	(1.289)	(1.216)	(1.100)
Transportes	(411)	(432)	(454)
Materiais	(380)	(365)	(356)
Despesas com Serviços Financeiros	(614)	(544)	(496)
Segurança	(675)	(627)	(549)
Concessionárias de Serviços Públicos	(418)	(289)	(248)
Despesas de Viagem	(212)	(204)	(194)
Outros	(900)	(693)	(620)
Depreciação	(1.688)	(1.641)	(1.522)
Amortização	(910)	(827)	(808)
Despesas de Comercialização de Seguros	(1.138)	(1.214)	(1.147)
Outras Despesas	(9.205)	(7.472)	(7.320)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(3.415)	(2.691)	(1.874)
Perdas com fraudes com Terceiros	(468)	(472)	(566)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(187)	(133)	(132)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(2.069)	(1.708)	(2.274)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(1.361)	(971)	(1.311)
Ressarcimento de custos interbancários	(262)	(229)	(227)
Outros	(1.443)	(1.268)	(936)
Total	(47.626)	(42.550)	(39.914)

Notas Explicativas

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	18.265	28.808	20.865
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n)	(7.611)	(11.523)	(8.346)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:			
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	176	109	243
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	8.329	1.471	1.054
Juros sobre o Capital Próprio	2.585	1.738	1.619
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	631	639	639
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	271	311	172
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis (*)	(13.346)	46	(2.884)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.965)	(7.209)	(7.503)
Referentes a Diferenças Temporárias			
Constituição (Reversão) do Período	13.006	1.341	3.617
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	(71)	(1.079)	(457)
Majoração de Alíquota da Contribuição Social (Nota 27b III)	3.921	-	-
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	16.856	262	3.160
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	7.891	(6.947)	(4.343)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

Notas Explicativas

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Refletido no Resultado	32.513	(7.009)	23.407	48.911
Créditos de Liquidação Duvidosa	18.909	(2.319)	8.982	25.572
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	5.430	(239)	1.464	6.655
Provisões para Passivos Contingentes	4.298	(1.364)	2.451	5.385
Ações Cíveis	1.818	(624)	955	2.149
Ações Trabalhistas	1.460	(382)	734	1.812
Fiscais e Previdenciárias	1.009	(351)	762	1.420
Outros	11	(7)	-	4
Ágio na Aquisição do Investimento	721	(210)	-	511
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	394	(698)	812	508
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	3	(4)	1.254	1.253
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	109	(109)	4.951	4.951
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	274	-	48	322
Outros	2.375	(2.066)	3.445	3.754
Refletido no Patrimônio Líquido	4.106	(1.527)	1.674	4.253
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	2.514	(631)	-	1.883
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	539	(142)	1.583	1.980
Hedge de Fluxo de Caixa	50	-	87	137
Outros	1.003	(754)	4	253
Total ^{(1) (2)}	36.619	(8.536)	25.081	53.164

(1) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 47.453 e R\$ 370.

(2) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto. Para as controladas, Itaú Unibanco S.A e Banco Itaúcard S.A, foi enviado requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do §. 7º do art. 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2014
Refletido no Resultado	35.043	(12.477)	9.947	32.513
Créditos de Liquidação Duvidosa	17.896	(4.889)	5.902	18.909
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.137	(714)	7	5.430
Provisões para Passivos Contingentes	3.973	(1.515)	1.840	4.298
Ações Cíveis	1.706	(435)	547	1.818
Ações Trabalhistas	1.400	(894)	954	1.460
Fiscais e Previdenciárias	849	(179)	339	1.009
Outros	18	(7)	-	11
Ágio na Aquisição do Investimento	1.515	(794)	-	721
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.479	(1.389)	304	394
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	653	(662)	12	3
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	439	(439)	109	109
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	262	-	12	274
Outros	2.689	(2.075)	1.761	2.375
Refletido no Patrimônio Líquido	4.502	(915)	519	4.106
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	3.153	(639)	-	2.514
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	814	(275)	-	539
Hedge de Fluxo de Caixa	426	-	376	802
Outros	109	(1)	143	251
Total ^(*)	39.545	(13.392)	10.466	36.619

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.129 e R\$ 201.

Notas Explicativas

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Refletido no Resultado	4.735	(1.801)	1.343	4.277
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.508	(1.021)	-	1.487
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	876	(425)	679	1.130
Planos de Pensão	336	(34)	34	336
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	4	(12)	59	51
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	6	(6)	198	198
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	563	(277)	-	286
Outros	442	(26)	373	789
Refletido no Patrimônio Líquido	956	(97)	945	1.804
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	132	(79)	-	53
Hedge de Fluxo de Caixa	373	-	940	1.313
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	442	(18)	-	424
Outros	9	-	5	14
Total (*)	5.691	(1.898)	2.288	6.081

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 47.453 e R\$ 370.

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2014
Refletido no Resultado	7.527	(3.289)	497	4.735
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	4.165	(1.657)	-	2.508
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	981	(155)	50	876
Planos de Pensão	355	(118)	99	336
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	392	(388)	-	4
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	157	(157)	6	6
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	267	-	296	563
Outros	1.210	(814)	46	442
Refletido no Patrimônio Líquido	460	-	496	956
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	64	-	68	132
Hedge de Fluxo de Caixa	84	-	289	373
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	311	-	131	442
Outros	1	-	8	9
Total (*)	7.987	(3.289)	993	5.691

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.129 e R\$ 201.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2015, são:

	Créditos Tributários						Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%	Tributos Diferidos Líquidos	
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%			%	%
2016	14.911	32%	113	2%	15.024	28%	(1.080)	18%	13.944	30%
2017	6.895	15%	293	5%	7.188	14%	(924)	16%	6.264	13%
2018	6.732	14%	498	7%	7.230	14%	(1.297)	21%	5.933	13%
2019	6.778	15%	264	4%	7.042	13%	(387)	6%	6.655	14%
2020	2.287	5%	3.016	45%	5.303	10%	(427)	7%	4.876	10%
Acima de 2020	8.906	19%	2.471	37%	11.377	21%	(1.966)	32%	9.411	20%
Total	46.509	100%	6.655	100%	53.164	100%	(6.081)	100%	47.083	100%
Valor Presente (*)	40.660		5.230		45.890		(5.031)		40.859	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CS para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. O efeito no resultado foi de R\$ 3.921. Em 31/12/2015 e 31/12/2014, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Notas Explicativas

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido	25.740	21.555	16.424
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(65)	(65)	(65)
Subtotal	25.675	21.490	16.359
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(67)	(67)	(67)
Subtotal	25.608	21.423	16.292
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:			
Aos Detentores de Ações Ordinárias	13.043	10.850	8.262
Aos Detentores de Ações Preferenciais	12.565	10.573	8.030
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	13.110	10.917	8.329
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	12.630	10.638	8.095
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Ações Preferenciais	2.935.346.437	2.969.406.420	2.961.435.158
Lucro por Ação - Básico - R\$			
Ações Ordinárias	4,30	3,58	2,73
Ações Preferenciais	4,30	3,58	2,73

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	12.630	10.638	8.095
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	74	58	35
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais considerando as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	12.704	10.696	8.130
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	13.110	10.917	8.329
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(74)	(58)	(35)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias considerando as Ações Preferenciais após Efeitos da Diluição	13.036	10.859	8.294
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Ações Preferenciais	2.969.647.577	3.001.704.485	2.986.498.093
Ações Preferenciais	2.935.346.437	2.969.406.420	2.961.435.158
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Pagamento Baseado em Ações	34.301.140	32.298.065	25.062.935
Lucro por Ação Diluído - R\$			
Ações Ordinárias	4,28	3,56	2,72
Ações Preferenciais	4,28	3,56	2,72

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Pagamento Baseado em Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 7.110.702 ações preferenciais em 31/12/2015, 6.418.385 ações preferenciais em 31/12/2014 e 9.544.743 ações preferenciais em 31/12/2013.

Notas Explicativas

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Nos termos do IAS 19 (R1), são apresentadas a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido			Contribuição Definida			Outros Benefícios			Total		
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Custo Serviço Corrente	(68)	(74)	(103)	-	-	-	-	-	-	(68)	(74)	(103)
Juros Líquidos	(6)	(32)	2	219	196	180	(17)	(14)	(12)	196	150	170
Aportes e Contribuições ^(*)	-	-	-	(381)	(133)	(136)	-	-	-	(381)	(133)	(136)
Benefícios Pagos	-	-	-	-	-	-	13	9	7	13	9	7
Total Valores Reconhecidos	(74)	(106)	(101)	(162)	63	44	(4)	(5)	(5)	(240)	(48)	(62)

(*) Em 2015, inclui provisão para equacionamento de excedente do fundo previdencial, conforme regulamento, no montante R\$ 236. No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 207 (R\$ 190 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 183 de 01/01 a 31/12/2013), sendo R\$ 144 (R\$ 133 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 136 de 01/01 a 31/12/2013) oriundos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes

	Benefício Definido			Contribuição Definida			Outros Benefícios			Total		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
No Início do Período	(75)	(354)	-	(221)	(286)	-	(8)	7	-	(304)	(633)	-
Efeito na Restrição do Ativo	(103)	(453)	1.036	(38)	77	43	-	-	-	(141)	(376)	1.079
Remensurações	133	732	(1.390)	(55)	(12)	(329)	(5)	(15)	7	73	705	(1.712)
Total Valores Reconhecidos	(45)	(75)	(354)	(314)	(221)	(286)	(13)	(8)	7	(372)	(304)	(633)

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Notas Explicativas

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾
	Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾
	Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾
	Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾
	Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾
	Plano Itaubanco CD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾
	Plano BD Itaú ⁽¹⁾
	Plano CD Itaú ⁽²⁾
	Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾
	Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios II ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾
	Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar ⁽²⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Notas Explicativas

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	11,28% a.a.	10,24% a.a.	9,72% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2015 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a Riscos - Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- **Volatilidade dos Ativos** - O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- **Mudanças no Rendimento dos Investimentos** - Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- **Risco de Inflação** - A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- **Expectativa de Vida** - A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

Notas Explicativas

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo			% Alocação			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	Meta 2016
Títulos de Renda Fixa	12.369	12.250	11.251	90,73%	91,16%	89,92%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	537	641	709	3,94%	4,77%	5,67%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	27	22	18	0,20%	0,17%	0,14%	0% a 10%
Imóveis	633	488	508	4,64%	3,63%	4,06%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	67	37	26	0,49%	0,27%	0,21%	0% a 5%
Total	13.633	13.438	12.512	100,00%	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 452 (R\$ 554 em 31/12/2014 e R\$ 596 em 31/12/2013), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 606 (R\$ 455 em 31/12/2014 e R\$ 474 em 31/12/2013).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2015, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
1- Ativos Líquidos dos Planos	13.633	13.438	12.512
2- Passivos Atuariais	(11.587)	(11.695)	(11.577)
3- Superveniência (1-2)	2.046	1.743	935
4- Restrição do Ativo ^(*)	(2.134)	(1.847)	(1.293)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(88)	(104)	(358)
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	224	242	222
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(312)	(346)	(580)

^(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

Notas Explicativas

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2015				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)
Custo Serviço Corrente	-	(68)	(68)	-	(68)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.334	(1.151)	183	(189)	(6)
Benefícios Pagos	(908)	908	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	60	-	60	-	60
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(103)	(103)
Remensurações ^{(2) (3)}	(306)	419	113	5	118
Valor Final do Período	13.633	(11.587)	2.046	(2.134)	(88)

	31/12/2014				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)
Custo Serviço Corrente	-	(74)	(74)	-	(74)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.178	(1.087)	91	(123)	(32)
Benefícios Pagos	(780)	780	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	81	-	81	-	81
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(453)	(453)
Remensurações ^{(2) (3)}	432	263	695	22	717
Valor Final do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)

	31/12/2013				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	15.072	(12.906)	2.166	(2.137)	29
Custo Serviço Corrente	-	(103)	(103)	-	(103)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.202	(1.025)	177	(175)	2
Benefícios Pagos	(739)	739	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	68	-	68	-	68
Contribuições Participantes	16	-	16	-	16
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	1.036	1.036
Remensurações ^{(2) (3)}	(3.107)	1.718	(1.389)	(17)	(1.406)
Valor Final do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2015 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 10,24% a.a. (Em 01/01/2014 utilizou-se a taxa de desconto de 9,72%).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 1.028 (R\$ 1.611 em 31/12/2014 e R\$ (1.905) em 31/12/2013).

Notas Explicativas

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 60 (R\$ 81 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 68 de 01/01 a 31/12/2013). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2016 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 55.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2016	949
2017	977
2018	1.009
2019	1.042
2020	1.083
2021 a 2025	5.935

VI- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido - ORA ^(*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	566	4,92%	(281)
- Acréscimo em 0,5%	(520)	(4,51%)	201

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2015			31/12/2014			31/12/2013		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	2.438	(224)	2.214	2.361	(275)	2.086	2.646	(318)	2.328
Juros Líquidos	239	(20)	219	223	(27)	196	206	(26)	180
Aportes e Contribuições (Nota 29)	(381)	-	(381)	(133)	-	(133)	(136)	-	(136)
Efeito na Restrição do Ativo	-	(38)	(38)	-	77	77	-	43	43
Remensurações	(67)	12	(55)	(13)	1	(12)	(355)	26	(329)
Valor Final do Período (Nota 20a)	2.229	(270)	1.959	2.438	(224)	2.214	2.361	(275)	2.086

Notas Explicativas

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
No Início do Período	(170)	(146)	(148)
Custo de Juros	(17)	(14)	(12)
Benefícios Pagos	13	9	7
Remensurações	(5)	(19)	7
No Final do Período (Nota 20b)	(179)	(170)	(146)

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2016	12
2017	13
2018	14
2019	15
2020	15
2021 a 2025	91

II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	4	(3)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	20	(17)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I - Seguros

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Notas Explicativas

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Acidentes Pessoais Coletivo	5,8	7,0	42,0	39,0
Acidentes Pessoais Individual	19,5	17,8	11,4	10,6
Compreensivo Empresarial	44,6	46,2	20,9	17,5
Crédito Interno	113,7	77,6	18,3	26,3
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	86,7	87,1	1,4	1,4
Doença Grave ou Terminal	16,1	13,6	10,7	10,7
Extensão de Garantia - Patrimonial	16,8	16,8	64,6	64,0
Prestamista	15,6	14,8	21,8	21,1
Riscos de Petróleo	-	77,2	-	11,8
Riscos Diversos	7,4	5,2	62,2	57,3
Riscos Nomeados e Operacionais	-	57,8	-	4,1
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	15,0	13,0	(2,8)	(1,6)
Vida em Grupo	46,7	52,9	13,0	13,9

II - Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas			Resseguros			Prêmios e Contribuições Retidas		
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Acidentes Pessoais Coletivo	862	796	698	(2)	(2)	(2)	860	794	696
Acidentes Pessoais Individual	214	186	155	(11)	(2)	(3)	203	184	152
Compreensivo Empresarial	57	139	199	-	(25)	(45)	57	114	154
Crédito Interno	151	105	59	-	-	-	151	105	59
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	37	243	366	-	-	-	37	243	366
Doenças Graves ou Terminais	169	159	139	(2)	(1)	(1)	167	158	138
Extensão de Garantia - Patrimonial	252	1.202	1.293	-	-	-	252	1.202	1.293
Pensão Pecúlio Invalidez	256	194	151	(6)	(5)	(6)	250	189	145
PGBL	1.840	1.665	1.532	-	-	-	1.840	1.665	1.532
Prestamista	726	802	726	(1)	-	-	725	802	726
Riscos de Petróleo	-	284	471	-	(252)	(408)	-	32	63
Riscos Diversos	172	223	231	-	(53)	(69)	172	170	162
Riscos Nomeados e Operacionais	-	501	606	-	(393)	(487)	-	108	119
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista	224	187	152	(19)	(19)	(15)	205	168	137
Tradicional	159	174	180	-	-	-	159	174	180
VGBL	15.501	13.532	13.675	-	-	-	15.501	13.532	13.675
Vida em Grupo	1.453	1.414	1.392	(37)	(28)	(25)	1.416	1.386	1.367
Demais Ramos	561	991	1.302	(11)	(251)	(462)	550	740	840
Total	22.634	22.797	23.327	(89)	(1.031)	(1.523)	22.545	21.766	21.804

Notas Explicativas

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída, com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata-die*. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de benefícios e indenizações.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

Notas Explicativas

II - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2015				31/12/2014			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevida	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevida	Total
Saldo Inicial	5.872	28.228	75.678	109.778	10.275	25.252	63.496	99.023
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	4.825	2.255	15.501	22.581	7.267	2.034	13.541	22.842
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(5.780)	(253)	-	(6.033)	(7.154)	(192)	-	(7.346)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(1.553)	(337)	(19)	(1.909)	(2.395)	(204)	(10)	(2.609)
(+) Sinistros Avisados	1.712	-	-	1.712	2.219	-	-	2.219
(-) Resgates	(2)	(1.479)	(8.720)	(10.201)	(1)	(1.249)	(7.929)	(9.179)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	886	504	1.390	-	266	347	613
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	9	3.244	9.052	12.305	7	2.249	6.319	8.575
(+/-) Desenvolvimento de Negócios (Notas 3a e b)	-	-	-	-	(4.402)	-	-	(4.402)
(+/-) Outras (Constituição / Reversão)	(328)	144	(134)	(318)	56	72	(86)	42
Provisão de Seguros e Previdência Privada	4.755	32.688	91.862	129.305	5.872	28.228	75.678	109.778

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prêmios não Ganhos	3.027	4.015	15	12	3.042	4.027
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	24	13	122.914	102.311	122.938	102.324
Resgates e Outros Valores a Regularizar	23	21	166	168	189	189
Excedente Financeiro	1	1	547	519	548	520
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	783	760	18	15	801	775
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	424	635	24	19	448	654
Despesas Relacionadas e Administrativas	42	42	50	70	92	112
Outras Provisões	431	385	816	792	1.247	1.177
Total ⁽²⁾	4.755	5.872	124.550	103.906	129.305	109.778

(1) A Provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 517, de 30/07/2015, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Notas Explicativas

Saldo em 01/01/2015	1.647
Constituições	1.133
Amortizações	(1.879)
Saldo em 31/12/2015	901
Saldo a amortizar até 12 meses	644
Saldo a amortizar após 12 meses	257
Saldo em 01/01/2014	2.205
Constituições	1.747
Amortizações	(2.263)
Reorganização Societária	31
Venda da Carteira de Grandes Riscos	(73)
Saldo em 31/12/2014	1.647
Saldo a amortizar até 12 meses	972
Saldo a amortizar após 12 meses	675

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ^(*)	801
(-) Operações DPVAT	17
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	227
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	2
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	555

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c II.II de 31/12/2015.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	928	1.061	1.221	1.302	855	
1 ano depois	933	1.054	1.221	1.318	-	
2 anos depois	934	1.059	1.222	-	-	
3 anos depois	937	1.058	-	-	-	
4 anos depois	935	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	935	1.058	1.222	1.318	855	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	929	1.055	1.216	1.304	596	5.100
Passivo Reconhecido no Balanço	6	3	6	14	258	287
Passivo em Relação a Anos Anteriores						13
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						300

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	30	50	32	33	28	
1 ano depois	55	58	49	42	-	
2 anos depois	63	67	54	-	-	
3 anos depois	70	70	-	-	-	
4 anos depois	71	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	71	70	54	42	28	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	43	50	37	27	15	172
Passivo Reconhecido no Balanço	28	20	17	15	13	93
Passivo em Relação a Anos Anteriores						162
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						255

Notas Explicativas

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	801
(-) Operações DPVAT	17
(-) IBNER	227
(-) Resseguros ⁽²⁾	36
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	2
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	519

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c II.II em 31/12/2015.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 31/12/2015.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	913	1.018	1.190	1.279	849	
1 ano depois	913	1.008	1.188	1.295	-	
2 anos depois	915	1.013	1.189	-	-	
3 anos depois	917	1.013	-	-	-	
4 anos depois	915	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	915	1.013	1.189	1.295	849	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	912	1.010	1.184	1.281	612	4.999
Passivo Reconhecido no Balanço	3	3	6	14	237	263
Passivo em Relação a anos Anteriores						17
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						280

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	30	50	32	33	28	
1 ano depois	55	58	49	41	-	
2 anos depois	62	66	55	-	-	
3 anos depois	69	70	-	-	-	
4 anos depois	71	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	71	70	55	41	28	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	43	50	38	27	15	173
Passivo Reconhecido no Balanço	27	20	17	15	13	92
Passivo em Relação a Anos Anteriores						147
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						239

Na composição da tabela de desenvolvimento de sinistros foram excluídos os sinistros históricos da operação de seguros de grandes riscos conforme informado na Nota 3c.

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência nos períodos findos em 2015, 2014 e 2013.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de run-off com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

Notas Explicativas

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* (mantidos até o vencimento) da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apuração de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e/ou montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se mexe em uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ^(*)					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	8	(4)	(3)	3	(5)	(5)
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(8)	3	3	(3)	5	5
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	38	7	7	30	7	7
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(39)	(7)	(7)	(31)	(7)	(7)
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	(12)	-	-	(11)	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	12	-	-	11	-	-
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	-	(62)	(60)	-	(62)	(59)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	-	63	60	-	62	59

(*) Valores líquidos dos efeitos tributários.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores. No caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo. A produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adotava-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo no ano 2014 e 2013:

	01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014			01/01 a 31/12/2013		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos									
DPVAT	37	37	100,0	243	243	100,0	366	366	100,0
Extensão de Garantia	252	252	100,0	1.202	1.202	100,0	1.293	1.293	100,0
Prestamista	726	725	99,9	802	802	100,0	726	726	100,0
Pessoas									
Acidentes Pessoais Coletivo	862	860	99,7	796	794	99,8	698	696	99,7
Acidentes Pessoais Individual	214	203	94,8	186	184	98,9	155	152	98,1
Vida em Grupo	1.453	1.416	97,5	1.414	1.386	98,2	1.392	1.367	98,2
Grandes Riscos									
Riscos de Engenharia	-	-	-	46	8	17,4	120	16	13,3
Riscos de Petróleo	-	-	-	284	32	11,3	471	63	13,4
Riscos Nomeados e Operacionais	-	-	-	501	108	21,6	606	119	19,6

i) Estrutura de Gerenciamento de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, entendemos que os principais riscos inerentes a estes produtos são:

Notas Explicativas

- Risco de subscrição é a possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguros, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões.
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias.
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros.
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização.
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

j) Papéis e Responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas e focando nas especificidades de cada risco, conforme diretrizes estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de governança onde as decisões podem chegar aos órgãos colegiados, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem como objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente, partindo de premissas atuariais, é elaborado o mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo, que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. A partir desse mapeamento, modelos de *Asset Liability Management* são utilizados para definir a melhor composição da carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preços no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (VaR – *Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) e Concentração. Para visão detalhada das métricas, consultar Nota 36 – Risco de Mercado. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Notas Explicativas

Classe	(R\$ milhões)			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	4.821	(3,20)	4.299	(3,39)
NTN-B	2.055	(1,95)	1.950	(2,17)
LTN	-	-	0	(0,00)
Futuro DI	-	-	-	-
Título Privado				
Indexado a IPCA	209	(0,09)	337	(0,22)
Indexado a PRE	77	(0,00)	64	(0,01)
Ações	1	0,01	2	0,02
Ativos Pós-Fixados	4.998	-	8.177	-
Compromissadas Over	4.977	-	7.746	-

Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingências de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	31/12/2015			31/12/2014		
		Valor do	DU do	DU do	Valor do	DU do	DU do
		Passivo ⁽¹⁾	Passivo ⁽²⁾	Ativo ⁽²⁾	Passivo ⁽¹⁾	Passivo ⁽²⁾	Ativo ⁽²⁾
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	3.025	15,8	13,8	4.014	15,8	12,1
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.243	15,7	16,9	1.435	15,8	14,9
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	434	104,6	22,7	388	108,7	21,8
Subtotal	Subtotal	4.702			5.837		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	50	102,7	85,7	70	92,0	94,1
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	17	-	12,2	14	-	12,2
Sinistros Liquidar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	20	-	12,3	17	-	12,2
IBNR	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	28	9,8	10,5	20	12,1	12,2
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	190	-	12,3	188	-	12,2
Matemática de Benefícios Concedidos	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.540	102,7	85,8	1.254	92,0	94,4
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL / VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures ⁽³⁾	117.073	160,6	23,9	97.141	169,6	14,8
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicional	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	4.321	208,1	79,4	3.926	187,7	86,6
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	816	208,1	79,4	791	187,7	86,6
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	548	207,8	79,2	520	187,4	86,4
Subtotal	Subtotal	124.603			103.941		
Total Reservas Técnicas	Total Ativos Garantidores	129.305			109.778		

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

Risco de Crédito

I - Discriminação dos Resseguradores

A divisão dos riscos cedidos as resseguradoras e a classificação destas de acordo com a agência de rating Standard & Poor's é apresentada a seguir:

- **Operações de Seguros:** As operações de prêmios emitidos de resseguro estão representadas basicamente por: IRB Brasil Resseguros com 86,70% (38,57% em 31/12/2014) e Munich Re do Brasil com 13,23% (5,34% em 31/12/2014). Somente para 31/12/2014, Lloyd's (A+) com 17,48%, Mapfre Re, Cia de Reaseguros, S.A. (A) com 4,21% e American Home Assurance Company (A) com 4,01%.
- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referentes aos prêmios emitidos de resseguro estão representadas em sua totalidade por General Reinsurance AG com 50% (50% em 31/12/2014) e Munich Re do Brasil com 50% (50% em 31/12/2014). Nas operações de seguros, os repasses de prêmio de resseguro estão distribuídos em Munich Re do Brasil 60,26% (55,46% em 31/12/2014) e IRB Brasil Resseguros com 39,74% (44,54% em 31/12/2014).

Notas Explicativas

II - Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/12/2015							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	5.667	94.709	-	126	2.732	4.320	107.554
Médio	-	16	-	-	-	-	16
Alto	-	-	-	-	-	-	-
Total	5.667	94.725	-	126	2.732	4.320	107.570
%	5,3	88,1	-	0,1	2,5	4,0	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

31/12/2014							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	9.721	66.781	-	105	2.389	3.958	82.954
Médio	-	3	-	-	-	-	3
Alto	-	3	-	-	-	-	3
Total	9.721	66.787	-	105	2.389	3.958	82.960
%	11,7	80,5	-	0,1	2,9	4,8	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e, para os casos de perdas efetivamente pagas, a partir de dezembro de 2015, são reavaliados transcorridos 180 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Para os períodos anteriores, o prazo para reavaliação é de 365 dias. Essa alteração se deve à adequação da Circular SUSEP vigente. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

Notas Explicativas**I - Operações com Resseguradoras - Movimentação**

	Créditos		Débitos	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	262	297	610	631
Contratos Emitidos	-	-	75	983
Sinistros a Recuperar	-	(16)	-	1
Antecipação / Pagamentos ao Ressegurador	12	-	(36)	(1.006)
Outras Constituições / Reversões	(256)	(19)	(546)	1
Saldo Final	18	262	103	610

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	31/12/2015	31/12/2014
Sinistros de Resseguros	52	2.456
Prêmios de Resseguros	24	949
Comissão de Resseguros	-	(37)
Saldo Final	76	3.368

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	2.456	2.729
Sinistros Avisados	32	340
Sinistros Pagos	(25)	(737)
Outras Constituições / Reversões	(2.412)	30
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	1	94
Saldo Final (*)	52	2.456

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não Suficientemente Avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não Avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 eII.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	949	979
Constituições	61	889
Reversões	(45)	(919)
Outras Constituições / Reversões	(941)	-
Saldo Final	24	949

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	(37)	(47)
Constituições	4	44
Reversões	(4)	(34)
Outras Constituições / Reversões	37	-
Saldo Final	-	(37)

Notas Explicativas

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	85.100	85.100	80.633	80.633
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.525	30.525	23.081	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	254.404	254.404	208.918	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	164.311	164.311	132.944	132.944
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado ^(*)	642	642	733	733
Derivativos ^(*)	26.755	26.755	14.156	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda ^(*)	86.045	86.045	78.360	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	42.185	38.892	34.434	34.653
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	447.404	446.787	430.039	432.544
Outros Ativos Financeiros	53.506	53.506	53.649	53.649
Passivos Financeiros				
Depósitos	292.610	292.775	294.773	294.924
Captação no Mercado Aberto	336.643	336.643	288.683	288.683
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	412	412	520	520
Derivativos ^(*)	31.071	31.071	17.350	17.350
Recursos de Mercados Interbancários	156.886	156.174	122.586	122.016
Recursos de Mercados Institucionais	93.918	95.461	73.242	72.391
Passivos de Planos de Capitalização	3.044	3.044	3.010	3.010
Outros Passivos Financeiros	68.715	68.715	71.492	71.492

^(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 81.180 (R\$ 73.759 em 31/12/2014) com o valor justo estimado de R\$ 1.143 (R\$ 1.140 em 31/12/2014).

Notas Explicativas

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) **Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- b) **Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- c) **Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
- **Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).
 - **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.
 - **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black&Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
 - **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.
- d) **Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro** - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.
- e) **Depósitos** - O valor justo dos depósitos de taxa fixa que possuem data de vencimento foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de captações similares. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação.

Notas Explicativas

f) Outros Ativos/Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Notas Explicativas

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Notas Explicativas

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2015 e 31/12/2014 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	31/12/2015				31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	123.948	40.303	60	164.311	91.024	41.130	790	132.944
Fundos de Investimento	19	1.032	-	1.051	6	864	-	870
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	114.007	3.043	3	117.053	84.265	2.128	-	86.393
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	4.431	-	-	4.431	1.914	-	-	1.914
Títulos Públicos - Outros Países	933	216	-	1.149	1.151	389	-	1.540
Argentina	696	-	-	696	628	-	-	628
Chile	-	36	-	36	-	132	-	132
Colômbia	-	72	-	72	-	88	-	88
Estados Unidos	132	-	-	132	448	-	-	448
México	3	-	-	3	3	-	-	3
Paraguai	-	68	-	68	-	128	-	128
Uruguai	-	40	-	40	-	41	-	41
Outros	102	-	-	102	72	-	-	72
Títulos de Empresas	4.558	36.012	57	40.627	3.688	37.749	790	42.227
Ações Negociáveis	2.161	-	-	2.161	2.351	-	-	2.351
Certificado de Depósito Bancário	19	2.564	-	2.583	12	3.269	-	3.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	1	1
Debêntures	2.333	2.141	48	4.522	1.313	2.720	210	4.243
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	45	940	6	991	10	1.049	2	1.061
Letras Financeiras	-	30.367	-	30.367	-	30.711	-	30.711
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	577	577
Outros	-	-	3	3	2	-	-	2
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	32.439	49.347	4.259	86.045	30.787	42.169	5.404	78.360
Fundos de Investimento	6	98	114	218	3	138	-	141
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	10.793	791	212	11.796	13.570	572	249	14.391
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	17.312	-	-	17.312	11.234	-	-	11.234
Títulos Públicos - Outros Países	2.152	7.702	29	9.883	1.153	7.453	13	8.619
Bélgica	-	-	-	-	57	-	-	57
Chile	-	1.378	29	1.407	-	1.106	13	1.119
Coréia	-	1.626	-	1.626	-	1.782	-	1.782
Dinamarca	-	2.548	-	2.548	-	2.699	-	2.699
Espanha	-	1.060	-	1.060	-	783	-	783
Estados Unidos	2.022	-	-	2.022	726	-	-	726
França	-	-	-	-	133	-	-	133
Holanda	122	-	-	122	151	-	-	151
Itália	-	-	-	-	70	-	-	70
Paraguai	-	912	-	912	9	840	-	849
Uruguai	-	178	-	178	-	243	-	243
Outros	8	-	-	8	7	-	-	7
Títulos de Empresas	2.176	40.756	3.904	46.836	4.827	34.006	5.142	43.975
Ações Negociáveis	661	-	267	928	1.998	1	-	1.999
Cédula do Produtor Rural	-	1.078	52	1.130	-	1.357	51	1.408
Certificado de Depósito Bancário	-	1.443	130	1.573	-	1.223	58	1.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	2.037	2.037	-	-	2.522	2.522
Debêntures	410	21.581	844	22.835	2.732	16.807	706	20.245
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	1.105	8.981	26	10.112	97	6.557	53	6.707
Letras Financeiras	-	6.479	367	6.846	-	7.735	270	8.005
Notas Promissórias	-	937	54	991	-	-	1.397	1.397
Outros	-	257	127	384	-	326	85	411
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	642	-	-	642	733	-	-	733
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	506	-	-	506	626	-	-	626
Títulos Públicos - Outros Países	136	-	-	136	107	-	-	107
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	412	-	412	-	448	72	520
Notas Estruturadas	-	412	-	412	-	448	72	520

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2015 e 31/12/2014 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/12/2015				31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	529	24.975	1.251	26.755	(218)	14.253	121	14.156
Futuros	529	-	-	529	-	-	-	-
Swaps - Diferencial a Receber	-	7.958	1.189	9.147	-	4.783	33	4.816
Opções	-	5.550	33	5.583	-	2.856	16	2.872
Termo	-	3.166	-	3.166	-	2.394	-	2.394
Derivativos de Crédito	-	614	-	614	-	122	-	122
<i>Forwards</i>	-	3.430	-	3.430	-	2.106	-	2.106
Verificação de Swap	-	355	-	355	-	93	-	93
Outros Derivativos	-	3.902	29	3.931	(218)	1.899	72	1.753
Derivativos - Passivo	-	(31.038)	(33)	(31.071)	(310)	(16.996)	(44)	(17.350)
Futuros	-	-	-	-	(354)	-	-	(354)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(16.310)	(21)	(16.331)	-	(9.496)	(38)	(9.534)
Opções	-	(5.771)	(12)	(5.783)	-	(3.051)	(6)	(3.057)
Termo	-	(833)	-	(833)	-	(682)	-	(682)
Derivativos de Crédito	-	(875)	-	(875)	-	(179)	-	(179)
<i>Forwards</i>	-	(3.142)	-	(3.142)	-	(1.693)	-	(1.693)
Verificação de Swap	-	(545)	-	(545)	-	(229)	-	(229)
Outros Derivativos	-	(3.562)	-	(3.562)	44	(1.666)	-	(1.622)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/12/2015 e 31/12/2014. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Notas Explicativas

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 89.650 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31 de Dezembro de 2015, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 41.561 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

Notas Explicativas

	Valor justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2015
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	790	33	102	(865)	-	60	-
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	-	4	-	(1)	-	3	-
Títulos de Dívida de Empresas	790	29	102	(864)	-	57	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1	-	-	(1)	-	-	-
Debêntures	210	(13)	66	(215)	-	48	-
Notas Promissórias	577	54	-	(631)	-	-	-
Euro Bonds e Assemelhados	2	(6)	27	(17)	-	6	-
Outros	-	(6)	9	-	-	3	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.404	(1.241)	4.453	(4.624)	267	4.259	(451)
Fundos de Investimento	-	(1.128)	1.242	-	-	114	-
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	249	(116)	85	(6)	-	212	(22)
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	13	(1)	101	(84)	-	29	-
Títulos de Dívida de Empresas	5.142	4	3.025	(4.534)	267	3.904	(429)
Ações Negociáveis	-	-	-	-	267	267	-
Cédula do Produtor Rural	51	1	9	(9)	-	52	-
Certificado de Depósito Bancário	58	7	201	(136)	-	130	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.522	(142)	68	(411)	-	2.037	(207)
Debêntures	706	(12)	915	(765)	-	844	(222)
Euro Bonds e Assemelhados	53	(8)	94	(113)	-	26	2
Letras Financeiras	270	48	49	-	-	367	(2)
Notas Promissórias	1.397	72	1.574	(2.989)	-	54	-
Outros	85	38	115	(111)	-	127	-

	Valor justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2015
Derivativos - Ativo	121	369	316	(219)	664	1.251	31
Swaps - Diferencial a Receber	33	318	192	(18)	664	1.189	-
Opções	16	(29)	124	(78)	-	33	(10)
Outros Derivativos	72	80	-	(123)	-	29	41
Derivativos - Passivo	(44)	(40)	(95)	148	(2)	(33)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(38)	(38)	(11)	68	(2)	(21)	-
Opções	(6)	(2)	(84)	80	-	(12)	-

	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2014
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	27	695	230	(372)	-	790	-
Títulos de Empresas	27	695	230	(372)	-	790	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	10	-	(9)	-	1	-
Debêntures	-	29	705	(524)	-	210	-
Notas Promissórias	27	562	230	(242)	-	577	-
Euro Bonds e Assemelhados	-	123	-	(121)	-	2	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.489	1.581	6.303	(9.020)	-	5.404	(5)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	258	(272)	267	(4)	-	249	-
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	34	(17)	40	(44)	-	13	-
Títulos de Empresas	6.197	1.870	5.996	(8.972)	-	5.142	(5)
Cédula do Produtor Rural	-	-	51	-	-	51	-
Certificado de Depósito Bancário	33	12	97	(84)	-	58	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4.834	1.538	14	(3.864)	-	2.522	(8)
Debêntures	-	313	706	(313)	-	706	-
Euro Bonds e Assemelhados	74	23	-	(44)	-	53	3
Letras Financeiras	-	4	266	-	-	270	-
Notas Promissórias	1.227	(22)	4.858	(4.666)	-	1.397	-
Outros	29	2	55	(1)	-	85	-

	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2014
Derivativos - Ativo	124	73	92	(172)	4	121	-
Swaps - Diferencial a Receber	-	37	2	(10)	4	33	-
Opções	13	24	18	(39)	-	16	-
Outros Derivativos	111	12	72	(123)	-	72	-
Derivativos - Passivo	(5)	2	(10)	(18)	(13)	(44)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(23)	1	(3)	(13)	(38)	-
Opções	(5)	25	(11)	(15)	-	(6)	-

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

Notas Explicativas

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível III		31/12/2015	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(2,6)	(6,3)
	II	(65,3)	(154,0)
	III	(130,5)	(300,9)
Moedas, <i>Commodities</i> e Índices	I	(5,7)	-
	II	(11,4)	-
Não Lineares	I	(21,9)	-
	II	(38,9)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

Provisões	31/12/2015	31/12/2014
Cíveis	5.227	4.643
Trabalhistas	6.132	5.598
Fiscais e Previdenciárias	7.500	6.627
Outros	135	159
Total	18.994	17.027
Circulante	3.848	3.268
Não Circulante	15.146	13.759

Notas Explicativas

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

De 1986 a 1994, o Governo Federal brasileiro implementou diversos e consecutivos planos de estabilização econômica para combater a hiperinflação (PEE). Para implementar esses planos, o Governo Federal brasileiro promulgou leis baseadas no seu poder de regulamentar os sistemas monetário e financeiro conforme previsto na Constituição Federal Brasileira.

Os titulares de cadernetas de poupança em períodos em que os PEEs foram implementados questionaram a constitucionalidade das leis aplicadas por tais planos, reivindicando dos bancos nos quais tinham suas cadernetas de poupança montantes adicionais de juros com base nas taxas de inflação aplicadas às contas de depósitos, segundo os PEEs.

Somos réus em diversas ações padronizadas impetradas por pessoas físicas em relação aos PEEs, e constituímos provisões para tais ações quando do recebimento da citação. Além disso, somos réus em ações coletivas, semelhantes aos processos movidos por pessoas físicas, impetradas por (i) associações de defesa do consumidor ou (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Os titulares das cadernetas de poupança podem reivindicar qualquer valor devido, tendo em vista uma decisão final. Registramos provisões quando os reclamantes pessoas físicas exigem a execução dessas decisões, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não proferiu uma sentença final referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Com relação a um questionamento judicial similar referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicação a depósitos à vista e outros contratos particulares, o STF decidiu que as leis estavam em conformidade com a Constituição Federal do Brasil. Em resposta a essa discrepância, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro, ou CONSIF, uma associação de instituições financeiras brasileiras, moveu um processo especial junto ao Supremo Tribunal Federal (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 165 – ADPF 165), no qual o Banco Central protocolou uma peça de assistente em processo (amicus curiae), argumentando que os titulares das cadernetas de poupança não sofreram danos efetivos e que os PEEs aplicáveis às cadernetas de poupança estavam em conformidade com a Constituição Federal. Como resultado, o STF suspendeu a decisão de todos os recursos relacionados a essa questão até que se tenha uma decisão final sobre ela. No entanto, não há previsão de quando ocorrerá o julgamento pelo STF, pois, com o impedimento de alguns de seus ministros, não há, por enquanto, quórum suficiente para se decidir a questão.

As decisões mais importantes tratarão dos seguintes aspectos: (i) a incidência dos juros remuneratórios sobre o valor devido ao autor da ação, em ações em que não há uma reivindicação específica sobre esses juros; (ii) a data inicial da incidência dos juros de mora, referente às ações coletivas; e (iii) a possibilidade de compensar a diferença negativa proveniente do mês da implementação do PEE, entre os juros efetivamente

Notas Explicativas

pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período, utilizando a diferença positiva resultante dos meses subsequentes à implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período. Em julgamentos relevantes ao longo de 2015, o STJ decidiu que: (i) descabe a inclusão de juros remuneratórios nos cálculos de execução, se inexistir condenação expressa para tanto; e (ii) não haverá pagamento de juros remuneratórios aos poupadores depois de comprovada a data de encerramento das contas de poupança. Também consolidou-se tese de que podem ser incluídos expurgos inflacionários de planos posteriores aos discutidos na ação judicial, a título de correção monetária plena do débito, mesmo sem pedido expresso do poupador. Além disso, permanece consolidado no STJ que o prazo para ajuizamento de ações coletivas expirou em cinco anos contados a partir da data da implementação do PEE. Dessa forma, diversas ações coletivas continuam sendo extintas pelo Judiciário como resultado dessa decisão.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.460 (R\$ 1.800 em 31/12/2014), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações e é reavaliado considerando os resultados das decisões judiciais. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 829 (R\$ 416 em 31/12/2014).

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Notas Explicativas

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/12/2015			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.643	5.598	159	10.400
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(132)	(1.029)	-	(1.161)
Subtotal	4.511	4.569	159	9.239
Atualização / Encargos (Nota 26)	322	548	-	870
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>1.747</u>	<u>1.637</u>	<u>(24)</u>	<u>3.360</u>
Constituição (*)	2.698	1.795	(21)	4.472
Reversão	(951)	(158)	(3)	(1.112)
Pagamento	(1.589)	(1.711)	-	(3.300)
Subtotal	4.991	5.043	135	10.169
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	236	1.089	-	1.325
Saldo Final	5.227	6.132	135	11.494
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2015 (Nota 20a)	1.741	2.218	-	3.959

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 233.

	01/01 a 31/12/2014			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.473	5.192	223	9.888
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(134)	(811)	-	(945)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
Atualização / Encargos (Nota 26)	184	320	-	504
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>1.524</u>	<u>1.123</u>	<u>(64)</u>	<u>2.583</u>
Constituição (*)	2.100	1.459	23	3.582
Reversão	(576)	(336)	(87)	(999)
Pagamento	(1.536)	(1.255)	-	(2.791)
Subtotal	4.511	4.569	159	9.239
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	132	1.029	-	1.161
Saldo Final	4.643	5.598	159	10.400
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2014 (Nota 20a)	2.073	2.567	-	4.640

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 210.

	01/01 a 31/12/2013			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	3.732	4.852	192	8.776
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	13	14	-	27
Saldo Oriundo da Aquisição de Empresas (Nota 3)	192	99	-	291
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(118)	(948)	-	(1.066)
Subtotal	3.819	4.017	192	8.028
Atualização/Encargos (Nota 26)	163	236	-	399
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>2.111</u>	<u>1.398</u>	<u>31</u>	<u>3.540</u>
Constituição (*)	2.778	1.591	34	4.403
Reversão	(667)	(193)	(3)	(863)
Pagamento	(1.754)	(1.270)	-	(3.024)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	134	811	-	945
Saldo Final	4.473	5.192	223	9.888
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2013 (Nota 20a)	2.169	2.451	-	4.620

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 247.

Notas Explicativas

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Saldo Inicial	6.627	8.974	10.433
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	-	-	32
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(61)	(57)	(61)
Subtotal	6.566	8.917	10.404
Atualização / Encargos (*)	609	515	402
Movimentação do Período Refletida no Resultado	588	797	993
Constituição (*)	1.170	1.156	1.231
Reversão (*)	(582)	(359)	(238)
Pagamento	(328)	(3.663)	(2.882)
Subtotal	7.435	6.566	8.917
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	65	61	57
Saldo Final	7.500	6.627	8.974

(*) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Saldo Inicial	4.736	5.658	4.557
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	-	-	167
Apropriação de Rendas	285	377	265
Movimentação do Período	(682)	(1.299)	668
Novos Depósitos	355	193	1.406
Levantamentos Efetuados	(944)	(5)	(21)
Conversão em Renda	(93)	(1.487)	(717)
Saldo Final (Nota 20a)	4.339	4.736	5.657
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 32d)	-	-	1
Saldo Final após a Reclassificação	4.339	4.736	5.658

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 1.098: enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 1.084;
- INSS – Fator Acidentário de Prevenção (FAP) – R\$ 834: discute-se a legalidade do FAP e inconsistências cometidas pelo INSS na sua apuração. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 98;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 613: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 540;
- IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior – R\$ 559: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 215.

Notas Explicativas

Contingências não provisionadas no Balanço - Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 16.165, estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 4.429: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 2.867: dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura, sendo que deste montante R\$ 612 estão garantidos em contratos de aquisição de empresas;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.365: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 1.301: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 960: entendemos que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber Relativo a Reembolso de Contingências totaliza R\$ 1.093 (R\$ 676 em 31/12/2014) (Nota 20a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	793	821
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	4.335	4.230

Em geral, os depósitos em garantia de recursos referentes às ações judiciais, no Brasil, devem ser feitos em juízo e são retidos em juízo até que seja tomada uma decisão judicial. No caso de uma decisão desfavorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor depositado é liberado da conta de depósito em garantia de recursos e transferido para a contraparte da ação judicial. No caso de uma decisão favorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor é liberado no montante total depositado atualizado.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.

Notas Explicativas

e) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei 12.865/13 , com alterações produzidas pela Medida Provisória 627/13.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei 12.865, de 9/10/2013. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e foi definido de acordo com os principais artigos abaixo:

- **REFIS – PIS e COFINS (art. 39 da Lei nº 12.865/13)**

Os débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718/98 (pessoas jurídicas de direito privado), devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras, vencidos até 31 de dezembro de 2012;

- **REFIS – Lucros no Exterior (art. 40 da Lei nº 12.865/13)**

Os débitos para com a Fazenda Nacional, relativos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes de lucros auferidos por controlada ou coligada no exterior (art. 74 da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001), relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2012;

- **REFIS da crise (art. 17 da Lei nº 12.865/13)**

Esse programa se refere à renegociação dos débitos federais administrados pela RFB e pela PGFN, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo em fase de execução fiscal ajuizada.

O efeito líquido dos programas no resultado foi de R\$ 508, registrado em Despesas Tributárias, Outras Receitas e Imposto de Renda e Contribuição Social.

f) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos substancialmente relacionados à esfera Federal, instituído pela Lei 13.097, de 19/01/2015 e Lei 13.043/14. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e foi definido de acordo com os principais artigos abaixo:

- **Refis do Ganho de Capital Auferido na Incorporação de Ações da Nova Bolsa**

Lei 13.097/15 art. 145 – Decorrentes do ganho de capital ocorrido até 31 de Dezembro de 2008 pela alienação de ações que tenham sido originadas da conversão de títulos patrimoniais de associações civis sem fins lucrativos.

O efeito líquido do programa no resultado foi de R\$ 27, e está refletido em Outras Receitas Operacionais, Imposto de Renda e Contribuição Social.

g) Programas de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram aos Programas de Parcelamento Incentivado substancialmente relacionados à esfera municipal, instituídos pelas Leis: **São Paulo** (Lei nº 16.097, de 29/12/2014); (Lei nº 55.828, de 07/01/2015); **Rio de Janeiro** (Lei nº 5.854, de 27/04/2015). Os programas incluíram débitos administrados pelos referidos município e podem ser definidos:

- **PPI – Programas de Parcelamento Incentivado** - os programas promovem a regularização dos débitos referidos nestas leis, decorrentes de créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar.

O efeito líquido dos programas no resultado foi de R\$ 9, e está refletido em Outras Receitas Operacionais, Imposto de Renda e Contribuição Social.

Notas Explicativas

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basiléia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basiléia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: somatório do Capital Principal, apurado de modo geral pelo capital social, certas reservas e lucros retidos, menos deduções e ajustes prudenciais, e do Capital Complementar
- Nível II: inclui instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeitos às limitações prudenciais.

Entretanto, o Acordo de Basiléia permite que autoridades reguladoras de cada país determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%, com cronograma para atingir 8% em 2019 (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período o ITAÚ UNIBANCO HOLDING cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basiléia, apurados de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, com base na consolidação das instituições financeiras.

	31/12/2015
	Consolidado
	Prudencial (*)
Patrimônio de Referência	
Nível I	101.001
Capital Principal	100.955
Capital Complementar	46
Nível II	27.464
Total	128.465
Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco	
De Crédito	679.593
De Mercado	14.252
Operacional	28.623
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	722.468
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	79.471
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	48.994
Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %	17,8%

(*) Demonstrações contábeis consolidadas contendo as empresas financeiras e assemelhadas. A partir da data base jan/15, conforme Circular 4.278, este passa a ser o consolidado base de apuração.

Notas Explicativas

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de Dezembro de 2015, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, totalizando R\$ 51.134.

Nome do Papel/Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil
CDB Subordinado - BRL					
	466	2006	2016	100% do CDI + 0,7% (*)	1.235
	2.665	2010	2016	110% a 114% do CDI	5.154
	123			IPCA + 7,21% a 7,33%	268
	367	2010	2017	IPCA + 7,21% a 7,33%	806
	3.621			Total	7.463
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	365	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	385
	1.874			112% a 112,5% do CDI	1.973
	30			IPCA + 7%	59
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	312
	3.224	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.493
	352			IPCA + 6,15% a 7,8%	578
	138			IGPM + 6,55% a 7,6%	241
	3.650			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.790
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	506
	42	2011	2018	IGPM + 7%	60
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	44
	461	2012	2018	IPCA + 4,4% a 6,58%	690
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.900
	6.373			108% a 113% do CDI	7.027
	112			9,95% a 11,95%	158
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	3
	12	2012	2019	11,96%	19
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	148
	1			110% do CDI	2
	20	2012	2020	IPCA + 6% a 6,17%	33
	1			111% do CDI	2
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	10
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	3.454
	20			IGPM + 4,63%	25
	23.609			Total	26.912
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,20%	3.908
	1.000	2010	2021	5,75%	3.890
	730	2011	2021	5,75% a 6,20%	2.998
	550	2012	2021	6,20%	2.148
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	10.264
	1.851	2012	2023	5,13%	7.278
	7.721			Total	30.486
Total					64.861

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

A partir do primeiro trimestre de 2015 e comparativo a 2014, foi alterada a forma de apresentação dos segmentos com o intuito de adequá-la à atual estrutura organizacional do banco. Serão reportados os seguintes segmentos: Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. O Banco de Varejo passa a englobar os antigos segmentos Banco Comercial – Varejo e Crédito ao Consumidor – Varejo, com a transferência das operações do Private Bank e da Latam para o Banco de Atacado, sendo estas as principais alterações desta apresentação.

Notas Explicativas

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco de Varejo**

O resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Este segmento inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito, além das operações do Itaú BMG Consignado.

- **Banco de Atacado**

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank), das atividades das unidades da América Latina e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento e a partir de 2015, alteramos a metodologia de cálculo. O CEA considera, além do capital alocado nível I os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital alocado nível I, determinamos o Retorno sobre o Capital Econômico Alocado, que corresponde a um indicador de performance operacional consistentemente ajustado ao capital necessário para dar suporte ao risco das posições patrimoniais assumidas, em conformidade com o apetite de risco da instituição.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

Notas Explicativas

• Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foram promovidas algumas alterações nos critérios de consolidação dos resultados gerenciais apresentados no intuito de refletir melhor a forma como a administração acompanha os números do banco. Esses ajustes alteram somente a abertura das linhas e, portanto, não afetam o lucro líquido divulgado. Por meio destas reclassificações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca alinhar a forma de apresentação dos resultados e permitir maior comparabilidade e compreensão na avaliação do desempenho do banco.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira. Adicionalmente, para melhor comparabilidade com os novos critérios de consolidação, foram consolidados 100% dos resultados de parcerias (anteriormente consolidadas proporcionalmente) e foram reclassificadas as despesas de provisões associadas a títulos e valores mobiliários e derivativos (originalmente classificadas em Despesas não Decorrentes de Juros, para Despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa).

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que no IFRS (IAS 39) devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do seu valor recuperável (Perda Incorrida) e nas normas adotadas no Brasil é utilizado o conceito de Perda Esperada;
- Ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo no IFRS (IAS 39 e 32) e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;

Notas Explicativas

- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de *impairment*.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2015

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	70.495	25.774	7.641	103.910	(11.899)	92.011
Margem Financeira ⁽¹⁾	40.997	18.047	7.513	66.557	(11.949)	54.608
Receita de Prestação de Serviços	21.159	7.282	59	28.500	952	29.452
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.339	445	69	8.853	(2.181)	6.672
Outras Receitas	-	-	-	-	1.279	1.279
Perdas com Créditos e Sinistros	(13.893)	(5.931)	98	(19.726)	(1.609)	(21.335)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.232)	(6.764)	98	(22.898)	(1.619)	(24.517)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.886	883	-	4.769	10	4.779
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.547)	(50)	-	(1.597)	-	(1.597)
Margem Operacional	56.602	19.843	7.739	84.184	(13.508)	70.676
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(35.924)	(11.130)	(1.948)	(49.002)	(3.409)	(52.411)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(31.547)	(9.877)	(1.522)	(42.946)	(4.680)	(47.626)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.377)	(1.253)	(426)	(6.056)	651	(5.405)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	620	620
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	20.678	8.713	5.791	35.182	(16.917)	18.265
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.263)	(2.691)	(1.040)	(10.994)	18.885	7.891
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(342)	-	(14)	(356)	(60)	(416)
Lucro Líquido	13.073	6.022	4.737	23.832	1.908	25.740

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 72.725, receita de dividendos R\$ 98, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (11.862) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ (6.353).

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.688, de amortização de R\$ 910 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.138.

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2015	873.202	547.236	127.716	1.359.172	(82.757)	1.276.415
Passivo Total - 31/12/2015	840.033	502.887	97.017	1.250.955	(88.599)	1.162.356

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.064	-	2.436	3.500	899	4.399
Ágio	232	-	-	232	1.825	2.057
Imobilizado, Líquido	5.781	1.274	-	7.055	1.486	8.541
Intangível, Líquido	6.606	857	-	7.463	(1.168)	6.295

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2014

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	65.516	20.408	3.916	89.840	1.817	91.657
Margem Financeira ⁽¹⁾	37.880	13.685	3.590	55.155	1.118	56.273
Receita de Prestação de Serviços	19.234	6.321	222	25.777	565	26.342
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.402	402	104	8.908	(2.020)	6.888
Outras Receitas	-	-	-	-	2.154	2.154
Perdas com Créditos e Sinistros	(11.840)	(3.202)	(3)	(15.045)	(756)	(15.801)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.503)	(3.565)	(3)	(18.071)	(761)	(18.832)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.642	407	-	5.049	5	5.054
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.979)	(44)	-	(2.023)	-	(2.023)
Margem Operacional	53.676	17.206	3.913	74.795	1.061	75.856
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(34.200)	(9.150)	(1.089)	(44.439)	(2.609)	(47.048)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(30.243)	(8.158)	(1.182)	(39.583)	(2.967)	(42.550)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(3.957)	(992)	93	(4.856)	(207)	(5.063)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	565	565
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	19.476	8.056	2.824	30.356	(1.548)	28.808
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.761)	(2.591)	(74)	(9.426)	2.479	(6.947)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(305)	-	(6)	(311)	5	(306)
Lucro Líquido	12.410	5.465	2.744	20.619	936	21.555

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 47.138, receita de dividendos R\$ 215, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (724) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 9.644.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.641, de amortização de R\$ 827 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.214

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2014	811.185	436.872	107.174	1.208.702	(81.499)	1.127.203
Passivo Total - 31/12/2014	770.528	399.544	86.897	1.110.439	(83.853)	1.026.586

(1) Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	982	-	2.117	3.099	991	4.090
Ágio	204	-	-	204	1.757	1.961
Imobilizado, Líquido	6.693	868	-	7.561	1.150	8.711
Intangível, Líquido	7.841	791	-	8.632	(2.498)	6.134

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2013

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	57.504	17.032	3.940	78.476	911	79.387
Margem Financeira ⁽¹⁾	32.932	11.097	3.608	47.637	1.004	48.641
Receita de Prestação de Serviços	16.437	5.495	216	22.148	564	22.712
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.135	440	116	8.691	(2.052)	6.639
Outras Receitas	-	-	-	-	1.395	1.395
Perdas com Créditos e Sinistros	(13.471)	(1.807)	(332)	(15.610)	740	(14.870)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.270)	(2.008)	(302)	(18.580)	724	(17.856)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.837	248	(40)	5.045	16	5.061
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	(2.038)	(47)	10	(2.075)	-	(2.075)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	44.033	15.225	3.608	62.866	1.651	64.517
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(31.288)	(8.700)	(282)	(40.270)	(3.382)	(43.652)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(27.698)	(7.839)	(450)	(35.987)	(3.927)	(39.914)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(3.590)	(861)	168	(4.283)	(58)	(4.341)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	603	603
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	12.745	6.525	3.326	22.596	(1.731)	20.865
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.189)	(2.215)	(219)	(6.623)	2.280	(4.343)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(125)	-	(12)	(137)	39	(98)
Lucro Líquido	8.431	4.310	3.095	15.836	588	16.424

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 47.766, receita de dividendos R\$ 205, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (5.924) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 6.594.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.522, e amortização de R\$ 808 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.147

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2013	798.550	355.632	116.625	1.105.721	(78.424)	1.027.297
Passivo Total - 31/12/2013	772.996	328.704	86.179	1.022.793	(79.688)	943.105

(1) Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	773	93	2.124	2.990	941	3.931
Ágio	1.732	189	-	1.921	(16)	1.905
Imobilizado, Líquido	5.846	664	-	6.510	54	6.564
Intangível, Líquido	4.906	813	-	5.719	78	5.797

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Notas Explicativas

Abaixo seguem informações do resultado dos principais serviços e produtos e dos ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014			01/01 a 31/12/2013		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ^{(1) (2)}	117.140	12.532	129.672	118.946	10.304	129.250	86.481	8.521	95.002
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.570	102	6.672	6.834	54	6.888	6.568	71	6.639
Receita de Prestação de Serviços	27.072	2.380	29.452	24.550	1.792	26.342	21.140	1.572	22.712
Ativos não Correntes ⁽³⁾	13.841	995	14.836	14.038	807	14.845	11.537	824	12.361

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10% ou mais das receitas.

(3) Os valores comparativos referem-se à 31/12/2014 e 31/12/2013.

Nota 35 – Partes Relacionadas

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) a Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itaútec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A., ITH Zux Cayman Company Ltd e Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Fundação Bemgeprev, UBB Prev - Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Itaú Viver Mais, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO						
	Taxa Anual	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)		
		31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Captações no Mercado Aberto		(249)	(142)	(20)	(13)	(14)
Duralex S.A.	99% a 101,5% do CDI	(41)	(100)	(9)	(10)	(10)
Elekeiroz S.A.	99% a 100% do CDI	(8)	(6)	(1)	(2)	(2)
Itautec S.A.	100% do CDI	(110)	(2)	-	-	(2)
Itaúsa Empreendimentos S.A.	99% a 100% do CDI	(64)	(26)	(7)	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	100% da Selic	(11)	-	(1)	-	-
Outras		(15)	(8)	(2)	(1)	-
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços		(116)	(109)	20	8	41
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	2	-	1
Itaúsa Empreendimentos S.A.		-	-	-	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(2)	-	(28)	-	-
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(114)	(13)	39	35	33
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	5	5	5
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social		-	(93)	-	-	-
Outras		-	(3)	2	(32)	2
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(56)	(51)	(48)
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	(2)	-	(1)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(42)	(38)	(37)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(12)	(13)	(10)
Outras		-	-	-	-	-
Despesas com Doações		-	-	(84)	(78)	(73)
Associação Itaú Viver Mais		-	-	(1)	(1)	(1)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(83)	(77)	(72)
Despesas de Processamento de Dados		-	-	-	(285)	(267)
Itautec S.A.		-	-	-	(285)	(267)

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas - Outros, o valor de R\$ (4) (R\$ (5) de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ (5) de 01/01 a 31/12/2013) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Remuneração	459	343	278
Conselho de Administração	27	14	13
Administradores	432	329	265
Participações no Lucro	239	261	259
Conselho de Administração	1	12	8
Administradores	238	249	251
Contribuições aos Planos de Aposentadoria - Administradores	9	7	3
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	200	234	166
Total	907	845	706

Notas Explicativas

Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O processo de avaliação de políticas e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos de todos os segmentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis, e os níveis de risco atribuídos pelos respectivos modelos de mercado.

Classificação Interna	PD	Classificação Externa		
		Moody's	S&P	Fitch
Baixo	Menor ou igual a 4,44%	Aaa até B2	AAA até B	AAA até B-
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%	B3 até Caa3	B- até CCC-	CCC+ até CCC-
Alto	Maior que 25,95%	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
<i>Impairment</i>	Operações <i>Corporate</i> com PD maior que 31,84%			
	Operações em Atraso >90 dias	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
	Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias			

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour score*. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados por uma estrutura independente. Excepcionalmente, também pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

Notas Explicativas

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovados pelo seu Conselho de Administração, aplicáveis às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O controle centralizado do risco de crédito é realizado por área executiva independente das unidades de negócio e responsável pelo controle de riscos, conforme exigido pela regulamentação vigente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

	31/12/2015			31/12/2014		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.502	23.023	30.525	7.875	15.206	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	252.295	2.109	254.404	208.751	167	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	157.206	7.105	164.311	124.391	8.553	132.944
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	642	642	-	733	733
Derivativos	15.858	10.897	26.755	7.385	6.771	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	52.221	33.824	86.045	55.686	22.674	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	27.378	14.807	42.185	24.102	10.332	34.434
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	326.241	121.163	447.404	324.021	106.018	430.039
Outros Ativos Financeiros	47.665	5.841	53.506	44.072	9.577	53.649
<i>Off Balance</i>	272.274	30.246	302.520	280.640	25.708	306.348
Avais e Fianças	68.897	5.347	74.244	68.416	5.343	73.759
Cartas de Crédito a Liberar	6.936	-	6.936	11.091	-	11.091
Compromissos a Liberar	196.441	24.899	221.340	201.133	20.365	221.498
Crédito Imobiliário	6.812	-	6.812	9.087	-	9.087
Cheque Especial	81.151	-	81.151	78.461	-	78.461
Cartão de Crédito	102.721	1.211	103.932	103.092	873	103.965
Outros Limites Pré-Aprovados	5.757	23.688	29.445	10.493	19.492	29.985
Total	1.158.640	249.657	1.408.297	1.076.923	205.739	1.282.662

Notas Explicativas

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/12/2015 e 31/12/2014, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 87,7% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 3,6% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 5,7% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2015	%	31/12/2014	%
Setor Público	3.182	0,7	4.389	1,0
Indústria e Comércio	125.386	26,5	116.506	25,7
Serviços	104.226	22,0	99.855	22,1
Setor Primário	25.306	5,3	23.345	5,2
Outros Setores	2.526	0,5	2.242	0,5
Pessoa Física	213.622	45,0	206.094	45,5
Total	474.248	100,0	452.431	100,0

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/12/2015	%	31/12/2014	%
Setor Primário	4.313	0,7	2.444	0,5
Setor Público	197.871	32,7	152.770	31,0
Indústria e Comércio	11.856	2,0	12.722	2,6
Serviços	89.932	14,9	90.630	18,4
Outros Setores	15.420	2,5	1.665	0,3
Pessoa Física	546	0,1	396	0,1
Financeiras	284.929	47,1	231.999	47,1
Total	604.867	100,0	492.626	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos Off Balance (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

Notas Explicativas

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/12/2015				31/12/2014			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	340.368	3.838	-	344.206	324.908	4.042	-	328.950
Médio	76.940	6.489	-	83.429	81.994	6.989	-	88.983
Alto	12.609	6.847	-	19.456	11.439	5.853	-	17.292
Impairment	-	-	27.157	27.157	-	-	17.206	17.206
Total	429.917	17.174	27.157	474.248	418.341	16.884	17.206	452.431
%	90,7%	3,6%	5,7%	100,0%	92,5%	3,7%	3,8%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2015					31/12/2014				
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoas Físicas	102.479	60.132	13.030	11.579	187.220	102.184	62.020	12.022	9.727	185.953
Cartão de Crédito	40.297	11.887	2.286	4.072	58.542	39.417	14.234	2.338	3.332	59.321
Crédito Pessoal	6.234	8.014	9.099	5.049	28.396	7.253	8.932	7.882	3.886	27.953
Crédito Consignado	9.582	33.766	844	1.242	45.434	8.113	31.090	696	626	40.525
Veículos	14.149	4.292	737	880	20.058	20.570	5.791	1.053	1.633	29.047
Crédito Imobiliário	32.217	2.173	64	336	34.790	26.831	1.973	53	250	29.107
Grandes Empresas	122.518	6.132	-	11.339	139.989	123.988	8.191	-	3.749	135.928
Micros/Pequenas e Médias Empresas	56.463	13.350	5.199	3.564	78.576	56.917	15.171	4.599	3.225	79.912
Unidades Externas América Latina	62.746	3.815	1.227	675	68.463	45.861	3.601	671	505	50.638
Total	344.206	83.429	19.456	27.157	474.248	328.950	88.983	17.292	17.206	452.431
%	72,6%	17,6%	4,1%	5,7%	100,0%	72,7%	19,7%	3,8%	3,8%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2015				31/12/2014			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	122.097	5.998	-	128.095	123.249	8.093	-	131.342
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	100.819	55.625	8.269	164.713	100.252	56.890	7.746	164.888
Cartão de Crédito	39.945	11.086	1.492	52.523	39.097	13.385	1.632	54.114
Crédito Pessoal	6.166	7.527	6.030	19.723	7.186	8.447	5.469	21.102
Crédito Consignado	9.501	33.116	642	43.259	8.000	30.445	523	38.968
Veículos	13.584	2.918	84	16.586	19.616	3.509	104	23.229
Crédito Imobiliário	31.623	978	21	32.622	26.353	1.104	18	27.475
Micro/Pequenas e Médias Empresas	55.736	11.904	3.570	71.210	56.221	13.885	3.277	73.383
Unidades Externas América Latina	61.716	3.413	770	65.899	45.186	3.126	416	48.728
Total	340.368	76.940	12.609	429.917	324.908	81.994	11.439	418.341

6.1.1 As Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	31/12/2015				31/12/2014			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	6.306	2.973	1.650	10.929	7.105	2.818	1.414	11.337
Cartão de Crédito	978	417	551	1.946	990	461	423	1.874
Crédito Pessoal	1.992	1.127	505	3.624	1.837	756	371	2.964
Crédito Consignado	532	248	153	933	631	176	126	933
Veículos	1.706	642	245	2.593	2.781	1.051	353	4.185
Crédito Imobiliário	1.098	539	196	1.833	866	374	141	1.381
Grandes Empresas	411	120	23	554	748	89	1	838
Micros/Pequenas e Médias Empresas	2.288	1.035	479	3.802	2.137	767	400	3.304
Unidades Externas América Latina	1.506	274	109	1.889	984	325	96	1.405
Total	10.511	4.402	2.261	17.174	10.974	3.999	1.911	16.884

Notas Explicativas

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/12/2015							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	284.929	164.283	642	26.251	84.284	41.843	602.232
Médio	-	26	-	130	889	342	1.387
Alto	-	2	-	374	308	-	684
Impairment	-	-	-	-	564	-	564
Total	284.929	164.311	642	26.755	86.045	42.185	604.867
%	47,1	27,2	0,1	4,4	14,2	7,0	100,0

31/12/2014							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	231.999	132.934	733	14.106	78.213	34.434	492.419
Médio	-	7	-	46	68	-	121
Alto	-	3	-	4	65	-	72
Impairment	-	-	-	-	14	-	14
Total	231.999	132.944	733	14.156	78.360	34.434	492.626
%	47,1	27,0	0,1	2,9	15,9	7,0	100,0

6.1.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	31/12/2015				31/12/2014			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	54.640	135.202	639	572	57.340	137.641	720	627
Crédito Pessoal	495	1.204	448	419	561	1.160	214	182
Veículos	19.390	50.662	189	152	27.869	66.366	458	403
Crédito Imobiliário	34.755	83.336	2	1	28.910	70.115	48	42
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	169.560	481.916	7.968	2.932	166.376	447.109	6.416	3.035
Unidades Externas América Latina	57.680	89.531	7.715	6.042	42.089	61.349	4.165	3.311
Total	281.880	706.649	16.322	9.546	265.805	646.099	11.301	6.973

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 176.046 (R\$ 175.325 em 31/12/2014).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Notas Explicativas

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Imóveis Não de Uso	133	52	2
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	256	86	93
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	18	6	1
Outros (Veículos / Móveis / Equipamentos) - Dação	37	22	12
Total	444	166	108

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26/06/2007 do CMN e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados e o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente e os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

Notas Explicativas

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a nossa governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis e, (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O tema *hedge* contábil é tratado em detalhe nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354 de 27/06/2007.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco, componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais

Notas Explicativas

como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O *VaR* Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é calculado através da metodologia por Simulação Histórica. Esta metodologia efetua o reapreçamento integral de todas as posições, usando a real distribuição histórica dos ativos.

A tabela de *VaR* Total Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Itaú BBA International plc, Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguay S.A., Banco Itaú Paraguay S.A. e Itaú BBA Colombia S.A. – Corporación Financiera).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e a diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

De 01/01 a 31/12/2015, o *VaR* Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 207,0 milhões ou 0,18% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2014 foi de R\$ 131,9 milhões ou 0,13% do patrimônio líquido total).

Notas Explicativas

(em milhões de R\$)

	VaR Total (Simulação Histórica)							
	31/12/2015				31/12/2014			
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total
Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	131,9	78,2	236,4	121,2	92,4	37,0	161,8	124,8
Cupons Cambiais	93,6	75,1	139,2	108,6	60,4	21,1	93,2	83,6
Variação Cambial	47,2	11,3	118,6	13,1	36,1	3,6	141,2	26,5
Índices de Preços	134,1	103,9	294,9	108,9	99,1	45,9	162,9	115,7
Renda Variável	28,5	17,2	70,4	59,3	22,8	10,4	60,7	22,5
Unidades Externas ⁽¹⁾								
Itau BBA <i>International</i> ⁽⁴⁾	3,2	1,0	10,1	3,0	1,1	0,4	2,3	1,6
Itaú Argentina ⁽²⁾	8,5	1,9	118,1	7,8	4,0	0,9	18,8	1,9
Itaú Chile ⁽²⁾	7,5	4,5	14,0	4,7	3,3	1,3	5,5	5,3
Itaú Uruguai ⁽³⁾	2,0	0,9	4,1	2,6	1,6	0,8	2,6	2,1
Itaú Paraguai ⁽⁴⁾	3,8	1,3	7,8	7,6	1,3	0,6	3,6	3,5
Itaú BBA Colômbia ⁽²⁾	1,2	0,3	1,7	0,4	0,4	0,1	1,2	0,5
Efeito de Diversificação				(233,3)				(194,9)
Risco Total	207,0	152,3	340,7	204,0	131,9	59,0	227,7	193,1

(1) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

(2) VaR calculado por simulação histórica a partir do primeiro trimestre de 2015.

(3) VaR calculado por simulação histórica a partir do terceiro trimestre de 2015.

(4) VaR calculado por simulação histórica a partir deste trimestre.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujetas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

	31/12/2015						31/12/2014					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	376.617	203.639	97.021	277.995	186.609	1.141.881	305.708	226.073	97.686	257.420	117.884	1.004.771
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.454	3.436	2.879	753	3	30.525	15.879	2.259	3.997	946	-	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	196.402	57.997	5	-	-	254.404	146.898	62.020	-	-	-	208.918
Depósitos Compulsórios no Banco Central	62.766	-	-	-	-	62.766	59.714	-	-	-	-	59.714
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	12.872	9.413	13.649	57.700	70.677	164.311	10.142	25.770	17.539	57.074	22.419	132.944
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado	-	-	-	642	-	642	-	322	171	240	-	733
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3.903	7.106	11.914	35.098	28.024	86.045	5.251	9.679	7.290	29.743	26.397	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	342	-	319	14.500	27.024	42.185	44	264	672	13.609	19.845	34.434
Derivativos	6.040	7.152	2.653	8.116	2.794	26.755	2.408	4.073	2.238	3.682	1.755	14.156
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	70.838	118.535	65.602	161.186	58.087	474.248	65.372	121.686	65.779	152.126	47.468	452.431
Passivos Remunerados	290.908	98.129	74.635	316.852	72.968	853.492	270.976	85.050	60.179	277.952	57.274	751.431
Depósitos de Poupança	111.319	-	-	-	-	111.319	118.449	-	-	-	-	118.449
Depósitos a Prazo	13.465	19.252	13.277	57.694	1.562	105.250	11.705	23.656	7.775	61.794	3.536	108.466
Depósitos Interfinanceiros	4.475	8.727	1.012	735	-	14.949	4.687	13.173	762	503	-	19.125
Mercado Aberto	144.750	15.186	21.262	134.708	20.737	336.643	125.663	11.280	15.150	120.639	15.951	288.683
Mercado Interbancário	8.056	42.525	29.966	62.654	13.685	156.886	8.043	31.076	29.699	44.367	9.401	122.586
Mercado Institucional	4.988	5.123	5.748	42.938	35.121	93.918	624	2.520	3.910	39.516	26.672	73.242
Derivativos	3.850	7.309	3.348	14.715	1.849	31.071	1.728	3.205	2.880	8.001	1.536	17.350
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	5	7	22	364	14	412	77	140	3	122	178	520
Passivos de Planos de Capitalização	-	-	-	3.044	-	3.044	-	-	-	3.010	-	3.010
Diferença Ativo/Passivo ⁽²⁾	85.709	105.510	22.386	(38.857)	113.641	288.389	34.732	141.023	37.507	(20.532)	60.610	253.340
Diferença Acumulada	85.709	191.219	213.605	174.748	288.389		34.732	175.755	213.262	192.730	253.340	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	7,5%	16,7%	18,7%	15,3%	25,3%		3,5%	17,5%	21,2%	19,2%	25,2%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Notas Explicativas**Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda**

Ativo	31/12/2015			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.060	779	4.611	11.450
Depósitos Compulsórios no Banco Central	234	503	6.435	7.172
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.281	2.093	4.649	23.023
Aplicações em Mercado Aberto	1.966	56	87	2.109
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6.125	73	907	7.105
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	642	-	-	642
Derivativos	9.581	1.279	37	10.897
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	28.833	3.063	1.928	33.824
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	14.807	-	-	14.807
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	63.456	36.776	20.931	121.163
Total do Ativo	147.985	44.622	39.585	232.192

Passivo	31/12/2015			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	55.539	25.811	30.657	112.007
Captações no Mercado Aberto	23.405	240	142	23.787
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	412	-	-	412
Derivativos	9.179	1.396	429	11.004
Recursos de Mercados Interbancários	59.203	3.796	821	63.820
Recursos de Mercados Institucionais	44.901	8.112	334	53.347
Total do Passivo	192.639	39.355	32.383	264.377

Posição Líquida	(44.654)	5.267	7.202	(32.185)
------------------------	-----------------	--------------	--------------	-----------------

Ativo	31/12/2014			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.607	656	2.872	10.135
Depósitos Compulsórios no Banco Central	292	303	4.035	4.630
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.274	1.055	1.877	15.206
Aplicações em Mercado Aberto	166	1	-	167
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.469	144	940	8.553
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	733	-	-	733
Derivativos	5.632	1.030	109	6.771
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18.897	2.435	1.342	22.674
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10.332	-	-	10.332
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	63.371	26.490	16.157	106.018
Total do Ativo	125.773	32.114	27.332	185.219

Passivo	31/12/2014			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	57.875	19.929	28.813	106.617
Captações no Mercado Aberto	14.913	181	250	15.344
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	520	-	-	520
Derivativos	5.402	1.088	28	6.518
Recursos de Mercados Interbancários	39.935	2.823	540	43.298
Recursos de Mercados Institucionais	31.519	4.425	286	36.230
Total do Passivo	150.164	28.446	29.917	208.527

Posição Líquida	(24.391)	3.668	(2.585)	(23.308)
------------------------	-----------------	--------------	----------------	-----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Notas Explicativas

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.749, de 05/03/2015, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 586,2 bilhões (R\$ 538,1 bilhões 31/12/2014), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 34,5% do total, ou R\$ 202,1 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Notas Explicativas

Recursos de Clientes	31/12/2015			31/12/2014		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	190.352	292.610		183.574	294.773	
Recursos à Vista	61.092	61.092	10,4	48.733	48.733	9,1
Recursos de Poupança	111.319	111.319	19,0	118.449	118.449	22,0
Recursos a Prazo	13.465	105.250	18,0	11.705	108.466	20,2
Outros Recursos	4.476	14.949	2,6	4.687	19.125	3,5
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	4.128	75.590	12,9	3.959	47.750	8,9
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	2.863	152.215	25,9	2.840	139.910	26,0
Dívida Subordinada	4.722	65.785	11,2	174	55.617	10,3
Total	202.065	586.200	100,0	190.547	538.050	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 156,6 bilhões e representavam 77,5% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 26,7% do total de recursos e 18,1% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/12/2015	31/12/2014
	%	%
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	77,5	72,1
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	26,7	25,5
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	18,1	17,0

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 863.180 (R\$ 809.448 em 31/12/2014).

Notas Explicativas

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos						31/12/2014				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Ativos Financeiros ⁽¹⁾										
Disponibilidades	18.544	-	-	-	18.544	17.527	-	-	-	17.527
Aplicações em Instituições Financeiras	229.295	40.016	696	239	270.246	170.482	51.967	1.097	32	223.578
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	72.091	-	-	-	72.091	74.275	-	-	-	74.275
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	133.315	33.742	-	-	167.057	80.085	45.512	-	-	125.597
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.889	6.274	696	239	31.098	16.122	6.455	1.097	32	23.706
Títulos e Valores Mobiliários	71.124	15.485	11.017	78.774	176.400	55.315	19.009	15.470	106.023	195.817
Títulos Públicos - Livres	65.965	-	-	-	65.965	45.587	-	-	-	45.587
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	68	2.675	712	6.866	10.321	3.440	5.491	5.473	41.548	55.952
Títulos Privados - Livres	5.091	12.681	10.305	71.908	99.985	6.102	10.520	8.750	57.179	82.551
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	-	129	-	-	129	186	2.998	1.247	7.296	11.727
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.955	7.685	3.430	6.289	23.359	2.408	5.342	1.167	3.719	12.636
Posição Bruta	-	1	-	20	21	-	-	-	19	19
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	-	852	-	975	1.827	-	-	-	560	560
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	-	(851)	-	(955)	(1.806)	-	-	-	(541)	(541)
Posição Líquida	5.955	7.684	3.430	6.269	23.338	2.408	5.342	1.167	3.700	12.617
Swaps	666	2.140	1.935	4.406	9.147	448	812	643	2.913	4.816
Opções	2.413	2.000	692	478	5.583	481	1.720	308	363	2.872
Contratos a Termo	1.204	1.961	1	-	3.166	846	1.548	-	-	2.394
Demais Derivativos	1.672	1.583	802	1.385	5.442	633	1.262	216	424	2.535
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾	63.263	171.813	86.118	187.619	508.813	56.652	169.230	90.854	180.050	496.786
Total de Ativos Financeiros	388.181	234.999	101.261	272.921	997.362	302.384	245.548	108.588	289.824	946.344

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 66.556 (R\$ 63.106 em 31/12/2014) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 9.461 (R\$ 5.945 em 31/12/2014), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 38.978 (R\$ 39.386 em 31/12/2014) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 5.495 (R\$ 4.336 em 31/12/2014).

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos						31/12/2014				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Passivos Financeiros										
Depósitos	190.890	45.133	8.331	64.843	309.197	182.849	47.531	14.851	58.881	304.112
Depósito a Vista	61.092	-	-	-	61.092	48.733	-	-	-	48.733
Depósito Poupança	111.319	-	-	-	111.319	118.449	-	-	-	118.449
Depósito a Prazo	13.873	34.660	8.326	64.819	121.678	10.867	33.601	14.521	58.564	117.553
Depósito Interfinanceiros	4.606	10.473	5	24	15.108	4.800	13.930	330	317	19.376
Depósitos Compulsórios	(40.807)	(9.021)	(2.043)	(14.685)	(66.556)	(42.811)	(6.455)	(2.190)	(11.650)	(63.106)
Depósito a Vista	(10.224)	-	-	-	(10.224)	(7.404)	-	-	-	(7.404)
Depósito Poupança	(26.838)	-	-	-	(26.838)	(33.084)	-	-	-	(33.084)
Depósito a Prazo	(3.745)	(9.021)	(2.043)	(14.685)	(29.494)	(2.323)	(6.455)	(2.190)	(11.650)	(22.618)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	167.363	39.464	63.773	111.189	381.789	164.309	28.544	57.449	108.099	358.402
Títulos Públicos	139.530	5.315	2.588	29.937	177.370	143.717	2.161	3.888	20.227	169.992
Títulos Privados	8.043	30.146	61.185	81.252	180.626	6.383	25.924	53.561	87.324	173.192
Exterior	19.790	4.003	-	-	23.793	14.210	460	-	548	15.218
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	4.188	24.186	19.178	40.612	88.164	4.054	24.017	10.777	14.319	53.167
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	5.902	58.159	24.116	25.672	113.849	4.290	37.668	19.414	31.890	93.262
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	4.775	10.115	13.764	56.006	84.660	191	6.537	12.979	56.349	76.056
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.765	8.537	4.104	11.269	27.675	1.728	5.116	1.318	7.668	15.830
Posição Bruta	1	11	-	4	16	-	31	-	-	31
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	(85)	(1.269)	-	(236)	(1.590)	-	(969)	(10)	-	(979)
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	86	1.280	-	240	1.606	-	1.000	10	-	1.010
Posição Líquida	3.764	8.526	4.104	11.265	27.659	1.728	5.085	1.318	7.668	15.799
Swaps	783	3.368	2.618	9.562	16.331	241	1.761	778	6.754	9.534
Opções	1.460	3.025	805	493	5.783	431	1.853	353	420	3.057
Contratos a Termo	828	5	-	-	833	681	1	-	-	682
Demais Derivativos	693	2.128	681	1.210	4.712	375	1.470	187	494	2.526
Total Passivos Financeiros	336.076	176.573	131.223	294.906	938.778	314.610	142.958	114.599	265.556	837.723

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Notas Explicativas

Compromissos Off Balance	31/12/2015					31/12/2014				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Avais e Fianças	2.018	13.819	5.477	52.930	74.244	2.003	14.721	4.207	52.828	73.759
Compromissos a Liberar	84.641	28.808	28.404	79.487	221.340	73.356	60.785	17.980	69.377	221.498
Cartas de Crédito a Liberar	6.936	-	-	-	6.936	11.091	-	-	-	11.091
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Notas 15 e 16)	-	340	-	-	340	-	267	308	-	575
Total	93.595	42.967	33.881	132.417	302.860	86.450	75.773	22.495	122.205	306.923

Nota 37 – Informações Suplementares

Itaú Chile Holdings – Em 17 de julho de 2015, após aprovação das autoridades regulatórias competentes, ocorreu a dissolução da subsidiária Itaú Chile Holdings (ICH). Com isso, os investimentos detidos pela ICH foram transferidos ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING. A operação produziu um efeito contábil de R\$ (251) milhões.

Nota 38 - Evento Subsequente

Em 21 de janeiro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander S.A. e a Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma Gestora de Inteligência de Crédito (GIC) que possibilitará maior eficiência na gestão e concessão de linhas de crédito numa perspectiva de médio e longo prazos.

A GIC será estruturada como uma sociedade anônima e seu controle será compartilhado entre as partes, sendo que cada uma delas deterá 20% de seu capital social.

A criação da GIC está sujeita à celebração de contratos definitivos entre as partes, bem como ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.**

CNPJ. 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE. 35300010230

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**SEGUNDO SEMESTRE DE 2015.****O Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A**

De acordo com o estabelecido em seu Regulamento (disponível no site <http://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores>), compete ao Comitê de Auditoria (Comitê) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Conglomerado. O Comitê é único para todas as instituições do Conglomerado que requerem constituição de Comitê de Auditoria, inclusive para as empresas de seguro, previdência e capitalização.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A. e das suas controladas e coligadas é de responsabilidade da Administração, cabendo a esta estabelecer os procedimentos necessários para assegurar a qualidade dos processos dos quais se originam as informações utilizadas na preparação das demonstrações e na geração dos relatórios. A Administração também é responsável pelas atividades de controle e monitoramento de riscos e pela supervisão das atividades corporativas de controles internos e de *compliance*.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, devendo atestar que elas representam de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil decorrentes da legislação societária e das normas do Conselho Monetário Nacional, da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central do Brasil, do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados, bem como de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Os mesmos auditores independentes devem ainda emitir anualmente opinião sobre a qualidade e eficácia dos controles internos vinculados aos relatórios financeiros (seção 404 da Lei Sarbanes Oxley-SOX).

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 26 dias no período de 01 de agosto de 2015 a 27 de janeiro de 2016, totalizando 84 reuniões. Membros do Comitê visitaram unidades no exterior, compareceram a reunião pública da APIMEC, realizada em São Paulo, Capital, sobre discussão de estratégias e resultados de 30.06.2015 e participaram como observadores nas reuniões da Comissão Superior de Ética, da Comissão de Normas e Políticas Contábeis e do Comitê de Auditoria do Itaú BBA Internacional plc.

Como parte de suas atividades, o Comitê tomou conhecimento dos resultados de inspeções e observações dos órgãos reguladores e acompanhou as correspondentes ações da administração, preparando Relatos ao Conselho de Administração resumindo as providências adotadas, grau de atenção requerido e parecer sobre a adequação das ações adotadas. Adicionalmente, o Comitê manteve reuniões com os supervisores do Bacen/Desup e do Bacen/Decon.

Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos

No segundo semestre de 2015, em reuniões com as diretorias da Área de Controle e Gestão de Riscos e Finanças, o Comitê avaliou os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos no Conglomerado, com ênfase nos riscos de crédito, de liquidez, de mercado, de subscrição e operacional. O Comitê acompanhou também, em reuniões com a Diretoria de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional e por meio de trabalhos realizados pela Auditoria Interna, a evolução do sistema de controles internos do Conglomerado.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Como parte de suas responsabilidades, o Comitê acompanha diversos assuntos por meio de reuniões com os Diretores respectivos, destacando os riscos e controles associados a: (i) tecnologia e segurança da informação; (ii) cyber security; (iii) unidades no exterior, com especial atenção à agenda de integração do Banco Itaú Chile com o CorpBanca; (iv) prevenção à lavagem de dinheiro; (v) contingências, principalmente as de maior risco e valor; (vi) o provisionamento para perdas com operações de crédito para corporações (PDD); (vii) o monitoramento do risco das carteiras; (viii) os processos de crédito, que abrangeram os modelos de concessão e manutenção de crédito; e (ix) transações de reestruturação de dívidas.

O Comitê, com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, reconhece o constante aprimoramento dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base na avaliação realizada pela Diretoria de Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização.

Auditoria Externa

O Comitê mantém com os auditores externos um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros, avaliando como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela PricewaterhouseCoopers, nas quais apoia sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

A contratação de serviços a serem realizados pelo auditor independente requer a aprovação prévia do Comitê, que avalia os riscos de perda de independência e de conflitos de interesse. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. O Comitê está acompanhando o cumprimento do requisito de independência requerido quando da contratação do novo Diretor de Auditoria.

Auditoria Interna

O Comitê aprova o Planejamento Anual dos trabalhos da Auditoria Interna e acompanha trimestralmente o seu cumprimento, tomando conhecimento da realização de trabalhos que não estavam planejados e manifestando-se sobre os cancelamentos daqueles previstos.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados mensalmente nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização.

Empresas de seguros, previdência e capitalização.

Conforme requerido pela regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados, o Comitê acompanhou as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Itaú Seguros S.A., Itaú BMG Seguradora S.A., Itaú Vida e Previdência S.A. e Cia Itaú de Capitalização) e as atividades descritas neste resumo abrangeram os assuntos relevantes para tais empresas. Durante o período, o Comitê observou as ações da administração relacionadas com aspectos regulatórios, incluindo a evolução do processo de adaptação das políticas, processos e controles da Itaú BMG Seguradora S.A. àquelas do Conglomerado.

Demonstrações Contábeis Consolidadas

O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados com as demonstrações contábeis consolidadas. A respeito, debateu com a PricewaterhouseCoopers e com executivos da Organização. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco na elaboração das demonstrações contábeis, que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados. O Comitê também acompanhou a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Recomendações

O Comitê realizou reuniões trimestrais com o Presidente do Conselho de Administração e com o Diretor Presidente do Itaú Unibanco, ocasião em que teve a oportunidade de expor recomendações sobre diversos aspectos decorrentes do exercício de suas funções, além de reuniões semestrais com o Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. para relato de suas atividades e suas recomendações.

Conclusão

O Comitê, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., para o semestre findo em 31.12.2015.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2016.

O Comitê de Auditoria

Geraldo Travaglia Filho – Presidente

Antônio Francisco de Lima Neto

Diego Fresco Gutierrez

Luiz Alberto Fiore

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

Sergio Darcy da Silva Alves

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

**ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016**

DATA, HORA E LOCAL: Em 1º.2.16, às 9h, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Itaú Unibanco, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Roberto Egydio Setubal.

QUORUM: Maioria dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:

Após analisar e discutir as demonstrações financeiras do exercício social de 2015, o relatório de análise gerencial da operação, bem como o relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade, em observância às disposições dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução 480/09 da Comissão de Valores Mobiliários:

a) declarar que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e

b) declarar que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras e com o relatório de análise gerencial da operação relativos ao exercício encerrado em 31.12.15.

ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 1º de fevereiro de 2016. (aa) Roberto Egydio Setubal – Diretor Presidente; Candido Botelho Bracher, Márcio de Andrade Schettini e Marco Ambrogio Crespi Bonomi – Diretores Gerais; Claudia Politanski e Eduardo Mazzilli de Vassimon – Diretores Vice-Presidentes; Alexsandro Broedel Lopes e Leila Cristiane Barboza Braga de Melo – Diretores Executivos; Adriano Cabral Volpini, Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues, Cláudio José Coutinho Arromatte, José Virgílio Vita Neto, Marcelo Kopel, Matias Granata, Rodrigo Luís Rosa Couto e Wagner Bettini Sanches – Diretores.

MARCELO KOPEL

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e o semestre findos nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício e o semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e o semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) para o exercício e o semestre findos em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e aos Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração consolidada do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 1o de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23 Companhia Aberta NIRE 35300010230

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Concluído o exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2015 e constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros efetivos do Conselho Fiscal do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

São Paulo (SP), 01 de fevereiro de 2016.

IRAN SIQUEIRA LIMA
Presidente

ALBERTO SOZIN FURUGUEM
Conselheiro

LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em reunião realizada em 1º/2/2016, e após analisar e discutir as demonstrações contábeis de 2015, o relatório de análise gerencial da operação, bem como os respectivos pareceres da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade, em observância à disposição do inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declarar que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis e com o relatório gerencial da operação relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em reunião realizada em 1º/2/2016, e após analisar e discutir as demonstrações contábeis de 2015, o relatório de análise gerencial da operação, bem como os respectivos pareceres da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade, em observância à disposição do inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declarar que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas nos pareceres emitidos pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.